

REVISTA DA
**ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º XIII
NOVA FASE
2013
Segundo Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**

Nova Fase
N.º XIII - 2013
Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2012 a maio de 2014

Presidente

Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente

Manoel Pinto Ribeiro

Primeiro Secretário

Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário

José Geraldo Paredes

Tesoureiro

Agostinho Dias Carneiro

Bibliotecário

Francisco Venceslau dos Santos

Relações-Públicas

Claudio Cezar Henriques

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
HOMENAGENS A GLADSTONE CHAVES DE MELO	8
GLADSTONE CHAVES DE MELO E O INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA - EVANILDO BECHARA	8
O LINGUISTA E FILÓLOGO GLADSTONE CHAVES DE MELO - LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO	10
GLADSTONE CHAVES DE MELO - MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA	13
ENSAIOS	
ENSINANDO LÍNGUA PORTUGUESA ATRAVÉS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - AFRÂNIO DA SILVA GARCIA	35
A FILOLOGIA APOLOGÉTICA - AMÓS COELHO DA SILVA	48
A AMAZÔNIA ACRIANA E OS SERTÕES NORDESTINOS NA ÓTICA DE EUCLIDES DA CUNHA, NO 105.º ANIVERSÁRIO DE SUA TRÁGICA MORTE - ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO	56
AINDA MAIS A MELANCOLIA - ANTÔNIO SÉRGIO DE LIMA MENDONÇA	79
REFLEXÕES SOBRE DIACRONIA, CONCEITO E APLICABILIDADE NO ESTUDO DE LÍNGUA PORTUGUESA - CHRISTIANE LIMA DA CAMARA MONTEIRO - CLAUDIO CEZAR HENRIQUES	84
VARIAÇÕES SEMÂNTICAS DA PALAVRA SAUDADE NUM FRAGMENTO DO DIÁRIO SELVAGEM DE JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA - JOÃO CARLOS DE CARVALHO	96
DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS - JOSÉ PEREIRA DA SILVA	106
ASPECTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DO ACRE - LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG	122
O CHISTE NA CULTURA DE MASSA E SEU CONSUMO - LUIZ CESAR SARAIVA FEIJÓ	134
SINTAXE – NORMA E ESTILO - MANOEL P. RIBEIRO	147
ATIVIDADES COM O TEXTO NA SALA DE AULA: SITUAÇÕES DIDÁTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA - MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO	154
O TARÔ NARRATIVO DE CALVINO NO CASTELO DOS DESTINOS	

CRUZADOS E NOS BOSQUES DE ECO - MARIA FATIMA MENEGAZZO NICODEM - MARISTELA ROSSO WALKER	168
PÓS-CONCEITO LINGUÍSTICO E CORREÇÃO IDIOMÁTICA: A NORMA EM CURTO - TEREZINHA BITTENCOURT	178
DIADORIM – A REINVENÇÃO DE DOM QUIXOTE DE LA MANCHA (INVERSÕES FICCIONAIS DO MITO DA TÁVOLA REDONDA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS) - WANDER LOURENÇO	195
MANIFESTO MARTÍN FIERRO X MANIFESTO ANTROPÓFAGO: REFLEXÕES SOBRE O LOCALISMO E O COSMOPOLITISMO - YVONÉLIO NERY FERREIRA - MARILIA SIMARI CROZARA	207
RESENHA - NOVA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Domício Proença Filho	217
MEMÓRIA	
NOTÍCIA PUBLICADA EM O GLOBO, 7/12/2001 - GLADSTONE CHAVES DE MELLO	220
JOSÉ DE ALENCAR – O POLÍTICO - FRANCISCO AGENOR DA SILVA RIBEIRO	223
SÍLVIO ELIA: UM SENTIDO MORAL DA VIDA - RUI DA FONSECA ELIA	234
ENTREVISTA	
ENTREVISTA COM O PROF. GLADSTONE CHAVES DE MELO	239
NOTICIÁRIO	
EVENTO DA ABRAFIL EM 17, 18 E 19.7.2013, NA UERJ	242
PROGRAMAÇÃO	242
LANÇAMENTO DO LIVRO A VIDA E O TEMPO EM TOM DE CONVERSA	247
JORNADA SÍLVIO ELIA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS	247
LANÇAMENTO DE LIVRO	248
PRÊMIO LITERÁRIO NACIONAL PEN CLUBE DO BRASIL 2013	249
ACADÊMICA LUIZA LOBO MINISTRA CURSO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE	249
FOTOS DE EVENTOS NA ABRAFIL COM GLADSTONE CHAVES DE MELO	250

EDITORIAL

Cumprindo o projeto de homenagear um grande nome de nossa Academia, este número reverencia a memória de um dos maiores filólogos de nossa entidade, cuja obra teve e tem, até hoje, repercussão no universo acadêmico.

Os ilustres confrades Leodegário A. de Azevedo Filho e Maximiano de Carvalho e Silva, no dicionário bibliográfico, já haviam realçado todos os aspectos da obra de Gladstone Chaves de Melo. Por isso, reproduzimos esses depoimentos nas primeiras páginas de nossa revista.

Na homília da Santa Missa de corpo presente em sufrágio da alma de Gladstone Chaves de Melo, em 8 de dezembro de 2001, pronunciada pelo RPD Justino de Almeida Bueno, OSB, monge beneditino do Mosteiro de São Bento, descreve-se a lembrança do excepcional mestre: “... na luz de Deus, na qual pedimos que Gladstone esteja agora, nós sabemos, como dizem as Escrituras: *os que ensinaram a muitos a justiça serão como estrelas no firmamento*”.

É impressionante a produção acadêmica do Mestre Gladstone Chaves de Melo. Torna-se necessário relembrar, resumidamente, a carreira do ilustre confrade. Além das associações nacionais e estrangeiras de que fez parte, com inúmeras condecorações, sua obra didática é incrivelmente extensa, com qualidade superior. Quem não se lembra, por exemplo, de *A Língua do Brasil, Alencar e a Língua Brasileira, Alencar, cultor e artífice da língua, A Língua e o Estilo de Rui Barbosa, Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa, Novo Manual de Análise Sintática, Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, para citar apenas alguns títulos?

Também há publicações várias sobre filosofia, pedagogia e política; colaboração em livros; conferências e comunicações em congressos internacionais; traduções e uma seleção, entre mais de mil, de artigos publicados em jornais e revistas.

O Professor Gladstone Chaves de Melo teve, ainda, tempo para participar de atividades políticas. Foi vereador, de 1951 a 1960; deputado estadual, de 1960 a 1962, tendo sido, como constituinte, um dos principais autores da nova Constituição estadual. “Na Câmara sempre foi membro da Comissão de Justiça, onde deu cerca de 2000 pareceres sobre a constitucionalidade, juridicidade e conveniência de projetos apresentados ao plenário” (Leodegário A. de Azevedo Filho).

Seu trabalho o consagra como um dos mais prolíficos professores de nosso país.

Manoel P. Ribeiro
Editor-chefe

HOMENAGENS A GLADSTONE CHAVES DE MELO

GLADSTONE CHAVES DE MELO E O INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

EVANILDO BECHARA (UERJ, UFF, ABL E ABRAFIL)

Resumo

Este pequeno depoimento visa a documentar o trabalho de Gladstone Chaves de Melo no Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Todos ali aprenderam com ele os valores do homem fiel e do pesquisador honesto, que não aceitava as ondas novidadeiras das manifestações que cercam a vida em todos os seus quadrantes. Com ele, aprendeu-se a apreciar as qualidades morais. Sua competência era incomum.

Palavras-chave - Gladstone Chaves de Melo – Instituto de Língua Portuguesa – Estudos de Língua Portuguesa.

Entre os bons frutos hauridos por mim quando convidado para participar da patriótica e cultural campanha em prol da Língua Portuguesa promovida pelo Liceu Literário Português está, sem dúvida nenhuma, o de estreitar os laços de respeito e amizade ao saudoso Gladstone Chaves de Melo.

Éramos, nessa empresa inicial, seis ao todo: Sílvio Elia, Gladstone, Maximiano de Carvalho e Silva, Antônio Basílio Rodrigues, Nilza Campelo e eu. Com Sílvio já vinha convivendo desde largo tempo, nas lides universitárias na PUC de Petrópolis, e, mesmo antes, nos encontros da Academia Brasileira de Filologia e na Livraria Acadêmica. Com Maximiano, ilustre representante da minha geração, o convívio era menos intenso, mas relativamente constante. Antônio Basílio fora meu excelente aluno na UERJ e depois estimado colega na mesma instituição. Só de Gladstone mantinha uma distância maior, por que, embora ambos os professores na Universidade Federal Fluminense, eu não pertencia diretamente ao grupo dos alunos do “Professor Sousa”; mas indiretamente o era pelos seus livros e pelas relações desse inolvidável estudioso com meu dileto mestre Said Ali, de quem fora discípulo nos áureos tempos do Colégio Pedro II, chamado, àquela quadra, por imposição dos republicanos, Ginásio Nacional. Encontrávamo-nos, falávamo-nos, mas sempre com a discrição daqueles que bebem água do mesmo rio, mas em margens diferentes.

A instalação do Instituto de Língua Portuguesa, sob a batuta magistral de Silvio Elia e sob a competente administração do Dr. Antônio Gomes da Costa, me permitiu um mergulho mais profundo nos valores do homem fiel e do pesquisador honesto, às vezes intransigente às ondas novidadeiras das manifestações que cercam a vida em todos os seus quadrantes. Aprendi a apreciar-lhe as qualidades morais e a sua competência de filólogo. Apesar de sua erudição em tantos domínios culturais, nunca largou aquele ar mineiro de quem está aparentemente distante dos homens e das coisas, mas secundado, quando falava, de profundo senso crítico e de uma causticante verve.

Estudou toda a vida, mesmo diante de alguns dissabores que poderiam afastá-lo de sua religião, de sua filosofia e das pesquisas de filologia e gramática.

Com o desaparecimento de sua esposa. D. Cordélia, nosso Gladstone foi aos poucos perdendo o gosto de viver. Mesmo assim, estava sempre atento ao que dele poderia precisar o Instituto de Língua Portuguesa. Deixaram saudades entre seus alunos os cursos que aí ministrou de latim, de língua portuguesa e de autores clássicos de brasileiros e portugueses. Deixou-nos um rico elenco de livros, nos diversos campos da nossa ciência, dos quais ressalto, como exemplo de arquitetura inteiriça e bem travada, sua Gramática Fundamental da Língua Portuguesa.

Dono de boa prosa, gostava de frequentar seus colegas no Instituto de Língua Portuguesa e na Academia Brasileira de Filologia.

Com seu falecimento, desaparece um dos últimos baluartes do estudo e do ensino do português padrão entre nós, cuja competência e experiência soube ele também transmitir a todos os que, ao seu lado, labutamos para a consecução dos altos propósitos do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

Depois desse longo percurso que foi a vida vivida intensamente de Gladstone Chaves de Melo, ele pode repetir o que disse Bandeira,

“quando a Indesejada das gentes chegar”:
 O meu dia foi bom, pode a noite descer.
 (A noite com os seus sortilégios).
 Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
 A mesa posta,
 Com cada coisa em seu lugar.

O LINGUISTA E FILÓLOGO GLADSTONE CHAVES DE MELO

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO (UERJ e ABRAFIL)

Nasceu em Campanha, MG, no dia 12 de junho de 1917, e faleceu no dia 7 de dezembro de 2001. Bacharel em direito (atual UFRJ), livre-docente e doutor em língua portuguesa (atual UFRJ), foi professor de língua portuguesa na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de professor titular da UFF, por concurso público de provas e títulos. Lecionou ainda na PUC, do Rio de Janeiro, ministrou numerosos cursos especializados no Brasil e no exterior (Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Campinas, Niterói, em âmbito nacional; e Coimbra e Lisboa, em Portugal).

Integrou numerosas bancas examinadoras e júris especiais aqui e no estrangeiro e participou de vários encontros, seminários, colóquios, simpósios e congressos nacionais e estrangeiros. Além de membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia, pertenceu a numerosas entidades científicas e culturais, entre as quais o Liceu Literário Português, o PEN Clube do Brasil, a Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa, a Associação Jurídica de Braga (Portugal), a Academia Brasileira de Língua Portuguesa, a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, a Associação Galega da Língua (AGAL, Galiza, Espanha), a Associação Internacional de Lusitanistas (Poitiers, França) e a Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo.

Entre as condecorações recebidas, mencionamos: Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, de Portugal; Medalha Oskar Nobiling, da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, Brasil; Medalha de Prata da Clausura do Concílio Vaticano II (Roma); Benemérito da Ordem dos Pregadores (Roma); e *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra (Portugal). A sua bibliografia é rica e variada, abrangendo: linguística e filologia portuguesas, crítica textual, cultura brasileira, filosofia, religião, pedagogia, traduções várias e centenas de artigos em revistas e jornais nacionais e estrangeiros.

Na *Miscelânea em Homenagem ao Professor Doutor Gladstone Chaves de Melo* (Rio de Janeiro, Lucerna, 1955), publica-se o seu *curriculum vitae* com minúcias, o mesmo ocorrendo com a sua vasta bibliografia. Aqui vamos ressaltar apenas os seguintes títulos, que de algum modo marcaram época entre nós:

A Língua do Brasil, 4.^a ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro, Padrão, 1946; *Alencar e a Língua Brasileira*, 3.^a ed. melhorada e aumentada com um apêndice: — Alencar, cultor e artífice da língua. Rio de Janeiro, 1972; *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Simões, 1950; *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, 6.^a ed. ver. e aum. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1981; *Novo Manual de Análise Sintática*, 4.^a ed. melhorada. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1971; *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, 3.^a ed. melhorada. Rio de Janeiro, 1978; *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1976. Há edição portuguesa, de Albufeira (Algarve), Ed. Posêidon, 1979; *Os “Brasileirismos” de Frei Luís de Sousa*. Niterói, EDUFF, 1985; *A Excelência Vernácula de Gonçalves Dias*. Niterói, EDUFF/Presença, 1992; *Iracema (Lenda do Ceará)* por José de Alencar. Introdução, notas e apêndice: — Alencar e a Língua Brasileira. Rio de Janeiro, INL, 1948; Machado de Assis, *Quincas Borba*. Prefácio de Augusto Meyer. Apuração do texto, revisão, aparato crítico, introdução, notas e apêndice. São Paulo, Melhoramentos, 1973; Frei Luís de Sousa, *A Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fixação do texto, em colaboração com Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, IN/CM, 1984; Antônio Vieira, *Sermão da Sexagésima*. Introdução, estabelecimento filológico do texto, notas e comentários. Niterói, EDUFF, 1985.

Na *Miscelânea* de estudos que lhe foi dedicada, há minuciosa relação de opúsculos e separatas; publicações várias sobre filosofia, pedagogia e política; colaboração em livros de autoria múltipla; conferências e comunicações em congressos internacionais; traduções; e uma seleção, entre mais de mil, de artigos publicados em jornais e revistas, entre os quais mencionamos:

Revista Brasileira de Pedagogia; revista Brasileira de Pedagogia; revista Euclides; O Jornal (RJ), revista A Ordem (órgão do Centro Dom Vital, RJ), jornal Correio da Noite (RJ), revista Vozes (de Petrópolis), Correio da Manhã (RJ), Tribuna da Imprensa (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Diário de Notícias (RJ), revista Permanência (RJ), Carta Mensal (órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio, RJ), Diário de Notícias (de Lisboa), Carta da Resistência (RJ), Lumen (Recife), Anhembi (SP), Lareira (SP), Comentário (publicação do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação), jornal O Globo (RJ), Jornal de Letras (RJ), Das Parlament (Bonn), Revista de Portugal; Diário do Minho (Braga), Boletim da Mocidade Portuguesa (Lisboa), O Século (Lisboa), Revista de Cultura Brasileira (Madrid), Notícias de Guimarães (Guimarães), Linguagem (revista da UFF), revista Confluência (RJ), revista Pelo Bem Comum (Braga, Portugal) etc. Em

toda a vida e em tudo o que escreveu, a permanente preocupação de Gladstone Chaves de Melo foi sempre a seriedade. Sem sombra de qualquer dúvida, trata-se de um dos maiores filólogos brasileiros da nossa época.

GLADSTONE CHAVES DE MELO

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA (UFF E ABRAFIL)

Nasceu na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, a 12 de junho de 1917, e faleceu em 7 de dezembro de 2001, no Rio de Janeiro. Filho de Joaquim Gabriel Chaves de Melo e Maria de Lourdes Chaves de Melo.

Fez estudos primários e secundários na terra natal, e estudos superiores em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

Casou-se no Rio de Janeiro, a 23 de dezembro de 1941, com Cordélia Rodrigues Chaves de Melo, com a qual formou uma família de sete filhos, genros, noras e quinze netos.

Suas atividades permanentes e nunca interrompidas de escritor e de professor se iniciaram respectivamente em 1937 e 1941.

Graus universitários

Bacharel em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (1938);

Livre-docente e doutor em língua portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1946).

Condecorações e títulos honoríficos

Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal.

Medalha de Prata da Clausura do Concílio Vaticano II – Roma.

Benemérito da Ordem dos Pregadores – Roma.

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra – Portugal (1993).

Atividades magisteriais: cargos que ocupou

Professor de língua portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, depois Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – de junho de 1941 a junho de 1977.

Professor de língua portuguesa e de literaturas de língua portuguesa na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – de março de 1951 a junho de 1968.

Professor de língua portuguesa na Faculdade Fluminense de Filosofia em Niterói (RJ), depois Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense,

onde também foi professor de cultura brasileira e didática geral – de setembro de 1962 a junho de 1987.

Professor de filologia românica na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (Minas Gerais) – nos anos letivos de 1950, 1951 e 1952.

Atividades magisteriais avulsas

Cursos de conferências na Faculdade de Filosofia do Recife (PE) – em 1948/1949.

Cursos avulsos de língua portuguesa, cultura geral e cultura religiosa no Centro Dom Vital do Rio de Janeiro.

Cursos de preparação para exames de suficiência promovidos pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) / Ministério da Educação e Cultura, nos anos de 1958 e 1959 – em Petrópolis (RJ) e Nova Friburgo (RJ) respectivamente.

Curso de conferências na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), em 1964.

Curso de extensão universitária sobre Gil Vicente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – em 1965.

Curso de extensão universitária na Faculdade de Filosofia de Londrina (PR) – em 1966 e na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas (SP).

Curso de semestre sobre cultura brasileira na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – em 1970.

Curso de conferências sobre Machado de Assis na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa – em 1973.

Curso superior de língua portuguesa na Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa – em 1973.

Cursos de iniciação à filosofia e de língua latina no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense.

Cursos de língua portuguesa e de língua latina, promovidos desde 1991, pelo Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, onde continua a exercer as suas atividades docentes.

Participação em bancas examinadoras e júris especiais

Integrante de numerosas bancas examinadoras e organizador de provas de exames vestibulares na Faculdade Nacional de Filosofia e no Instituto de Letras da UFF.

Presidente do Júri do I Festival Internacional de Arte Cinematográfica em Lisboa, janeiro de 1964.

Por duas vezes seguidas, participante do júri técnico para conferir o prêmio Moinho Santista a figuras de alta ex-pressão da cultura brasileira, na qualidade de representante da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1959 e 1960).

Participante do júri que em 1974 conferiu o título de dou-tor ao professor Fernando Alves Cristóvão na Faculdade de Letras da Universidade Católica de Lisboa.

Participante da comissão examinadora que conferiu ao professor Celso Pedro Luft o título de livre-docente em língua portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Orientador de 14 dissertações de mestrado em língua portuguesa e membro das comissões examinadoras que as julgaram e aprovaram, no Instituto de Letras da UFF.

Participante das comissões examinadoras que aprovaram mais oito dissertações de mestrado em língua portuguesa no Instituto de Letras da UFF.

Conferências

Cerca de quatrocentas conferências sobre assuntos ligados à cultura humanística, em várias cidades do Brasil e do exterior: Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Varginha, São João d'El Rei, Itajubá, Três Corações, Governador Valadares, São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Londrina, Brasília, Recife, Porto Alegre e muitas outras no país; Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Leiria, Cascais, Sintra, Castelo Branco, Évora (Portugal); Salamanca (Espanha), Poitiers (França); Bruxelas, Antuérpia, Lovaina, Mons (Bélgica); Amsterdã e Nímega (Holanda); Bonn e Heidelberg (Alemanha); Bristol (Inglaterra); Zuriqe (Suíça).

Congressos internacionais em que teve participação de maior relevo

Congresso Internacional de Etnografia e Folclore – Santo Tirso (Portugal), julho de 1963 (Delegado Oficial do Brasil).

V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros – Coimbra (Portugal), setembro de 1963.

I Simpósio Luso-Brasileiro Sobre a Língua Portuguesa Contemporânea – Coimbra, abril-maio de 1967.

I Encontro de Professores de Língua Portuguesa – Coimbra, abril de 1970.

I Reunião Internacional de Camonistas – Niterói, novembro de 1972 (membro da delegação brasileira apresentou comunicação intitulada — A Língua de *Os Lusíadas* e a Linguagem Brasileira).

II Reunião Internacional de Camonistas – Niterói, novembro de 1973 (membro da comissão organizadora).

III Reunião Internacional de Camonistas – Coimbra, novembro de 1980 (apresentou comunicação intitulada — Uma Interpretação da *Fala do Velho do Restelo*).

IV Reunião Internacional de Camonistas – Ponta Delgada (Açores), julho de 1983 (apresentou comunicação intitulada — As Regras de Bem Viver em *Os Lusíadas*).

V Reunião Internacional de Camonistas – São Paulo, julho de 1987 (apresentou comunicação intitulada — O *Fatum* e a Divina Providência em Camões).

Congresso Internacional de Filologia Portuguesa – Niterói, novembro de 1973 (membro da comissão organizadora; fez a conferência da sessão de abertura para justificar a escolha de Sousa da Silveira como Patrono do Congresso).

Congresso Internacional — Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento – Lisboa, 1983 (apresentou comunicação intitulada — As Filosofias do Renascimento e Sua Repercussão em Camões).

I Congresso Internacional de Lusitanistas – Poitiers (França), 1984 (apresentou comunicação intitulada — As Duas Vertentes (Complementares) da Língua Portuguesa).

X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa – Lisboa / Porto / Coimbra, 1984.

Congresso Internacional de Estudos Camilianos – Coimbra / Vila Nova de Famalicão, junho de 1991 (fez conferência intitulada — Língua e Estilo de Camilo Castelo Branco).

Colóquio Internacional da Língua Portuguesa Literária – Rio de Janeiro, outubro de 1992 (membro da comissão organizadora, instituída pelo Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português).

Cargos e funções que exerceu temporariamente

Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa – 1962 a 1964 e de

1972 a 1974. Membro da comissão especial designada pelo governo brasileiro para organizar e dirigir as comemorações do quarto centenário de *Os Lusíadas* – 1971 a 1973.·

Membro do Conselho Federal de Educação (1970).· Membro do Conselho Federal de Cultura (1970-1972).· Sócio do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, e redator-chefe da revista *A Ordem* (órgão oficial dessa instituição). Sócio fundador e membro da Diretoria do Centro de Cultura Humanística, no Rio de Janeiro (1968).

Membro da Comissão organizadora do Programa Especial UFF [Universidade Federal Fluminense] / FCRB [Fundação Casa de Rui Barbosa] que patrocinou a realização da II Reunião Internacional de Camonistas e do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, em Niterói, novembro de 1973.

Encarregado pelo Ministério das Relações Exteriores de visitar e fiscalizar os Centros de Estudos Brasileiros das Universidades da Europa Continental.

Outros cargos e funções na universidade federal fluminense

Membro da comissão instituída para estudar a criação e a organização do Instituto de Letras da UFF, como um dos desdobramentos da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – em 1968.

Membro do Colegiado do Instituto de Letras da UFF.

Membro do Colegiado do Curso de Mestrado em Letras da UFF, desde a fundação até 1987.

Coordenador do convênio de intercâmbio firmado entre a UFF e a Universidade do Porto (Portugal) – de 1985 a 1987.

Instituições culturais de que fez parte

Membro da Academia Brasileira de Filologia – eleito em 1951.

Sócio Honorário da Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa.

Sócio Honorário da Associação Jurídica de Braga (Portugal).

Sócio da Academia Brasileira de Língua Portuguesa.

Membro da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Membro da Associação Galega da Língua, sediada em Santiago de Compostela (Espanha).

Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro – desde 1968.

Membro da Associação Internacional de Lusitanistas, sediada em Poitiers (França).

Membro da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo.

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Campanha (MG).

Membro da Academia Sul-Mineira de Letras.

Sócio fundador da Sociedade Sousa da Silveira / Centro de Cultura Humanística e de Estudos de Língua Portuguesa e Crítica Textual – desde 1982.

Sócio Honorário do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro

Sócio Efetivo do PEN Club do Brasil.

Membro da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português – desde 1991.

Missões diplomáticas

Embaixador designado pelo governo brasileiro em Missão Especial à Clausura do Concílio Vaticano II, em Roma – dezembro de 1965.

Representante do governo brasileiro à recepção do Papa Paulo VI no Congresso Eucarístico Internacional em Bogotá (Colômbia) – agosto de 1968.

Atividades políticas

Vereador à Câmara do Distrito Federal nos últimos anos do Rio de Janeiro como capital da República (1951-1960).

Deputado à Assembleia Legislativa do recém-criado Estado da Guanabara – 1960 a 1962, tendo sido como constituinte um dos principais autores da nova Constituição estadual.

Sua primeira eleição se deu na chapa de vereadores da União Democrática Nacional (UDN) em que seu nome figurava por indicação do movimento da Resistência Democrática: o manifesto que recomendou o seu nome ao eleitorado era assinado por Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e Heráclito da Fontoura Sobral Pinto.

Na Câmara sempre foi membro da Comissão de Justiça, onde deu cerca de 2000 pareceres sobre a constitucionalidade, juridicidade e conveniência de projetos apresentados ao plenário.

Em 1955, deixou a UDN, por divergência com a direção do partido, que se recusava a tomar providências para resolver problema de suma relevância. Logo depois, como integrante do Partido Democrata Cristão (PDC), foi eleito vereador, e com a criação do Estado da Guanabara – deputado estadual na legenda do referido Partido, do qual foi Presidente, e em que encerrou em 1962, por livre decisão, a sua participação na vida pública.

Publicações

LIVROS

Linguística e Filologia Portuguesa

A Língua do Brasil. 4.^a edição, melhorada e aumentada. Rio de Janeiro, Padrão

Livraria Editora, 1981. (12) + 210 p. [1ª edição: 1946.]

Alencar e a “Língua Brasileira”. 3.ª edição [melhorada e aumentada, com um apêndice – Alencar, Cultor e Artífice da Língua ||].

Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. 143 p. [1.ª edição: 1948.]

Dicionários Portugueses. Rio de Janeiro, MÊS / Serviço de Documentação, 1947. 78 p.

A Língua e o Estilo de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1950. 59 p.

Conceito e Método da Filologia (em coautoria com Serafim Silva Neto), com prefácio de Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951. 95 p.

Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa. 6.ª edição, revista e melhorada. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981. (20) + 244 p. [1ª edição: 1951.]

Novo Manual de Análise Sintática. 4.ª edição, melhorada. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971. 189 p. [1ª edição: 1954.]

Gramática Fundamental da Língua Portuguesa. 3.ª edição [melhorada]. Rio de Janeiro, 1978. XIV + 258 p. [1ª edição: 1968.]

Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1976. 231 p. [Há edição portuguesa, de Albufeira (Algarve), Editora Posêidon, 1979].

Os “Brasileirismos” de Frei Luís de Sousa. Niterói, EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 1985. 57 p.

A Excelência Vernácula de Gonçalves Dias. Niterói, EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense / Rio de Janeiro, Presença, 1992. 225 p.

Iracema (Lenda do Ceará) por José de Alencar. Introdução, notas e apêndice: *Alencar e a “Língua Brasileira”* por Gladstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1948. LII + 180 + [110] p.

Alphonsus de Guimaraens – Poesia por Gladstone Chaves de Melo. 3.ª edição, corrigida e melhorada. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1976. [Volume 19 da coleção Nossos Clássicos. 1.ª edição: 1958, 123 p.].

Rui Barbosa – Textos Escolhidos por Gladstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1962. Volume 67 da coleção Nossos Clássicos, 108 p.

Luís de Camões, *Os Lusíadas* – Edição Comentada. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. 649 p. [Plano, fixação do texto e primeira coordenação de Gladstone Chaves de Melo; coordenação final de Sílvio Elia e Hamilton Elia; vários colaboradores, que se encarregaram das notas explicativas de pé de página; três estudos prévios: Aspecto Histórico, de Pedro Calmon, Aspecto

Filológico, de Sílvio Elia, e Aspecto Literário, de Gladstone Chaves de Melo. 1.^a edição: Rio de Janeiro, MEC / Departamento de Assuntos Culturais, 1972 – comemorativa do quarto centenário do poema.

Machado de Assis, *Quincas Borba*. Prefácio de Augusto Meyer. Apuração do texto, revisão, aparato crítico, introdução, notas e apêndice por Gladstone Chaves de Melo. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1973. 251 p.

Frei Luís de Sousa, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Introdução de Aníbal Pinto de Castro. Fixação do texto de Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. XXX + 848 p.

Antônio Vieira, *Sermão da Sexagésima*. Introdução, estabelecimento filológico do texto, notas e comentários de Gladstone Chaves de Melo. Niterói, EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 1985. 84 p.

Cultura Brasileira

Origem, Formação e Aspectos de Cultura Brasileira. Lisboa, Centro de Livro Brasileiro, 1974. 279 p.

Opúsculos e Separatas

Formulário Ortográfico. Rio de Janeiro, Tip. Rua do Rosário 149, 1938.

A Linguagem dos Livros Brasileiros de Literatura Infantil (Tese de Concurso). Rio de Janeiro, 1940.

A Influência Africana no Português do Brasil. Rio de Janeiro, MÊS / Serviço de Documentação, 1945.

Machado de Assis, *Defensor do Homem*. Coimbra, 1964. 32 p. [Separata de Brasília, vol. XII.]

La Place du Portugais Parmi les Langues Romanes. Louvain, Centre d'Études Portugaises et Brésiliennes, 1975.

O Enriquecimento da Língua em José de Alencar. Lisboa, 1971. [Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, nº 13, 1971.]

Reflexões Críticas Sobre o Estruturalismo. Coimbra, 1983. [Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. 30, 1983.]

Quelques Remarques sur Le Portugais du Brésil (Dans l'Optique de la Linguistique Romane). Louvain, 1984. [Separata de Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain, 10, 1, 3, 1984.]

Frei Luís de Sousa, *Mestre da Prosa Artística Portuguesa*. Porto, 1987. 7 p. [Separata do vol. III/3 das Actas do II Encontro Sobre História Dominicana realizado em Santarém (Portugal) em 1982.]

Filosofia, Pedagogia, Política

A Missão do Professor. [Discurso de paraninfo dos licenciandos da Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói, pronunciado a 15 de dezembro de 1961. edição restrita.]

Reflexões Críticas Sobre a Educação. Rio de Janeiro, Presença, 1976.

Considerações Sobre Democracia. Rio de Janeiro, Presença, 1986. 45 p.

Cuba, Fidel, o Frade e o Arcebispo. Rio de Janeiro, Presença, 1989. 31 p.

Colaboração em livros de autoria múltipla

O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura. In *Mis-são do Intelectual*, edição da Liga Universitária da Ação Católica Brasileira, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952, p. 34-67.

Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. 20 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1963-1980 [Cerca de 3120 verbetes, assinados, de extensão vária, sobre assuntos brasileiros (religião, língua, literatura, pensamento filosófico).]

Vida Política. In *Minas Gerais, Terra e Povo*, organização de Guilhermino César Ferreira Reis, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 206-216.

A Língua, Fator de integração. In *História da Cultura Brasileira*, coordenação de Manuel Diégues Júnior, vol. I, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 109-116.

Extensão e Restrição dos Significados. In *Estudos em Homenagem a Cândido Jucá (Filho)*, organização de Raimundo Barbadinho Neto, Rio de Janeiro, Organização Simões, s/d, p. 97-105.

As Concepções Filosóficas e Religiosas de Camões. In *Miscelânea em Honra de Rocha Lima*, organização de Raimundo Barbadinho Neto, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1980, p. 161-184.

Luís de Sousa e Antônio Vieira, Mestres da Prosa Artística Portuguesa. In *Fórum Litterarium – Miscelânea de Estudos Literários, Linguísticos e Históricos oferecida a J. J. van der Besselaar*, coordenação de Hans Bots e Maxim. Kerkhof, Amsterdam & Maarsen, Holanda, 1984, p. 73-80.

Como Vi e Como Vejo Manuel Bandeira. In *Homenagem a Manuel Bandeira / 1986-1988*, organização de Maximiano de Carvalho e Silva, Rio de Janeiro, Presença, 1989, p. 253-265.

A Importância da Literatura Portuguesa Para o Estudo da Literatura Brasileira. In *Estudos Universitários de Linguística, Filologia e Literatura – Homenagem da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro ao Prof. Doutor Sílvio Elia.* (1990). Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Conferências e comunicações em congressos internacionais

A Língua de *Os Lusíadas* e a Linguagem Brasileira. In *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*. Lisboa, 1973.

Sousa da Silveira, Nosso Patrono. [Conferência de abertura do Congresso internacional de Filologia Portuguesa realizado como parte do Programa Especial UFF (Universidade Federal Fluminense) – FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa) em Niterói, novembro de 1972. (Texto policopiado e distribuído aos participantes do Congresso).]

Uma Interpretação do Episódio do Velho do Restelo || . In *Actas da III Reunião Internacional de Camonistas* (10 a 13 de novembro de 1980), Coimbra, 1987, p. 341-345.

As Regras de Bem Viver em *Os Lusíadas*. In *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas* (12 a 17 de junho de 1983), Ponta Delgada (Açores), 1984, p. 373-384.

O *Fatum* e a Divina Providência em Camões. In *Actas da V Reunião Internacional de Camonistas* (20 a 24 de julho de 1987), São Paulo, 1992, p. 85-94.

Língua e Estilo de Camilo Castelo Branco. In *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos* (24 a 29 de junho de 1991), Coimbra, 1994, p. 175-193.

Traduções

L. Laurand, *Literatura Latina*. São Paulo, Editora Anchieta, 1946.

Charles Journet, *A Doutrina da “Cidade”*. Rio de Janeiro, Presença, s/d.

Paulo VI, *Credo do Povo de Deus*. Rio de Janeiro, Editora Permanência, 1969. 24 p. [Tradução do texto latino, oficial, dos *Acta Apostolicae Sedis*.]

Artigos em jornais e revistas

Mais de 1000 artigos em jornais e revistas do Brasil e do estrangeiro, de que aqui se indicam o que foi possível levantar (levantamento incompleto, portanto).

Na *Revista Brasileira de Pedagogia*, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro:

Um Livro Sobre a Missa (ano 4, n. 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).

Caminho da Vida (ano 4, n. 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).

Um Novo Livro Sobre o Ensino Secundário (ano 4, n.º 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).

Na *Revista Euclides*, Rio de Janeiro, diretor Antônio Simões dos Reis:

Novo Dicionário da Língua Nacional (ano I, n.º 7-8, dez. 1939 – jan. 1940).
 Subordinação (tomo 2, n.º 1, mar. 1940).
 Um Novo Manual de Ortografia... (tomo 2, n.º 7, mar. 1940).
 O Humor || em Machado de Assis (tomo 2, n.º 1, jun. 1940).
 Variações em Torno de Alphonsus (vol. 2, tomo 1, n.º 8, dez. 1940).
 Afonso Arinos, Poeta do Sertão (vol. 2, tomo 2, mar. 1941).

Em *O Jornal*, do Rio de Janeiro:

Um Preciosíssimo Exemplar de *Os Lusíadas* (8-11-1942). [Transcrito na revista *Ocidente*, Lisboa, n. 63, jul. 1943, com uma carta explicativa de Alceu Amoroso Lima.]

Filologia e Filólogos (23-6-1946).

Tupi e Português (28-7-1946).

Etimologia Popular (18-8-1946).

Dois Dicionários (8-9-1946).

A Herança de Cândido de Figueiredo (22-9-1946).

A Última Ortografia (6-10-46).

A Metáfora na Língua (20-10-1946).

Traduções (17-11-46).

Etimologias (1-12-1946).

Galicismos (15-12-1946).

Galicismos Censuráveis e Galicismos Aceitáveis (12-1-1947).

Fontes do Latim Vulgar (16-3-1947).

Castro Alves e a Linguagem Brasileira (30-3-1947).

A Propósito do Indefinido Um || (13-4-1947).

Sobre o Eufemismo (27-4-1947).

Alterações Semânticas (18-5-1947).

Eugênio de Castro (1-6-1947).

Vamos Analisar... (15-6-1947).

O Português dos Concursos (26-6-1947).

O Português dos Concursos II (13-7-1947).

Em Busca do Termo Próprio (27-7-1947).

História dos Particípios (10-8-1947).

A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais (24-8-1947).

A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais II (7-9-1947).

Extensão e Restrição dos Significados (28-9-1947).

Na revista *FNF*, publicação do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia:

Filologia e Literatura (ano 4, n.º 8, nov. 1946). [Recensão crítica dos livros

Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil e Diferenciação e Unificação do Português no Brasil de Serafim Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa* de Manuel de Paiva Boléo e *A Arte de Furtar e o Seu Autor* de Afonso Pena Júnior.]

Gustavo Corção e a Sua Obra Singular (ano 5, n.º 9, set. 1947).

Na revista *A Ordem*, órgão do Centro Dom Vital (Rio de Janeiro):

Maritain e a Fé na Democracia (ano XXVI, n.º 5-6, maio-jun. 1946).

O Problema da Liberdade (ano XXVI, n.º 11, nov. 1946).

Ozanam, Precursor (vol. XLI, n.º 4, abr. 1949).

Ozanam e as Conferências Vicentinas (vol. XLI, n.º 6, jun. 1949).

Sobre O Problema da Riqueza (vol., XLII, n.º 1-2, jul.-ago. 1949).

O Silêncio de Santo Tomás no Auto da Alma (vol. XLII, n.º 4, out. 1949).

Congregações Marianas e Conferências Vicentinas (vol. XLII, n.º 6, dez. 1949).

A Mensagem de S. Vicente de Paulo (vol. XLIII, n.º 1-2, jan.-fev. 1950).

Os Católicos e a Política (vol. XLIII, n.º 3, mar. 1950).

Impressões de S. Paulo (vol. XLIII, n.º 3, mar. 1950),

O Reino da Mentira (vol. XLIII, n.º 6, jun. 1950).

A Classificação das Palavras (vol. XLIV, n.º 6, nov.-dez. 1950).

O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura (vol. XLV, n.º 3-4, mar.-abr. 1951).

O Vocabulário da Literatura Infantil (vol. XLVI, n.º 3-4, set.-out. 1951).

Saudação a Nossa Senhora de Fátima (vol. L, n.º 2, ago. 1953).

A Presença de Ozanam (vol. L, n.º 3, set. 1953).

Bibliografia de Ozanam (vol. L, n.º 3, set. 1953).

O Problema da Tradução (vol. LII, n.º 3, set. 1954).

A Vernaculidade da Tradução (vol. LII, n.º 4, out. 1954).

Exigências e Técnica da Boa Tradução (vol. LII, n.º 6, dez. 1954).

Alterações Semânticas (vol. LIII, n.º 1, jan. 1955).

A Metáfora na Língua (vol. LIII, n.º 5, maio 1955).

No *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro:

A Filologia é Uma Ciência (20-3-1947).

Filologia e Linguística (27-3-1947).

As Línguas Românicas (3-4-1947).

Geografia das Línguas Românicas (10-4-1947).

A Transplantação das Línguas Românicas (17-4-1947).

A Língua Portuguesa no Brasil (24-4-1947).

A Importância dos Textos (8-5-1947).

A Língua Portuguesa – I (15-5-1947).
 A Língua Portuguesa – II (22-5-1947).
 O Infinito Pessoal (29-5-1947).
 A Sintaxe Portuguesa (5-6-1947).
 Concordância (12-6-1947),
 A Colocação dos Pronomes (19-6-1947).
 A Classificação de Palavras – I (26-6-1947).
 A Classificação de Palavras – II (3-7-1947).
 A Classificação de Palavras – III (10-7-1947).
 Constituição do Vocabulário – I (17-7-1947).
 Constituição do Vocabulário – II (24-7-1947).
 Constituição do Vocabulário – III (31-7-1947).
 O Problema Ortográfico – I (7-8-1947).
 O Problema Ortográfico – II (14-8-1947).
 O Problema Ortográfico – III (21-8-1947).
 Da Formação Filológica (28-8-1947).
 Da Análise Sintática (4-9-1947).
 A Classificação das Línguas – I (11-9-1947).
 A Classificação das Línguas – II (18-9-1947).
 As Línguas Indo-Europeias – I (25-9-1947).
 As Línguas Indo-Europeias – II (2-10-1947).
 As Línguas Indo-Europeias – III (9-10-1947).

Na revista *Vozes* (Petrópolis):

Relações Entre a Literatura e o Ambiente (jan.-fev. 1947).
 Conceito de Cultura Brasileira (ano 60, n.º 6, jun. 1966).
 Cultura Brasileira – II: Fatores Estáticos da Cultura (ano 60, n.º 7, jul. 1966).
 Cultura Brasileira – III: O Meio Físico Brasileiro Como Condicionante da Cultura (ano 60, n.º 8, ago. 1966).
 Cultura Brasileira – IV: A Herança Portuguesa (ano 60, n. 9, set. 1966).
 Cultura Brasileira: A Herança Indígena (ano 60, n.º 10, out. 1966).
 Cultura Brasileira: A Herança Africana (ano 60, n.º 11, nov. 1966).
 Cultura Brasileira (ano 60, n. 12, dez. 1966).

Cultura Brasileira: o Elemento Dinâmico da Cultura Nacional (ano 61, n.º 1, jan.1967).

No *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro:

Ameaças Ortográficas (11-1-1948).

O Papel da Analogia na Língua (21-3-1948).

Causas e Efeitos da Evolução Fonética (18-4-1948).

Escolha e Rejeição de Livros em Filologia (4-7-1948).

Literatura Filológica (9-1-1949).

Na *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro:

O Caso do Instituto de Educação (21-4-1952).

Cremação de Cadáveres (23-4-1952).

A Inumação (24-4-1952).

O Mais Alto Valor (25-4-1952).

Prefeito Festeiro (26-4-1952).

Assistência Social (28-4-1952).

Portas e Janelas (29-4-1952).

Cidade Condenada (30-4-1952).

Zero em Abril (2-5-1952).

1.000.000 (3-5-1952).

Espertos e Otários (5-5-1952).

—São Judas, me Ajuda! (6-5-1952).

Os Moços e a Política (7-5-1952).

A Autarquia das Favelas (8-5-1952).

Subprefeituras (9-5-1952).

Municipalização (10-5-1952).

Sousa da Silveira (12-5-1952).

À Felicidade do Aires (13-5-1952).

Adeus, Laranjeiras! (14-5-1952).

Evolução Semântica (15-5-1952).

Dois Pesos (16-5-1952).

100 Anos Depois (17-5-1952).

Por Equidade... (19-5-1952).

Um Oásis (20-5-1952).
 Polícia, Ontem e Hoje (21-5-1952).
 Cachorros e Crianças (22-5-1952).
 Mais Um (23-5-1952).
 Lamentável Estreia (24-5-1952).
 Má Etimologia, Boa Doutrina (27-5-1952).
 Desabadiço (29-5-1952).
 Ofensas ao Legislativo (30-5-1952).
 Um Ano de Bons Serviços (31-5-1952).
 Decadência da Conversa (2-6-1952).
 Explicação (3-6-1952).
 Fora com as Crianças (4-6-1952).
 Monopólio do Ensino (5-6-1952).
 O Crime do Padeiro (7-6-1952).
 Sugestões à LEC (10-6-1952).
 O Artigo 43 (11-6-1952).
 O Interino e os Interinos (14-6-1952).
 Acordo e Desacordo (16-6-1952).
 Dia da Alegria (17-6-1952).
 A Reivindicação Burguesa (18-6-1952).
 Nas Sombras da Noite (19-6-1952).
 —Comédie e Comédia (23-6-1952).

No ***Jornal do Brasil***, do Rio de Janeiro:

Mestre Augusto Magne (7-7-1957).
 Falares Brasileiros (14-7-1957).
 Um Drama da Cultura (21-7-1957).
 Convite à Poesia de Alphonsus de Guimaraens (28-7-1957).
 Gramática em Crise (18-8-1957).
 O Regional e o Universal num Romance (25-8-1957).
 Brasília e a Mudança da Capital (8-9-1957).
 Congresso de Democracia Cristã (29-9-1957).

Vozes de Esperança (27-10-1957).
 Sinais de Borrasca (2-11-1957).
 Reflexões Sobre a Hora Presente (10-11-1957).
 Vieira, os Textos e os Ladrões (17-11-1957).
 Vícios de Pronúncia (24-11-1957).
 Luta e Paciência Democrática (1-12-1957).
 Vigilância e Espírito Público (8-12-1957).
 O Que Fizeram do Natal (22-12-1957).
 Balanço Amargo (29-12-1957).
 Perspectivas... (5-1-1958).
 A Indústria do Ensino (12-1-1958).
 Um Livro Brasileiro e Generoso
 No *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro:
 A Pronúncia Carioca (3-7-1960).
 Que Língua se Fala no Brasil? (3-4-1966).
 Quem Deve Ensinar Literatura Brasileira? (26-5-1966).
 Na revista *Permanência* (Rio de Janeiro):
Resistite Fortes in Fide (ano I, n.º 1, out. 1968).
Ubi Petrus, Ibi Ecclesia (ano I, n.º 2, nov. 1968).
 Escolho as Duas... (ano I, n.º 3, dez. 1968).
 O Segundo Sinal (ano I, n.º 4, jan. 1968).
 Quem Era Jesus? (ano I, n.º 5-6, fev.-mar. 1969).
 Que Fazer na Crise? (ano II, n.º 7, abr. 1969).
 O Fundamento da Vida (ano II, n.º 8, maio 1969).
 A Doutrina e a Ação da — Igreja Carismática (ano II, n.º 9, jun. 1969).
 O Alento da Vida (ano II, n.º 10, jul. 1969),
 Convite à Alegria (ano II, n.º 11-12, ago.-set. 1969).
 A Moral de Sempre e a — Nova Moral (ano II, n. 13, out. 1969).
 O Cristão e o Mundo (ano II, n.º 14, nov. 1969).
 O Sentido da Vida (ano II, n.º 15, dez. 1969).
 Um Centenário e Uma Esperança (ano II, n.º 16-17, jan.-fev. 1970).
 Ainda a Missa (ano III, n.º 18, mar. 1970).

- Fidem Servare* (ano III, n.º 19, abr. 1970).
- Maria, no Concílio e no — Credo de Paulo VI (ano III, n.] 20, maio 1970).
- Erros e Heresias Acobertados Pela Tradução Brasileira da Missa (ano III, n.º 21, jun. 1970).
- Critérios da Caridade (ano III, n. 22, jul. 1970).
- Secularização e Sacralização (ano III, n. 23-24, ago.-set. 1970).
- Difundamos Nossa Regra de Fé (ano III, n. 25, out. 1970).
- Nossa Posição Ante a Nova Missa (ano III, n. 26, nov. 1970).
- O Verdadeiro Conceito de Ecumenismo (ano III, n.º 27, dez. 1970).
- Mysterium Fidei, Presença Real (ano III, n.º 28-29, jan.-fev. 1971).
- Creio na Santa Igreja Católica (ano IV, n.º 30, mar. 1971).
- Legionários da Unidade (ano IV, n.º 31, abr. 1971).
- Recorramos a Nossa Senhora! (ano IV, n.º 32, maio 1971).
- Convite a um Grande Livro (ano IV, 33-34, jun.-jul. 1971).
- Os Sinais Sagrados (ano IV, n.º 35, ago. 1971),
- As Sombras Começam a Dissipar-se (ano IV, n.º 36-37, set.-out. 1971).
- O Sacramento e a Virtude da Penitência (ano IV, n.º 39, dez. 1971).
- Uma Forma Concreta de Caridade (ano V, n.º 40, jan.-fev. 1972).
- Tomada de Consciência (ano V, n.º 42, abr. 1972).
- Na *Carta Mensal*, órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio (Rio de Janeiro):
- A Crise da Cultura Brasileira (ano XV, n.º 173, ago. 1969).
- A Língua-Padrão do Brasil (ano XV, n.º 175, out. 1969).
- Remanescentes Indígenas e Africanos na Cultura Brasileira (ano XV, n.º 179, fev. 1970).
- A Herança Portuguesa na Cultura Brasileira (ano XVI, n.º 182, maio 1970).
- Alencar, Cultor e Artífice da Língua (ano XVI, n.º 193, abr. 1971).
- Uma Interpretação Talvez Revolucionária de Machado de Assis (ano XVI, n. 195, jun. 1971).
- Origens e Formação da Cultura Ocidental (ano XVI, n.º 200, nov. 1971).
- O Pensamento Filosófico no Brasil (ano XVI, n.º 202, jan. 1972).
- Variações em Torno dos Romances (ano XX, n.º 240, mar. 1975).
- Duas Religiões do Homem (ano XXI, n.º 252, mar. 1976).

- A Decadência da Língua Culta e Suas Causas (ano XXII, n.º 259, out. 1976).
Lei e Direito Natural na Filosofia Clássica (ano XXIII, n.º 267, jun. 1977).
A Língua Portuguesa no Brasil e no Mundo (ano XXIII, n.º 273, dez. 1977).
O Direito, o Estado e a Sociedade Segundo Pio XII (ano XXIV n.º 278, maio 1978).
A Origem da Linguagem (ano XXIV, n.º 288, mar. 1979).
Ainda é Tempo de Reagir (ano XXV, n.º 294, set. 1979).
A Reintegração Galego-Portuguesa (ano XXVI, n.º 305, ago. 1980).
Relembrando Camões... (ano XXVI, n.º 309, dez. 1980).
Variações Sobre as Esquerdas (ano XXVII, n.º 323, fev. 1982).
No Centenário de João XXIII (ano XXVIII, n. 325-326, abr.-maio 1982).
Considerações Sobre a Democracia (ano XXVIII, n.º 328, jul. 1982).
O Inventário Lexical Brasileiro (ano XXVIII, n.º 336, mar. 1983),
Lições Camonianas de Bem Viver (vol. 29, n.º 344, nov. 1983).
Gustavo Corção: o Homem, a Obra, a Mensagem (vol. 30, n.º 351, jun. 1984).
Justiça e Amizade Cívica, Fundamentos da Democracia (vol. 31, n.º 358, jan. 1985)
Uma Política da Língua: as Duas Vertentes (vol. 31, n.º 367, out. 1985).
Radiografia de Machado de Assis (vol. 32, n.º 379, out. 1986).
Vicissitudes da Verdade (vol. 35, n.º 411, jun. 1989).
Maquiavel e Sua Descendência (vol. 35, n.º 417, dez. 1989).
No Diário de Notícias de Lisboa (série de 65 artigos semanais, na coluna — Crônica do Brasil, publicada aos domingos): A Semana de Arte Moderna, Marco da História Cultural do Brasil (23-10-1972).
Camões no Brasil (31-1-1973).
O Carnaval (18-3-1973).
O Trianon (25-3-1973).
A Santa Casa do Rio (1-4-1973).
Tupi e Português (8-4-1973).
Donga e o Samba (15-4-1973).
A Semana Santa Mineira (22-4-1973).
Um Festival de Inverno (29-4-1973).

Treze de Maio (13-5-1973).
O Centenário de Niterói (20-5-1973).
Retorno ao Zero (927-5-1973).
Congresso de Filologia e de Camonologia (3-6-1973).
A Quatro Mãos (10-6-1973).
Coronel e Coronéis (17-6-1973).
A Capital e o Interior (24-6-1973).
Atendendo a um Pedido (1-7-1973).
Desfaz-se um Mal-Entendido (8-7-1973).
Glória Mesclada de Tristeza (15-7-1973).
Um Servidor da Verdade (22-7-1973).
Nova Era (29-7-1973).
Um Poeta de Raça (5-8-1973).
Ocaso de um Império (12-8-1973).
As Origens do Bacharelismo (19-8-1973).
Um Ariano Ortodoxo (26-8-1973).
Dois Gaúchos (2-9-1973).
A Linguística no Brasil (9-9-1973).
Vida e Morte do Palhaço (16-9-1973).
A Hora e a Vez do Piauí (23-9-1973).
Idealização e Realidade (30-9-1973).
Da Teoria à Prática (7-10-1973).
Presente de Pobre (14-10-1973).
Do Maranhão a Tiradentes (21-10-1973).
Um Homem Realizado (28-10-1973).
Um Paladino da República (4-11-1973).
Rememorando um Pioneiro (11-11-1973).
Por Paus e por Pedras... (18-11-1973).
Agradável Presença (25-11-1973).
Olinda Sobrou (9-12-1973).
O Laço Principal (16-12-1973).
Evocação de um Mestre (23-12-1973).

Olinda e Seu Monge (6-1-1974).
 Espelho de Duas Faces (13-10-1974).
 Memórias de um Desmemoriado (20-1-1974).
 Caminhos Cruzados (27-1-1974).
 A Quebra do Padrão-Ouro (3-2-1974).
 Bom Serviço (10-2-1974).
 Presença Brasileira (17-2-1974).
 Vernaculizações (24-2-1974).
 Do Começo ao Recomeço (3-3-1974).
 Para Não Faltar... (10-3-1974).
 Panorama Visto da Ponte (17-3-1974).
 Ponto de Encontro (24-3-1974).
 Ecos do Centenário (31-3-1974).
 Comentário da Plateia (7-4-1974).
 Memorialistas Esquecidos (14-4-1974).
 Reconstrução que Urge (21-4-1974).
 Usos e Fusos (29-4-1974).
 Página Virada (5-5-1974).
 Um Abridor de Caminhos (13-5-1974).
 Explicações (19-5-1974).
 Herança Minhota (26-5-1974).
 Música de Sempre (1-6-1974).
 Comoção Nacional (8-6-1974).
 Parabéns ao Cinquentenário (15-6-1974).

Em jornais e revistas diversos (colaboração única)

No Brasil:

O Descalbro do Ensino. (In *Carta da Resistência*, órgão da Resistência Democrática, Rio de Janeiro, ano 2, n.º 53, 1949).

Orientações e Desorientações em Filologia. (In *Lumen*, Recife, ano 1, n.º 2, jul. 1949).

Racionalização e Simplificação da Análise Sintática. (In *Anhemi*, São Paulo,

ano 1, vol. 3, n.º 8, jul. 1951).

Cristo e o Mundo. (In *Lareira*, São Paulo, dez. 1952).

Alceu Amoroso Lima, o Laureado do Ano. (In *Comentário*, publicação do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação, ano 1, n.º 1, jan.-mar. 1960).

Testemunho Sobre Corção. (In *O Globo*, Rio de Janeiro, 11-8-1960).

A Poesia do Ouro em Feliz Antologia. (In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18- 11-1967).

Lusíadas e Anti-Lusíadas. (In *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, 1980).

No Exterior:

In Brasilien wird Portugiesisch gesprochen. (In *Das Parlament*, Bonn, n.º 37, 9-9- 1954).

Dialectos Brasileiros. (In *Brasil*, edição do SERPRO da Embaixada do Brasil em Lisboa, Lisboa, n.º 23, jan. 1964).

Cultura: Etimologia da Palavra. (In *Revista de Portugal*, Série A – Língua Portuguesa, Lisboa, vol. 32, 1967).

A Arquitetura Barroca no Brasil. (In *Diário do Minho*, Braga – Portugal, 3-12-1972).

Reflexão Crítica Sobre a Educação. (In *Boletim da Mocidade Portuguesa*, Lisboa, n.º 1, jun. 1973).

O Futuro da Língua Portuguesa no Brasil. (In *O Século*, Lisboa, 4-1-1974).

La Gran Poesía del Modernismo Brasileño. (In *Revista de Cultura Brasileña*, Madrid, n.º 47, out. 1978).

Brasil, Uma Igreja Diferente. (In *Notícias de Guimarães*, Guimarães - Portugal, 7- 10-1983).

Na revista *Linguagem*, órgão do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói:

O Cultivo da Língua Literária (ano I, n.º 1, 1978).

Para um Dicionário de Brasileirismos (ano I, n.º 2, 1983).

Na revista *Confluência*, órgão do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, do Rio de Janeiro:

Em *Defesa da Língua-Comum do Espaço Luso-Brasileiro* (n.º 1, 1.º sem. 1991).

Dêicticos e Anafóricos na Língua Portuguesa (n.º 2, 2.º sem. 1991).

A Língua das — Sextilhas de Frei Antão (n.º 4, 2.º sem. 1992).
 Convite a Ler Vieira (n.º 7, 1.º sem. 1994). Em *Pelo Bem Comum – Revista de Cultura Humanística*, direção de Cláudio H. Moniz Braga, Mendes – RJ:
 Os Sacramentos da Igreja (maio 1992).
 Algo Sobre o Batismo (ago. 1992),
 —Sereis Minhas Testemunhas... (set. 1992).
 Mysterium Fidei! (out. 1992).
 O Sacrifício da Nova Lei (dez. 1992).
 A Comunhão Sagrada (fev. 1993).
 O Sacramento do Perdão (mar. 1993).
 O Sacramento – Porta do Céu (maio 1993).
 —Não Vos Deixarei Órfãos (jul. 1993).
 O Sacramento de Dois Ministros (set. 1993).
 Algo Sobre a Fé (fev. 1994),
 Agora, a Esperança (abr. 1994).
 A Maior das Três (maio 1994).
 Algo Sobre a Prudência (ago. 1994).
 A Justiça (set. 1994).
 A Virtude da Força (dez. 1994).
 Notas Sobre a Temperança (mar. 1995).

Observação final:

Na organização deste *curriculum vitae* foram levados em consideração, em primeiro lugar, os dados que constam do documento apresentado pelo professor Gladstone Chaves de Melo à Comissão examinadora do concurso para Titular de Língua Portuguesa no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense a que se submeteu no ano de 1985. Os referidos dados – datados de 1985 – foram agora reorganizados e atualizados na medida do possível, e, embora com lacunas, atendem à finalidade principal de evidenciar a extensão e a profundidade alcançadas na vida profissional pelo homenageado.

ENSAIOS

ENSINANDO LÍNGUA PORTUGUESA ATRVÉS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

AFRÂNIO DA SILVA GARCIA (UERJ E ABRAFIL)

Resumo:

Este trabalho pretende demonstrar como é fácil e proveitoso ensinar a língua portuguesa através da música popular, tanto por meio de músicas mais elaboradas como por meio de músicas de caráter bem popular e coloquial, sem perder o alto nível linguístico que se espera de uma aula de português.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Ensino; Semântica; Figuras de Linguagem; Sintaxe Oracional

1. INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas com que um professor se depara é a falta de motivação dos alunos. Desde 1997, venho usando a música popular como elemento secundário ou fundamental na prática pedagógica como professor de língua portuguesa, com excelentes resultados. Os alunos ficam bastante motivados e realmente aprendem.

Neste trabalho, pretendo em primeiro lugar trabalhar a semântica: metáforas, metonímias, antíteses, hipérboles, ambiguidades, etc. através de grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso, Djavan, Cazuza e Rita Lee.

Em segundo lugar, irei trabalhar a morfossintaxe das formas verbais utilizadas em “VERDADE”, de Zeca Pagodinho, através de orações adverbiais finais reduzidas de infinitivo, como pra ganhar seu amor, no intuito de demonstrar que a boa língua portuguesa não é privilégio apenas dos meios acadêmicos.

Por último, pretendo apresentar as conclusões decorrentes da pesquisa.

2. METONÍMIAS E ANTÍTESES EM ‘O QUERERES’ DE CAETANO VELOSO

A estrutura semântica e estilística desta canção está centrada em **antíteses** formadas geralmente pela oposição entre **duas metonímias** ou entre uma palavra em seu sentido próprio e uma **metonímia**, como podemos

conferir abaixo:

O QUERERES (Caetano Veloso)

Onde queres **revólver** sou **coqueiro**
 E onde queres **dinheiro** sou **paixão**
 Onde queres **descanso** sou **desejo**
 E onde sou só desejo queres não
 E onde não queres nada nada falta

E onde **voas** bem alta eu sou o **chão**
 E onde pisas o chão minha alma salta
 E ganha liberdade na amplidão

Onde queres **família** sou **maluco**
 E onde queres romântico, burguês
 Onde queres **Leblon** sou **Pernambuco**
 E onde queres eunuco, garanhão
 E onde queres **o sim e o não, talvez**
 Onde vês, eu não vislumbro razão
 Onde queres o lobo eu sou o irmão
 E onde queres **cowboy** eu sou **chinês**

Ah! **bruta flor** do querer
 Ah! bruta flor bruta flor

Onde queres o **ato** eu sou **espírito**
 E onde queres **ternura** eu sou **tesão**
 Onde queres **o livre, decassílabo**
 E onde buscas **o anjo** sou **mulher**
 Onde queres prazer sou o que dói
 E onde queres tortura, mansidão
 Onde queres **um lar, revolução**
 E onde queres bandido sou herói

Eu queria querer-te e amar o amor
 Construir-nos dulcíssima prisão
 E encontrar a mais justa adequação
 Tudo métrica e rima e nunca dor
 Mas a vida é real e de viés
 E vê só que cilada o amor me armou
 Eu te quero (e não queres) como sou
 Não te quero (e não queres) como és

Ah! bruta flor do querer
 Ah! bruta flor bruta flor

Onde queres **comício, fliper-vídeo**
 E onde queres romance, rock'n'roll
 Onde queres a lua eu sou o sol
 Onde a pura natura, o inseticídio
 E onde queres mistério eu sou a luz
 Onde queres **um canto, o mundo inteiro**
 Onde queres quaresma, fevereiro
 E onde queres **coqueiro** sou **obus**

O querereres e o estares sempre a fim
 Do que em mim é de mim tão desigual
 Faz-me querer-te bem, querer-te mal
 Bem a ti, mal ao querereres assim
 Infinitivamente pessoal
 E eu querendo querer-te sem ter fim
 E, querendo-te, aprender o total
 Do querer que há e do que não há em mim.

Logo no início, temos uma antítese entre duas metonímias: **revólver**, metonímia de violência, agressividade, e **coqueiro**, metonímia de tranquilidade, descontração. Pode-se verificar que ambas são **metonímias** e não **metáforas** pelo fato de não podermos transformá-las em **símiles**: o **revólver** não é **como** a violência, mas um **instrumento** dela; o **coqueiro** não é **como** a tranquilidade, mas um dos elementos **contíguos** a ela (na imagem de alguém relaxado, descansando tranquilamente numa rede à sombra de um coqueiro). Em seguida, temos uma antítese entre **dinheiro** e **paixão**, que tanto pode envolver as palavras em seu sentido próprio, quanto podemos ver **dinheiro** como uma metonímia de **mercantilismo, ganância**, sendo este o conceito que faria antítese com **paixão**. Depois vem uma antítese simples, ente **descanso** e **desejo**, seguida logo após por uma **antítese clássica**, empregada por muitos autores: a antítese entre **sonho**, esperança, liberdade, metonimizada (ou metaforizada, como dizem alguns) em imagens de **voo, céu, altura**, etc., e **realidade**, concretude, submissão, metonimizada em **chão, terra, solo, alimentos básicos** (vide a antítese presente no título de **O feijão e o sonho** de Orígenes Lessa), etc., através da oposição entre **voa** e **chão**, reiterada na linha seguinte por **pisa o chão** e **salta**, sendo esta palavra enfatizada por **liberdade** e **amplidão**, na outra linha.

Na segunda estrofe, temos quatro antíteses primorosas: entre **família**, metonímia de adequação, enquadramento, e **maluco**, metonímia de ruptura, transgressão; entre **Leblon**, uma dupla metonímia, tanto de riqueza, sofisticação (um os bairros mais caros e chiques do Rio de Janeiro) quanto de cosmopolitismo, mundanismo (pessoas de todos os cantos do país e do mundo circulam por lá), e **Pernambuco**, também uma dupla metonímia, de simplicidade, rusticidade, e de regionalismo, provincianismo; em seguida, temos uma antítese, **o sim e o não**, que, a par de manter seu valor de **antítese**, constitui-se também numa **metonímia**, de decisão, de assertividade, gerando uma **nova antítese** em oposição com **talvez**, metonímia de indecisão, de dúvida; e entre **cowboy**, de novo uma dupla metonímia, de aventura, impetuosidade e de Ocidente, capitalismo, e **chinês**, também uma dupla metonímia, de sabedoria, tranquilidade (a imagem estereotipada dos chineses nos filmes ocidentais), e de Oriente, comunismo.

O refrão apresenta uma antítese entre o adjetivo **bruta** e seu substantivo **flor**, o qual tem um sentido evidentemente metafórico. A terceira estrofe principia com uma **antítese clássica**, entre **corpo** e **espírito**, entre o **amor espiritual** e o **amor carnal**, apresentada de duas maneiras: pela oposição entre **ato**, metonímia de corpo (função pela coisa) e **espírito**, e pela oposição entre **ternura**, metonímia de amor espiritual (relação parte-todo), e **tesão**, metonímia de amor carnal (relação parte-todo); segue-se uma antítese relacionada ao próprio fazer poética, entre **o livre**, por **verso livre**, metonímia de liberdade, ruptura, e **decassílabo**, metonímia de rigor, conformidade, reiterando a antítese entre **família** e **maluco** da segunda estrofe. Logo após vem uma antítese de duplo sentido, onde Caetano brinca com seus (suas) ouvintes, fazendo uma antítese entre **anjo** e **mulher**, pois **anjo** tanto pode ser entendido como metonímia de pureza, ausência de sexo quanto no seu sentido próprio, o que geraria uma dupla antítese, pois **mulher** tanto pode ser entendida como metonímia de sedução, sensualidade quanto no sentido metafórico, de ser que se opõe ao anjo, **demônio**. A estrofe se encerra com a antítese entre **lar**, metonímia de conformidade, participação, e **revolução**, metonímia de ruptura, transgressão, reiterando a oposição de ideias anteriormente vista nas antíteses entre **família** e **maluco** e entre **o livre** e **decassílabo**.

A quarta estrofe (assim como a última) abandona o esquema de antíteses e metonímias, centrando-se numa aparência conceptista, uma visão nitidamente barroca. A quinta estrofe abre com uma linda antítese entre **comício**, metonímia de engajamento, politização, e **fliper-vídeo**, metonímia de alienação, despolitização; segue-se a antítese entre **um canto**, metonímia de isolamento, individualismo, e **o mundo inteiro**, metonímia de participação,

mundanismo; e termina com a antítese entre **obus** (canhão grande), metonímia de violência, agressividade, e **coqueiro**, metonímia de tranquilidade, descontração, numa **repetição da antítese inicial**, com leve modificação, de **revólver** para **obus**.

3. HIPÉRBOLES EM ‘EXAGERADO’ DE CAZUZA, ‘NUNCA’ DE LUPISCÍNIO E ‘NEM UM DIA’ DE DJAVAN

O estudo da **hipérbole**, o uso estilístico do **exagero** para intensificar a emoção ou a contundência do que se diz, pode ser soberbamente exemplificado em sala de aula pelas canções **Exagerado**, de Cazuzza, **Nunca**, de Lupiscínio Rodrigues, e **Nem um dia**, de Djavan, como veremos a seguir.

EXAGERADO (Cazuza - Ezequiel Neves – Leoni)

Amor da minha vida
Daqui até a **eternidade**
Nossos destinos foram **traçados**
Namaternidade

Paixão cruel, **desenfreada**
Te trago **mil rosas roubadas**
Pra desculpar minhas **mentiras**
Minhas **mancadas**

Exagerado
Jogado aos teus pés
Eu sou mesmo exagerado
Adoro um amor inventado

Eu **nunca mais vou respirar**
Se você **não me notar**
Eu posso até **morrer de fome**
Se você **não me amar**

Por você eu **largo tudo**
Vou **mendigar, roubar, matar**
Até nas coisas mais banais
Pra mim é tudo ou nunca mais

Exagerado
 Jogado aos teus pés
 Eu sou mesmo **exagerado**
Adoro um amor inventado

Que por você eu largo tudo
Carreira, dinheiro, canudo
 Até nas coisas mais banais
 Pra mim é **tudo ou nunca mais**

Exagerado já abre com uma hipérbole: **amor da minha vida**, a qual se segue outra mais intensa: **até a eternidade**, e outra mais intensa ainda: **caminhos traçados na maternidade** (interessantemente, Cazuzza, compositor moderno e transgressor, retorna à imagem romântica, ou ultrarromântica, da **alma gêmea**, dos amantes que foram destinados um ao outro antes mesmo de nascer), num processo de **gradação hiperbólica** de grande efeito.

A segunda estrofe também abre com uma hipérbole: **paixão desenfreada** (e **cruel**, de novo o viés romântico) reiterada por uma hipérbole ainda mais forte: **mil rosas roubadas**, culminando a gradação hiperbólica ultrarromântica com a imagem humilhante da estrofe seguinte: **jogado aos teus pés**. Vale a pena notar aí que, embora Cazuzza assuma uma **postura ultrarromântica** nesta canção, ele a **renega** através de uma **antítese conceitual** (não entre palavra, mas entre os conceitos relacionados a elas), quando pede ‘para desculpar minhas **mentiras**, minhas **mancadas**’ e, mais adiante, ao se dizer **exagerado**, justificando-se: **Adoro um amor inventado**. Ora, se ele ama tanto assim alguém, porque as **mancadas**, e mais ainda, as **mentiras**; porque negar sua própria mensagem ao se dizer **exagerado**; e se ele tem tanto amor assim, **até a eternidade, desde a maternidade**, porque o amor inventado?

A quarta estrofe apresenta hipérboles muito fortes de autonegação e suicídio, continuando a ideia expressa por **jogado aos teus pés** e enfatizando-a: **nunca mais respirar, morrer de fome** (se você não me notar, se você não me amar). Essas hipérboles são reiteradas, de forma inversa, quando o poeta afirma todos os sacrifícios que fará pelo seu amor, primeiro por uma hipérbole: **largo tudo**; depois, por uma gradação hiperbólica: **vou mendigar, roubar, matar**; em seguida, por uma cumulação de hipérboles: **largo tudo, carreira, dinheiro, canudo**. O poeta justifica seu comportamento exacerbado por uma hipérbole final: para mim é **tudo ou nunca mais**.

NUNCA (Lupicínio Rodrigues)

Nunca

Nem que o mundo caia sobre mim

Nem se Deus mandar nem mesmo assim

As pazes contigo eu farei

Nunca

Quando a gente perde a ilusão

Deve **sepultar o coração**

Como eu separei

Saudade

Diga a esse moço por favor

Como foi sincero o meu amor

O quanto eu adorei tempos atrás

Saudade

Não esqueça também de dizer

Que é você quem **me faz adormecer**

Pra que eu viva em paz.

A canção **Nunca** apresenta, logo de início, talvez a gradação hiperbólica mais forte que já existiu, começando por **nunca**, seguida de **nem que o mundo caia sobre mim**, acompanhada de **nem se Deus mandar**, e, como se não fosse bastante, este mandamento de Deus ainda é reforçado pela concessiva: **nem mesmo assim**. Depois dessa gradação hiperbólica tão retumbante, as demais hipérboles chegam a ser redundantes: a hipérbole baseada numa metáfora; **sepultar o coração**; e a hipérbole baseada numa prosopopeia, que denuncia a inquietude que a falta do amor causa ao poeta: **Saudade... é você que me faz adormecer**.

NEM UM DIA (Djavan)

Um dia frio

Um bom lugar pra ler um livro

E o pensamento lá em você, **Eu sem você não vivo**

Um dia triste

Toda fragilidade incide

E o pensamento lá em você,

E tudo me divide
Longe da felicidade
E todas as suas luzes
Te desejo como ao ar
Mais que tudo,
És manhã na natureza das flores
 Mesmo por **toda riqueza**
Dos sheiks árabes
Não te esquecerei um dia,
Nem um dia

Espero com a força do pensamento
Recriar a luz que me trará você.
E tudo nascerá mais belo,
O verde faz do azul com o amarelo
O elo com todas as cores
Pra enfeitar amores gris.

Em **Nem um dia**, Djavan abre a canção com uma menção casual à amada: **o pensamento lá em você**, para logo em seguida lançar uma hipérbole fortíssima: **eu sem você não vivo**. Esse sentimento exacerbado é reiterado na segunda estrofe pela mesma menção casual da primeira estrofe: **o pensamento lá em você**, mas este tom casual serve apenas como preparação para a intensidade da gradação hiperbólica da terceira estrofe, em que o autor, privado da amada, sente-se **longe da felicidade e todas as suas luzes**; compara-a à própria fonte da vida: **te desejo como o ar**, e termina por constatar sua importância inexcelsível: **mais que tudo**. As hipérboles sucedem-se na quarta estrofe, como o símile hiperbólico: **és como a natureza das flores** (note-se esta característica da variante poética do português brasileiro, em que o pronome **tu** e as **formas verbais de segunda pessoa do singular** voltam a ser usados quando se quer reforçar a intensidade de um diálogo), seguido da comparação hiperbólica entre o valor da amada e **toda riqueza dos sheiks árabes**, culminando na afirmação: **não te esquecerei um dia**, reiterada e reforçada pela especificação totalizante: **nem um dia**. A canção termina pelo paralelismo metafórico hiperbólico entre a amada e a luz: **recriar a luz que me trará você**, num mundo em que **tudo nascerá mais belo** (sintam a força totalizante do pronome **tudo**), em que as cores, como os amantes, se unirão: **o verde faz do azul com o amarelo o elo com todas as cores**, fazendo desaparecer a tristeza (cf. **um dia triste**, que abre a segunda estrofe) ao **enfeitar amores gris** (cinzentos, tristes).

4- AMBIGUIDADE EM ‘LANÇA-PERFUME’ DE RITA LEE

Cada autor costuma se fixar em algum tipo de figura de linguagem ou recurso semântico na feitura de suas canções. Vejam com que maestria os compositores Rita Lee e Roberto de Carvalho trabalham a **ambiguidade**.

LANÇA-PERFUME (Rita Lee & Roberto Carvalho)

Lança menina
Lança todo esse perfume
Desbaratina
 Não dá pra ficar **imune**
 A esse **amor que tem jeito de coisa maluca**
 Vem cá meu bem
 Me descola um carinho
 Eu sou neném
 Só sossego com **beijinho**
 Vê se me **dá o prazer de ter prazer comigo**
Me aqueça
 Me vira de ponta-cabeça
 Me faz de gato-e-sapato
Me deixa de quatro no ato
Me enche de amor de amor
 Lança lança perfume

Este poema, centrado no tradicional produto de carnaval, o **lança-perfume** procura sempre fazer um contraponto entre um **sentido comum** e um **sentido erótico** nos termos usados. Logo na estrofe inicial, temos: **lança, menina, lança todo esse perfume**, que tanto pode se referir ao **perfume** contido no lança-perfume quanto ao próprio **perfume da menina**, que também pode ser definido de duas maneiras: um **perfume comprado** ou seu **cheiro de mulher**. O verbo seguinte, **desbaratina**, pode ter quatro sentidos, pois tanto pode se referir à **menina** ou a outra **pessoa**, que fica **enlouquecido, de fato ou de desejo**. Essa loucura é devida ao fato de que a **menina** ou uma **outra pessoa** não podem ficar **imunes** (enlouquecem ou são seduzidos) com esse **amor que tem cheiro de coisa maluca** (reforçando a ideia do cheiro da mulher, do perfume

do sexo). Logo após, o autor pede carinho, dizendo: **eu sou neném, só sossego com beijinho** (de novo contrapondo a **inocência** do beijinho no neném com a **malícia** de alguém que só sossega com beijinho, e alguma coisa mais), o que é reiterado pela **ambiguidade** da exigência gentil: **vê se me dá o prazer de ter prazer comigo**. Em seguida, vem uma ambiguidade em que a carga sensual é nitidamente preponderante: **me aqueça**, seguida de várias expressões coloquiais que confirmam tanto o ato de **desbaratinar** quanto uma possível **dominação**: me vira de ponta-cabeça, me faz de gato-e-sapato, **me deixa de quatro no ato** (note-se a nítida prevalência do conteúdo sensual nesta última expressão, sugerido por **deixar de quatro** e reforçado por **no ato**). Por fim, o **autor** ou a **menina** (pode-se dividir a canção num diálogo, em que a primeira parte seria a porção masculina falando e a segunda seria a porção feminina) pede ambigualmente e eufemisticamente: **me enche de amor**, que tanto pode ser físico quanto espiritual.

5. FORMAS VERBAIS EM ‘VERDADE’ DE ZECA PAGODINHO

Em **Verdade**, Zeca Pagodinho confirma a competência linguística do músico popular através não só de uma brilhante abertura em gradação hiperbólica como também por um magistral jogo com as formas e tempos verbais.

VERDADE (Zeca Pagodinho)

Descobri que te amo demais
Descobri em você minha paz
Descobri sem querer a vida
Verdade!...
Pra ganhar teu amor fiz mandinga
 Fui à ginga de um bom capoeira
 Dei rasteira na sua emoção
 Com o seu coração fiz zoeira...
 Fui à beira do rio e você
 Com uma ceia com pão
 Vinho e flor

Uma luz **pra guiar sua estrada**
 A entrega perfeita do amor
 Verdade!...
 Descobri que te amo demais
 Descobri em você minha paz
 Descobri sem querer a vida
 Verdade!

Como negar essa linda emoção
 Que tanto bem **fez pro meu coração**
 E a minha **paixão adormecida**...
Meu amor, meu amor, incendeia
 Nossa cama **parece uma teia**
 Teu olhar **uma luz que clareia**
 Meu caminho **tal qual, lua cheia**...
 Eu nem posso **pensar te perder**

Ai de mim **esse amor terminar**
 Sem você minha felicidade
Morreria de tanto penar
 Verdade!... (Repete)
 Descobri que te amo demais!

A canção começa com uma anáfora no passado: **descobri**, que introduz uma gradação hiperbólica no presente: **que te amo demais, em você minha paz** (vejam a beleza desta metáfora, indicando que o autor não tinha paz antes da chegada do ser amado), **sem querer a vida** (de novo, uma bela metáfora: o autor só passa a viver realmente depois de descobrir o ser amado), tudo isso ainda mais enfatizado pela hipérbole final: **verdade!...** Em seguida, o autor narra o quanto se esforçou para conseguir e para proteger seu amor, através de **orações adverbiais finais** reduzidas de infinitivo: **pra ganhar seu amor; pra guiar sua estrada**. A verdade do seu amor, dessa **linda emoção**, simplesmente não há **como negar**, tanto assim que ele despertou sua **paixão adormecida** (reparem no **efeito durativo** do particípio passado). Após uma repetição da expressão **meu amor**, talvez ambígua (ora indicando o sentimento, ora o objeto do amor), seguem-se várias expressões de atividade no presente: **incendeia, parece uma teia, uma luz que clareia, tal qual lua cheia** (reparem no **zeugma do verbo clareia**). Logo após, o autor volta-se para **verbos no infinitivo**, para expressar seu medo de que, no futuro, seu

amor venha a terminar, algumas vezes com **elipse dos elementos conectivos** para realçar o valor dos verbos: eu **nem posso pensar (em) te perder, ai de mim (se) esse amor terminar, morreria de tanto penar** (reparem no uso do **futuro de pretérito**, bastante raro na linguagem coloquial, para indicar uma **hipótese remota ou indesejada**).

Para finalizar, ele reitera de novo a sinceridade de seu amor: verdade!...

6. CONCLUSÃO

Como pudemos ver, com farta quantidade de exemplos, a música popular é uma fonte importante de pesquisa e exemplificação nos estudos de língua portuguesa. Desde compositores amplamente aceitos pela camada mais culta da população, como Caetano Veloso, Chico Buarque e Djavan, até compositores de cunho definitivamente popular, como Kelly Key e Zeca Pagodinho, todos são capazes de nos mostrar um excelente nível de elaboração da língua portuguesa, tanto em termos de conteúdo quando de forma.

A adoção das letras da música popular em sala de aula, contanto que escolhidas com discernimento e responsabilidade, tornam a aula mais viva, mais produtiva, mais alegre, mais emocionante. Nem sempre podemos reunir o útil ao agradável, mas o ensino de língua portuguesa como utilização de música popular como base de pesquisa e exemplificação parece ser uma forma de alcançarmos esse objetivo com razoável frequência. Peço aos distintos colegas e à seleta plateia que pensem nesta possibilidade, de utilizar música popular nas aulas de português, com a atenção e o carinho que esta manifestação cultural merece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DJAVAN. *Djavan Perfil*. Rio de Janeiro: Som Livre, 2005.
- GARCIA, A. S. *Estudos universitários em Semântica*. (2. ed. rev. e atualizada) Rio de Janeiro /edição do autor/ 2011.
- ILARI, R. *Introdução à semântica*. São Paulo : Contexto, 2001.
- KEY, Kelly. *3 Coletâneas de Sucesso Kelly Key*. São Paulo : Warner, 2009. (CD1 5051865286226)
- LEE, Rita. *Rita Lee Perfil*. Rio de Janeiro : Som Livre, 2007 (CD 7891430086022)
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge : C. U. P., 1979.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa:

Calouste Gulbenkian, 1987.

PAGODINHO, Zeca. *Zeca Pagodinho – Uma Prova de Amor*. Rio de Janeiro : Universal Music, 2009 (CD 60252716937)

RODRIGUES, Lupiscínio. *MPB Compositores Lupiscínio Rodrigues*. São Paulo : Globo, 1997.

VELLOSO, Caetano. *VELÔ*. Rio de Janeiro: Universal Music, 2012 (CD 602517240872).

A FILOLOGIA APOLOGÉTICA

AMÓS COELHO DA SILVA (UERJ E ABRAFIL)

Preito a Gladstone Chaves de Melo

Resumo

O Prof. Gladstone Chaves de Melo contribuiu bastante nas pesquisas filológicas. Nos estudos da língua portuguesa, retomou minuciosamente leituras dos maiores pesquisadores do nosso idioma e contestou aquelas outras com múltiplas observações que não estivessem calcadas em legítimos princípios linguísticos, quer por erro de abordagem, quer por posicionamento político mediante considerações sobre a língua portuguesa do Brasil.

Palavras-chave - Filologia; Linguística; Etimologia; Língua Portuguesa do Brasil.

1 – Introdução

Em segunda edição, em 1956, Gladstone cita Santo Agostinho no Prefácio de *Iniciação à Filologia Portuguesa*, a propósito de ter aberto um campo de debate contra os que amam as limitações do *status quo ante* de questões que um dia tinha aprendido: *...amant veritatem lucentem, oderunt eam redarguentem*, (Conf. 1, X, cap. 23) *...amam a verdade que brilha, odeiam a que questiona*¹... – a respeito exatamente de sua apologia sobre os métodos, o espírito e as conclusões da *Filologia Portuguesa contemporânea*... (Prefácio da Primeira Edição).

Basta uma consulta ao índice e perceberemos imediatamente o seu objetivo: orientação segura rumo a trilhar um caminho científico no mundo filológico, pois leremos rubricas como: *I - Caráter Científico da Filologia; II – Filologia e Linguística; III – Da formação filológica. IV – A importância dos textos; etc.* Tais abordagens sempre seguidas de um resumo e bibliografia pertinente que convidam o leitor a uma preparação propositiva de debate dialógico.

Abre-se, na divisão *DIRETRIZES*, um estudo sobre *A Lógica da*

1-Tradução nossa.

Língua, convidando os apedeutas, certos puristas e determinado tipo de gramáticos, que tal construção não é certa porque não “lógica”, que tal forma ou tal giro é melhor porque mais “lógico”, como se a linguagem e a língua fossem um reflexo do puro raciocínio, como se houvera paralelismo perfeito entre o pensamento lógico e a expressão linguística. Nada mais falso, porém. (p. 234 - Grifos do Autor)

No capítulo IV – *Vícios do Nosso Ensino Gramatical*, demonstra como é condenável a falsa orientação de ensinar ou colher o que se sabe de um aluno (ou candidato a concurso) pelo meio de “*correção de textos*” (p.271), o qual na era do computador é “marque a única certa / errada”. Complementam estes comentários o capítulo seguinte: *Como se deve estudar a língua*. Cabe bem a este livro, *mutatis mutandi*, o que Chevalier e Gheerbrandt (PROMETEU, 1994) interpretaram a respeito de simbologia desta entidade mítica da Grécia.

Sabe-se que Prometeu, embora filho do Titã Jápeto, auxiliara a Zeus, senhor incontestado do mundo, na vitória deste contra os Titãs, sob o comando de Crono. No entanto, foi Prometeu condenado a conviver com uma argola, composta de grilhões de aço e presa a um fragmento de coluna, como vingança de Zeus, que é o arquétipo do chefe de família patrilinear. Assim, se tornou o deus filantropo da humanidade, aquele que deu a centelha do fogo celeste aos homens e, por isso, propiciou-lhes o cálculo matemático, a ilustração da vontade humana de intelectualidade, quando esta própria manifestação busca se igualar aos deuses, ultrapassando o princípio banal da utilidade, tão do gosto da mídia e do feroz capitalismo, que emprega a maquinaria para economizar, ou lucrar, algumas moedas; não como Prometeu que inventa *o jugo (d)os animais, escravizando-os à canga ou à sela, para substituírem os mortais nos trabalhos mais penosos...* (estas duas linhas são de uma passagem da tragédia de Ésquilo, *Prometeu Acorrentado*, traduzida por J. Bruna). Desse modo, (Idem, ibidem – grifos nossos) *Nós propomos, portanto, arrolar sob o nome de **complexo de Prometeu** todas as tendências que nos levam a **saber** tanto quanto nossos pais, mais que nosso pais, tanto quanto os nossos mestres, mais que os nossos mestres.*

2 – Política da Língua Portuguesa

Ler *A Língua do Brasil* é fazer um estudo sobre a identidade nacional do idioma português falado na América Latina, sob os pontos de vista

diacrônico e sincrônico, mas através de um corte epistemológico de quem se apresenta atualizado nas mais diversas pesquisas das Ciências da Linguagem. O professor Gladstone leu os comentários sobre as questões de mudanças no português falado no Brasil desde 1826 (p.3) e, sabemos, o debate persistiu e persiste até nossos dias.

Ressalta a importância de ensaios como os de Amadeu Amaral, *O Dialeto Caipira*, de 1920, o de João Ribeiro, *A Língua Nacional*, de 1933, bem como os estudos de Antenor Nascentes e Sousa da Silveira sobre as diferenças entre o português europeu e o americano (p.5), dentre múltiplas pesquisas alistadas e resenhadas no capítulo 1 – *A Língua Portuguesa no Brasil: Resenha Bibliográfica*.

O século XIX brasileiro, imerso no Positivismo, supôs um certo biologismo e evolucionismo linguístico (p.19) que veio a influenciar Monteiro Lobato a escrever *num célebre artigo (...), vindo à luz na revista “D.Casmurro” em 30 de junho de 1938* (p.19) o seguinte:

Assim como português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir. (Idem, ibidem)

Oportunamente, Gladstone traz à luz os últimos avanços da Linguística, inclusive a pesquisa de Meillet, que relaciona a “*estrutura da sociedade*” como causa de *mudanças linguística*. Levanta aspectos de dicotomias saussurianas e de uma outra obra de um dos discípulos de Saussure, *Le Langage et la Vie*, de Ch. Bally, *além de tantos outros elaboradores da moderna Ciência da Linguagem (...)*(p.20) Demonstrando, enfim, que *(A) Linguística e a Filologia são especializações, têm sua técnica. Exigem, pois, formação, iniciação.* (Idem, p.21)

Delineia a seguir uma diferença entre termos de valor gramatical e lexicográfico. O que torna uma língua peculiar não são as palavras lexicográficas, mas sim: *as palavras gramaticais ou estruturais são muito mais importantes para caracterizar a língua...* (p.23) De modo prático traz à baila: *A girl flerta com um play-boy no hall.* Defende a seguir que a frase é de cunho português, *sem embargo de suas palavras lexicográficas serem todas inglesas.* (p.23) Essa colocação linguística é um contraponto aos interesses

ideológicos, e até apaixonados de grupos, liderados por equívocos como a promulgação de um Código Nacional de Trânsito, no período do Estado Novo, *que fala em “língua brasileira”, na qual deve ser arguido e examinado o candidato a motorista (...)* (p.26)

Além disso, manifesta o seu desapontamento diante do menosprezo dos portugueses, cuja inclinação é classificar de “*crioulismo*” *as divergências que se notam “hoje” no Brasil em relação ao português europeu, divergências que, na absoluta maioria dos casos, nada mais são que arcaísmos conservados, dialetismos lusos (...)* (p.27). Ainda lamenta que filologia praticada em Portugal desconheça a praticada no Brasil, inclusive por investigadores como Said Ali, Souza da Silveira, Augusto Magne, Mário Barreto, Heráclito Graça, João Ribeiro (p.27)

Para esboçar o conceito de unidade linguística, faz um levantamento sobre “*variedade na unidade*”, tendo em vista que a língua espelha *fatos humanos e, portanto, participam da variedade e da instabilidade do homem e das sociedades.* (p.28) Vale a pena citarmos sua explicação:

A combinação dos elementos diversificadores é vária de lugar para lugar e a ação deles exige algum tempo para produzir efeito. Daí decorre que essas feições linguísticas de formação espontânea supõem o espaço e o tempo, as duas coordenadas humanas fundamentais. O espaço é o teatro de operações dos elementos diversificadores e o tempo é condição do seu trabalho. Tais aspectos linguísticos se chamam dialetos, que se podem definir, com velho dicionarista Bluteau, “modo falar próprio e particular de uma língua nas diferentes partes do mesmo reino; o que consiste no acento, ou na pronúnciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar.”

Aborda a coiné, a língua comum, aquela que *se superpõe às variantes dialetais e grupais* (p.33) e estuda a gíria como uma expressão equivalente de *linguagens técnicas, (que) são gírias de grupos sociais mais importantes da sociedade, gírias solidarizadas na especialização científica.* (p.32) Cita os médicos que utilizam helenismos diante dos leigos.

No capítulo III, que tem por tema *A influência tupi*. Ressalta das línguas indígenas do Brasil o tupi que veio a se tornar “*língua geral*” (p.41). Foi a língua da catequese e os jesuítas lhe chamaram de o “*grego da terra*” (p.42), ou seja, dado o prestígio assumido então; por isso, onde nunca foi habitado pelo tupi, há topônimos de origem desta língua indígena. Assim, também a antroponímia. (p.44) Demonstra algumas hesitações etimológicas

sobre o tupi:

“Canga” já foi arrolado como tupi, mas realmente procede do chinês (...) (p.49) Alencar fez a análise etimológica de “Mecejana”, tomando-a como tupi, quando na verdade é português, de origem árabe provavelmente (Idem) Entra ainda num campo de maior hesitação: na fonética, na morfologia e na sintaxe do português. (p.49) Recorre à situação histórica do português frente a invasão árabe no passado e explica várias influências tupis no português. O seu escopo é estudar situações linguísticas que esclareçam hesitações, como as do estudo de Teodoro Sampaio que afirmou ser uma herança indígena (o) vício da nasalação. No entanto, apoiado também em estudos de Gonçalves Viana, pôde confirmar: A pronúncia muito [nasal representada com til no “u”], com “u” nasalado, não é criação brasileira, mas, pelo contrário, é comum ao Brasil e Portugal. (p.67)

Uma distinção se impõe: *a influência africana no português do Brasil, proveniente da escravatura, (p.73)* e uma outra oriunda, em relação ao português europeu: *mercê da presença de negros escravos em Portugal, do contacto do português com idiomas africanos no continente negro, ou do veículo árabe. (p.74)*

Observa o Prof. Gladstone a presença de quatro milhões de negros africanos, provenientes da região sudanesa e da região austral, em sua maioria, estabelecida, como população escrava, no Brasil, com predominância do “nagô” (ou “ioruba”) na Bahia e o “quimbundo” nas outras partes.

Todas as páginas de *A Língua do Brasil* vêm dotadas de excelentes lições de linguística e filologia, mas nos ateremos ao capítulo VII, onde o Prof. Gladstone estuda a dicotomia saussuriana *langue e parole*. Na *langue* (língua, sistema linguístico), Saussure situou o sistema de sons, estruturas vocabulares, flexionais, relacionais (respectivamente: a fonologia, morfologia e sintaxe)... como um produto social da linguagem, em sentido coletivo, que admite o indivíduo em seu uso, mas cuja execução se dá **entre indivíduos** (nunca isolado) como conseqüente *fala* ou *discurso*, que é a *parole* em nossas traduções portuguesas. Ainda sublinha muito bem a “língua” como fato social, um sistema linguístico comunitário, como um tesouro resultante das práticas sociais das pessoas pertencentes a uma só comunidade.

Tal tesouro fica explícito no sistema gramatical, cuja existência é virtual nos cérebros de um conjunto de indivíduos, cita, na p. 132, Saussure: *porque a língua não está completa em nenhum, só na massa é que ela existe de modo perfeito.*

O exercício da “língua”, que é no “discurso”, se exprime *a personalidade, a vontade, a imaginação (...)* Exemplifica isso com Machado

de Assis, em que encontramos: *uma série de particularidades, frases curtas, jogos de palavras, adjetivação justíssimas, fuga dos superlativos, desencanto, ironia, certo pessimismo, humour.* (p. 133)

Cria uma quarta proporcional, ou seja, uma analogia: *Do mesmo modo que há um estilo individual haverá um estilo nacional.* (p. 133)

E finalmente (p.134):

E precisamente esse conceito de “estilo nacional” tem justíssima aplicação no caso da língua do Brasil. Nada impede que nós tenhamos língua portuguesa e estilo brasileiro. Isto é, um sistema gramatical português, o mesmo que se encontra em Camões, Vieira, Bernardes, Herculano, Garrett, e um modo de “expressão”, uma “escolha” no material linguístico e algumas criações, que melhor se ajustem e que correspondam ao espírito, à alma, ao temperamento, à sensibilidade brasileira. Exemplificando: há na “língua” portuguesa dois processos para significar ação presente, que se realiza neste momento e que continuará a se realizar-se – “estar + gerúndio” ou “estar + a + infinitivo”: “estou escrevendo” ou “estou a escrever”. Pois bem: os portugueses “de hoje” preferem a segunda forma e os brasileiros, a primeira.

Aponta em seguidas fatos linguísticos palpáveis e irrefutáveis, que, em qualquer língua, formam as duas chaves lingüísticas: elementos gramaticais peculiares ao português, ou melhor: o flexionismo, relações sintáticas pela preposição e posição de termos na oração em oposição aos vocábulos lexicográficos, que são de cunho cultural. Abre a seguir uma lista de palavras regionais do Rio de Janeiro e de sul de Minas Gerais, como *dobradinha, aipim*, etc. em oposição a *bucho, mandioca*, etc. e pergunta se seria possível termos “língua carioca” e uma “língua sul-mineira” etc.

No cap. VIII, “O Nosso Vocabulário”, assinala a diferença principal entre o português do Brasil e o europeu com sua marca principal no vocabulário, ponto da linguagem que constitui a nomenclatura, e não nas relações gramaticais, que formam as estruturas internas do idioma em si. Faz amplo levantamento do vocabulário usado no Brasil, exemplificando *palavras iorubas (ou nagôs): Ogum, Orixá, abará, afofiê etc. e palavras bantas: moleque, cochilar, cachimbo etc.* - todas adaptadas às regras morfonêmicas tipicamente portuguesas. Expande a abordagem para além do tupinismo, sobre o qual comenta alhures que o elemento lingüístico que veio do tupi ao português fora, por exemplo, o substantivo “capim”, cuja forma se tornara aportuguesada, *scilicet*, pela morfonêmica, por assim dizer, de base evolutiva e histórico-latina, e não o verbo, pois o índio não “capinava”, antes realizava a queimada da terra lavrada, quer dizer, só usava o substantivo.

3 - Considerações Finais

O Prof. Gladstone mencionou (1975: 166), com propriedade, o linguista Victor Henry para falar em “língua adquirida”, a *que recebemos do nosso meio social, a língua que houvemos por herança* (1967: 275). Francisco da Silva Borba incluiu no seu *Pequeno Vocabulário de Linguística Moderna* um termo que, a nosso ver, define até mais ainda, o problema da língua do Brasil, a “língua materna”, *que se aprende em primeiro lugar e partir da qual é feita toda e qualquer outra aquisição linguística*. Ora, sabe-se que a lusofonia está naqueles povos que (HOUAISSS Eletr.) *falam o português como língua materna ou não (...) abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe...*

Dito de outro modo, o flexionismo (elementos gramaticais em geral: como os conectivos, pronomes, artigos, numerais) são exercitados no mundo lusofônico. Assim, os verbos, substantivos e adjetivos apresentam flexão idêntica, embora possa ocorrer o não uso das segundas pessoas, como é, em geral, no Brasil. O mesmo se diga dos outros elementos gramaticais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno Vocabulário de Linguística Moderna*. São Paulo: Nacional / USP, 1971.

BRUNA, Jaime. *Teatro Grego: seleção, introdução, notas e tradução*. São Paulo: Cultrix, 1988.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J.Ozon, s/d.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionário de Símbolos*. Tradução de Vera Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de lingística*. Tradução de F. Pessoa de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1978.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

_____. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Traduzido de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

A AMAZÔNIA ACRIANA E OS SERTÕES NORDESTINOS NA ÓTICA DE EUCLIDES DA CUNHA, NO 105.º ANIVERSÁRIO DE SUA TRÁGICA MORTE

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO (UFRJ/UFAC/ABRAFIL/CLEPUL)

Resumo

Este ensaio pretende demonstrar o bandeirante paulista mais próximo de nós que foi Euclides da Cunha. Graças a seu saber enciclopédico e à sua vocação jornalística, aprofundou as questões sociais e o fanatismo religioso dos habitantes de Canudos (BA), liderados pelo visionário messiânico que foi Antônio Conselheiro. Por outro lado, em face de sua determinação, de seu estofo cultural e de seu interesse pela solução dos problemas brasileiros, desincumbiu-se a contento da missão que lhe confiou o Itamaraty para solucionar o contencioso entre nosso país, a Bolívia e o Peru, relacionado com a determinação dos exatos limites desses três países.

Palavras-chave – Euclides da Cunha – Os Sertões – Canudos – Amazônia acriana

Introdução

Em agosto de 2009, há cinco anos, a Biblioteca Nacional dedicou uma edição especial a de n.º 47, de sua prestigiosa *Revista de História* a “Euclides da Cunha / o homem, a obra prima, a morte trágica”.

Além dos importantes ensaios aí estampados sobre as principais obras euclidianas, incluíram-se as editadas sob a rubrica de *Dossiê Euclides da Cunha*, duas das quais se debruçam sobre algumas das prováveis causas de seu temperamento difícil e conflituoso.

Leopoldo Bernucci assina o ensaio *Desditosa sina*, assim resenhada ali: “À perda da mãe, a infância nômade, o temperamento explosivo, a retidão inegociável... Tudo em Euclides conspirava para uma vida turbulenta, e um fim trágico.”

José Murilo de Carvalho, no ensaio *Fardas e farpas*, mostra como e por que “a relação de Euclides da Cunha com o Exército foi tão estreita como conflituosa”. Tanto aquele, como este ensaio deitam luz sobre o gênio

irascível de Euclides.

Ainda compondo aquele dossiê merece destaque o ensaio de Regina Abreu sob o título *Assim se faz um mito*, resenhado pela Revista em tela: “Morto há um século, Euclides da Cunha se eternizou na memória nacional por seus valores humanos e pelo simbolismo de sua obra-prima”.

Especificamente sobre as principais obras euclidianas destaquem-se estes dois ensaios: *Chá de cadeira*, de Raimundo Nonato Pereira Moreira, assim resenhado pela Revista: “A caminho das operações de guerra em Canudos, o autor de *Os sertões* aproveitou a longa espera em Salvador para escrever e pesquisar”. Já em *Floresta sertaneja*, a ensaísta Nísia Trindade Lima, tem assim resenhada pela *Revista* seu trabalho: “Em longa viagem à Amazônia, o escritor se depara com os mesmos brasileiros de *Os sertões*. Desta vez como migrantes, trabalhadores nos seringais”.

Walnice Nogueira Galvão, professora da USP e autora de doze livros sobre as obras de Euclides da Cunha, ao analisar o pano de fundo da capa da *Revista de História* da Biblioteca Nacional numa litogravura de D. Urpia (1897), assim escreve a respeito das reportagens constitutivas do *Diário de uma expedição*: “A série de reportagens constituíram o embrião de *Os sertões*. No livro, o escritor testemunharia sobre as coisas crudelíssimas que não mencionara, como a degola sistemática dos prisioneiros válidos, apesar de manietados, à vista dos comandantes”.

E assim conclui seu juízo sobre a grandeza daquela obra:

... lançado cinco anos depois, o livro resultaria numa formidável enciclopédia, em que hipóteses sobre as causas das secas que assolam o nordeste ombreiam com interpretações psicocriminais da instabilidade nervosa dos mestiços, e a crítica às táticas desenvolvidas pelo Exército com o exame de preceitos da ordem do sagrado. Tudo se entrelaça à saga da guerra e à reivindicação apaixonada da memória de Canudos e dos canudenses. (pág 4 da Revista de História da Biblioteca Nacional).

Uma visada sobre o estilo e o ideário de *Os sertões*

As dificuldades enfrentadas pelo escritor Berthold Zilly a fim de traduzir para o alemão *Os sertões*, obra-prima de Euclides da Cunha dizem bem claramente da seleção vocabular caprichosa e do estilo retorcido daquele escritor brasileiro:

Até um brasileiro culto tem muitos problemas para ler *Os sertões*,

livro fascinante, mas semi-hermético. A primeira edição comentada em português de Leopoldo Bernucci, explica nada menos que três mil vocábulos, nomes e alusões. (2009, 27)

E revela o esforço por ele dispendido a fim de sacrificar sua proverbial contenção estilística com vista a ser fiel, em sua tradução para a língua alemã:

O estilo altamente retórico e às vezes patético do livro me parece um problema ainda mais sério para o alemão.[...] Tentei recriar essa pompa estilística, essa presença do grandioso e do sublime a serviço da sinceridade histórica. (id., ibid.)

Ao confrontar a obra *Heart of darkness* (No coração das trevas), de Joseph Conrad (1899) com *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, Zilly conclui:

Nas duas obras, o centro da barbárie está ligado aos centros da civilização. Há, no entanto, uma diferença: Mr.Kurtz, o bárbaro dono do coração das trevas, está a serviço da civilização, ao passo que o Conselheiro, o líder supostamente bárbaro da comunidade de Canudos, se opõe a um ataque bárbaro dessa mesma civilização. (id., ibid.)

Este feliz paralelo estabelecido por Zilly tem sido confirmado pela historiografia científica. Por outro lado, o crítico Fábio Lucas recorre mais de uma vez à obra *Fantasia exata*, de Franklin de Oliveira, para mostrar certo descompromisso de Euclides com os fatores econômicos que ensejavam a revolta de Canudos:

Euclides não chegou a dar importância devida aos fatores econômicos na exegese de Canudos. Quando saiu da área da interpretação geográfica e racial, foi para cair na explicação psiquiátrica, apoiado no maranhense Nina Rodrigues.” (ob. cit., p. 304)

O saudoso escritor maranhense Franklin de Oliveira em sua seção *Livros na Mesa* de um jornal carioca de grande circulação, edição de julho de 1959, editou o ensaio *Euclides socialista*, no qual estabelece ilações da revolução de Canudos com outras de motivação religiosa como a dos Camponeses na Alemanha, com influência dos anabatistas.

Daí o paralelo que estabelece entre a revolta de Canudos e a alemã supracitada: “A objeção que se poderia fazer contra uma interpretação de Canudos como revolta agrária só poderia apoiar-se na constatação de seu alto ‘teor messiânico’”.

E conclui: “Só dois anos após a publicação de *Os sertões*, Euclides enriquecia seu instrumentalismo sociológico com a visão econômica dos fatos sociais, como o demonstra o ensaio de *Contrastes e confrontos*”. Mas ressalva:

[...] se fizéssemos um estudo da tática e da estratégia dos guerrilheiros de Canudos, como o que Dragomirof fez sobre os aspectos militares de Guerra e Paz, veríamos que a descrição da guerra de movimentos dos jagunços coincide com as teses marxistas sobre guerrilhas, codificadas por R. Koniusciaia em *La guerra partigiana vista da classici del Marxismo-leninismo*.

Essa breve amostragem lança um pouco luz sobre o quanto Euclides zelava pelo bom uso do nosso vernáculo e quão sólidas suas convicções sobre os marginados brasileiros nordestinos e amazônico-acrianos

Em seu ensaio *A linguagem de Euclides* (1946, 71 *passim*, vd. Bibliografia passiva), com base nas refutações euclidianas às pretensas “correções” de Basílio de Magalhães a certos termos clássicos usados por aquele a um exemplar da 14ª edição de *Os Sertões* datada de 1938, Hersílio Ângelo relaciona-as assim:

Ao propor-lhe Basílio a permuta de *ferrotoados* (p.17) por *ferretoados* e *estabanadamente* (=de travão) p. 280, Euclides afirma havê-las colhido em Camilo Castelo Branco. Tenho para mim ser esta última uma simples variante lusitana de *estabanabamente*, i.é.: de modo estabanado.

Diante do estranhamento de Basílio em relação aos termos *disvunerabilidade* (p. 201) (= propriedade que tem certos sujeitos de se curarem rapidamente das feridas), e *bermas* (p. 276) (= termo de fortificação: banquetta em que está o soldado na ocasião do combate) p. 267.

Reivindicando-lhe o regime de transitivos indiretos, de pessoa e não diretos, como os empregou Euclides, justifica-os este como de uso clássico. As frases impugnadas são: *obedeciam-no incondicionalmente* (p. 321), e *não sabia respondê-los*. (p. 526)

Cioso do vernáculo impecável e da fidelidade ao seu uso, Euclides

relaciona cerca de uma dezena e meia de erros de revisão, dos quais destacamos estes dois: “Fenton - e não Fulton” p.82) e “Bruzzo Espinosa - e não Bruno Espinosa.” (p. 24)

No jornal carioca *Correio da Manhã* de 02/07/1960, Fábio Lucas assim discorre sobre alguns estilemas euclidianos:

Franklin de Oliveira aponta para sua prosa as seguintes características: o emprego da reduplicação vocabular; o apelo à hipérbole, ao paradoxo, ao oximoro; sobretudo, à sua tendência incoercível para jogar com os adjetivos ou transformar quase tudo em adjetivo, ou a quase tudo dar função qualificativa.

Projetos euclidianos

A edição do *Diário Carioca* saída no dia 14 de agosto de 1959, anunciou que a Academia Brasileira de Letras celebraria no dia seguinte o 1.º cinquentenário da infausta morte de Euclides da Cunha.

Numa sessão, o acadêmico Affonso Pena Jr., além de focalizar as principais obras do homenageado, trouxe à baila trechos de cartas enviadas por Euclides a seus amigos mais chegados em que fala de seus projetos.

Em razão do grande sucesso alcançado pela 1.ª ed. de *Os Sertões*, rapidamente esgotada, abre seu coração e lhes confessa a surpresa diante do fato citado. Convêm transcrever da oração supracitada alguns trechos dessas cartas.

Agradecendo a uma gentileza que lhe fez José Veríssimo, afirma *ter tido, renascida uma velha comoção, que já supunha morta, a de calouro, nos bons tempos passados em vésperas de exame.*

Diante da repercussão altamente positiva alcançada pela crítica de Araripe Jr. Nas rodas literárias paulistas, revela-lhe haver sentido: “o enorme estontamento de sua recruta transmudado repentinamente num triunfados”. E, ainda, num trecho alegórico (pleno de metáforas do mesmo campo semântico) diz: “Creio que sairei breve deste desvio morto da engenharia, sem descarrilar; aproveitarei o primeiro triângulo de reversão que aparecer e avançarei na minha verdadeira estrada”. Trocando em miúdos, o que subjaz dessa alegoria: ‘abandonaria a engenharia estadual paulista, de constantes viagens aturando empreiteiros e recebendo ofícios capengas e mal escritos’.

A opinião exarada pelo Visconde de Ouro Preto a propósito daquela obra-prima, por si só, já valia como uma verdadeira consagração, pois para ele, *Os Sertões* ‘eram o único livro digno de tal nome que se publicou no

Brasil depois de 15 de novembro’.

É nas sucessivas notas endereçadas a seu pai que o coração de Euclides se abre por inteiro. Lembre-se aqui a lição do *Eclesiastes*, segundo a qual *quem honra pai e mãe tem vida longa*. Se a morte lhe ceifou tragicamente a existência no esplendor dos seus quarenta e três anos, seu nome se pereniza nas obras que nos legou. Eis alguns trechos dessa correspondência: “O que sobretudo me satisfaz é o lucro de ordem moral obtido: a opinião nacional inteira, que, pelos seus melhores filhos, está inteiramente de meu lado”.

Alguns meses depois, em trânsito por Manaus, de onde se dirigia, em missão do Itamarati, para o alto Purus, de novo enche o pai de merecido orgulho. Escreve-lhe ele: “Em todos os portos onde saltei fui gentilmente recebido graças à influência de seu grande neto *Os Sertões*. Realmente nunca imaginei que ele fosse tão longe”.

Passemos agora aos acontecimentos que o levam a concretizar seu segundo grande sonho: o conhecimento de um “país” dentro doutro grande país, vale dizer o *Paraíso Perdido* amazônico dentro deste verdadeiro continente chamado sucessivamente de terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e finalmente Brasil.

Valendo-nos ainda das informações colhidas ao discurso do acadêmico da Academia Brasileira de Letras Afonso Pena Junior, vejamos como Euclides conheceu, estudou e escreveu sobre a Amazônia acriana.

Guindado a sócio da A.B.L e do I.H.G.B., Euclides encontraria na pessoa do sábio Barão do Rio Branco o apoio imprescindível a fim de viajar, em missão diplomática, em direção ao extremo Noroeste do Brasil, para examinar as consequências do contencioso entre o Peru e a Bolívia em relação ao nosso país.

A Amazônia euclidiana

Como *Contribuição às Comemorações Euclidianas* realizadas em São José do Rio Pardo [S.P] entre 9 e 15 de agosto de 1947”, em um folheto de vinte e duas páginas, editado pela Sociedade Brasileira de Geografia e pelo Conselho Nacional de Geografia, o historiador Francisco Venâncio Filho, teve aprovada pelo X Congresso Brasileiro de Geografia, o seu ensaio *Euclides da Cunha e a Amazônia*, com parecer do historiador Wanderley de Pinho e notaprefácio do embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Esse ensaio nos possibilita apreciar a verdadeira *via-crucis* percorrida por Euclides a fim de dar conta de estudar *in loco* as questões lindeiras ora existentes entre nosso país e dois vizinhos sul-americanos, missão que lhe

propiciou escrever a obra *Peru versus Bolívia*. As informações supracitadas são colhidas à substanciosa oração acadêmica de Afonso Pena Junior. Ei-las.

Os Sertões na ótica de Afonso Pena Junior

Justamente na véspera da celebração do 1.º Cinquentenário do falecimento de Euclides da Cunha, assim se expressou o escritor Afonso Pena Junior a respeito da obra *Os Sertões* a seus pares na Academia Brasileira de Letras:

No dia em que O Estado de São Paulo, jornal de Júlio Mesquita [...] enviou Euclides da Cunha a Canudos para a reportagem de crudelíssima campanha, que comovia toda a Nação, prestou o grande jornal notabilíssimo serviço à cultura e civilização do Brasil.” (Rio de Janeiro / RJ, Diário Popular. 14 de agosto de 1959)

E assim justifica seu supracitado juízo: “Graças, com efeito, a essa feliz iniciativa, os sertões requeimados e os sertanejos heroicos, mas aí deixados à míngua de tudo, encontraram quem os compreendessem e amassem, tornando-os compreendidos e amados. (id., ibid.)”.

E não fala sozinho a respeito da obra: “os maiores críticos da época -- José Veríssimo Araripe Junior, Medeiros e Albuquerque, Leopoldo de Freitas, Moreira Guimarães exaltam *Os Sertões* como algo de novo e surpreendente em nossa literatura”.

Finalmente Afonso Pena Junior relembra “o parecer insuspeitíssimo do Visconde de Ouro Preto, para quem *Os Sertões* eram o único livro digno de tal nome que se publicou no Brasil depois de 15 de novembro”. (id., ibid.)

Na linha de reflexão de Hipólito Taine, segundo a qual o homem é um produto da raça, do meio [em que vive] e do momento histórico, especula Afonso Pena Jr. sobre a atração que os sertões nordestinos exerciam sobre Euclides. A citação é longa, mas necessária.

Nascido na Fazenda da Saudade, Euclides parecia fadado para nos falar do sertão, que é por excelência o solar da saudade. As terras sujeitas a flagelações periódicas, obrigando os homens a sublinhar os rostos para espiar e interpretar no céu qualquer nuvenzinha, são as terras, que têm visgo, as terras que exercem nos pobres habitantes tangidos delas pelo flagelo um tal fascínio, que para elas os atrai de volta, mal têm notícias da clemência dos céus.

Desabafos de Euclides aos amigos

A mais de um amigo mais chegado, Euclides falou de suas ambições e de seus temores na realização da missão que lhe incumbiu o Barão do Rio Branco no sentido de analisar o contencioso entre Peru e Bolívia, e sua repercussão nas ruas fronteiras com o Brasil.

A Coelho Neto confessa:

Não te direi os dias que aqui passo a aguardar o meu deserto, o meu deserto bravio e salvador, onde pretendo entrar com os arremessos britânicos de um Livingstone e a desesperança italiana de um Lara, em busca de um capítulo novo no romance mal arranjado desta minha vida.

A José Veríssimo revela com alegria incontida:

Vi com a maior satisfação que o sr. aprova o meu intento de seguir para os remotos pontos de nossa terra que desejo ver e estudar de perto... Para mim esse seguir para Matogrosso ou para o Acre, ou para o alto Juruá, ou para as ribas extremas do Mau, é um meio admirável de ampliar a vida, de torná-la útil e talvez brilhantíssima. Sei que farei muito.

A Alberto Rangel, diz de sua ansiedade em conhecer e estudar páramos mais distantes de nosso país:

Anseio por outro mergulho no deserto. O deserto é para mim o Brasil, o verdadeiro Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece. Mas não sei quando terei a ventura de ver-me outra vez na sociedade feliz dos rios, das constelações e das montanhas.

Entre os ensaios sobre as obras e tarefas de Euclides da Cunha, ressalte-se o do historiador Francisco Venâncio Filho intitulado *Euclides da Cunha e a Amazônia*, tese aprovada pelo X Congresso Brasileiro de Geografia e editada pela Sociedade Brasileira de Geografia e pelo Conselho Nacional de Geografia, como contribuição às Comemorações Euclidianas realizadas em São José do Rio Pardo, entre o dia 9 e 15 de agosto de 1949, com parecer do historiador Wanderley de Pinho e nota-prefácio do embaixador José Carlos de Macedo Soares.

As vicissitudes enfrentadas e vencidas por Euclides para levar a bom termo as tarefas e estudos que lhe confiou o Barão do Rio Branco seriam

bem maiores do que ele imaginara, como bem se pode deprender do ensaio supracitado. Ei-las.

A via crucis de Euclides da Cunha na Amazônia acriana

Segundo o historiador Francisco Venâncio Filho (vd. Bibl.), Euclides aproveitou os vários meses passou em Salvador, na Bahia, à espera da ordem de viajar para em Canudos. Aproveitou-os então para recolher nas bibliotecas soteropolitanas a farta bibliografia necessária a subsidiar as reportagens que estava fazendo para o jornal paulista de Júlio de Mesquita sobre a resistência dos fanáticos seguidores de Antônio Conselheiro contra as sucessivas expedições do Exército Brasileiro, que redundariam em sua obra-prima *Os Sertões*.

Do mesmo modo, teve ele de esperar terminar a vazante do rio Amazonas, durante quatro longos meses, ocasião em que ia recebendo do Itamaraty, então sediado na cidade do Rio de Janeiro, todas as instruções necessárias a levar a bom termo a missão que lhe fora confiada. Data de 12 de julho de 1904 a assinatura do Tratado de Petrópolis, em decorrência do qual deveriam organizar-se as Comissões de Limites que zelariam pela manutenção de um *modus vivendi* tanto quanto possível amistoso com nossos vizinhos países da Bolívia e do Peru.

Coube então a seu amigo Domício da Gama a iniciativa de conduzir Euclides até o nosso então Ministro das Relações Exteriores, o cauteloso e sábio Barão do Rio Branco, que, à vista do excelente currículo daquele, nomeou-o chefe da Comissão Mista de Reconhecimento do Alto Purus. Mais uma vez, Euclides aproveitou os meses de espera da ordem da partida para recolher nas bibliotecas manauaras tudo o que lhe era necessário ao conhecimento da região a ser estudada. Essa ordem de partida só se daria a treze de dezembro de 1904.

Inicialmente, aqui um exemplo da ética euclidiana. Em carta a seu mestre e modelo Dr. Luís Cruls, dizia:

Alimento, há dias, o sonho de uma viagem até o Acre. Mas não vejo como realizá-la. Nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isso a aspiração em que talvez pudesse prestar algum serviço. (Vd. Bibliografia:1949, 9)

A morte precoce que o colheu no vigor dos seus quarenta e três anos de idade impediu-o de concretizar o projeto de um livro vingador sobre o abandono da Amazônia acreana, a que intitularia *Um paraíso perdido*, do qual deixou as veementes páginas de *A margem da história*, expressas em *Terra sem história*.

A entrevista que concedeu Euclides ao *Jornal do Comércio*, de Manaus, em 28/10/1905, é um relato fidedigno das dificuldades que teve de encarar e vencer para cumprir sua difícil missão de chefe da Comissão Mista de Reconhecimento do Alto Purus. Vejamo-la através de suas próprias palavras: “Partindo de Manaus a 5 de abril [de 1905], aqui aportamos de volta [do Alto Purus], a 23 do corrente: seis meses e meio. Para muitos isto foi um prodígio de celeridade, dada a quadra imprópria em que seguimos”. (1949, p. 10)

Em face da complexidade da missão, Euclides privilegiou os dados mais importantes da pesquisa que lhe confiou o Itamaraty. Assim ele os relata:

De fato, o que importava sobretudo era um juízo claro e pronto, de conjunto das regiões atravessadas, uma síntese enfeixando-lhes os aspectos predominantes.” (id., ibid.) E as dificuldades aumentaram em decorrência de um infausto acidente:

Nós podíamos avançar aforradamente, e fizemo-lo, visando ressarcir o tempo que se perdera em Manaus. /§/ Entretanto levamos ainda um mês para chegar à boca do Acre; e quinze dias depois, a 21 de maio [de 1905] tivemos de estacar antes da confluência do Chandless, em virtude do lamentável naufrágio do batelão Manuel Urbano, onde iam os nossos gêneros.” (id., ibid.)

Resultado do infausto acidente: a retenção no Chandless durou cerca de dez dias. Em razão do acidente, impuseram-se novas providências para a continuação da empresa:

Retidos pelo doloroso incidente, que nos desaparelhava de recursos precisamente à entrada do de ser, e impunha a reorganização da Comissão enfraquecida justamente na ocasião em que deviam multiplicar-se as suas energias para investir com o desconhecido -- somente em começos de junho abalamos da boca do Chandless para a frente. (id., ibid., p. 10/11)

Remeiros e varejeiros, estreatantes e bisonhos, no início, iam muito devagar em direção ao desconhecido, razão por que aí ficaram retidos cerca de dez dias:

Íamos em canoas, e se considerardes que os tripulantes empunhavam, pela primeira vez, os varejões e os remos; se atenderdes que o rio, esgotado, impunha os máximos resguardos no evitarem choques em paus e entalhes nos baixios; e se somardes todas as paradas obrigatórias nas estações em que avaliávamos as distâncias com a luneta de Lugeol [...] (id., ibid., p. 11)

Resultado: retenção do dobro do tempo previsto para aí ficarem. O que ocorreria, então, diante de tanta inexperiência dos eruditos dos livros, em relação às pontencialidades dos remos e varejões? Responde-lhe Euclides:

ajuizareis de todo o nosso desapontamento e quase desânimo resultantes de um confronto de nossa marcha ronceira de três a quatro milhas diárias e o desmedido da distância a percorrer.” (id., ibid., p. 11)

Mas nem tudo foram acidentes e decepções:

Estas coisas, porém, foram melhorando em marcha. O soldado ou o trabalhador bisonho a pouco e pouco se transmudou no varejador desempenado, e a observação persistente do regime das águas esclareceu os proeiros no se desviarem dos sucessivos obstáculos. [...]” (id., ibid., p. 11)

Em termos de tempo, quais foram os ganhos dessa aprendizagem? Responde-o Euclides:

[...] de sorte que, duplicada a breve trecho a nossa marcha, fomos atingindo celeremente as principais escalas do roteiro. [...] A 3 de junho chegamos a Novo Lugar, onde estacionara a Comissão Administrativa Brasileira, tolhida pela vazante; a 21 estávamos em Cataí, a 29 em Curanjá. Compensaram bem, nesta arrancada, parte do tempo que se perdera. (id., id., p. 11)

E a odisseia euclidiana rumo ao gigante desconhecido prossegue cheia de percalços:

Partimos de Curanjá a 5 de julho, depois de breve demora para se regularem os nossos cronômetros, e zarpamos para a forquilha longínqua do Purus. [...] Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que, até aquela data, existia entre nós e as nascentes do Purus, descido, um desmesurado telão, no-las escondendo. (id., *ibid.*, p. 11)

Novo resultado: retenção de seis dias em Curanjá. O calor humano que a Comissão encontraria nos habitantes de Curanjá compensaria todos os obstáculos. Vejamo-lo:

Ademais no ‘casario’ de Curanjá, onde fomos bem acolhidos, avultavam, mais desanimadores, os informes relativos aos lugares que íamos atravessar. [...] Concluía-se que eram impenetráveis, somente acessíveis às ubás ligeiras dos caucheiros tripuladas pelos Amauacas mansos.” (id., *ibid.*, p. 11)

Em contraste com o calor humano dos anfitriões de Euclides, a Natureza lhe foi madrasta e avara:

Multiplicavam-se os paus, as pedras e os baixios que trancavam o rio. Repontavam os obstáculos novos das cachoeiras, no leito, e grandes tremedais às margens dos rios esgotados, e, cumulando tais empeços ao cabo, o antagonismo dos Campas destemerosos. (id., *ibid.*, p. 11)

Com base no testemunho dos habitantes do lugar, Euclides tinha tudo para procrastinar a dura empresa, porém não o fez. Ouçamo-lo:

Citava-se o homicídio de um empregado da casa Arana, desta cidade, e, apensos a esse caso verídico, sem número de outros vinham engravecer os desalentos, dando-nos quase certeza de que não poderíamos ir muito longe. (id., *ibid.*, pág. 11)

Diante do exposto, qual seria a reação de Euclides? Vejamo-lo:

E, como experimentado caucheiro de Curanjá nos marcara 17 dias para chegarmos à Forquilha, imaginamos efetuar essa travessia em 25 pelo menos. [...] Fizemo-la em 13. A diferença é expressiva e dispensa comentários no delatar o afogado da sulcada. Contribuiu certo, para isso, a mudança do clima que rapidamente varia, tornando muito superior aos lugares a jusante. (id., *ibid.*, pag. 11)

Aleluia! Eis um trecho sem pernilongos para compensar as futuras dificuldades:

A própria praga de ‘carapanãs’, ‘piuns’ e ‘mantablanças’, que para baixo tortura o viajante ali desaparece; e, numa constância admirável, sem repentinas transições de temperatura e sem a pesada umidade que até então suportávamos, o regime geral tem uma ação tonificante, cujos efeitos para logo sentimos no mesmo reanimar-se de nossos disposições para o avançamento. Mas, por outro lado, lá estavam, tangíveis, as grandes dificuldades contra as quais embateríamos, impotentes.” (id., *ibid.*, p. 11)

Longas viagens empreendidas por terra que, ao tempo de Euclides, demandavam meses, hoje se reduzem a algumas horas, se realizadas por via aérea na imensidão amazônica. Aqueles que não conhecem o Acre mal podem ter uma ideia das canseiras sofridas por ele, a fim de dar cabo de sua penosa missão de dirimir dúvidas existentes, àquela época, em torno dos limites brasileiros no extremo noroeste do Brasil. Devolvamos-lhe a palavra:

No rio Cujar, que conduz ao varadouro por assim dizer oficial, percorrido até hoje pelos que demandam Iquitos, pelo Ucaiale, aguardávamos, à parte os bancos de areia e paus, 74 cachoeiras. Se as transpusessemos, chegaríamos ao Cavaljane, onde os entraves redobriariam ao lado dos mesmos empecilhos das quedas d’água...Depois viria a passagem penosíssima do Pucani, para afinal entrar-se no varadouro.” (id., *ibid.*, p. 12)

E as dificuldades continuaram para Euclides:

No Curiuja idênticos obstáculos [...] Sobretudo isto, ameaça dos ‘infieles’. Duas horas de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma Amauaca. Fora, ao que colhemos depois, trucidada pelos bárbaros, que rondavam por perto, numa ameaça permanente e surda. (id., *ibid.*, p. 12)

À medida que Euclides avançava, cresciam os obstáculos a transpor e vencer:

Vede bem: íamos na complicada urdidura de um conto oriental; os trabalhos cresciam-nos à medida que os vencíamos. [...] Assim

partimos da Forquilha, confluência do Cujar e do Curiuja, para a frente. [...] E fomos à meia razão. Bem andávamos paragens despovoadas e os víveres que levávamos, no máximo para 25 dias, reduziam-se a carne seca, farinha, que se acabou ao fim de 12 dias, um pouco de açúcar que, tenazmente poupado, durou 2; meio garrafão de arroz, uns restos de bolacha esfarinhada, que uma chuva repentina diluiu, e algumas latas de leite condensado. [...] Propositadamente apresento esta lista. É eloquente. (id., *ibid.*, p. 12)

E o ‘inferno verde’ continua a pregar peças no pobre Euclides:

Prosseguimos a 24 ---- e vimos logo o fundamento das informações obtidas. -- Na parte inferior, antes do primeiro rápido, o Cujar desenrolado em estirões, alargando-se não raro de modo desproporcionado às suas águas escassas, dificultou a passagem pelos longos e descontínuos baixios, indo de uma a outra margem sem o mais estreito canal que evitasse o exaustivo serviço do arrastamento das canoas. (id., *ibid.*, p. 12)

Mas não ficaram somente nas coroas sedimentares do fundo dos rios as dificuldades de Euclides. A natureza vegetal também lhe foi avara madrastra:

Um empeço novo, aparentemente desvalioso, aparecera na vegetação característica de suas margens, orladas de ‘buchiticas’ (caliandra trinervia), leguminosa admiravelmente artística, cujos ramos, distendidos horizontalmente e repousando sobre as águas, tomavam em largos tratos os trechos de melhor acesso” (id., *ibid.*, p. 12)

E quais as consequências disso para a continuação da viagem euclidiana? Ele próprio as explica:

Desta sorte, antes mesmo de galgarmos a parte encachoeirada, tivemos tresdobrada a luta que traváramos desde a confluência do Chandless e vimo-la engravecida pela impropriedade de nossas embarcações mui diversas das ubás aligeiradas, únicas que se afeiçoam àquele rio” (id., *ibid.*, p. 12)

Nesse trecho da peregrinação de Euclides, o mais simples problema a resolver era a sincronia dos relógios, pois, àquela altura, o fuso horário

enlouquecia os cronômetros da delegação mista. Para agravar a situação, os rios já não mais lhe apresentavam simples coroas de areia, mas verdadeiros degraus a galgar e ultrapassar:

Transmontamo-lo; e dali por diante, numa intercadência invariável, numa sucessão intervalada de degraus, se nos antepuseram aquelas barreiras, vencidas não raro a pulso, lentamente arrastadas as canoas sobre as pedras, quando não exigiam o supletivo da sirga ou cabos de segurança reagindo à violência tumultuária da correnteza. (id., *ibid.*, p. 12)

Felizmente se muda a situação:

A natureza do terreno mudara. [...] Revelavam-no as pedras que afloram por toda a banda, formando quase todo o leito do rio. (id., *ibid.*, p. 12) E Euclides comemora: “No dia 30 de julho alcançamos a confluência do Cavaljane. Estávamos nas cabeceiras do Purus. (id., *ibid.*, p. 13) E continua: Atingindo o primeiro rápido, vimos para logo, à parte os inconvenientes próprios à sua passagem uma causa inevitável de demora na baldeação por terra, perlongando os barrancos, as divergências dos nossos cronômetros já tão duramente batidos pela navegação anterior.” (id., *ibid.*, p. 12) Prosseguimos -- chegando no dia 3 de agosto às 12 horas e 55 minutos à entrada do Pucani; e às 12 e 58 desembarcados, penetrávamos na estreita quebrada que leva ao varadouro. Note este intervalo. Não podíamos parar. Os nossos gêneros esgotavam-se e estávamos em pleno deserto...” (id., *ibid.*, p. 13)

Graças ao material descartado por seus antecessores na arriscada empresa, Euclides retomou a via:

O Pucani tortuoso, estreito de uns três metros e em geral raso, foi percorrido apê, transpostos os profundos poços em que intermitentemente se afunda, pelos atalhos que lhe ladeiam os barrancos, dentro do mato. Sem guias, não nos transviamos por uma outra quebrada igual que lhe aflui à esquerda, graças às latas vazias, de conservas e pólvora, que íamos encontrando [...] (id., *ibid.*, p. 13)

E daí, a chegada ao termo da jornada ficar-lhe-ia mais fácil:

[...] de sorte que às 3 e 15, ao chegarmos a um último poço, deparávamos -- retilíneo, atrevidamente arremessado por uma vertente fortíssima -- o

sulco do varadouro... [§] Extremam-no quatro ‘tambos’ de paxiúba, onde se acolhem os viajantes e se guardam as mercadorias. (id., *ibid.*, p. 13)

Aqui, o promissor anteclímax deste relato:

O varadouro, largo de um metro, abre-se adiante, para o sul. Empina logo em ladeira e muito mais íngreme do nosso lado, descamba depois, mais suavemente, em três pequenos socalcos, para o vale do Ucaiale. Em alguns minutos estávamos no seu ponto culminante, e não conseguimos, absolutamente, observar o aneroide. (id., *ibid.*, p. 13)

Interrompamos aqui a sequenciação dos parágrafos deste ensaio para respigar outras dificuldades antes do deslumbramento de Euclides diante do crepúsculo vespertino nos lados do Urubamba.

Do relatório apresentado por Euclides ao Itamaraty no retorno ao Rio de Janeiro, em junho de 1906, pincemos alguns trechos em que ele relata as contínuas dificuldades que teve de vencer até chegar às cabeceiras do Purus, termo de sua missão. Com a palavra Euclides:

Estávamos, finalmente, no ponto do grande rio de onde atravessaríamos para lugares nunca cientificamente explorados. De fato William Chandless, com a sua prodigiosa tenacidade, chegara até ali; mas, no prosseguir, tomara rumo diverso daquele que devíamos seguir. (id., *ibid.*, p. 15)

O cuidadoso planejamento da longa viagem impediu-lhe incorresse nos erros de Chandless:

Avançara pelo ramo extremo do norte, do qual apenas percorreu mui poucas milhas, ao passo que nós prosseguiríamos pelo que investe francamente para o sul. Esta circunstância não pouco contribuiu para que nos refizéssemos do alento. (id., *ibid.*, p. 15)

Eis mais pormenorizadamente por que o cientista inglês errou, e Euclides acertou o caminho:

Tratava-se, realmente, de longo trecho do Purus, por certo bem conhecido de todos os caucheiros daquelas bandas, mas não apresentado ainda à ciência geográfica, como o revela a mesma circunstância de termos

deparado ali o primeiro e talvez o único erro do ilustre Chandless no traçar o Cavaljane com o rumo, de todo falso, de leste para oeste. (id., ibid., p. 15)

A riqueza de importantes e lúcidas análises realizadas na tese do historiador Francisco Venâncio Filho, de que nos vimos ocupando até aqui, leva-nos a pinçar de sua tese, estes outros trechos que deitam luz no périplo euclidiano pelas cabeceiras do rio Purus. Assim fala Euclides em sua posse na Academia Brasileira de Letras em dezembro de 1906:

...há dois anos entrei, pela primeira vez naquele estuário do Pará, ‘que já é rio e ainda é oceano’, tão inseridos estes fâcies geográficos se mostram à entrada da Amazônia. Mas, contra o que esperava, não me surpreendi... Afinal, o que prefigurava grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura.” (id., ibid., p. 16)

E por que essa estupefacção? O próprio Euclides explica o porquê dessa estupefacção:

[...] na ante-manhã do outro dia -- um daqueles ‘glorious days’, de que nos fala Bates, subi para o convés, de onde, com os olhos ardidados de insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas...” (id., ibid., p. 16)

Em carta a seu amigo Artur Lemos, ele relata por que foi virtualmente esmagado pela grandeza do rio-mar:

Se escrevesse agora, esboçaria miniaturas do caos, incompreensíveis e tumultuárias, uma mistura formidável de vastas florestas inundadas e vastos céus resplandecentes.” (id., ibid., p. 16/17) E continua, estupefacto, seu relato: “Entre tais extremos está, com suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido...” (id., ibid., p. 17) Relato esse, que prossegue no mesmo diapasão: “Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço, de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem.” (id., ibid., p. 17),

Para concluir, impotente:

Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. [s] É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios, e a vida

apertadinha e breve dos analistas, é um infinito que deve ser dosado.
[§] Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei.” (id., ibid., p. 17)

O gênio de Euclides era, sim, capaz de domá-lo fotografando-o fielmente nas obras que planejou escrever, ambicioso projeto infelizmente interrompido por sua morte precoce aos quarenta e três anos de idade apenas... Com a elegância e a erudição que lhe eram peculiares, ele o diz a respeito da notícia de que estaria escrevendo uma obra sobre a Amazônia, de resto sintetizadas nas ideias nucleares do seu prefácio à obra *Inferno verde*, de Alberto Rangel:

[...] se realmente conseguir escrever o livro anunciado, não lhe darei título que se relacione demais com a paragem onde Humboldt aventurou as suas profecias e Agassiz cometeu seus maiores erros. (id., ibid., p. 17)

Qual seria a solução desse problema? Ele a apresenta:

Escreverei um Paraíso perdido, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu não fosse capaz de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira. (id., ibid., p. 17).

Chega a ser tragicamente profética essa reflexão. Vivesse Euclides o dobro dos dias que viveu, e teria levado a bom termo a grande obra merecida pela Amazônia e por seu povo ordeiro e trabalhador. Sobre esses elementos, são basilares as ideias por ele expandidas em sua obra *À margem da história*, da qual focaremos alguns pontos.

Contando pouco mais de um centenário de sua constituição em nossos dias, entenderemos melhor as reivindicações em favor do seu povoamento naqueles distantes dias de sua formação humana. No cap. 1 das *Impressões gerais*, denuncia a situação sub-humana e escravizada em que vivia o seringueiro do extremo noroeste brasileiro.

O rio Purus, por exemplo, que ele conhecia bem, é alvo deste paralelo no capítulo *Rios em abandono* daquela obra:

Von den Stein, com a agudeza irrealizável de seu belo espírito, comparou algures, pinturescamente, o Xingu a um ‘enteado’ da nossa geografia. Estiremos o paralelo: O Purus é um enjeitado.” (id., ibid., p.

17).

E sabiamente conclui:

Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais variadas linhas da nossa expansão história.” (id., ibid., p. 18)

No capítulo seguinte, *Um clima caluniado*, critica aqueles que consideravam difícil viver-se no Acre [nosso então novíssimo território!], mostrando que lá os mais fortes triunfam.

São suas estas palavras:

Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga e pela morte. [§] E é por certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes, para os bons.” (id., ibid., p. 18)

Tanto no capítulo *Os caucheiros*, quanto no *Judas Ashaverus*, retrata a crescente autodestruição a que estão fadados os migrantes brasileiros que demandam o extremo noroeste de nosso país, tão sacrificado pelas oscilações climáticas, quanto escravizado economicamente pelos fornecedores de seus mantimentos de primeira necessidade.

Assim também, tanto no capítulo *Brasileiros*, no qual estuda a formação do Peru, quanto no *Transacreana*, em que sugere a construção de uma ferrovia, e a arte anda *pari passu* com a engenharia, Euclides chega a ser novamente profético, ponto no qual infelizmente não previu a precedência econômica da rodovia sobre o tipo por ele sugerido:

Construindo-se

uma grande estrada internacional de aliança civilizadora e de paz,” reduzir-se-iam os “riscos tortuosos do Purus, Juruá e Javari”, para cujo fim “há que cortar transversalmente, com uma linha férrea, de cerca de 726 quilômetros.” (id., ibid., p. 18)

E conclui poeticamente seu relato com este parágrafo demonstrativo de seu orgulho pelo grande país em que nasceu:

O sol desce para os lados do Urubamba... Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da Terra; e, naquela dilatação maravilhosa dos horizontes, banhado no fulgor de uma tarde incomparável, o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-os inteiramente ao sul, ao norte e a leste -- foi a imagem arrebatadora de nossa pátria, que nunca imaginei tão grande. (id., *ibid.*, p. 13)

Nos arquivos do Itamaraty, guardam-se seis documentos da época em que o barão do Rio Branco o manteve como auxiliar na fixação dos nossos limites do extremo noroeste brasileiro com os países vizinhos, especialmente com o Peru e a Bolívia.

Se algum dia futuro vier a realizar-se a predição de Humboldt, segundo a qual, mais cedo ou mais tarde, se concentraria a civilização do globo na Amazônia brasileira, ter-se-á de lembrar o nome de Euclides da Cunha e daquele ilustre e sábio embaixador, os quais, ao lado de Plácido de Castro e de centenas de migrantes, principalmente nordestinos, estão fazendo, até hoje, do estado do Acre um recanto de carinho e aconchego para com seus visitantes e de invejável enriquecimento para nosso país.

Deve-se ainda ao devotado euclidianista Francisco Venâncio Filho, dois importantes folhetos, ambos editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e pelo Conselho Nacional de Geografia em agosto de 1949. O intitulado simplesmente de *Euclides da Cunha* foi especialmente dedicado às Comemorações Euclidianas. O outro, editado pelas mesmas instituições, intitulado *Euclides da Cunha e a Amazônia*, foi a a tese aprovada pelo X Congresso Brasileiro de Geografia.

Note-se bem: há 64 anos, sua obra-prima *Os Sertões* já alcançara treze edições, as três primeiras com o selo da Laemmert entre 1902 e 1905; e as seguintes com o da Francisco Alves, ambas cariocas. A essa altura, *Os Sertões* já ostentavam quatro traduções em língua estrangeira, a saber: uma argentina em 1938; uma norte-americana de permeio, traduzida pelo famoso Samuel Putman, s/d; outra francesa, de Sereth Neu em 1947, saída no Rio de Janeiro, com o selo das edições Caravela; e, finalmente, uma dinamarquesa, de Richard Wagner Hansen e ilustrada por Ib Andersen, saída em Copenhague em 1948.

Não temos ideia de quantas as sucederam. Tornou-se uma ópera lírica da autoria de Fernand Jouteux; e R. B. Cunnigham Graham a traduziu para o inglês sob o título de *The life and miracles of Antonio Conselheiro*, e editada em Londres por William Heinemann em 1980.

Sob a rubrica de *Adaptações de Os Sertões*, nada menos que dezoito títulos; além das supracitadas, as seguintes: Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto-Purus (RJ. Imprensa Nacional, 1906, 180 págs.); a conferência *Castro Alves e seu tempo*, com cerca de 40 págs., de 1907, reeditada em 1917; e as obras maiores: Peru versus Bolívia, com duas edições cariocas e cerca de 200 págs (1907 e 1939), reeditada em Buenos Aires, em tradução de Eliodoro Villazon; sob o título de *La cuestion de limites entre Bolivia y el Perú* (1908), com 151 págs., ; e a miscelânea *Martins Garcia / Juicios críticos* (Buenos Aires, 1908) com 113 págs.)

Destacam-se de todas essas obras, *Contrastes e confrontos*, com 26 capítulos, cujas cinco primeiras edições saíram pela Empresa Literária Tipográfica, do Porto, Portugal, sucessivamente em 1907 (duas edições, a 1.^a com 248 págs. e a 2.^a com 342 págs.), e mais quatro entre 1913 e 1923, sendo a última com o selo da Chardron, dos irmãos Lelo, no Porto, Portugal; bem como *À margem da história*, cujas quatro edições, já póstumas, saídas com o selo da última citada, entre 1909 e 1926, cujos capítulos, agrupados em quatro partes, foram assim distribuídos: 1.^a) *Terra sem história* (Amazônia); *Impressões gerais*, *Rios em abandono*; *Um clima caluniado*; *Os caucheiros*; *Judas Ashaverus* (excerto), *Brasileiros*; *Transacreana*; 2.^a) *Estudos vários: Viação sul-americana*; *Martins Garcia* e *O primado do Pacífico*; 3.^a) *Da Independência à República / Esboço de história política*; 4.^a) *Estradas indecifráveis*.

Ainda postumamente, a carioca José Olímpio, em 1939, editou *Canudos*, dividido em três partes, a saber: 1.^a) *Diário de uma expedição*; 2.^a) *Telegramas e plano de assalto a Canudos, do general Artur Oscar*; 3.^a) *A nossa Vendeia e O Batalhão de São Paulo*. Coligidas por Renato Travassos, a carioca Waismann, Reis e Cia., em 1931, editou as *Cartas de Euclides da Cunha a Machado de Assis*; e, em 1938, com 250 págs., a Cia. Editora Nacional editou, com introdução e notas do euclidianista Francisco Venância Filho, o volume de cartas intitulado *Euclides da Cunha a seus amigos*. Enfim, cerca de cem trabalhos deixou Euclides esparsos nos jornais da época.

Fortuna crítica da obra de Euclides da Cunha

Finalmente procuraremos pinçar aqui alguns dos mais expressivos juízos críticos da bibliografia ativa do nosso intemorato desbravador brasileiro. Só para se ter uma pálida ideia da importância da obra euclidiana, no distante agosto de 1949, o historiador Francisco Venância Filho relacionou nada menos que 350 estudos sobre ela, entre os quais cerca de trinta de sua própria

autoria.

Outrossim, o historiador Edgar Süsskind de Mendonça, naquele mesmo ano, planejou editar em doze volumes a obra de Euclides. Trabalho memorável, esse conjunto, sem dúvida alguma, permitirá às novas gerações conhecer em profundidade a memorável obra do grande bandeirante que foi Euclides.

Em um jornal carioca ainda por identificar, sob o título de *Analisou a realidade brasileira*, em 14/08/1959, o escritor Paulo Dantas afirmou de Euclides:

[...] ter traçado da nossa gente e do nosso meio ‘um quadro nosológico arrepiador e trágico’ num ‘imaginoso fabular de agruras’, sem nunca, entretanto, perder a exata perspectiva da colocação dos problemas e a esperança no aproveitamento e na redenção do nosso homem e da nossa terra na sua marcha de libertação [...].”

E conclui mui acertadamente:

[...] que o Brasil e o mundo inteiro veneram a memória de Euclides da Cunha, colocando o seu exemplo ao lado das figuras decisivas do pensamento universal, já que, agora reconhecido no mundo inteiro, é ele um dos escritores apontados pelo Conselho Mundial da Paz no sentido de ter o cinquentenário de sua morte celebrado com brilho e dignidade, no Ocidente e no Oriente.

Bibliografia passiva comentada

Revista de História da Biblioteca Nacional. Edição especial [dedicada a] Euclides da Cunha / o homem, a obra-prima, a morte trágica. Ano 4, n.º 47, agosto de 2009. Com excelentes ensaios de Regina Abreu, Leopoldo Bernucci, José Murilo de Carvalho, Raimundo Nonato Pereira Moreira e Nísia Trindade Lima; com a foto do busto de Euclides na capa, tendo como pano de fundo a litogravura do arraial de Canudos antes de sua destruição, da autoria de D. Urpia (1897). Bastante esclarecedora de aspectos da vida de Euclides a entrevista concedida pelo Dr. Alberto Venâncio Filho, membro da A.B.L., aos jornalistas Marcello Scarrone e Rodrigo Elias, sobre as relações de amizade, sobre algumas equivocadas interpretações de certas atitudes de Euclides e, especialmente, sobre *Os Sertões*, considerada universalmente a obra-prima de Euclides.

Diário Popular / Rio de Janeiro/RJ, 14/08/1957. Notícias e telegramas /

Completam-se amanhã / cinqüenta anos da / morte trágica de Euclides da Cunha. / Na Academia Brasileira

de Letras, Afonso Pena Junior focalizou aspectos da vida e da obra d[*o*] autor de *Os Sertões*. Essa matéria foi reproduzida pelo *Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ*, logo a seguir.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha e a Amazônia* / tese aprovada pelo X Congresso Brasileiro de Geografia / com parecer do historiador Wanderley de Pinho e nota-prefácio do embaixador José Carlos de Macedo Soares/ Edição da Sociedade Brasileira de Geografia e do Conselho Nacional de Geografia [como] contribuição às comemorações euclidianas / realizadas em São José do Rio Pardo (SP) / entre 9 e 15 de agosto de 1947.

4. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP/SP) de São José do Rio Pardo / Divisão de Turismo e Diversões Públicas (1943). Ensaio sobre a vida e/ou a obra de Euclides da Cunha da autoria de Cândido Motta Filho, Roberto Simonsen, Manoel Mendes e Afrânio Peixoto, sob o título geral de *Comemorações Euclideanas em São José do Rio Pardo*.

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP/SP) de São José do Rio Pardo / Divisão de Turismo e Diversões Públicas (1946). Ensaio sobre a vida e/ou a obra de Euclides da Cunha da autoria de Guilherme de Almeida, Maria José Dupré, Guilherme de Almeida, Almeida Magalhães, Francisco Pati, Samuel Putnam, Francisco Venâncio Filho e Hercílio Ângelo.

LUCAS, Fábio. *Euclides da Cunha no cinqüentenário [de seu falecimento]*. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 28/05/1960.

_____. *Euclides da Cunha no cinqüentenário [de seu falecimento]*. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 11/06/1960.

_____. *Euclides da Cunha no cinqüentenário [de seu falecimento]*. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 02/07/1960.

VIANA F.º, Luiz. *À margem d'Os Sertões (I)* Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 08/06/1950.

VIANA F.º, Luiz. *À margem d'Os Sertões (II)* Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 15/06/1950.

FACÓ, Rui. *A permanência de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, RJ, Novos Rumos, 14/08/1959.

DAVID, Carlos. *Euclides, fornecedor de matéria-prima*. Rio de Janeiro, RJ, Correio da Manhã, 28/11/1959.

AINDA MAIS A MELANCOLIA *

ANTÔNIO SÉRGIO DE LIMA MENDONÇA (UERJ)

Ao amigo Júlio Carvalho,
em homenagem aos estudos
sobre Camões épico, nas tardes
do Grajaú.

Epígrafe:

...Torna-se necessário distinguirmos, metodologicamente, o discurso melancólico da melancolia enquanto estrutura psíquica ou clínica, visto que, como já afirmamos, o texto poético (quinhentista), atribuído a Camões, estabelece em ato (como juízo de atribuição) uma singular concepção de discurso melancólico... O luto, que agora (premonitivamente no soneto dito camoniano) passa a ser requisitado, está a exigir para a psicanálise uma nova visão do discurso melancólico. Essa, no entanto, já nos fora indicada pela cultura ática, quando hiperdeterminava a ventura à morte, daí a desventura, como, também, pelo quinhentismo camoniano. As concepções anteriores de melancolia, clínicas, inclusive, embora, talvez, também tenham sido de suma eficácia em seus propósitos e objetivos intensivos, permanecem (inclusive hoje), insuficientes, para a compreensão de uma estética do luto.

Em suma, o Luto, aqui, não é simplesmente da morte, pois foi a escrita da morte que passou a se constituir no luto da própria vida. (In, MENDONÇA, A.S. “A morte enquanto Luto da vida”, pp 73-75 / Congresso Internacional de Língua, Filosofia e Literatura Portuguesas, RJ, CCAA Ed. , 2007.

Resumo

Muito antes da psicanálise os discursos da cultura, fossem através de Nephantée (confrontar a Guerra de Tróia), fossem através da acedia medieval, se anteciparam, em séculos, ao estudo freudiano, denominado luto e melancolia. Isto porque o trabalho freudiano se deixa influenciar parcialmente pela tradição romântica de caráter bovário, a exceção, provavelmente, da nossa Capitu e segue a linha de Lawrence Stern.

Ali segue a linha de Tristram Shandy e Xavier de Maistre e distingue a clínica melancólica do discurso melancólico. Isto porque a primeira se deixou influenciar pela patologia, como assinala Allouch, ao invés de produzir uma crítica da cultura à teoria do discurso melancólico, onde por inspiração shandiana do nosso Sérgio Paulo Rouanet, vê-se que não se trata da relação entre luto e dor e sim da apologia da alegria.

Palavras-chave

Acedia – Nephantée – Discurso melancólico – Luto – Melancolia – Chandismo.

- Artigo apresentado à X Ciranda de Psicanálise e Arte, TRANSGREDIR, DESTRUIR: DO DESEJO AO GOZO. Rio de Janeiro, 27 a 29 de setembro de 2013. Museu de Arte do Rio – MAR.

A melancolia que, do ponto de vista da negação, poderia ser para Freud um juízo de existência (o estudo de um melancólico, por exemplo) difere-se do discurso melancólico, por vezes inscrito numa erótica, jamais no erotismo, por este se apresentar através das mentalidades como: “a visão da antiguidade clássica; a visão quinhentista do classicismo; sendo que nessas duas sobretudo apresentará suas duas versões principais e por fim, no nível da modernidade terá presença neo-hegeliana e frankfurtiana. Como se sabe, de saída, o discurso melancólico era uma evidência histórica e estética anterior à descoberta psicanalítica, que vai circunscrevê-la, via tradição psiquiátrica e algo de influência romântica na “guarison”, isto é na possibilidade de cura por analogia psiquiátrica com a medicina. Todavia, ainda na antiguidade clássica, do ponto de vista do mito tebano ali significara “quisera não ter nascido com tal destino”. Entretanto, já no quinhentismo irá apresentar duas variações.

De um lado a tão propalada fugacidade do mundo e da vida em que tanto insistia o Camões lírico; de outro, quase como uma exceção a este mesmo Camões, disserta-se num poema pertencente ao corpo lírico aditício desta mesma poesia: “*quisera não ter nascido neste dia*”, ou melhor que esse dia, nasciturno, não tivesse existido, pois a escrita da morte passou a se constituir no luto da própria vida.

No posterior século barroco alemão, estudado por Walter Benjamin, em seu trabalho “*Origens do drama barroco alemão*”, também chamado de Trauspiel, este, como se disse, drama barroco alemão, tratava a amada qual uma fênix renascida, por analogia com as academias barrocas portuguesas, pois a ressuscitava, qual Fênix, aos olhos do leitor, configurando uma espécie de melancolia de origem, chamada de alegoria. Allouch a requisitará, além da dívida psiquiátrica, como um traço romântico no conceito de melancolia freudiana. Isto se constituiu num equívoco, porque, embora levasse ao binômio bovarismo/paixão, em homenagem ao realismo de Flaubert, também ocultava, que, paralelamente, em transgressão ao desejo e ao próprio do morrer de amor (físico, moral e financeiro) entrelaçara realismo, romantismo e naturalismo. Tudo isso feito, à exceção do texto machadiano, exposto em “*Dom Casmurro*”, sob a falsa influência de Otelo, mas sob a evidente influência de um Hamlet “vencido”, ambos de verve sheskspeariana, até porque ninguém é adúltera depois de morta. Mas Jean Allouch também insistirá no choro constante da carpideira como perenidade de um estado melancólico crônico, ou seja, como o último limite da perenidade romântica, embora não deixe de reconhecer que a concepção freudiana de melancolia deve à psiquiatria a sua possibilidade fálica de cura pelo Luto. No entanto, será ainda Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por influência de Tristram Shandy, de

autoria de Lawrence Stern e Xavier de Maistre que queriam “impor” ao nosso “machadinho” o tema do shandismo, que rejeitará esta concepção. Pois este, contudo, vai contrapô-la ao riso e à galhofa abraçando-a, portanto.

Já a psicanálise lacaniana, quando influenciada por Kojève se lamenta em seu texto: “*O momento de concluir*”, que a origem da psicanálise freudiana tenha sido trágica; teria sido preferível que fosse cômica, qual a comédia drama de Aristófanes, porque ali se inscreveria na antropologia do desejo e a melancolia possivelmente se veria nos braços do signo da alegria. Por esta razão, Machado, ao contrário da tradição freudiana que articula gozo e dor, conjuga a melancolia como a perenidade do riso. Isto, contudo, é muito relativo, uma vez que a perenidade postulada pelo shandismo opõe, sem dúvida, Machado à tradição freudiana.

E o faz, porque, em Freud o Luto, (in)certa tradução romântica, é opção curativa, o que chega a levá-lo a aproximar a melancolia da psicose. Estas concepções vão, diferencialmente, fazer com que a melancolia se contraponha à faticidade do gozo real em favor da morbidez do real do gozo. Nela, a desfalicização egoica, cede lugar à morbidez, e à desvalorização autor-recriminadora, o que poderia nos levar a desconfiar que ali se abre campo para que a melancolia se articule pelo avesso ao discurso do amor, ao discurso da impossibilidade da relação sexual, como forma de superá-lo, em relação à injúria autoreferida. Isto não é novidade, trata-se na presença temática na dramaturgia do século XVI da hiperdeterminação entre o “livre arbítrio” e a contraposição entre as “razões do estado” e as “razões da paixão”. Não teria sido melancólico o sheskspereano tema de “*Romeu e Julieta*”, onde a família substituiria, como uma sociedade parcial, ao Estado, sob o signo patriarcal? Já na tradição ibérica e mítica algo análogo não aconteceu com a tragédia “*A Castro*”? Porém, insistimos: malgrado a presença do citado “livre arbítrio”, essa força dramática que, em Hamlet tornou-se, a juízo de Lacan, tragédia do desejo, não se mantinha grandes proximidades melancólicas com a tragédia cristã? Talvez faltassem para tal apenas três elementos básicos:

a) a reconciliação com a coisa e/ou a causa perdida; **b)** a referência ao pai humilhado da verve de Paul Claudel, impossível de simbolizar por não parar de humilhar sua própria irmã Camile; **c)** e, sobretudo, a reparação da covardia do fracasso e da culpa desse irmão pelo seu pseudo-arrependimento, o que fazia da misericórdia (divina) mero pretexto de reconciliação com a própria culpa.

Levando-se mais adiante, ali (em Hamlet) subtrocara-se o fracasso obsessivo da potência paterna, atribuído ao amante, pelo seu ícone (seu tio Cláudio), e esse era, como já se disse: “o que por não saber, agia”, configurando

o que para Lacan era a sua questão oblativa básica. Vivia, portanto, em permanente “desgarramento ôntico”, entre a vendetta do pai morto, duplamente fracassado, pois denegrado fálica e politicamente na transmissão da falicidade e a covardia fantasiosa do desejo incestuoso. Tratava-se de um fantasma que era nele travestido pelo amor de mãe que traíra seu pai. Não haverá nisso, um permanente e cinzento horizonte melancólico a justificar a própria morte? “Last, but not least” podemos supor que a impossibilidade do amor abrirá mão para a injúria melancólica que de braços dados com a morte se distinguirá de uma indústria hodierna, conjugada de braços dados com a perversão? Se na primeira, para o Lacan inicial dos anos 50, o ato masoquista incidia sobre o próprio sujeito, na segunda ele incidirá sobre o Outro. Logo, se o amor faz signo, ele tomará, certamente, o lugar da impossibilidade da relação sexual; e parece só lhe restar a injúria para que Zeus, lido por Lacan, tenha razão; ou seja, não há acesso ao amor pela via do desejo.

Como dissemos, insistindo, sabemos que o amor é o que vem em suplência da impossibilidade da relação sexual, mas, também sabemos que, por analogia com Zeus, Lacan, ao definir o desejo como hiância entre Eros e Anankê (necessidade e demanda) negou o acesso, como se disse, pela via dupla do desejo e, conseqüentemente, o amor tornou-se impossível, porque já se hiperdeterminara a uma imagem de beleza que o levava a se distinguir da perversão e da morte.

Estamos nos referindo a Dorian Gray de Oscar Wilde e insistimos: se no primeiro Lacan dos anos 50, a perversão masoquista insedia sobre o Outro, já neste Lacan final dos anos 70, além do ato masoquista insistir no próprio sujeito, ele (o melancólico), sem dúvida, como um juízo de existência vai autopracar o desprezo, a repulsa e a injúria sobre a própria imagem, travestindo-os de valorização da beleza, em detrimento de uma moral sexual, entregue à sorte da morte. Ao passo que a injúria perversa apenas impinge o sofrimento a pretexto de cultuar a beleza como o signo da morte de outrem. Pergunta-se, então: se Freud, via Gomperz, atendendo a seu amigo, acreditava no mítico Id, na luta fratricida entre o princípio reunificador de Eros de pendor iluminista e a tanatologia como horizonte do próprio Tânatos, não seria o caso de hoje, pós Lacan, em tempos de pós-modernidade degenerativa, de termos de optar entre o clássico Nephentée, por Afrodite doada a Helena ou fazermos de conta que a acedia vem, desde há muito tempo, colocando a cultura nos braços da morte. Disso já sabiam os medievais. Como falar-se em gozo, passando-se por cima dessa questão? Será que ser reconhecido, como disse Freud em 1920, em “*Nós e a Morte*”, até pelos que jamais nos conheceram em vida, será suficiente? Ou mesmo, será suficiente ainda, para tal, a sublimação

em seu terceiro tipo, o que engendra a ciência e a arte? O que estas fazem para evitar a acedia? Será que o mero alumbamento, à la Duras, seria compatível com a sublimação e esta com o banimento da melancolia? Não seria por isso que a felicidade, que está até na Constituição dos Estados Unidos da América, é uma quimera? Teria Leonardo Da Vinci, modelo lacaniano e freudiano de sublimação, sido bafejado por Nephentée ?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE DE AZEVEDO FILHO, Leodegário. *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

FREUD, S.A. *Moisés e o Monoteísmo*. In, *Obras Completas*, vol. XXIII. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1969.

MENDONÇA, Antônio Sérgio. *O discurso melancólico: da tragédia à psicanálise*, in Os avanços da Psicanálise com Lacan, Rio de Janeiro, Cia. De Freud, 2011.

_____. *O impossível do amor*, in, Coleção Guias da Psicanálise LACAN, Volume 1, Ed. Escala, p.30.

_____. *Lacan com Freud: A cultura e o mal-estar civilizatório*, Rio de Janeiro, Cia. De Freud, 2010.

_____. *O ensino de Lacan*. Rio de Janeiro, Edições CEL, Gryphus (Forense), 1993.

_____. *A morte enquanto luto da vida* (em “O dia em que nasci Moura e Pereça”). In WWW.riototal/coojornal nº 444/Opinião Acadêmica. Rio de Janeiro, 01/10/2005.

ROUANET, Paulo Sérgio. *Mal-Estar na Modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

REFLEXÕES SOBRE DIACRONIA, CONCEITO E APLICABILIDADE NO ESTUDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

CHRISTIANE LIMA DA CAMARA MONTEIRO (UERJ e UFF)

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES (UERJ e ABRAFIL)

Resumo: Este trabalho se propõe a fazer algumas reflexões sobre a importância dos estudos diacrônicos para o graduando do curso de Letras. Há muito tempo a língua vem sendo ensinada/aprendida como algo recortado e fragmentado. Estudam-se os ‘recortes’ da língua (Sintaxe, Morfologia, Fonética, Semântica, etc.) separadamente, sem que se faça com frequência (ou, pior, sem que se faça) uma ligação entre tais recortes. Isso resulta, por parte dos graduandos, numa visão fragmentada/fragmentária da língua – visão bastante nociva para os futuros professores. A língua é um sistema complexo, em que todos os ‘recortes’ funcionam simultaneamente, interagindo entre si. A disciplina História da Língua Portuguesa, por apresentar uma visão do funcionamento da língua ao longo do tempo, pode ajudar o graduando de Letras a compreender a interação entre os referidos recortes, e também a influência que fatores não linguísticos exercem sobre a língua.

Palavras-chave: História da Língua Portuguesa – visão fragmentária da língua – visão da língua como um todo.

Os termos *sincronia* e *diacronia* foram criados pelo filósofo e linguista suíço Ferdinand de Saussure, considerado o pai da Linguística moderna. Antes mesmo, porém, de o linguista suíço criá-los, a diacronia já orientava, havia algum tempo, os estudos linguísticos.

Em verdade, a criação dos dois termos foi motivada pela dicotomia que Saussure propunha. Os estudos linguísticos científicos, até então, tinham uma orientação unicamente histórica – diacrônica, portanto. A proposta inovadora de Saussure, porém, era que se voltasse a atenção para o que ele denominou ‘estado de língua’ – sincronia, portanto. A respeito dos dois vieses de estudos linguísticos, define o mestre suíço:

A Linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva.

A Linguística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva

e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si. (2006, p. 116)

E acrescenta:

À sincronia pertence tudo o que se chama “gramática geral”, pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à gramática. [...]

De modo geral, é muito mais difícil fazer a Linguística estática [sincrônica] que a histórica [diacrônica]. **Os fatos de evolução são mais concretos; falam mais à imaginação; as relações que neles se observam se estabelecem entre termos sucessivos que são percebidos sem dificuldade; é cômodo e, com frequência, até divertido acompanhar uma série de transformações** (grifo nosso). Mas a Linguística que se ocupa de valores e relações coexistentes, apresenta dificuldades bem maiores. (2006, p. 117)

Diante das considerações do próprio Saussure, grifadas acima por nós, entendemos que o conhecimento do processo de evolução da língua portuguesa (abordagem diacrônica da língua) pode dar ao graduando de Letras uma visão mais clara do funcionamento da língua como um todo, e de todas as ‘forças’ que agem sobre ela. Esse conhecimento pode, talvez, possibilitar ao aluno a conexão dos conteúdos adquiridos em cada disciplina do curso, ampliando o seu entendimento sobre a língua.

Mas, na prática, o que é *diacronia*? Como sabemos que estamos diante de uma abordagem diacrônica e não sincrônica? Quando poderemos considerar uma mudança expressiva ou sem importância? Para que a mudança seja considerada relevante será preciso que ela esteja legitimada pela gramática normativa? Saussure responde a algumas dessas perguntas:

Na prática, um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima. Pode ser de 10 anos, uma geração, um século e até mais. Uma língua mudará pouco durante um longo intervalo, para sofrer, em seguida, transformações consideráveis em alguns anos. De duas línguas coexistentes num mesmo período, uma pode evoluir muito e outra quase nada; neste último caso, o estudo será necessariamente sincrônico, no outro, diacrônico. (2006, p. 117-118)

Podemos dizer, então, que um estado de língua é um espaço de tempo em que as mudanças linguísticas não sejam em número expressivo. Mas o que se pode considerar expressivo ou não? É ainda o mestre suíço quem procura esclarecer esse ponto [grifos nossos]:

Um estado absoluto se define pela ausência de transformações e como, apesar de tudo, a língua se transforma, por pouco que seja, **estudar um estado de língua vem a ser, praticamente, desdenhar as transformações pouco importantes [...].**
 [...] **a noção de estado de língua não pode ser senão aproximativa. Em Linguística estática, como na maior parte das ciências, nenhuma demonstração é possível sem uma simplificação convencional dos dados.** (grifo nosso) (2006, p. 118)

Saussure reconhecia que era preciso ‘paralisar’ a língua e desconsiderar as mudanças pouco importantes para que fosse possível estudá-la do ponto de vista sincrônico. O próprio termo ‘*Linguística estática*’, criado por ele, já deixa subentendida uma paralisação da língua, uma “simplificação convencional dos dados”.

Levando em conta as palavras do mestre, faremos uma comparação da Linguística com outra ciência, a Medicina. Um cardiologista, por exemplo, pode estudar com preciosismo o coração humano, descrever-lhe exaustivamente a anatomia, as doenças que o afetam, a função de suas válvulas, pode medir o calibre de suas artérias e veias, descrever seu funcionamento, observar as alterações desse funcionamento, etc. No entanto, tal estudo minucioso terá muito pouca valia se o médico ignorar o fato de que o coração é apenas um órgão (vital, é verdade) de um organismo ainda mais complexo, **o corpo humano**.

O coração, embora valioso, funciona em conjunto com diversos outros órgãos, igualmente importantes. Cada um tem uma função específica, que pode ser minuciosa e exaustivamente estudada e observada. Mas um órgão, por mais importante que seja, é apenas um órgão e deve ser entendido e percebido como apenas um órgão, que nada é sem um corpo que lhe dê ‘sentido e razão de ser’. Um órgão do corpo humano nada é por si mesmo, nenhum papel encerra em si mesmo, mas somente em função do corpo do qual ele faz parte, do sistema biológico ao qual se integra.

Diante dessas reflexões, é curioso que no ensino de Língua Portuguesa – em qualquer fase da vida escolar (mesmo no nível superior) – pouco se evidencie o fato de que a língua, assim como o corpo humano, também é um

sistema complexo e que, embora o seu estudo requeira a dissecação de cada uma de suas partes, separadamente (e dissecação pressupõe um órgão morto e separado de seu antigo corpo), na verdade ela também é um sistema inteiro e ‘vivo’, quando apreciado ‘em funcionamento’¹.

Se a dissecação de um órgão o pressupõe morto e separado do corpo do qual fazia parte, a ‘dissecação’ de um dos ‘recortes’ gramaticais em que a língua é dividida também a pressupõe, de certa forma, morta e estática, separada de seu ‘corpo’, que é a língua realizada ‘na boca’ do falante.

O estudo de uma língua, para ser viável, requer que o estudioso eleja um ponto para focar sua atenção. Seguindo o modelo aristotélico, a gramática tradicional costuma ‘dividir’ a língua em Fonética, Morfologia e Sintaxe. Nos cursos de Letras, tais ‘partes’ do ‘sistema língua’ são apresentadas uma a uma em semestres diferentes, separadamente.

De acordo com nossas observações, em virtude desse sistema de ensino (não necessariamente o único viável), falta ao graduando de Letras a visão da língua como um todo, como um sistema complexo, cujas partes se relacionam, completam-se, interpenetram-se. Os estudos diacrônicos contidos na disciplina História da Língua Portuguesa (HLP), a nosso ver, podem dar a visão desse sistema complexo.

Segundo Saussure, a Linguística estática ou sincrônica aplica-se somente à *língua* como sistema – que é, segundo ele, imutável – nunca à *fala*, ou seja, à execução das imagens acústicas. Levando em consideração que os órgãos vocais, responsáveis por essa execução, são exteriores à língua, conclui ele que a fonação (*a fala*) “em nada afeta o sistema em si” (SAUSSURE, 2006, p. 26). Saussure divide, então, a linguagem em duas partes: uma essencial – a *língua* – e outra secundária – a *fala*. E é para a parte considerada essencial que ele voltará sua atenção.

O relevo dado à sincronia, em detrimento da diacronia, pode dever-se ao fato de que, à época de Saussure, todo estudo da língua era diacrônico. A sincronia se limitava a materiais didáticos sem ambientação científica.

É conveniente ressaltar que os estudos sobre a língua, de modo geral, seguem as tendências das outras ciências, ou ao menos sofrem sua influência.

Nos séculos XVIII e XIX, quando surgiram os estudos comparatistas e históricos, as ciências naturais estavam em pleno auge. Era de esperar que uma ciência nascente como a Linguística aplicasse a seu objeto de estudo métodos e postulados já consagrados. Essa atitude garantiria que a nova ciência fosse

1- Ao compararmos a língua com o corpo humano, estamos apenas fazendo uso de uma metáfora, e não considerando a língua como um organismo vivo, tampouco considerando o estudo da língua uma ciência natural – como o era nos primórdios dos estudos linguísticos.

considerada com seriedade.

Quando Saussure ministrou o seu *Curso de Linguística Geral*, na Universidade de Genebra, entre os anos de 1907 e 1910, os estudos linguísticos, fundamentados no método histórico-comparativo (diacrônico), já se haviam estabelecido havia cerca de um século. Estando a Linguística já bem estabelecida como ciência, o mestre suíço – ele mesmo tendo formação em Linguística Histórica – pôde, então, buscar outros caminhos para estudar a língua.

Embora se proponha a cuidar somente da *língua*, Saussure afirma que *língua* e *fala* estão estreitamente ligadas, e admite pedir “luzes ao estudo da *fala*” no decurso de suas demonstrações:

Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (2006, p. 27)

A insistência em se separar *língua* de *fala*, em se enfatizar que são “duas coisas absolutamente distintas”, se dá em relação aos objetos de estudo da Linguística e diz respeito aos linguistas, em sua tarefa de descrever a língua. Pelo que nos parece, o mesmo não deve dizer respeito, ao menos de maneira irrestrita, aos estudantes do curso de Letras.

A importância da visão da língua como um todo

Cada língua tem sua lógica, sua dinâmica. Somente os estudos diacrônicos podem no-las apontar com alguma precisão. Não estamos negando a importância de se observar a língua em funcionamento ‘aqui e agora’. Se a diacronia é uma ‘soma de sincronias’, os estudos sincrônicos são importantes para os estudos de História da Língua. Nosso propósito, contudo, é, entre outros, apontar os benefícios dos estudos diacrônicos contidos na disciplina HLP, para a **formação** do graduando em Letras.

A língua, como se sabe, é um sistema complexo. No entanto, para que seja possível estudá-la mais a fundo, ela desde há muito vem sendo ‘recortada’ em várias partes, que são estudadas separadamente. Camara Jr., fazendo referência a Saussure, define **gramática** como “estudo de uma língua examinada como sistema de meios de expressão” (2007, p. 160). O linguista brasileiro diz que a gramática, em seu sentido mais estrito, é o estudo da

Morfologia e da Sintaxe, mas que a esse se pode acrescentar o estudo dos traços fônicos e da grafia correspondente a esses traços:

Trata, portanto, a gramática: a) dos fonemas e sua combinação; b) dos morfemas e sua estruturação no vocábulo (sintagma lexical); c) dos sintagmas de vocábulos. Daí as suas três partes gerais, respectivamente: a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe. (2007, p. 160)

Nos cursos de graduação, embora os alunos recebam a **noção teórica** de que a língua funciona como um todo coeso, na prática parecem concebê-la fragmentada, tal como a estudam². Tem-se o conhecimento **teórico** de que o falante comum faz uso da língua sem estar consciente de suas escolhas ou seleções fonéticas/fonológicas, morfológicas e sintáticas. No entanto, na prática, o aluno parece continuar ‘visualizando’ a língua como algo recortado, e parece não perceber que (nem *como*) todos esses aspectos, estudados separadamente, se inter-relacionam e funcionam simultaneamente. O próprio **ensino** da língua muitas vezes continua ‘acontecendo’ de forma a corroborar essa visão fragmentada de seu objeto de estudo.

A língua, como sistema, realiza-se inteira, em toda a sua complexidade, com todas as suas partes funcionando simultaneamente, entrosando-se e influenciando-se mutuamente. Entender ou conceber a língua como um ‘arquivo’ que abriga ‘pastas’ contendo conhecimentos específicos denominados *Fonética, Morfologia, Sintaxe*, etc. é desfigurá-la, é inverter valores e noções.

Reconhecemos que, diante de um objeto de estudo complexo, tanto do ponto de vista científico quanto do didático, o método mais eficiente a adotar é dividi-lo em partes e pesquisar/estudar cada uma delas separadamente. Contudo, não devemos nos esquecer de que o graduando não é um ‘especialista’ e que, portanto, deve ter uma noção do ‘todo’ que é a língua, antes de decidir em que ‘parte’ ou ‘recorte’ irá especializar-se.

Ainda usando a Medicina como termo de comparação, um graduando desse curso levará seis anos aprendendo o funcionamento geral do corpo humano e de suas partes, de fatores internos e externos que lhe possam alterar o equilíbrio e o bom funcionamento. A sua especialização só ocorrerá na pós-graduação – conhecida como *Residência* –, que tem a duração de dois anos e durante a qual o aluno, tendo um contato mais aprofundado com diversas áreas (cardiologia, pediatria, ortopedia, etc.), escolherá qual caminho seguir. Somente a partir de então, já conhecedor do sistema ‘corpo humano’, é que

2- Na verdade, essa visão fragmentária vem sendo inculcada desde o Ensino Fundamental.

o médico poderá direcionar seus estudos exclusivamente para a sua área de interesse.

Mesmo seguindo uma especialidade médica, é imprescindível que o médico conheça o funcionamento do todo para desempenhar sua função de forma eficiente. A título de exemplo, exporemos, a seguir, dois casos reais, que demonstram de forma clara que o conhecimento, ainda que limitado, do corpo humano como um todo é imprescindível na prática da medicina:

- **Caso um** – uma paciente, sentindo desconforto no aparelho digestivo, consultou-se com um gastroenterologista. Quando o médico perguntou se a paciente tinha mais alguma queixa, ela respondeu que estava com a garganta inflamada e que, portanto, nisso ele não poderia ajudá-la. Para a surpresa da paciente, o gastroenterologista lhe disse que sua inflamação na garganta deveria ter como causa o seu problema digestivo, explicando que a paciente deveria estar tendo refluxo durante o sono e que os ácidos do estômago estariam causando a inflamação. A paciente tomou o remédio recomendado pelo médico (para tratar o estômago) e viu-se curada da inflamação na garganta, mesmo sem ter ido a um otorrinolaringologista.
- **Caso dois** – uma paciente se submeteu a uma histerectomia, devido a um ioma que, segundo mostravam as ultrassonografias, media cerca de dez centímetros de diâmetro. Aberto o abdômen da paciente, o ginecologista deparou-se com um útero saudável (com um pequeno e inofensivo mioma). O volume apontado na ultrassonografia era, na verdade, uma gaze (esquecida dentro da paciente em uma antiga cirurgia) que havia aderido a uma parte do intestino da paciente, causando uma ‘bola’ de infecção. O ginecologista viu-se diante de um impasse: não havia nenhum gastroenterologista disponível no hospital naquele momento; nem a sala de cirurgia nem a paciente haviam sido preparadas para uma cirurgia no intestino; a situação gravíssima, no entanto, não permitia esperas. Usando seus conhecimentos gerais sobre o funcionamento do corpo humano, o ginecologista cortou um pedaço do intestino da paciente, retirando a parte infeccionada, e suturou-o. Após a cirurgia, no entanto, o médico orientou os parentes da paciente a procurarem um gastroenterologista, para que ele a examinasse de forma mais eficiente, alertando-os da possibilidade de uma segunda cirurgia com o devido especialista. A paciente, de fato, teve que se submeter a uma segunda cirurgia, de emergência, feita por um especialista, cerca de um mês após a primeira. Os conhecimentos e a experiência do ginecologista, no entanto, salvaram-lhe a vida.

Para demonstrarmos a importância da conjugação de conhecimentos de áreas diversas, para uma melhor compreensão de um assunto específico por parte do aluno, trazemos, agora, uma situação real de uma aula de Fonética de uma turma de graduação em Letras:

- Uma professora, tratando da classificação das consoantes, abordou o rotacismo – troca do [l] pelo [r]³ (como em ‘*Framengo*’ por *Flamengo*) –, fenômeno conhecido por todos, considerado, preconceituosamente, resultado da ignorância ou do baixo nível de escolaridade do falante que faz tal troca. Embora seja verdade que o nível de escolaridade esteja presente nessa questão, a professora julgou importante mostrar aos alunos que não é somente esta a motivação da alteração fonética.

Chamou, então, a atenção para a proximidade das duas consoantes, quanto à articulação, lembrando que em japonês (havia na sala diversos alunos que estudavam essa língua) havia o fonema [r], mas não o [l] e que, em virtude da semelhança de articulação das duas consoantes, os japoneses tinham dificuldade em distinguir os dois fonemas, quando falavam em português.

Para demonstrar como essa troca é uma tendência na língua portuguesa, a professora desenhou uma igreja no quadro e pediu que os alunos identificassem o desenho. Dada a resposta, escreveu a palavra *igreja* no quadro e perguntou aos alunos como era tal palavra em espanhol e em francês. Ela então escreveu as respostas no quadro, comparando-as com a original latina:



Após a comparação, os alunos puderam constatar que o português, em relação à palavra citada, foi a única língua em que ocorreu o rotacismo. A professora disse que quem fala ‘*Framengo*’ ou ‘*bicicreta*’ não é ‘burro’ nem ignorante, é, inconscientemente, ‘conservador’, ‘seguidor das tradições de sua língua materna’. Embora as últimas palavras tenham sido ditas em tom de brincadeira, foi ressaltado o fato de que no caso da troca do [l] pelo [r] há

3- É preciso esclarecer que o termo **rotacismo** tem sido usado, atualmente, para designar a troca do /l/ pelo /r/, como em *franela* (*flanela*), por exemplo. No entanto, nos livros especializados, esse termo não designa a mudança acima descrita. Camara Jr. assim define **rotacismo**:

Mudança de /s/ entre vogais para /r/ dental. Foi uma lei fonética em latim arcaico. Por causa dela, uma série de nomes da 3ª declinação, neutros, apresentam radical diferente no nominativo e acusativo, sem vogal temática e sem desinência, em face dos outros casos com desinência começando por vogal, onde /s/ do radical passou a /r/: *corpus* (lat. arc. *corpos* – *corporis*). Isto explica as diferenças de radical entre o nome correspondente português e adjetivos derivados tirados do radical do genitivo: *corpo* – *corporal*, *tempo* – *temporal*, *lado* – *lateral*. (2007, p. 264-265)

Por motivos didáticos, porém, o termo **rotacismo** será aqui adotado seguindo o uso atual, isto é, designando a troca de [l] por [r].

fatores articulatórios e históricos envolvidos, além do nível de escolaridade. A professora abordou, em seguida, a pronúncia não padrão ‘*bão*’ para o adjetivo *bom*. Para a voz corrente na sociedade, também essa pronúncia só se ouve da boca de pessoas com baixo nível de escolaridade. Como se estivesse brincando, perguntou o nome daquele animal feroz, que ruge alto e tem juba, ao que a turma prontamente respondeu *leão*. Perguntou, então, o nome daquela pequena fruta verde, de sabor azedo e rica em vitamina C, ao que a turma respondeu *limão*. O nome do animal foi escrito no quadro juntamente com a palavra *limão*, sendo ambas comparadas com as respectivas originais latinas – *leon(e)* e *limon(e)*. Com esses exemplos, demonstrou aos alunos que, também aqui, as pessoas que falam ‘*bão*’ e ‘*batão*’ (por *batom*) não são pouco inteligentes, apenas seguem uma tendência histórica da língua portuguesa, que é a ditongação de [õ] em [ãw], em final de palavra.

Após essas explicações, em que entraram questões articulatórias e históricas, uma aluna disse que sempre acreditou que o uso de tais variantes fosse somente um fenômeno econômico-social, e que jamais cogitou que pudessem ter, também, uma explicação fonética (no âmbito linguístico, portanto).

A professora, então, chamou a atenção da turma para dois fatos sobre muitas das variedades não padrão usadas pelas pessoas com menor nível de escolaridade: 1) elas têm explicações articulatórias e/ou históricas, seguindo tendências da língua; 2) um alto nível de escolarização dos falantes tende a refrear as mudanças naturais da língua.

A História da Língua demonstra que a língua é afetada por diversos fatores – linguísticos e não linguísticos. Daí a importância, para o graduando do curso de Letras, de estudar história externa e interna da língua, Psicolinguística, Sociolinguística, Sintaxe, Morfologia, Fonética e Fonologia, Latim etc., enfim, as disciplinas que compõem o curso de Letras, a fim de melhor compreender o funcionamento da língua⁴.

De pouco adiantará, no entanto, todo esse conhecimento, se o graduando não for capaz de relacionar informações. Tal inabilidade ficou clara diante das colocações feitas pela aluna que, mesmo estando no 5º período da graduação, nunca aventou a possibilidade (óbvia, de certa forma) de a troca de [l] por [r] ter uma causa articulatória.

A partir desses exemplos e observações, podemos desdobrar vários outros

4- Corrobora nossa opinião a afirmativa de Câmara Jr.: “[...] uma asserção global da história da linguística não se pode limitar à linguística propriamente dita. E não nos podemos esquecer que esta nem sempre se apresenta no correr de sua história como uma disciplina isolada e autônoma. Algumas escolas de linguística têm tentado agir assim, mas tem sido frequente o debordamento da psicologia, biologia e, mais recentemente, da antropologia no estudo da linguagem”. (c1975, p. 21)

pontos, como:

1) muitas das variedades não padrão usadas pelas pessoas com baixo nível de escolaridade têm *explicações articulatórias* e/ou *históricas*, seguindo tendências da língua:

- ‘*Imbigo*’ por *umbigo* – (*explicação histórica*) – no *Appendix Probi*⁵ encontra-se *umbilicus non imbilicus* (correção nº58), o que prova que a troca do *u* inicial por *i*, nessa palavra, é bastante antiga;
- ‘*Inguinorante*’ por *ignorante* – (*explicação articulatória*) – por ser uma vogal alta e palatal, o [i] pode se nasalizar com um movimento mínimo do véu palatino (cf. SILVA, 2009, p. 71). O [g], consoante velar (articulada no véu palatino, portanto), pode ter facilitado essa nasalização. Teríamos, assim, o desenvolvimento de uma consoante nasal velar. Em ‘*indentidade*’ por *identidade* também se desenvolve uma consoante nasal, após o [i], talvez pela influência da outra nasal. Há, também, a possibilidade de nessas duas palavras ter havido analogia com o prefixo *in-*;
- ‘*Enterter*’ por *entreter* – (*histórica*) – o deslocamento de fonemas numa palavra é fenômeno bastante comum na evolução do latim ao português (*semper* > *sempre*, *pauper* > *pobre*, *aqua* > *auga* [arc.]), e continua presente no português atual, principalmente envolvendo consoantes líquidas e semivogais;
- ‘*Xicra*’ por *xícara* – (*articulatória e histórica*) – a queda da vogal postônica não final, para evitar o proparoxítono, é fenômeno bastante recorrente na formação da língua portuguesa (*calidus* > *caldo*, *frigidus* > *frio*, *ocūlu* > *oclu* > *olho*). Ainda hoje é fenômeno comum – **fosfro* por *fósforo*, **plasco* ou **prasco*⁶ por *plástico* etc.;
- ‘*A sapatona*’ por ‘*a sapatão*’ – (*histórica* – por analogia) – a identificação do *-a* final com o gênero feminino já era fenômeno recorrente no latim vulgar, como mostra o *Appendix Probi* – *nurus non nura* (correção nº 169) (> *nora*), *socrus non socra* (correção nº 170) (> *sogra*).

2) um alto nível de escolarização dos falantes tende a refrear as mudanças naturais da língua:

- Discriminação linguística. Já na Antiguidade as elites haviam percebido que a língua é uma marca de *status* social. Essa percepção motivou o estudo da língua, com o propósito de preservar os traços linguísticos das elites, para que fossem conservados pelas gerações seguintes, a fim de que essa modalidade da língua não se deixasse

5- Lista com 227 palavras, anexa à gramática de Probo, aproximadamente do século III d.C.

6- Nesta palavra a consoante [t] também sofre síncope devido à impossibilidade, em português, da articulação do grupo consonantal [stk].

afetar pela fala dos incultos, estrangeiros etc. A palavra *bárbaro*, a princípio, era usada por gregos e romanos (e, depois, por outros povos) para designar o que ou quem não fizesse parte de sua civilização ou que não falasse a sua língua, era praticamente um sinônimo de ‘estrangeiro’. Não é sem razão, no entanto, que seu sentido passou a ter uma conotação pejorativa, designando “que ou quem é cruel, desumano, feroz”, ou “que ou quem é incivil, rude, grosseiro” (HOUAISS, 2009. CD-ROM);

- Abertura de escolas. Para promover a disseminação da língua latina pelo território conquistado, os romanos abriram escolas que atendiam as populações locais. No Brasil, a partir do governo de Getúlio Vargas, tornou-se obrigatório o ensino de Língua Portuguesa nas escolas do Sul do país, para evitar que o alemão e o italiano, línguas maternas da maioria dos colonos, sobrepujasse o português.
- Dialetação do Latim Vulgar. A escola é uma das forças centrípetas, que agem pela conservação da língua, refreando suas mudanças naturais. Em virtude do rompimento da unidade política, após a queda do Império Romano, e ao fechamento das escolas, por parte dos bárbaros conquistadores, não tendo mais nada que contivesse as forças centrífugas, que agem no sentido de ‘desunificação’ e ‘desuniformização’ da língua, os falares regionais se distanciaram cada vez mais, tendo como consequência a formação e o desenvolvimento das línguas românicas.

Reflexões desse tipo podem conduzir o aluno a tirar conclusões, juntando uma informação com outra e percebendo a relação entre aspectos (linguísticos e não linguísticos) diferentes que afetam a língua. É preciso, então, que o professor, com exemplos como os citados acima, mostre ao aluno que a conexão ou o cruzamento de informações é possível e necessário para o bom entendimento do funcionamento da língua.

Concordamos com o argumento de que um gramático/linguista deve poder descrever um estado de língua sem ter de recorrer à diacronia. A um estudante de Letras, no entanto, em sua formação acadêmica, convém conhecer os fatos históricos que levaram ao atual estado de língua. Só assim ele será capaz de compreender a dinâmica da língua.

Fazendo uso de mais uma metáfora, podemos dizer que observar a língua ‘em movimento’ é como assistir a um filme. A *estória* narrada no filme é a *História* da língua, ou a apreciação da língua em seu movimento diacrônico. Cada fotograma da película seria, por sua vez, um recorte sincrônico (e estático) da língua, dissecado e analisado.

Com essa metáfora, pretende-se dizer que o estudo sincrônico age

como uma fotografia, que mostra um aspecto da língua, que retrata apenas uma pequena parte de seu movimento (como o fotograma de uma película). Já a diacronia (o estudo diacrônico), sendo uma ‘soma de sincronias’, funciona como a película, ‘enfileirando’ as observações sincrônicas de forma a permitir uma visão do movimento da língua ao longo do tempo, uma visão do dinamismo da língua e do resultado desse dinamismo. A diacronia permite, enfim, enxergar de forma clara a língua como um todo, como o sistema que ela é.

Quando enfatizamos a importância da diacronia, não a estamos elegendo como o melhor meio de se descrever uma língua, mas estamos, sim, convidando os professores a uma reflexão sobre os benefícios que ela oferece ao graduando, em seu processo de aquisição de conhecimentos diversos sobre a língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPENDIX Probi. Disponível em:

www.orbilat.com/Languages/Latin_Vulgar/Vocabulary/Appendix_Probi.html. Acesso em: 22/11/2013.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *História da linguística*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c1975.

_____. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HENRIQUES, Claudio Cezar, *Fonética, Fonologia e Ortografia: estudos fono-ortográficos do português*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira Isaac Nicolau Salum; trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 9. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

**VARIAÇÕES SEMÂNTICAS DA PALAVRA
SAUDADE NUM FRAGMENTO DO *DIÁRIO
SELVAGEM* DE JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
JOÃO CARLOS DE CARVALHO (UFAC)**

Resumo

O presente ensaio usa como pretexto um fragmento do *Diário selvagem*, do conhecido cronista José Carlos de Oliveira, para discutir os mecanismos de produção da arte literária. Trabalhando com conceitos como Risco, Reconhecimento, Leitor, autor-leitor, Obra, Voz, Permanência, voz crítica, a partir de uma base de estudo da psicanálise lacaniana, entre outras, intenta refletir sobre as condições de claudicância e imponderabilidade como desafios da criação estética.

Abstract: The essay presented here has as pretext a fragment of *Diário Selvagem*, by the well known writer José Carlos de Oliveira and aims to discuss the production mechanisms of writing as an art medium. Working with concepts such as Risk, Recognition, Reader, author-reader, Work, Voice, Permanence, critical voice, taking as a fundament for these discussions the theories of the Lacan Psychoanalysis. This essay tries, among other things, to reflect upon notions of hesitation and imponderability as challenges for asthetic creation.

Palavras-chave – Diário Selvagem – crônica – produção literária – psicanálise lacaniana - criação estética.

Ao lidar com o que chamamos de literatura, caminhamos autofagicamente na direção de uma vingança muito particular contra a língua que nos formou. A língua, desde o começo, nos parece ser algo natural numa selva de significantes e significados que se alternam e nos chamam à luta diariamente. Carlos Drummond de Andrade dizia que “lutar com as palavras era a luta mais vã/ no entanto lutamos mal rompe a manhã.” No entanto, o que chama a atenção é o fato de que do confronto se forma o idioma, mas ele nunca está pronto para nós, por isso a literatura se constitui em busca de um Leitor. Escrever é tentar colocar em prática a nossa condição claudicante em

relação às palavras, é cair necessariamente num inferno relacional que nos obriga a rastejar em busca muitas vezes de uma imagem salvadora. Sim, o idioma pode nos redimir, mas não nos absolve do abismo relacional, ou da necessidade do Risco e do Reconhecimento. O Leitor é o sujeito preparado para interligar os pontos entre o Risco e o Reconhecimento, porque se sabe partido.

O idioma nos convoca a uma ausência original, na verdade, uma luta com a vacância que as palavras nos despertam, a busca cíclica do significante primeiro. Somos iludidos porque acreditamos dominar o instrumento suficientemente, mas logo a seguir as próprias alternativas se tornam armadilhas semânticas. O Risco é a qualidade que se aprimora, assim como o amante em relação à amada, forjada na própria suspeição do significado. A Obra, para Georges Poulet, é uma espécie de projeção temporária de uma consciência privilegiada (POULET, 1976, p.79). O Reconhecimento resta como um resgate paliativo do extremo e do limite. Risco e Reconhecimento se alimentam das sobras semânticas e que no fundo é a própria condição para a armadilha e o resgate provisório. A literatura é consequência de um processo de intermediação entre extremos se a reversão de papéis se dá com a própria causa. O artista precisa transformar a consequência em causa para poder se alimentar das variações permissíveis num jogo em que as regras são tão temporárias como a consciência. Ao se tornar Leitor de si, o artista ativa a consciência privilegiada.

O Risco compreende a produção enquanto possibilidade de criação: o autor, como um Leitor privilegiado de si mesmo, compete com a própria condição temporária. Transforma-se, portanto, em autor-leitor. O Risco tem um só objetivo: tentar completar um ciclo que não se fecha, justamente porque é o Risco que mantém a Obra em suspenso, já que não há Obra que não seja interrogação do próprio processo. O autor-leitor de sua própria obra se constitui em fazimento, procurando preencher as frinchas da sua ausência original. A fragilidade do percurso de criação envolve mais o que não se fez do que o já feito. Não há segurança, pois isso seria o além risco. O crítico atua na frincha das deduções temporárias, por esse ângulo. No entanto, não há vale-tudo no processo interpretativo, pois ele se alimenta das condições dadas pela possibilidade de complementação. O Risco traz a importância de observar o autor por dentro e por fora. Tenta conseguir, através dele, ter acesso às cicatrizes que mapeiam a obra. A obra é um conluio antecipado com os desdobramentos críticos em torno dela. O crítico recorta o que lhe sobra no que chamarei de “zona do conforto semântico”. Esta zona, no entanto, consolida a relação e a produção que não cessa em torno da Obra, sempre prestes a

completar o ciclo. Cada época envolve um campo de sugestões em torno da Obra e produz imediatamente, para a época posterior, outras vacâncias. As pendências relacionam três épocas concomitantemente: a anterior, a presente e a que vier. Nesses três tempos, a Voz da Obra sopra sua permanência, pois sugere novas complicações.

O Reconhecimento se arquiteta à medida que o Risco se altera. Sua dimensão se dá na capacidade de percepção dos vazios sugeridos pela inter-relação dos três tempos. O Reconhecimento é a assinatura da obra. Ele clama pela palavra da crítica, do Leitor. Porém, a crítica como julgamento seria apenas complementar à Obra. A obra quer a captação daquilo que flui, o que o autor-leitor foi e deixou de ser através da Obra. O que temos então é consciência privilegiada que se projeta enquanto ausência original de si própria. A Obra só tem um leitor privilegiado: o autor que se ausentou de si, já sabemos. Perceber como esse autor-leitor criou a sua consciência da Obra foi a grande obsessão de boa parte da crítica ao longo do século XX e o mote que justifica a discussão até aqui. Capturar as condições de permanência e transição é o desafio da crítica que quer ir além do mero julgamento. A crítica que se projeta aqui é aquela que partilha com o autor-leitor as harmonias e desarmonias em torno do que se consolida enquanto sentido. Mas no final das contas, a grande questão: como o autor se constituiu enquanto Leitor da Obra?

A literatura só pode ser se o autor (Leitor privilegiado) negá-la enquanto sentido da vida, ou da própria vida forjada dentro da Obra. Ao mesmo tempo, a literatura se torna uma projeção dessas condições claudicantes de processo criativo. A dificuldade que a crítica tem de aferir as qualidades da Obra envolve obviamente preconceitos. Mas, na verdade, são os preconceitos, os rancores, as questões pessoais que tornam a crítica vigorosa e complementar à obra, inicialmente. Não é muito difícil encontrarmos ao longo da história literária exemplos de autores que produziram suas obras na contramão da própria expectativa crítica de sua época: Balzac, Flaubert, Baudelaire, Kafka, entre inúmeros outros que acabaram conjugando Risco e Reconhecimento como ferramentas capazes de articular a Permanência. Nesse caso, a crítica foi fundamental, como contraponto, para a posterior consolidação da Obra, ou seja, a compreensão dos elementos em jogo que permitiram a produção, já que a Obra, em si, na sua própria projeção dialética, já indicava a sua extensão. A Obra se articula a partir de três elos básicos: do autor, enquanto negação daquilo que alimenta a Obra na sua origem, do leitor privilegiado que se aproveita da negação, e da crítica que se articula em torno das vacâncias. Tudo isso ajuda a Permanência, mas principalmente a dar condições de se articular uma época, ou épocas, à própria Obra que transcende qualquer expectativa

original, seja do Leitor, seja da crítica. Cada obra se projeta numa relação íntima com o antes e o depois, ou melhor, relaciona-se com a Permanência nos seus três tempos, criando todo tipo de precursores, como queria Borges, independente do tempo.

O Reconhecimento deve muito ao conceito de devaneio de Gaston Bachelard. O devaneio, além cultura, capaz de suprimir o tempo, onde a memória e a imaginação se adensam, em meio às ações múltiplas que enganam a própria “sinceridade” do “autor-poeta” (BACHELARD, 2006, P. 20). Nesse sentido, a criação é tributária das condições de ausência, de interligações filigranadas entre as partes, que mantém a tensão semântica: o autor-leitor e a crítica podem se tornar o mesmo através das próprias variações semânticas sugeridas, já que estabelecerá a permanência da obra nas próprias vacâncias sugeridas pela Permanência. O devaneio dá ao poeta, ao leitor de si próprio, as imprecisões do seu papel enquanto criador, condição básica para se ponderar e se constituir na suspeita de si, na negação do que produz. O que Jacques Lacan chamaria de um significante como ser único, pois sua natureza vem senão da ausência (LACAN, 1992, P. 31), seria para o criador o sinal da busca de uma origem que já não existe, e que produz a vacância como luxo estimulador da própria linguagem, que estabelece ao criador (autor-leitor) as condições do processo, o contorno para se firmar enquanto registro da própria ausência original, o que tangencia o imponderável da própria Obra em fazimento. A imagem poética é a solução provisória e a sentença que o idioma imprime ao autor-leitor, ou então, a condição mínima para que ele possa compartilhar a possibilidade de Permanência. Do caos, os significantes se agrupam no seu desespero e afã metafórico. A língua-idioma é afirmada na própria inconclusão da Obra. Na sobra metafórica da linguagem todos os rituais são possíveis para reencarnarmos os deuses provisórios do significado perdido.

José Carlos de Oliveira, ou Carlinhos de Oliveira, como era conhecido nos anos 60 e 70 do século passado, foi principalmente um cronista, de origem capixaba, radicado em Ipanema. Seus textos versavam em torno de questões triviais do bairro eleito, principalmente sobre a vida boêmia de um tempo que desafiava principalmente as resistências físicas. Seu diário, publicado já neste século, revelou uma personalidade ainda mais complexa e extremamente atenta aos procedimentos de sua própria produção. Interessa-nos aqui examinar de perto um trecho, bastante pertinente em relação aos aspectos levantados mais acima, e que traduzem uma certa angústia de criação diante do próprio idioma:

A saudade, esse sentimento português, sem equivalente em qualquer outra língua e povo, deve ser banida do coração e do vocabulário de Frag Mendes. É o sinal central do sistema fantasmagórico em que transcorre a existência portuguesa. É a herança maldita que paralisa nosso avanço. Saudade é tão real quanto o saci-pererê e a Nau Catarineta. É o visgo. É o que torna viscosa a consciência, escorregadia, mergulhando a todo instante nos depósitos de merda do passado. A saudade é o que faz o português, o índio e o negro se amalgamarem numa promiscuidade repulsiva. Eles se fornicam mutuamente, num transporte de pura bestialidade, sem sombra de afinidade espiritual, e o resultado é essa raça bastarda, esse barro mole chamado brasileiro. Esse tal Oliveira. Declaro guerra sem piedade e sem trégua à saudade – a palavra e o sentimento que lhe corresponde. E vejo onde começa a esquizofrenia de Álvaro de Campos, aliás Ricardo Reis, aliás Fernando Pessoa. Ele queria ter nome inglês, Richard King, mas não ousou mudar de língua e de personalidade por medo da mãe portuguesa que fez dele um eunuco = EU + NUNCA. EU = CU! F. Pessoa F. da P. (OLIVEIRA, 2005, P. 335)

A palavra saudade se exhibe neste trecho como um fragmento dentro do fragmento, um retalho, um significante, ou uma quase metáfora que intenta dar ao autor a condição privilegiada sobre o idioma. Essa condição o transformaria em um Leitor capaz de elucidar aparentemente as questões de origem. A palavra por si só basta para dar todo o fôlego necessário para uma articulação com o próprio processo de fazimento da Obra, aquela que tenta submergir na corrente contrária dos valores semânticos iniciais em jogo. O autor está em evidente declaração de guerra contra o idioma e é isso que alimentará as possibilidades de composição literária propriamente. O que se chama literatura nesse caso faz parte das condições em que o jogo começa a se jogar à medida que o autor se coloca numa posição avaliativa da palavra desafiadora. Sabemos que as regras do jogo são temporárias e dependem do grau de percepção privilegiada de uma consciência estética. O que pode funcionar num momento semântico, pode não funcionar no outro. O autor claramente se apresenta nesse jogo como o Leitor privilegiado, uma entidade capaz de traduzir a angústia de criação no próprio ato criador. O idioma se forma nessas guerras intestinas que a literatura ajuda a elucidar enquanto própria produção estética. O produto, enquanto consequência, resposta de um determinado estímulo, torna-se, no processo de fazimento, a causa de si própria, ou seja, a estética é uma resposta às condições de produção estética.

A vingança do autor-leitor contra o idioma é a maneira que ele

encontra de consolidar a sua relação com ele, o que veremos, não seria a das mais convencionais. O inferno do autor-leitor reside na possibilidade de não parar de se relacionar com as condições semânticas sugeridas pelos limites do próprio idioma institucionalizado. No entanto, levantar bandeiras contra o estabelecido não é para qualquer um, parece estar dizendo. A palavra saudade, por isso, sofrerá todo um processo de decomposição semântica que o levará à busca do significante original. Como toca o impossível, o que resiste é justamente o processo de criação que introduzirá Risco e Reconhecimento como articuladores de supressão do vazio. No entanto, o vazio não se suprime, ele se estende pelo deslizar dos significantes, o deslocamento metonímico como nos ensinam os estudos lacanianos. O signo, na sua origem, é decomposto para recomeçar, tentando a imagem salvadora no eterno jogo que a Permanência exige para se abastecer. O contraditório aí é fundamental, já que o que está em jogo não necessariamente se estabiliza. O idioma se forma do que se poderá dizer. A estabilidade é algo provisório, e o nosso autor-leitor procura abastecer de significantes essa situação claudicante que é vencer os (des)limites do idioma.

Ao criar o seu heterônimo, Frag Mendes, a Voz privilegiada entra em conflito com o autor estabelecido, ou com idioma estabelecido (Oliveira). Frag Mendes quer outro vocabulário, quer a Permanência através do idioma com o qual ele declarou guerra por meio da palavra “saudade”. É “a herança maldita” que deve ser derrotada pelas qualidades de um autor ausente até então e que necessita de uma condição privilegiada enquanto leitor de si mesmo. O Leitor (Frag Mendes) interliga Risco ao Reconhecimento justamente pela nova possibilidade semântica. Toda uma tradição de troços em relação às palavras vem à tona. Suspeita-se do significado, pois não há significados sem o deslizar dos significantes, sem saboreá-los no próprio processo de produção, sem a torcedura do idioma na sua origem fabricada por meio da própria vocação soberba que a literatura aqui imprime.

A literatura só pode ser se imprimir um ritmo. Isso fica claro na ligeireza com que as orações se sucedem, superpondo um significante atrás do outro, concluindo possíveis metáforas e ativando o Risco como procedência do Reconhecimento. Abrindo brechas, a palavra “saudade” deixa de assustar e se torna uma matéria performática para o autor-leitor, este consciente que lida com o provisório entre o limite e o extremo do próprio idioma através da Permanência e transição. O autor-leitor se deixa levar deliberadamente para a armadilha semântica que ele desencadeou por mero capricho da arte literária. Ele sabe que a origem está perdida, só resta, paradoxalmente, completar um ciclo que na verdade não fecha. A armadilha está justamente nesse ciclo que

não se completa e dá ao idioma todo o seu poder de exibição e *performance*. O autor-leitor só existe a partir dessa projeção de uma Obra que se enuncia no seu próprio falimento. Da ausência original, só resta tangenciar o próprio imponderável da construção.

A Obra é a ilusão gratificante e permite que Risco e Reconhecimento se entrelacem no jogo que não termina com o provável apito final da crítica. A crítica entra aí para estabelecer os parâmetros de como se joga esse jogo. O autor-leitor já projeta na enunciação da Obra o processo que permitirá as condições em que o jogo será jogado. Mas não pode negligenciar que essa projeção é temporária, por isso o Risco de se perder na consolidação da Obra é o fundamento que torna possível a Obra. O Reconhecimento passa necessariamente por essa tensão que confronta as flutuações da Obra e da crítica. O paradoxo da consolidação do processo envolve o que se aceita e se rejeita das sobras semânticas em torno da própria Obra. Ela é fruto permanente de uma enunciação temporária, que só poderá ser substituída por outra enunciação. Uma metáfora que no fundo não se consolida sem as sobras significantes.

Frag Mendes, o heterônimo, o autor-leitor, a consciência privilegiada da Obra, quer banir a palavra “saudade” do seu vocabulário. Quer bani-la porque não pode ficar preso ao passado ou ao Oliveira, agora, o seu alter-ego (inversão significante), o seu contraponto para entender o “barro mole” que forma o brasileiro, essa massa informe, essa “raça bastarda”. Mas o que está em jogo vai além das próprias lógicas embrionárias em jogo. Joga-se com o temporário, joga-se com os três tempos, e é disso que se alimenta a Obra nesse jogo. Nada mais significativo desse processo do que constatar que o diário é o veículo capaz de melhor traduzir essa vacância: não é poema, não é tragédia, não é romance, nem ensaio. O diário é o produto bastardo da literatura brasileira contemporânea, tal como o brasileiro, tal como as nossas letras, tal como o fragmento, tal como a palavra saudade, tal como “Frag Mendes”. Inacabado por sua própria natureza, esse (sub)gênero depende da Voz do Leitor para se fazer ouvir. Escreve-se o diário para a posteridade, para uma Permanência do provisório. A Obra nesse caso interroga a própria fragilidade do seu processo de construção. A Voz reflete aquilo que flui, o que o autor-leitor deixou de completar por meio da Obra. A Obra existe nessa outra Voz. Ou naquilo que poderá se suceder a partir da percepção privilegiada. O autor se ausentou de si e abriu espaço para o olhar crítico. A crítica, já pré-entendida no processo de fazimento, colabora para discutir a Permanência. A crítica discute a Permanência na própria fragilidade da Obra, entre o já feito e por se fazer. É complementar, e por isso abre outras frinchas. O desejo de o autor

concluir o processo acaba esbarrando com os dejetos simbólicos da própria produção. No fundo, a Permanência apenas alude à condição claudicante da Obra, o seu impossível, pois ter a consciência desse processo é o que mantém as circunstâncias do artifício estético.

A consciência do processo é que leva à partilha e ao abandono do próprio processo. Ao declarar guerra à palavra saudade, Frag Mendes desmoraliza a sua condição de produtor, porque apenas ele não se basta sem o seu antípoda. Seu contraponto (Oliveira) é, então, o seu pai ilegítimo, assim como a palavra combatida. Destruir a ambos (a palavra e ao Oliveira) representa uma guerra edipiana onde o mais forte, segundo Harold Bloom, procura destruir o outro hipotético mais forte do que ele. Quanto mais forte a Voz poética, maiores os ressentimentos (BLOOM, 1991, P. 77). O fragmento destila desespero, como se nada fosse bastar, por isso o mergulho na fragmentação final, a partir do drama heteronímico pessoano. O seu ressentimento é saber se terá o retorno crítico, se a Obra se fez e se faz no eterno processo (fazimento). Contra isso, ele batalha contra uma tradição, mas é a essa tradição que ele inelutavelmente retorna. A Voz crítica é o reflexo edipiano da Voz do autor-leitor. O que torna uma complementar à outra são as distorções que o espelho projeta, tanto para uma como para outra. Os preconceitos e os ressentimentos são a alavanca que moraliza e desmoraliza as avaliações de lado a lado. Nesse conjunto, a Obra se faz e se desfaz, se complementa e se ausenta. Risco e Reconhecimento se consolidam no próprio processo. A Permanência é resultado da condição em que uma coisa e outra ajudam a articular. No trecho, o processo fragmentário final (eunuco = EU + NUNCA. EU = CU! F. Pessoa F. da P.) reafirma a claudicância em que o processo da escrita foi iniciado e que não pode ser terminado. O caráter disperso do diário terá o seu ritmo na condição precária do processo de criação em que o autor-leitor acabou enveredando. A dispersão é a condição que a Obra aqui exige a si própria na sua construção. A Permanência não é garantia de nada. Ele compreende o jogo em que entrou, mas não saberá como sair, ou se deve até sair ou se de fato sairá.

Os três elementos básicos que dão sustentação à Obra estão “bem” (in)visíveis na discussão do processo: o autor que nega e que alimenta com sua negação a neurose e o ressentimento que articula a produção discursiva; o Leitor que se aproveita da negação para criar a distância em relação ao produto, criando a seguir o autor-leitor, por meio do heterônimo (Frag Mendes, o que nega o “tal” Oliveira); o crítico, ou a Voz crítica, que se articula nos vazios entre o heterônimo (o Leitor privilegiado) e o autor, que perde a sua sustentabilidade na condução de valores “legítimos” para o autor-leitor. A palavra “saudade” ganha diferentes nuances, pois agora é mofo (através do

talvez distante tal Oliveira) e precisa ser estímulo na Voz do autor-leitor que a atacará de frente e decretará a sua abolição. O vazio deixado por ela é todo o ingrediente a ser buscado para que o discurso se faça enquanto quase texto. Ou melhor, é um frag(mend)texto, o que (des)consolida o próprio diário.

A Obra, nesse caso, transcende a condição temporal ao qual ela seria submetida inicialmente. A convergência dos três tempos só é possível por causa da Permanência da própria claudicância que sustenta a Obra. A palavra saudade encarna os três tempos, pois ilustra o que foi passado (“sem equivalência em nenhuma outra língua”), presente (“o que fez o português, o índio e o negro se amalgamarem numa promiscuidade repulsiva”) e o futuro (“declaro guerra sem piedade e sem trégua”). Como nos diz um estudioso brasileiro da psicanálise lacaniana, o sujeito (o autor-leitor) resiste à passagem do tempo, em busca permanente do marco inaugural, ou seja, o tempo é uma conquista subjetiva (CASTRO, 2008, p.61-2). No campo da articulação literária, no campo da produção, a palavra ganha uma memória muito própria.

A tensão semântica inaugurada pelo autor-leitor em relação à palavra “saudade” só pode ser resolvida na projeção do devaneio, do reconhecimento, daquilo que está além do próprio domínio. A arte se faz na imprecisão que a própria percepção crítica reativa. A esquizofrenia percebida nos heterônimos pessoas (Álvaro de Campos, Ricardo Reis, o próprio Fernando Pessoa) se dá na castração materna (eunuco = Eu + NUNCA. EU+ CU), a origem que não existe, que precisa ser forjada na língua afiada, o idioma que pertence ao sujeito, ao criador, operário do inconsciente.

Ao estabelecer a condição imprecisa do autor-leitor, o que a imagem procura afirmar é a Permanência, mas ela é o luxo que estimula as próprias condições do processo. O idioma é o que está e o que não está no lugar, já que parece podermos ouvir a Voz crítica querer sussurrar. A língua é a condição dada. A literatura usa a língua como instrumento para criar o seu próprio idioma. O único risco é o de não arriscar. Todo texto, ou quase texto, é combate, e muitas vezes não se completa. O diário de José Carlos de Oliveira é um combate contra a sua própria tragédia de se conhecer. No fragmento selecionado, os referentes sugerem querer pular da folha, já que ali, dentro das convenções, eles não cambem como deveriam. A formação do autor-leitor busca dar à palavra saudade o alcance de um além origem, para no fundo buscar a própria origem perdida. A crítica não anseia dominar a palavra, mas entendê-la no seu processo. Isso é subentendido numa leitura mais atenta. A voz crítica enuncia as dificuldades, os tropeços da arquitetura metafórica em torno de qualquer angústia de representação. No entanto, como vimos, as condições de produção é o que leva à consciência da Obra em si.

Sendo assim, todo o processo que envolve a “declaração de guerra” à palavra saudade não exhibe mais do que as dificuldades de criação. Dificuldade esta que é perceptível na ânsia de superação e que não pode mais do que claudicar, ao final, através do próprio processo fragmentário de fazimento. Submergindo do caos, os significantes acabam dominando sobre qualquer ânsia complementar metafórica. José Carlos de Oliveira e Frag Mendes estão, no fundo, unidos para não perderem as condições do próprio processo iniciado. A batalha é infinita em busca da metáfora redentora, da origem perdida, do corte que reinicia tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. *A poética do devaneio*. Trad. Antônio de P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 205 p.
- BLOOM, H. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Trad. Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 213 p.
- CASTRO, J.E. A psicanálise e o tempo. *Psicanálise & barroco em revista*. V. 6. n. 3, p. 60-74, jul. 2008. (www.psicanaliseebarroco.pro.br)
- LACAN, J. *Escritos*. 3.ed. Trad. Inês Oseki-Depré. São Paulo: Perspectiva, 1992. 342 p.
- OLIVEIRA, J.C. *Diário selvagem: o Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 512 p.
- POULET, G. A crítica e a experiência de interioridade. In.: MACKSEY, R., DONATO, E. (Org.) *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. Trad. Carlos Alberto Vogt e Clarice Saboia Madureira. São Paulo: Cultrix, 1976. P. 73-103

DIREITOS LINGÜÍSTICOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS¹

JOSÉ PEREIRA DA SILVA² (UERJ E ABRAFIL)

O que os olhos são para o amante – aqueles olhos comuns especiais, com que ele, ou ela, nasceu –, a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a história tenha feito sua língua materna. Por meio dessa língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no túmulo, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros. (Anderson, 1983, p. 168)

1. *Introdução*

No capítulo sobre “Língua”, incluído no livro de *Introdução ao Romantismo*, de José Luís Jobim, a Prof.^a Ana Lúcia Henriques relembra o que José de Alencar, falando sobre a língua indígena, já defendia que “é nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro [...], que deve traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios” (HENRIQUES, 1999, p. 81).

Relativamente ao preconceito linguístico que já se encontrava no discurso de Alencar, quando diz que o poeta deve “traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios”, como esclarece José Ribamar Bessa Freire, diz respeito

às manifestações literárias orais, consideradas como tecnicamente subdesenvolvidas e culturalmente atrasadas, ficando, assim, fora da história da literatura nacional. Esse discurso só continua sendo hegemônico ainda hoje, entre outras razões, devido ao desconhecimento da trajetória da língua portuguesa e das línguas indígenas em solo brasileiro. (FREIRE (2003, p. 203-204),)

Ou seja: José de Alencar não considerava grosseiras e rudes as ideias indígenas, mas a forma não estilizada da língua oral em que as transmitiam, como acontece até hoje com a literatura oral em qualquer idioma. Na verdade,

1- Este texto nasceu de uma conferência proferida no PEN Clube do Brasil, no dia 23 de setembro de 2013, comemorando-se o sexto ano da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas pela ONU.

2- Professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos - <http://www.josepereira.com.br>, pereira@filologia.org.br e (21) 8460-6712.

a língua poética não é natural, mas artística e tecnicamente talhada.

2. Concílio de Trento (1545-1563)

Pouco depois da descoberta do Brasil e, portanto, no início da imposição da cultura judaico-cristã aos índios, a Igreja Católica, através do Concílio Ecumênico de Trento, realizado de 1545 a 1563, decretava que os ensinamentos fossem transmitidos na língua vulgar do povo, conforme está registrado na dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da UFRJ (1987), com publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1987), nos *Anais da Biblioteca Nacional* (1994) e no livro *Língua e Inquisição no Brasil de Pombal - 1773* (1995), de onde transcrevo:

... segundo a capacidade dos que os percebem, mas também cuidem em que isto mesmo observem pia e prudentemente os párocos ainda em a *língua vulgar* se houver necessidade [...] o qual terão cuidado os bispos a que fielmente se verta em a *língua vulgar* e se exponha por todos os párocos ao povo. E também entre as solenidades das missas ou celebração dos divinos officios, ao menos em os dias festivos ou solenes, expliquem em a mesma *língua vulgar* as sagradas palavras e os avisos da salvação, e na mesma, ... (IGREJA CATOLICA, *apud* ROSÁRIO, p. 4)

Como Portugal estava ligado à Igreja, essas decisões valiam também para o governo, como alega o Pe. Manuel da Penha do Rosário, na obra citada.

Na introdução à edição fac-similar da edição de 1595 da *Arte de Gramática*, do Pe. José de Anchieta (1990, p. 8), o Prof. Carlos Drummond lembra que essa publicação colocou em prática “um dos princípios básicos da Companhia de Jesus, qual seja, a de que todos os missionários deviam aprender a língua da terra onde exerciam seu ministério, para empregá-la em vez de sua própria língua”. Ou seja: o direito linguístico dos índios, de serem instruídos em sua própria língua e não em outra língua qualquer, já era reconhecido no século XVI.

E tanto é assim que também foi publicado o *Catecismo em Língua Brasileira*, do Pe. Antônio de Araújo, em 1618, e o *Catecismo da Doutrina Cristã*, do Pe. Luís Vicêncio Mamiani, em 1698 (ambos no século XVII).

Na segunda e quinta páginas não numeradas do “Prólogo ao leitor” de seu *Catecismo*, Antônio de Araújo lembra que é direito natural que os índios sejam instruídos em sua própria língua e não em outra língua qualquer:

Que pera maior união dos que nela vivem, e maior ajuda dos naturais da terra, em que residem todos seus filhos, aprendam a língua dela.

Quão necessário pera a conversão, seja este meio, mostrou bem o Mestre e Autor dela, quando antes de meter nas mãos de seus Apóstolos a execução dela, lhes concedeu primeiro o dom das línguas.

[...]

Não deixando de advertir aos que desejam aprender a língua, pera com ela acudirem ao fim de sua vocação; que todos estes diálogos, instruções e mais cousas anexas lhes podem administrar uma matéria de língua mui ampla, pera lhes não faltar (andando neles bem vistos) ... (ARAÚJO, 1618)

Trata-se, portanto, de uma questão legal e sociolinguística bastante debatida atualmente, abrindo-se grande polêmica, no Brasil, sobre o ensino da língua portuguesa.

3. Diretório dos Índios (1757 e 1758)

O *Directório* é um conjunto de instruções legislativas destinado aos diretores de índios, funcionários que passam a substituir os padres na função de civilizar os índios, visto que os jesuítas seriam sumariamente expulsos em 1759.

No *Directório dos Índios* (1757/1758)³, determinando o estabelecimento da língua portuguesa nas povoações, fica explícito que os seus diretores não devem consentir “que os meninos e meninas que pertencerem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da *língua própria das suas nações, ou da chamada geral*, mas unicamente da portuguesa” (*DIRECTORIO*, § 6, p. 4, *apud* ROSÁRIO, 1995, p. 31), ficando implícito, portanto, que todos os demais índios (adultos ou não) que não sabiam

3- O *Directorio* foi assinado no dia 3 de maio de 1757 pelo governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mas foi estendido a todo o domínio português na América a partir de 17 de agosto de 1758, quando foi assinado pelo Rei e pelo Marquês de Pombal.

o português, ou não estavam nas escolas, tinham o direito de se comunicarem em suas próprias línguas ou na língua geral.

Este direito está plenamente defendido e justificado na obra do Pe. Manuel da Penha do Rosário (1995) publicada como resultado de nossa dissertação de mestrado. (Cf. SILVA, 1987), cuja leitura sugiro aos interessados pelo tema.

Como se vê no fragmento transcrito acima, o *Diretório* pombalino não impunha a língua portuguesa incondicionalmente aos índios, como foi interpretado, mas apenas exigia o seu uso pelos índios que fossem capazes de instrução nela.

Nisto se resume a interpretação racional do polêmico parágrafo da lei emanada sob a política de imposição da língua portuguesa, desencadeada pelo marquês de Pombal.

Na questão 9 de suas *Questões Apologéticas*, o Pe. Manuel da Penha do Rosário esclarece, na defesa apresentada a seus inquisidores:

Se peca o pároco contra o nosso rei, instruindo aos índios em a língua vulgar deles?

Digo que não. Porque, instruindo-os nela, a nenhuma lei real ofende, pois nenhuma me consta haver que o proíba, assim em o *Diretório* como em os livros da intendência e nos das câmeras e correições. E se houvesse, teria sido publicada pelas ruas, ao menos junto do pelourinho na praça, e nele fixada, como é costume, principalmente depois de haver dúvidas nesta matéria. (ROSÁRIO, 1995, p. 27-28)

Depois de longamente explicar e defender que os índios sejam civilizados e instruídos em suas próprias línguas, o mesmo padre conclui assim o parágrafo 72 de suas questões, restituídas por seu bispo:

Sem um nem outro senhor me castigar nem repreenderem, me mandaram ambos a paroquiar nestas partes do Tapajós, em a vila de Boim, e, presentemente, em a de Alter do Chão, e com a costumada provisão, sem determinação alguma nova, escrita ou vocal, que respeite à língua em que deva pregar e instruir aos índios não inteligentes da língua portuguesa. (ROSÁRIO, 1995, p. 50)

Constituição brasileira

Nossa constituição atual, promulgada em 1988, tem um capítulo especial destinado aos direitos dos índios (CAPÍTULO VIII), além de tratar deles em outros pontos.

3.1. Constituição de 1967

Lembramos, no entanto, que a *Constituição* de 1967 não se refere aos índios diretamente, utilizando apenas três vezes o termo “silvícolas”, reunindo sob uma mesma rubrica todos aqueles que nascem ou vivem na selva, desconhecendo seus direitos linguísticos, apesar de já conter um pequeno avanço, visto que as anteriores nem se referiam aos índios.

CAPÍTULO I - *Disposições preliminares,*

Artigo 4.º - Incluem-se entre os bens da União: [...]

alínea IV - as terras ocupadas pelos silvícolas.

Indiretamente, reconhece a ocupação de terras por eles.

CAPÍTULO II - *Da competência da União,*

Artigo 8.º - Compete à União: [...]

alínea XVII - legislar sobre: [...]

o) [...] incorporação dos silvícolas à comunhão nacional

Onde reconhece que eles ainda não foram incorporados à comunhão nacional e que isto deverá ser feito pela União.

CAPÍTULO V - *Das disposições gerais e transitórias*

Artigo 186 - É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Único ponto em que lhes garante, positivamente, algum direito.

3.2. Constituição brasileira atual

Na constituição de 1988, os índios brasileiros são reconhecidos como cidadãos, ampliando direitos dos quais não trataremos aqui, restringindo-nos aos direitos linguísticos.

Artigo 231 - *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. O reconhecimento desse conjunto de direitos já incluiria suas línguas, mesmo se isto não estivesse explícito, porque não haveria respeito à organização social sem o respeito à língua, não haveria respeito aos costumes sem o respeito à língua, nem haveria respeito às crenças e tradições de ninguém sem o respeito a sua língua, porque é através da língua que qualquer povo se organiza, é através da língua que qualquer povo transmite e coloca em prática os seus costumes e é através da língua que transmitem, preservam e praticam suas crenças e tradições.*

Já na alínea XI do artigo 108, em que a *Constituição* trata da competência dos Tribunais Regionais Federais, determina-se que cabe a eles julgar “a disputa sobre direitos indígenas”, com o que se garante que a interpretação legal esteja mais próxima da realidade linguística da comunidade em litígio.

E a alínea V do artigo 129, que trata das “funções institucionais do Ministério Público”, determina que cabe a ele “defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas”, não deixando em desamparo os índios que procurarem a proteção de seus direitos (constitucionais ou não), visto que há outras legislações mais específicas, nas diferentes unidades federativas, além de compromissos assumidos internacionalmente que garantem seus direitos.

O parágrafo 2.º do artigo 210 da *Constituição*, que trata da fixação dos “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” determina que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Esse parágrafo assegura aos índios também, indiretamente, o direito de interferirem na escolha de seus próprios professores, no caso de desejarem ser instruídos em sua própria língua, principalmente nas disciplinas em que isto se mostrar necessário ou conveniente.

O 1.º parágrafo do artigo 215, em que se garante “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”

determina que “*O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional*”.

Neste caso, além de terem o direito de usar sua própria língua para se instruírem e para manifestarem suas culturas, fica determinado que tais manifestações sejam protegidas pelo Estado, inclusive com a oferta de condições para restauração e preservação daquelas que estão se extinguindo ou correndo o risco de se extinguirem.

Como a língua é uma das principais manifestações culturais de um povo, além de ser o meio através do qual as demais formas de cultura são preservadas e difundidas, fica evidente o compromisso nacional com a preservação das línguas indígenas em extinção e com a restauração daquelas que estão praticamente mortas, como é o caso do tupi antigo.

No caso específico desta língua indígena, Eduardo de Almeida Navarro, autor do *Método Moderno de Tupi Antigo*, vem tratando com muito carinho e dedicação, inclusive com a oferta de um minicurso no congresso que realizamos há menos de um mês. (Cf. NAVARRO, 2013).

4. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos *Indígenas*⁴

Em sua 107.^a Sessão Plenária, no dia 13 de setembro de 2007,

A Assembleia Geral, tomando nota da recomendação que figura na Resolução 1/2 do Conselho dos Direitos Humanos, de 29 de junho de 2006, na qual o Conselho aprovou o texto da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

[...]

afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais;

afirmando também que todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum

4- Coincidentemente, esta Declaração foi assinada no dia 7 e publicada no dia 13 de setembro de 2007, há seis anos.

da humanidade (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 7);

[...]

reafirmando que, no exercício de seus direitos, os povos indígenas devem ser livres de toda forma de discriminação; *preocupada* com o fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, territórios e recursos, o que lhes têm impedido de exercer, em especial, seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses, (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 8)

reconhecendo a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, [...] e os direitos afirmados em tratados, acordos e outros arranjos construtivos com os Estados...; (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 9)

convencida de que o controle, pelos povos indígenas, dos acontecimentos que os afetam e as suas terras, territórios e recursos lhes permitirá manter e reforçar suas instituições, culturas e tradições e promover seu desenvolvimento de acordo com suas aspirações e necessidades;

reconhecendo que o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente; (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 10) [...]

proclama solenemente a DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS... (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 14)

Essa Declaração consagrou o início da nova era de direitos humanos em questões indígenas, com 143 países favoráveis (91%), 4 contra (Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália - 2%) e 11 abstenções (7%).

Na oportunidade da votação do texto definitivo, a delegação brasileira votou favoravelmente e ainda ressaltou que o exercício desses direitos é coerente com a soberania e integridade territorial dos Estados em que eles residem, lembrando que esses Estados devem ter sempre em mente seu dever de proteger os direitos e a identidade de seus povos indígenas, apesar de opinar que o texto votado em 2006, ainda era melhor e que nem deveria ter sido reaberta a discussão para preparar sua redação final.

Os direitos linguísticos dos índios brasileiros estão implícitos em numerosos artigos daquela declaração, como passaremos a ver.

O artigo 3 declara seu “direito à autodeterminação”, acrescentando que os índios, “Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 16)

São eles que determinam a escolha de seu próprio destino, inclusive a língua em que sua cultura deve ser manifesta pela comunidade. Isto não quer dizer que eles devam, necessariamente, optar por uma língua indígena, porque muitos deles preferem utilizar o português. Mas, se eles decidirem assim, o Estado deverá respeitar este direito e colaborar para que isto se faça da melhor maneira possível.

O artigo 5 declara

seu direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 17)

Neste caso, por exemplo, se um índio que não souber português for eleito para vereador de seu município, ele poderá se dirigir a seus eleitores na língua de sua comunidade e, em situações em que for necessário, deverá ter um tradutor simultâneo para os seus discursos. E o poder público fica obrigado a proporcionar os meios necessários para a conservação e o reforço das “instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais” de sua comunidade indígena.

O artigo 8 declara que os índios e suas comunidades têm “direito a não sofrer assimilação forçada ou a destruição de sua cultura” como foi o caso que apontamos, através do *Directorio dos Índios* (1757/1758), apesar de fracassado, por não terem sido providenciadas as “escolas de meninos e meninas”; mas, além disso, declara que

2. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de:

a) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência privar os povos e as

pessoas indígenas de sua integridade como povos distintos, ou de seus valores culturais ou de sua identidade étnica. [...]

d) Toda forma de assimilação ou integração forçada. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 18-19)

No caso referido, do *Diretório dos Índios*, trata-se de uma lei que pretendeu levar todos os habitantes da colônia a utilizarem apenas o português como língua materna, não através de uma determinação para que ninguém se comunicasse em outro idioma, como tem sido interpretado, mas através da criação e disseminação de escolas.

Mesmo assim, aquele projeto estaria contrariado pela atual Declaração dos Direitos Indígenas, porque não haveria a consulta aos índios sobre o seu desejo de aprender a língua portuguesa e de serem instruídos nela.

O artigo 11 declara que

1. Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, tais como [...] artes visuais e interpretativas e literaturas. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 20)

2. Os Estados proporcionarão reparação por meio de mecanismos eficazes, que poderão incluir a restituição, estabelecidos conjuntamente com os povos indígenas, em relação aos bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais de que tenham sido privados sem o seu consentimento livre, prévio e informado, ou em violação às suas leis, tradições e costumes. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 21)

Na aplicação deste artigo, o Estado se compromete a restituir aos índios as suas línguas de origem, se isto ainda for possível, ou de reparar esse dano de alguma forma, conforme for negociado com as próprias comunidades indígenas. E, em se tratando de suas literaturas, é importante o trabalho que já se está desenvolvendo em estados do Norte e do Centro Oeste, com a compilação de sua literatura oral.

O artigo 13 trata especificamente dos idiomas, tradições orais, sistemas de escrita, literaturas etc., declarando que

1. Os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas

comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir a proteção desse direito e também para assegurar que os povos indígenas possam entender e ser entendidos em atos políticos, jurídicos e administrativos, proporcionando para isso, quando necessário, serviços de interpretação ou outros meios adequados. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 22)

Com essa declaração, garante-se o direito de os índios entenderem e serem entendidos, obrigando o Estado a proporcionar treinamento de pessoas que, quando necessário, atuem diretamente na comunicação dessas comunidades indígenas, tais como professores, tradutores, intérpretes etc. Inclusive, oferecendo cursos dessas línguas àqueles que necessariamente trabalharão com esses índios.

O artigo 14 trata da educação dos índios e das comunidades indígenas, declarando que

1. Os povos indígenas têm o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem.

2. Os indígenas, em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação.

3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, incluindo as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 23)

Na segunda página não numerada de seu artigo sobre “Educação indígena no Acre”, Patrícia de Amorim Rêgo e Márcia Regina de Sousa Pereira lembram que

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, estabeleceu, através dos seus artigos 78 e 79, a articulação dos sistemas de ensino para a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, de modo a propiciar-lhes a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e ciências e acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Desta feita, a União tem o dever e poder para garantir a organização da escola indígena, assegurando-lhe suas características diferenciadas; e os

sistemas de ensino municipais e estaduais, o dever para desenvolver as políticas públicas de oferta universal do ensino bilíngue e intercultural. A LDB ainda prevê a formação de pessoal especializado para atuar nessa área e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados.

Na sétima página não numerado do mesmo artigo, as autoras se referem a fatos importantes, como a formação de professores indígenas e da produção de material didático por esses índios, como no parágrafo que transcrevo:

O primeiro programa de educação escolar Indígena criado no Acre data de vinte e três anos atrás. Criado, coordenado e realizado pela Comissão Pró Índio do Acre, é o responsável pela formação direta de 42 professores indígenas em cursos e mais cerca de 70 professores em assessorias e oficinas em terras indígenas, que atendem 1.625 alunos em 65 escolas. Ao longo destes anos [até 2006], ofereceu 26 cursos de formação de magistério indígena na escola Centro de Formação dos Povos da Floresta e publicou 91 materiais didáticos de autoria indígena em línguas indígenas e portuguesa.

E, para não ficar apenas em informações do passado, mesmo recente, eis o edital da CAPES publicado no dia 6 deste mês de setembro de 2013:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga nesta sexta-feira, 6, o novo edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência voltado à docência nas escolas indígenas e do campo, o PIBID Diversidade.

A solicitação de acesso ao sistema de inscrição vai até o dia 11 de outubro. Já as inscrições poderão ser feitas no período de 30 de setembro a 18 de outubro.

Para o desenvolvimento dos projetos, a Capes concederá 3.000 (três mil) bolsas a alunos de cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo e a professores envolvidos na sua orientação e supervisão, bem como recursos de custeio para apoiar suas atividades.

No artigo 16, declara o documento das Nações Unidas:

1. Os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas, sem qualquer discriminação. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 24)
2. Os Estados adotarão medidas eficazes para assegurar que os meios

de informação públicos reflitam adequadamente a diversidade cultural indígena. Os Estados, sem prejuízo da obrigação de assegurar plenamente a liberdade de expressão, deverão incentivar os meios de comunicação privados a refletirem adequadamente a diversidade cultural indígena. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 25)

Posso relatar, de experiência própria, que quando estive em Sena Madureira (AC), em 2001, ouvi na rádio local, programa popular transmitido em uma língua indígena, porque alguns índios não sabiam português e, por isto, os recados eram transmitidos por eles, em suas línguas, na qual eram ouvidos e entendidos em suas aldeias. Ou seja: o Brasil já aplicava a Declaração dos Direitos Indígenas antes de eles serem oficializados pelas Nações Unidas.

Em Mato Grosso do Sul também os programas educacionais voltados para o atendimento aos índios são exemplares. Entre os quais, conheço relativamente o que se desenvolve na Universidade Dom Bosco.

O artigo 19 trata do direito que têm os índios de serem consultados “por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem”. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 27)

Naturalmente, se eles não falarem português, será indispensável que haja um intérprete que facilite essa mútua compreensão ou que a autoridade negociadora saiba a língua indígena.

Por fim, no artigo 31 se declara que

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, [...] sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais.
2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos. (*DECLARAÇÃO*, 2009, p. 35-36)

Neste artigo, o Brasil e os demais países que assinaram essa declaração se comprometem a adotar “medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos” e, mesmo antes de assiná-lo, como foi mostrado, tais direitos já estão sendo reconhecidos e protegidos.

4. Conclusões

A língua é um recurso cultural de extremo valor na relação de qualquer povo e de qualquer indivíduo. E é através da palavra que todas as coisas se fizeram, se fazem e se farão em todos os tempos e lugares.

Portanto, desrespeitar os direitos linguísticos seria o maior das agressões que alguém pode sofrer, pois é através da língua que somos reconhecidos e avaliados e é através de seu uso adequado que conseguimos sucesso e felicidade.

Considerando que tal desrespeito já ocorreu na história dos índios brasileiros, cabe ao nosso povo preservar o que ainda sobrou das línguas indígenas e fazer o devido reparo aos que foram ofendidos no passado.

Antes de fechar o último parágrafo deste registro, devo informar que Gladstone Chaves de Melo, no livro que escreveu há sessenta e sete anos, conclui o substancioso capítulo “A Influência do Tupi”, lembrando a necessidade urgente de que

se constituam centros de estudos da língua indígena nas Faculdades de Letras, a fim de que as investigações tenham “ambiente”, sejam ladeadas e clarificadas pelo estudo da Filologia Portuguesa, da Linguística Românica e da Linguística Geral. Deste modo, em tempo crescerá o número de pesquisadores e de pesquisadores melhor aparelhados. (MELO, 1975, p. 72)

Muita coisa ainda se pode falar sobre os direitos linguísticos dos índios brasileiros, mas o tempo não nos ajuda e temos de encerrar por aqui, com os nossos agradecimentos, aplaudindo a iniciativa do PEN Clube do Brasil e à Prof.^a Délia Cambeiro Praça por esta oportunidade.

Muito obrigado!...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similar do original de 1595 e versão em português atual.

São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em:

<http://www.josepereira.com.br/_/Gramatica_ANCHIETA.pdf>.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Antônio de. *Catecismo na lingua brasílica*, no qual se contem a summa da doutrina christã, com tudo o que pertence aos mysterios de nossa sancta fé & bõs costumes. Composto a modo de dialogos por padres doctos, & bons linguas da Companhia de Iesu. Agora nouamente concertado, ordenado, & acrescentado pello Padre Antonio d'Araujo, theologo & lingua da mesma Companhia. Com as licenças necessarias. Em Lisboa por Pedro Crasbeeck, ãno 1618. A custas dos Padres do Brasil. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/_/Catecismo_ARAUJO.pdf>.

DECLARAÇÃO das Nações Unidas sobre os povos indígenas: perguntas e respostas. 2. ed. Rio de Janeiro: UNIC; Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001850/185079por.pdf>>.

DIRECTORIO, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa, nas officinas de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca. M.DCC.LVIII. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/_/Directorio-1758.pdf>.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Língua geral amazônica: a história de um esquecimento. In: ____; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais*: política linguística e catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003, p. 195-209.

HENRIQUES, Ana Lúcia. Língua. In: JOBIM, José Luís. *Introdução ao*

Romantismo. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 65-96.

IGREJA Católica. Concílio de Trento, 1545-1563. *O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento* em latim e portuguez, dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: na Off. de Francisco Luiz Ameno, 1781, 2 v. Disponível em: <<http://purl.pt/360>>.

MAMIANI, Luís Vincencio (Pe.). *Catecismo da doutrina christãa* na lingua brasílica da nação kariri, composto pelo P. Luís Vicencio Mamiani, da Companhia de Jesus, missionário da província do Brasil. Lisboa: Na officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, com todas as licenças necessarias. Anno de 1698. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/_/Catecismo_em_cariri.pdf>.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 3. ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Curso breve de tupi antigo em dez lições (com base nos nomes de origem tupi da geografia e do português do Brasil). *Cadernos do CNLF*, vol. XVII, n. 03 - Minicursos e oficinas. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2013, p. 53-74. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/min_ofic/05.pdf>.

ROSÁRIO, Manuel da Penha do (Pe.). *Língua e inquisição no Brasil de Pombal - 1773*. Introdução e notas do Prof. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

SILVA, José Pereira da. *Questões apologeticas*: edição crítica. 1987. Dissertação de mestrado. – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível no banco de teses da Faculdade de Letras da UFRJ.

RÊGO, Patrícia de Amorim; PEREIRA, Márcia Regina de Sousa. Educação indígena no Acre: uma experiência diferenciada. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-indigena-no-acre>>.

ASPECTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DO ACRE

PROF.^a DR.^a LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG
PROFESSORA VISITANTE NACIONAL SÊNIOR CAPES/UFAC

Resumo

Este – em homenagem ao filólogo Gladstone Chaves de Melo – de quem tive a honra de ser orientanda no Curso de Mestrado na UFF – traduz, em parte, a grandiosa tarefa de elaboração do Atlas Etnolinguístico do Acre-ALAC. O Professor, certamente, ficaria feliz em ler esses resultados, pois foi um grande estudioso do português do Brasil e um incentivador dessa linha de pesquisa. Na UFF, lecionou: Linguística Portuguesa, Estilística Portuguesa, Crítica Textual, Cultural Brasileira, A Língua Portuguesa do Brasil. Neste texto, para agradecer a significativa influência que dele recebi e das iluminadas lições quando da elaboração de “Termos e expressões populares do Acre”, trabalha-se com o léxico regional, tomando-se por informantes homens e mulheres do Acre, nas faixas etárias de 16 a 25 anos; 26 a 35 anos; 36 a 80 anos. Os resultados estão dispostos em lista de palavras e em mapas, na demarcação de três fronteiras dialetais: Vale do Juruá, Vale do Purus, Vale do Acre. A descrição toma por base o *corpus* do ALAC, do Questionário Semântico/Lexical. As Zonas de pesquisa são nove: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) e Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) e Cruzeiro do Sul (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) e Assis Brasil (AB). Trabalha-se observando o uso dos substantivos, verbos, adjetivos e advérbios terminados em **-mente**. Essas classes de palavras apontam, nos mapas, os traços de unidade e diversidade, seguindo o método da Geografia Linguística. Os resultados apontam que a linguagem muda entre os pontos de pesquisa, as faixas etárias, o sexo dos informantes. As localidades mais isoladas possuem traços conservadores, enquanto àquelas localizadas perto da capital do Acre estão a inovar o vocabulário, por influência do trânsito de pessoas de outras regiões e, também, pela mudança nos hábitos de vida, por força dos traços de modernidade e das novas tecnologias que resultam numa massificação da linguagem.

Palavras-chave: Atlas Etnolinguístico do Acre, Português do Brasil, Geografia Linguística, Dialectologia.

ABSTRACT

The article, in honor of the philologist Gladstone Chaves de Melo - who had the honor of being orientanda the Masters Course at UFF - reflects, in part, the great task of preparing the Atlas ethno - Acre ALAC. Professor, surely, would be happy to read these results because it was a great scholar of the Portuguese in Brazil and an encourager of this line of research. In FFU, taught: Portuguese Linguistics, Stylistics Portuguese, Textual Criticism, Brazilian Cultural, The Portuguese in Brazil. In this paper, to thank the significant influence that got him and lit lessons when devising “Terms and expressions popular Acre”, working with the regional lexicon, taking as informants men and women of Acre, in the age groups 16-25 years, 26-35 years, 36-80 years. The results are arranged in the word list and maps, the demarcation of borders three dialects: Juruá Valley, Valley of the Purus, Acre Valley. The description is based on the corpus of the ALAC, the Questionnaire Semantic / Lexical. The nine areas of research are: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) and Xapurí (XA); Tarauacá (TA), Feijoo (FE) and Southern Cross (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) and Assis Brazil (AB). Works up here, noting the use of nouns, verbs, adjectives and adverbs ending in -ly. These words point classes, maps, traces of unity and diversity, following the method of Linguistic Geography. The results show that the language changes between the points of research, the age, the sex of the informants. More isolated localities possess traits conservatives while those located near the capital of Acre are innovating vocabulary, influenced by the movement of people from other regions, and also by the change in lifestyle, by virtue of the traits of modernity and new technologies that result in a mass of language.

KEYWORDS: Atlas ethnolinguistic of Acre, Brazil Portuguese, Geography Linguistics, Dialectology .

1 – INTRODUÇÃO

O artigo, em homenagem ao ilustre filólogo Gladstone Chaves de Melo - Homem íntegro, exemplar esposo e devotado pai de família, exímio investigador das ciências da linguagem, crítico literário, filológico perseverante na garimpagem das belezas da língua, foi sempre e em todo o homem veraz, o defensor da verdade contra as falácias humanas em todas as modalidades de vida e de profissões - resulta de breve análise dos dados do Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC. Portanto, um trabalho que muito

agradaria o inesquecível professor de “O português do Brasil”, em suas aulas no Curso de Mestrado, na Universidade Federal Fluminense - UFF.

Aqui, para se alcançar essa grandiosa e trabalhosa etapa, fez-se um levantamento da linguagem de homens e mulheres envolvidos no mundo da seringa, agricultura e pesca, objetivando descrever a oralidade regional, com a feitura de cartas léxicas, no sentido de apontar fronteiras dialetais no Acre, identificando a unidade e a diversidade linguística entre os informantes das localidades pesquisadas.

É uma tarefa que está em fase de conclusão, com 220 cartas, um resultado fantástico para a língua do Brasil, pois identifica as fronteiras dialetais no Estado do Acre e, assim, também traduz a linguagem regional. É uma pesquisa que assegura à posteridade dados riquíssimos, de uma fase da língua portuguesa no tempo e num espaço geográfico. Sem essa tarefa muito se perderia da história, da língua, da vida regional. Isso por que o ser humano, à medida que muda de hábitos, ao entrar em contato com novos saberes, novas tecnologias, muda, também a linguagem. Assim, ao se perder a história de vidas, culturas, costumes, perdem-se as palavras que foram norteadoras do fazer e do viver das pessoas, em tempos e espaços geográficos distintos.

Os mapas, aqui apresentados, num total de três, apontam não somente o modelo de trabalho que se segue, como também uma parcela dos resultados alcançados. Esses mapas refletem a linguagem das três grandes áreas da pesquisa ALAC: Vale do Juruá, Vale do Purus, Vale do Acre. Nessas áreas, observou-se o comportamento dos falantes do sexo masculino e feminino, em três faixas etárias (16-25 anos; 26-35 anos; 36 a 80 anos), para a descrição lexical e preparação de Cartas Léxicas que estão a apontar as isoglossas no Estado do Acre.

2 - MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção das Cartas Léxicas do Atlas Etnolinguístico do Acre foi utilizado o software ArcGIS, em sua versão 9.3. Tal programa se constitui num SIG, ou seja, um Sistema de Informações Geográficas. A fundamentação básica desses sistemas é a interligação entre os dados alfanuméricos e os dados espaciais, possibilitando, dessa forma, o manuseio integrado de um banco de dados agregado e a visualização das informações da superfície terrestre. Portanto, tais sistemas agem de forma importantíssima na análise espacial, introdução de dados e construção de mapeamentos temáticos de diversos fins, neste caso específico tem-se como tema a análise linguística.

As Cartas Lexicais foram executadas a partir da Base Cartográfica Vetorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre tal base deve-se mencionar que ela é composta de dados vetoriais, isto é, dados oriundos das primitivas gráficas (ponto, linha e polígono). Os SIGs trabalham tanto com vetores quanto com raster/matriz (imagens de satélites). Ainda, sobre tal base, pode-se dizer que todas as informações estão especializadas, isso quer dizer georreferenciadas.

A partir da base do IBGE foi, então, criada uma carta-base, que comporta a delimitação municipal da unidade federativa em questão, as localidades analisadas e a divisão do Acre em três grandes Áreas de Pesquisa, quais sejam: Vale do Juruá, Vale do Purus, Vale do Acre. O tema, neste caso, que são os dados linguísticos do Estado do Acre foram, então, adicionados a essa carta-base. Após essa sobreposição foi proposto o *layout* das cartas que, neste caso, abarcam os elementos essenciais da Cartografia Temática (título, fonte, orientação, escala gráfica, convenções cartográficas e legenda).

Do ponto de vista estatístico é viável dizer, também, que as informações do léxico, no Acre, têm como fonte dados primários, ou seja, aqueles coletados *in locu*. Porém os mesmos não são de caráter quantitativo, mas sim qualitativos, pois representam a variação do léxico no espaço da pesquisa ALAC, como exemplifica gráfico seguinte:



Por fim, assegura-se que o trabalho executado se define como um estudo no âmbito da Cartografia Temática, considerando que tal área da cartografia tem a capacidade de representar diversos fenômenos espaciais. E, no presente estudo, a variação linguística no espaço é o objeto de análise.

3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Seguiram-se as trilhas da Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, Lexicografia, Semântica e da Linguística Geral. E foi nesse arcabouço de princípios, teorias e práticas, que algumas lições foram importantes no fazer dialectológico.

Ferreira & Cardoso (1995, p.11) dizem que “*Uma língua é um conjunto de sinais acústico-orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É resultado de um processo histórico, evolutivo*”. E, por isso, não se pode estudar o ser humano sem estudar a sua linguagem, porque é ela que traduz a vida, a cultura dos povos. Com felicidade diz Cunha (1988, p.29) que “*A língua tem que ser atual, porque é expressão de vida*”. “A estagnação, como se sabe, é a morte de um idioma. Por isso tudo, a história de uma língua é justamente a história das inovações que nela têm lugar. Daí resulta a urgência em coletar dados linguísticos de comunidades, registrá-los em documentos escritos, para assegurar, ao futuro, a história viva da linguagem no tempo e no espaço geográfico.

Celso Cunha (1988, p.79) ensina que:

(...) em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe. Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem número de diferenciações de maior ou menor amplitude.

Observa-se essa afirmação ao se estudar a linguagem do Vale do Acre, Juruá e Purus, pois além de existir unidade entre as Zonas, também é possível verificar diversidade linguística entre elas, assim como nas faixas-etárias e no sexo dos informantes. Portanto, é como diz Nascentes (1957) “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

Lessa (1997, p.5) entende que “A língua de um povo, como se sabe, é a resultante do conjunto das variedades linguísticas existentes”. Está comprovado, cientificamente, o fato de que o maior número possível de informações, sobre tais variedades linguísticas, quer regionais, quer sociais,

contribuirá para o melhor conhecimento da língua e, conseqüentemente, do ser humano. Em virtude disso tudo, ressalta-se a importância desse estudo, pois a partir dele é possível conhecer e analisar os hábitos, costumes, enfim, a linguagem da população que habita a região do Acre.

Também, não se pode perder de vista, nesse breve estudo, que muitas palavras, do português do Brasil, são legados indígenas e africanos. E, nessa área, encontra-se, em Gladstone Chaves de Melo, preciosas lições, aqui lembradas por Dante Lucchesi e Alan Baxter, em artigo intitulado Processos de crioulação na história sociolinguística do Brasil, quando fazem a seguinte referência:

(...) a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia, na simplificação e redução das flexões” (p. 63). Essa redução da morfologia flexional, que atinge tanto os nomes quanto os verbos, é vista por Chaves de Melo como uma influência de substrato das línguas africanas, que não possuíam tais processos flexionais. (BAXTER & LUCCHESI, 2006, p. 168).

Baseada, também, nessa citação de Gladstone Chaves de Melo, Margarida Petter afirma que este autor, devido às constatações das influências africanas na morfologia do português, considera ter sido essa influência, de um modo geral, mais profunda do que a influência do *tupinambá*. Contudo, o mesmo não teria acontecido, de maneira específica, no que diz respeito ao léxico, tendo sido, nesse caso, a influência *tupinambá* maior do que a africana (PETTER, 2006, p. 131-132), principalmente no que se refere às palavras utilizadas para designar aspectos da fauna, da flora, bem como nomes de lugares.

4 - OS DADOS

Os dados coletados foram agrupados em tabelas, por regiões, para observar o uso corrente em cada uma delas, entre homens e mulheres, nas três faixas etárias. O que se mostra é um espelho do trabalho, com apenas quatro cartas, num total de 220 cartas Lexicais que compõem o Atlas Etnolinguístico do Acre, vol. I.

4.1. Amostra da tabela lexical nas regiões da pesquisa

Nº	Nome da Carta	Vale do Acre	Vale do Purus	Vale do Juruá
1	Lua Cheia	Lua cheia	Lua cheia	Lua cheia
2	Lua minguante	Quarto minguante	Quarto minguante	Quarto minguante
3	Lua Crescente	Quarto crescente	Quarto crescente	Quarto crescente
4	Lua nova	Lua nova	Lua nova	Lua nova
5	Estação quente	Seca	Verão	Verão/ tempo sem chuva
6	Estação com chuva	Inverno/tempo chuvoso	Inverno	Inverno
7	Chuva fina	Neblina	Sereno/nevoeiro	Cerração
8	Relâmpago	Relâmpago	Relâmpago	Relâmpago
9	Raio	Raio	Faixa de fogo	Raio

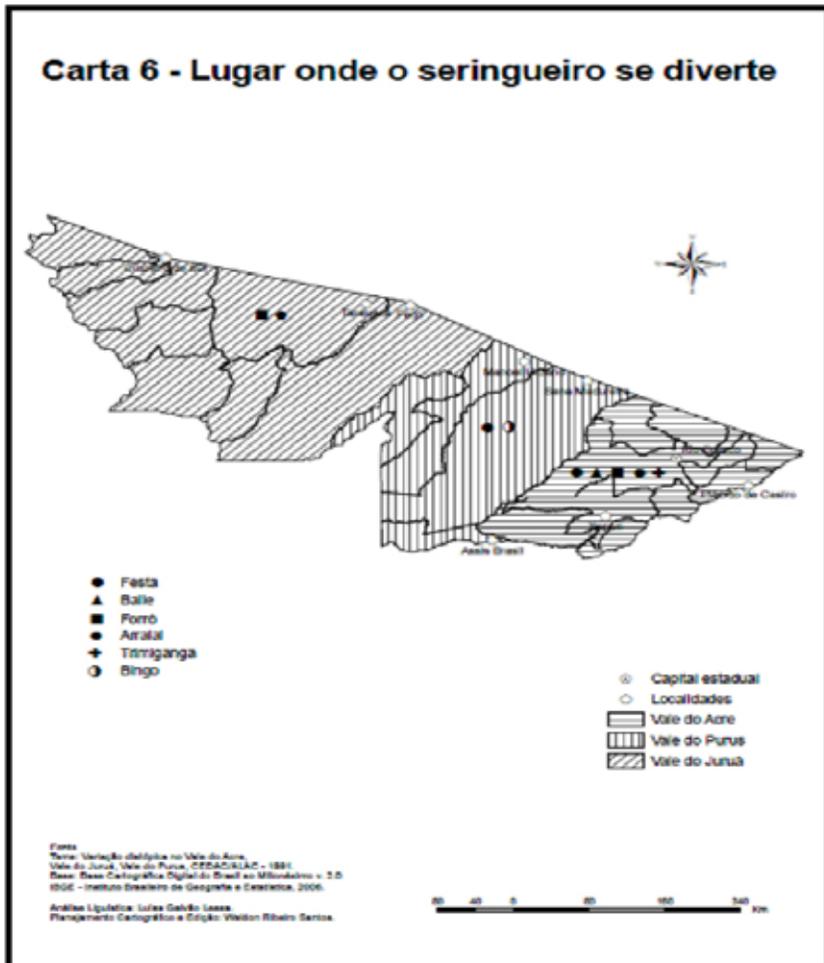
3.2. Representação da tabela em Cartas Lexicais

3.2.1. Carta 3 – Chuva Fina

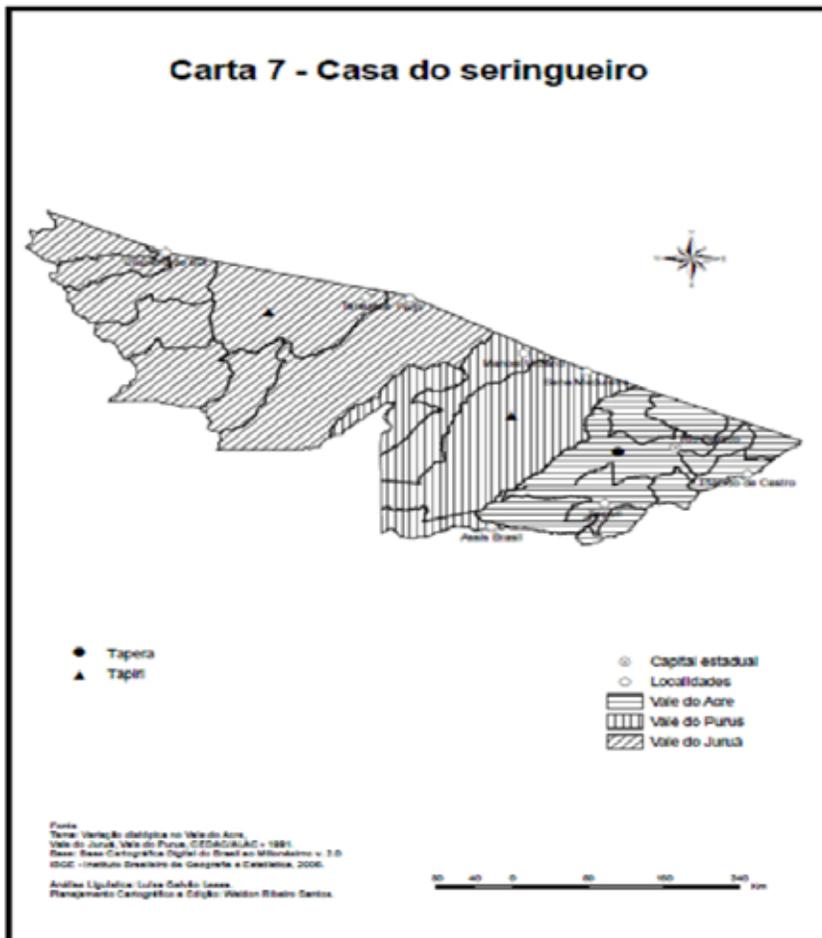


Análise linguística: No Vale do Acre chuva fina tem o nome de neblina; No Vale do Juruá ganha o nome de cerração e puagem; No Vale do Purus tem-se nevoeiro e sereno.

3.3. Carta 6 – Lugar onde o seringueiro se diverte



Análise linguística: **No Vale do Acre, o mais inovador, tem-se: festa, baile, forró, arraial, trimiganga; No Vale do Purus há o uso de arraial e bingo; No Vale do Juruá encontra-se o uso de forró e arraial.**3.4. Carta 7 – Casa do seringueiro



Análise linguística: **Vale do Acre a casa do seringueiro é tapiri; No Vale do Purus a casa também é chamada de tapiri; No Vale do Acre a casa é tapera.**

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Daquilo que se descreveu, se comparou e se analisou, foi possível adentrar no universo dos falantes regionais, no desvendamento da linguagem que traduz suas vidas, fé, esperança, crenças, trabalho, forma de olhar e sentir o mundo. Mais, especialmente, o modo de traduzir essa vivência em linguagem. É um mundo que encanta, ora pelo conservantismo, ora pela inovação, pela variedade e unidade da linguagem.

Aqui, nota-se, não ser possível separar o humano do meio físico-social, do qual ele é produto, sempre. O meio influencia a vida da linguagem, porque o meio também cria e oferece, ao ser humano, uma multiplicidade de usos da linguagem, numa perfeita harmonização com o lugar onde as pessoas vivem, a atividade de trabalho que executam. É o ser humano a fotografar, por meio da linguagem, aquilo que carrega consigo em experiências, vivências de mundo. Além do mais, cada palavra tem sempre um motivo que justifica o seu emprego, que está aliado aos fatores da vida, ocasionando, com isso, a variação de uso de uma ou outra forma, de acordo com o lugar, a faixa etária e o sexo do informante.

7 – CONCLUSÃO

Os dados apontam a presença marcante dos substantivos e verbos, por serem denotadores da ação humana em nomear e fazer. Enquanto a utilização dos adjetivos e advérbios terminados em *-mente* é pouca entre os informantes.

Observou-se, nas Zonas de Pesquisa estudadas, alteração de natureza fonética e lexical, nas três áreas da pesquisa, nas nove Zonas. O léxico se apresenta bastante diversificado, em especial na Área do Purus, região mais conservadora. As inovações estão presentes mais acentuadamente no Vale do Acre, onde a população sofre influência da população fronteiriça do Peru e da Bolívia, assim como pela proximidade da capital Rio Branco. Além dos mais, as novidades tecnológicas estão a provocar mudanças nos hábitos de vida das pessoas, mesmo daquelas que habitam nas comunidades ribeirinhas, onde a televisão chegou e tende a massificar a linguagem, a influenciar os hábitos e costumes da população.

Com base nessas observações, é possível concluir que os dados, aqui postos, refletem, como um espelho, aquilo que será o Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC e as contribuições que trará ao maior conhecimento do

português falado no Norte do Brasil. É uma tarefa árdua, hoje solitária, que exige esforço, dedicação e, sobretudo, doação ao estudo da Dialectologia Brasileira. Que não se diga que essa tarefa foi sepultada. Ela está em plena vitalidade, embora tecida em duas mãos. E logo vai ecoar pelo país as vozes acrianas, que poderão ser comparadas a outras vozes que tecem esse imenso Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, Eugênio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

FERREIRA, Calota & CARDOSO, Suzana. *A dialectologia no Brasil*. Coleção repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto. LESSA, Luísa Galvão. Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre CEDAC. Comunicação apresentada no IX Congresso Internacional de Filosofia e Linguística da América Latina: ALFAL.

_____. Projeto Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC. Comunicação apresentada na V semana na UFMT. Cuiabá: 1992.

_____. *A linguagem falada no Vale do Acre* – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá* – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A linguagem falada no vale do Purus* – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil* (1946).

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

O CHISTE NA CULTURA DE MASSA E SEU CONSUMO

LUIZ CESAR SARAIVA FEIJÓ (UERJ, UFF E ABRAFIL)

Aos grandes amigos que me sobraram do IACS,

Antônio Sérgio de Lima Mendonça

e

Fábio Mário Iório,

dedico.

“Risum teneatis, amici!”

Creio que Horácio me desculparia por essas breves linhas...

...e assim não se manifestaria.

Resumo

O riso provocando o humor, o amor e a dor. O que representa e quais as características do chiste, quando assume forma de nível elevado ou não, dentro da cultura de massa, sendo apresentado por seus veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e o cinema. As sátiras fazendo rir. Um olhar para o passado recente, mostrando a atuação de nossos veículos massivos de comunicação, que consomem este chiste ideologicamente ou não, através da linguagem referencial ou poética, da mímica e das tiras em quadrinhos.

Palavras-chave - Chiste – Humor – Pressão contextual – Pressão textual – Sátira – Paródia – Ironia – Cômico – Zombaria.

INTRODUÇÃO

Como afirma André Jolles: ... “não existe época nem lugar, provavelmente, onde o chiste (Witz) não se encontre na existência e na consciência, na vida e na literatura” (André Jolles, 1976, p. 205). Então, abre-se um imenso manancial de pesquisa em torno desse tipo de humor, dentro da cultura de massa e, especialmente, nas áreas de atuação dos “*mass media*” e dos demais discursos de formas de nível mais elevado, como veremos nesse pequeno ensaio.

Assim, o chiste como dito de espírito, torna-se pancrônico, ganhando, ora forma de nível superior, ora de forma eminentemente popular. Quando popular, caracterizará o povo e suas vivências coletivizadas, definindo grupos e marcando o tempo onde aparece. O chiste é a forma que melhor permite entender como, para uma determinada disposição mental, uma forma se atualiza de modos diferentes, segundo povos, épocas e estilos.

A predisposição mental para a irritação, para o aborrecimento, angústia, mal-humor, além de muitas outras, é causada nos indivíduos dos grandes centros urbanos pela complexa atividade social em que vivem, censurando-os a cada momento, esmagando-os contra o paredão das sofisticadas regras impostas pelos aparelhos ideológicos. É neste quadro de neuroses que surge o chiste, desatando coisas e desfazendo nós. Freud, em sua obra “*The joker and its relation to unconscious*” (*Os chistes e a sua relação com o inconsciente*), Norton, 1989, afirma que o chiste, como toda e qualquer forma de humor, atesta a ordem fundamental da mente humana e está, também, relacionado com o “trabalho do sonho”, analisado em *A Interpretação dos Sonhos*. Assim, tanto a técnica utilizada para a formação de um chiste quanto o pensamento expresso por ele geram satisfação, nos provocam e nos fazem rir.

Pressão contextual, o humor como riso.

O humor gera o chiste como forma simples dentro de um estado ou uma atmosfera de pressão das regras sociais, primeiramente quando o contexto predomina sobre o texto, surgindo uma primeira forma de humor como riso, identificando-se com o cômico.

Destarte, o riso ocorre quando se descobre a fenda ou espaço vazio de qualquer identidade, onde o vazio não será encontrado sem o seu questionamento. Ao se descobrir a fenda das individualidades surge a inevitável correção, que, de certa forma, poderá ser interpretada como um mecanismo repressor, porque atuará eticamente, ajustando tudo ao modelo pré-concebido da visão ideológica do poder dominante. Essa visão corresponde, na explicação freudiana, ao tipo de *chiste tendencioso*, que é aquele que apresenta uma “*tendência*” a cumprir certa finalidade, tendo como fim último a satisfação dos desejos inconscientes. Já o segundo tipo de chiste que Freud aponta é o *chiste inócua*, ou *piada inócua*, que é aquele que nos proporciona prazer apenas por causa das técnicas, inclusive e sobretudo linguísticas, utilizadas para formatá-lo, como os jogos de palavras (Wortspiel), representações antitéticas e deslocamentos entre outras formas que as estruturas da língua motivam. Para Freud, essas técnicas consistem basicamente nos mesmos processos utilizados pelo censor, para gerar o conteúdo manifesto dos sonhos.

Se o contexto social inibe, agride, reprime os instintos, castra e tortura com a “*acedia*” que vem, desde há muito tempo colocando a cultura nos braços da morte, como disse Antônio Sérgio Mendonça (*Ainda mais a Melancolia*, in X Ciranda de Psicanálise e Arte, Rio de Janeiro, setembro de 2013), vamos tentar mostrar a atuação do chiste dentro dos espetáculos

dos “*mass media*”, utilizando-se os seus veículos mais significativos, tais como a televisão, o rádio e o cinema. Trabalharemos com os programas antigos, de um tempo social que já passou, pois distantes dos eventos e de seus interpretantes, podemos perceber com mais nitidez o que se passava na Cultura, em épocas já estudadas, que eternizaram esses registros com uma tecnologia quase mágica, assegurando-nos áudio e vídeo originais de tempos pretéritos. Tudo ficou também no registro gutembértico e, por isso, podemos ver um Machado de Assis, ao contrário da tradição freudiana, articulando o gozo e a dor, conjugando a “acedia”, ao eternizar o padecimento, com a perenidade do riso, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mostrando as mazelas da sociedade através do cinismo e da galhofa brasileira. Mas isto é, de certa forma, repensado por Antônio Sérgio Mendonça, “uma vez que a perenidade postulada pelo shandismo opõe Machado à tradição freudiana”. Portanto, podemos crer que os chistes, para Freud, são formas de libertação de nossas inibições que podem surgir como instintos agressivos, sexuais, cinismos e muito mais, usados para expressarmos tudo aquilo que, de outra forma, não ganharia expressão a nível consciente.

Vamos para os anos 80. No programa Chico City, da TV Globo, o personagem Alberto Roberto, criado pelo saudoso ator comediante Chico Anísio, é a caricatura domau galã e do mau ator, que desde o nome próprio, combinação insólita de dois pré-nomes que rimam, aponta o ridículo. A fenda caracterizada será a insuficiência artística, e o que se questiona, de maneira restrita é o lugar do belo, e de maneira ampla, o lugar da arte. A repressão está na correção ética das funções sociais mal executadas e, assim, a função estética se estrutura sob a ótica do “lado doutor” da sociedade, que impõe o seu modelo, centrado na objetiva do receptor, não dando lugar para qualquer outra análise interpretativa de seu comportamento, enquanto ator. Surge daí uma indagação. Qual será, sob este prisma, a função do riso? Diremos que será a de delimitar o ridículo. Esta função é metacensora, pois justifica o perigoso e prepara o seu expurgo, logo um trabalho ético.

O cômico, portanto, será uma forma de humor como riso e, nos programas de rádio e televisão se apresenta sob a forma de sátiras.

Para André Julles, “a sátira é uma zombaria dirigida ao objeto que se repreende ou se reprova e que nos é estranho... A sátira destrói, a ironia ensina” (André Julles, op. cit., p. 211). Contudo, não vemos a sátira como uma forma destruidora e sim como uma forma que tenta dizer a fenda, zombando do que é reprovado no contexto social, para uma posterior correção ou reflexão.

Por outro lado, a descoberta do espaço vazio muitas vezes se dá em nível manifesto, enquanto a correção ética, pelo questionamento das insuficiências

sociais, se dá em nível latente.

As sátiras, dentro do humor como cômico, podem ser de três tipos: a) sátiras políticas; b) sátiras cívicas; d) sátiras sociais. Examinemos esses tipos:

As sátiras políticas estiveram ausentes nos anos da ditadura militar de Getúlio Vargas (nas rádios e nos jornais) e na ditadura dos anos sessenta, pela imposição dos modelos políticos que as tiravam de cena. Contudo, não raro, programas de rádio dos tempos getulianos e de televisão dos chamados anos de chumbo, de 64 a 84, apresentavam esse tipo de sátira, sendo seus intérpretes, seus autores e seus veículos de divulgação severamente punidos. Quando o contexto exige a marcação de estratégias próprias para forjar uma opinião pública, sem a participação dos discursos de repressão, as sátiras políticas proliferam.

As sátiras cívicas, contudo, sempre estiveram presentes no contexto dos programas de rádio e televisão nos tempos de exceção. Seus discursos falam dos temas produzidos pelo Estado e pela política do Estado. Hoje, como sempre, os institucionais ufanistas do governo, como as publicidades de prestígio de bancos sociais e de programas também sociais, que pretendem tirar o povo da inércia produtiva e de seu sono de improdutividade, despertando-o para o desenvolvimento a qualquer custo, numa linguagem populista, muitas vezes longe da realidade, antecedem às programações nobres das redes de rádio e televisão, em tom ufanista, mostrando um Estado paternalista e distribuidor de benesses, mesmo em regimes que se dizem democráticos. Seu domínio abrangente é a propaganda.

Seu modelo discursivo está nos “spots publicitários e ideológicos” das empresas estatais ou paraestatais.

Na época da mais recente ditadura brasileira, a sátira cívica esteve presente nos seguintes órgãos, entre outros: AERP (Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República); SUDEP (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca); Programa PIS-PASEP (PIS - Programa de Integração Social, PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); BANCO DO BRASIL; CAIXA ECONÔMICA etc. Depois de estar esse modelo imposto nos “*mass media*” pelos órgãos representativos dos diversos aparelhos ideológicos, a iniciativa privada desse modelo se serve e dele se apropria como foi o caso, por exemplo, de um filmete veiculado durante muito tempo pela Rede Globo de Televisão, que, através de produções cinematográficas mostrava um ator não muito bem resolvido, em situações inusitadas, caracterizado como inconveniente social e o caracterizava como um “chato”, dizendo o narrador da historinha: O PESSIMISTA É ANTES DE TUDO UM CHATO. Pessimista

era o que não compartilhava com o sistema ou dele se distanciava.

Na época, todas as campanhas de interesse público baseavam-se, de uma forma ou de outra, neste modelo discursivo, muito ufanista. Depois de algum tempo passadas na televisão, gravada sua mensagem verbal através da trilha sonora bem marcada, as sátiras cívicas transportavam-se para as rádios, com pequenas alterações para se adaptarem ao novo meio, evidentemente. Muitas vezes as sátiras cívicas atuavam na bitola de 35mm do cinema comercial, numa redundância característica de sua proposição. Muitos exemplos de discursos que propiciaram o aparecimento de sátiras cívicas poderiam ser citados, sem uma preocupação com a cronologia de seus surgimentos. Citamos: Filmetes sobre o Ano Internacional da Criança e Ano I da Criança Brasileira; Ano Internacional do Deficiente Físico; Ano Internacional dos Idosos; Agricultura – Plante esta Ideia; Projeto Rondon; Mantenha Limpa a sua Cidade; Segurança: é a segurança que você tem em si e nos outros, etc.

As sátiras sociais são as mais encontradas no repertório dos programas dos “*mass media*”. Elas estão presentes em dois níveis, por oposição, pois um é o oposto do outro. Assim, as sátiras sociais se dividem em dois tipos:

- 1 - Aquelas que criticam os representantes da cultura comunitária;
- 2 - Aquelas que criam estereótipos de indivíduos que causam inconvenientes sociais ou comunitários.

Para exemplificação, colocaremos o programa Chico City dentro do primeiro tipo de sátira social e o programa Os trapalhões dentro do segundo tipo.

Como forma de caracterizar o humor como riso que emerge nos textos das sátiras sociais, passaremos à análise de alguns programas dos anos 80, quase todos em horários nobres, em nossas emissoras de televisão.

Como representante da sátira que critica os representantes da cultura comunitária, Tipo 1 : Chico City.

Este programa humorístico teve, até então, duas fases distintas: (Depois da redemocratização do país, a Rede Globo de Televisão reeditou o programa, mantendo sempre, contudo, a mesma forma de fazer humor, com Chico Anísio e com quase todos os seus personagens de então)

1.^a Fase. Fase Agrária representativa da República Velha. Lá, os personagens atuavam na marcação das insuficiências comunitárias, como, por exemplo, o prefeito Raimundo Canavieira, político corrupto, dotado de artimanhas maravilhosas para o trato das coisas públicas em seu benefício. Era o prefeito da fictícia cidade. Outro personagem era o Coronel Limoeiro, latifundiário, representante do poder econômico, homem que tudo comprava com o dinheiro, inclusive o amor de sua linda mulher, Maria Teresa, numa

alusão não muito disfarçada à ex-primeira Dama brasileira, cujo marido caíra em desgraça, após a revolução de 31 de março de 1964. Neste ambiente, onde uma oligarquia detinha sempre o poder, a oposição se fazia pela voz de um agitador de esquerda, Severino Pandolé, jornalista, cujo público, as galinhas, jamais se manifestava, bem na linha da repressão política da época.

2.^a Fase. Fase da metrópole, representativa da República Nova, caracterizada pelas críticas às instituições sociais das grandes metrópoles, como exemplifica o personagem Zé da Silva, o detetive incompetente, que age à americana ou à inglesa. Fase que critica, ainda, as funções sociais, como exemplifica a personagem Coalhada, jogador de futebol à mercê dos cartolas, despreparado para as funções de jogador profissional, cheio de vícios e ávido de fama. Críticas às funções do galã e do ator (Alberto Roberto); às funções dos assalariados (Quém-Quém); ao repertório cultural (Bozó); à crise econômica, gerando o personagem avarento (Gastão Franco); à contestação social, gerando o personagem hippy, uma noiva de um português culto, formado em Coimbra, alfacinha ingênuo, maravilhado pelo insólito das situações trazidas à cena pela maneira como sua noiva encarava a realidade; à cultura de massa (Roberval Taylor); à situação econômica, responsável pelo surgimento do malandro vigarista, o picaresco Azambuja; ao caos social, que gera o aproveitador e o alcoólatra Tavares. Nessa segunda fase surgem quadros que trazem personagens pancrônicos, como Pantaleão, o mentiroso; e anacrônicos, como o italiano do Brás e o velho gagá, o Popó, que além de viverem, no presente, os tempos distantes de suas juventudes, são personagens também que se deixam cobrir, talvez e certamente, por isso mesmo, com o manto inconsútil da saudade.

Esta segunda fase, ainda, não deixa de apresentar a crítica ao misticismo que surgia e crescia significativamente, à época, nos grandes centros urbanos. Chico Anísio, o criador de todas essas criaturas e de todos esses quadros, encontrou na figura do pastor Tim Tones o personagem que personificava a fragilidade do sagrado, numa sociedade altamente dominada pela materialidade, através do consumo e da permissividade desenfreada. Já o velho Zuza apresentava a perfeita união entre o sagrado e o profano, entre o credo e a filosofia. Painho, ainda neste plano, é o personagem duplamente travestido: de fêmea e de santo. Painho assume um entre-lugar no social, pois se apresenta como representante de minorias e possuidor de poderes sobrenaturais. É o divino protegendo o profano. Aliás, é o mesmo papel exercido pelo personagem, Capitão Gay, de Jô Soares, só que lá, numa alusão clara ao mito dos super-heróis. Ainda sobrou um espaço para ser preenchido pela personagem, o Divino, que Chico Anísio criou para interpretar o charlatão

libidinoso, que encontra, ou na inocência ou na malícia da parceira, uma forma fantasiosa de mascarar o real, invocando referencialidades de outro sistema de no programa *Viva o Gordo*, Jô Soares utiliza plenamente a sátira política e seus personagens também são representantes da cultura comunitária.

No programa *Os Trapalhões*, encontramos o desajeitado que cria embaraços sociais e o anti-herói. São personagens inconvenientes, que não sabem o que está errado na comunidade. Por outro lado, há determinado tipo de inconvenientes que sabem que a comunidade não sabe o que está errado. É o caso do personagem McMurphy (Jack Nicholson), do filme *Um Estranho no Ninho* (1975), dirigido por Milos Forman, com Michael Berryman, Jack Nicholson, Louise Fletcher, Danny De Vito, Christopher Lloyd, Brand Dourif, Angelica Huston e Vicent Schiavelli.

A primeira fase do programa *Os Trapalhões* utilizava o código cinematográfico, mas com mensagens redundantes e nunca raras, como *O Tubarão* (1975), de Steven Spielberg, com Roy Scheider, Robert Shaw e Richard Dreyfuss, por exemplo. Introduziu o musical e preparava entrevistas. Passou por inúmeras mudanças e seus “*clawns*” divertiam mais as crianças do que os adultos.

O programa *O Planeta dos Homens* foi uma redundância deformadora do código do filme *O Planeta dos Macacos*, com Charlton Heston, de 1968, que apresentava a própria Terra evoluída e corrigida pelo platonismo. O programa humorístico da Globo ridicularizava os homens.

A Praça da Alegria, programa que surgiu em 1957, na antiga TV Paulista (atual TV Globo) foi criado por Manuel de Nóbrega e teve seu cenário praticamente imutável, mesmo depois da morte de seu criador e apresentava quadros que traziam à cena o discurso do inculto, do rude, do grosso social, dentro de uma comunidade polida. Foi um programa de longa duração, também da fase da metrópole, representativo da República Nova, cujos personagens dialogavam com um cidadão (Miéle), sentado num banco de uma praça, criando estereótipos de inconvenientes sociais ou comunitários. Depois houve outros interlocutores, inclusive o filho de seu fundador, Carlos Alberto de Nóbrega. O programa *Viva o Gordo*, de Jô Soares, era aquele que mais utilizava a sátira política, seguido de *A Festa é Nossa*, de Agildo Ribeiro.

Pressão textual, o humor como amor e dor.

A segunda forma de humor, como amor e dor, identificar-se-á com o trágico, tendo o texto predominância sobre o contexto. Pela descoberta da diferença entre o real e a realidade, através da exclusão do lugar da verdade, atinge-se o nível da metonímia, onde a fantasia se passa por realidade, e as

formas que geram este tipo de humor ganham lugar de destaque, distanciando-se das formas de nível popular. Estas formas são a paródia e a ironia.

Assim, as formas paródia e ironia trabalham com a ilusão de realidade do código (o real), com muitos discursos literários que explicitam o que ocorre fora do ponto de vista do código (a realidade) e com a estrutura do discurso do inconsciente, descobrindo o lugar que descerra a realidade (a verdade), através da releitura do simbólico pelo imaginário. Logo, neste segundo tipo de humor caracterizam-se formas literárias de nível elevado, portadoras de mensagens raras, que trabalham com as categorias definidas acima.

A paródia é a forma que explicita o real como fantasia e aparece pelo imprevisto. A ironia é a forma que explicita a cegueira do real e aparece pelo cinismo. Como exemplos de humor nas formas de paródia, apresentamos os textos de Oswald de Andrade *Relicário* e *Senhor feudal* (1).

Relicário

No baile da Corte
Foi o Conde d'Eu quem disse
Pra Dona Benvinda
Que farinha de Suruí
Pinga de Parati
Fumo de Baependi
É comê bebê pitá e caí.

Senhor feudal

Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia. (1)

Estas duas paródias são discursos de humor que estabelecem, ainda, a relação selva-escola, que por se darem bem, forjaram a nossa cultura. Logo, isto será uma relíquia, um relicário. O real é mostrado como antasia: um banho de fantasia no real, pois a nossa relíquia é um entre-lugar: o comê, bebê, pitá e caí.

Já em *senhor feudal*, o poder é criticado pelo próprio poder, pois o símbolo do absolutismo, D. Pedro II, dono do poder, surpreendentemente (imprevisto) é punido pelo poder (cadeia). O real continua sendo mostrado como fantasia.

Como exemplo de humor como amor e dor (paródia), ainda uma vez mais mostramos outro texto de Oswald de Andrade.

Amor

Humor (1).

Por que o amor é humor? Oswald de Andrade responde:

“Acabei de jantar um excelente jantar / 116 francos / Quarto 120 francos com água encanada / Chauffage central / Vês que estou bem de finanças / Beijos e coices de amor”. (f1)

Logo, o amor é trágico e, portanto, ridículo.

Como exemplos de humor nas formas de ironia, podemos citar o texto O Barbeiro de Machado de Assis, do livro *Dom Casmurro* (2), pois a perda da mulher (o amor) exporia o barbeiro - como de certa forma o expôs - ao ridículo, e o ouvinte da rabeça é que, certamente, repetiria feliz: “*Divina arte!*” O amor é melancólico...

A forma da ironia é encontrada, ainda, nas sequências do filme de Luis Buñel, “*O Fantasma da Liberdade*” (1974), quando a privada aparece na sala de jantar e o jantar é servido no banheiro, invertendo-se os significantes dos objetos com a presença constante de uma situação que visualiza o onírico, bem dentro do campo semântico do termo grego *phântasma*, aparição, visão, sonho, que leva à ausência da liberdade, pois, como disse Buñel tudo são “*jaulas psíquicas a ponto de as preferirmos à liberdade, uma experiência e aspiração que tampouco entendemos ou desejamos*”.

O CHISTE COMO FORMA SIMPLES

Todo dito de espírito se consubstancia num discurso de humor. Cada discurso tem a sua linguagem própria e característica, isto é, uma forma que se atualiza como popular ou erudita. Estas formas simples trazem consigo a realidade do emissor e não a supra-realidade das escrituras, que não são instrumentos de comunicação e sim formas produzidas. Aí, as formas simples e o próprio chiste alcançam fórum de estruturas narrativas e explodem, podendo se impor como gêneros literários. Por isso, há veículos que atualizam as formas produzidas e as formas transmitidas, porém nem todos esses veículos atualizam ambas as formas.

A linguagem articulada, a mímica e a História em Quadrinhos, de modo específico, atualizam o chiste.

Veículos para a atualização do chiste.

O dito de espírito e as formas de humor podem ser atualizados pela linguagem verbal, pela linguagem não-verbal (sistemas outros de signos) e por um entre-lugar, que é a História em Quadrinhos.

Usando a Linguagem

O jogo de palavras (Wortspiel), o duplo sentido, o trocadilho, a ambiguidade (3), a polissemia (4) e outros processos de forjar novas construções linguísticas invertem o sentido das coisas e trazem a inconveniência, que significa “o desenlace das regras prescritas pela moral prática, pelos bons costumes e pelas conveniências sociais” (*Formas Simples*, 1974, p. 208). Todos os estereótipos criados pelo programa *O Planeta dos Homens*, por exemplo, e, em especial, a personagem deste programa, Senhor Andorinha, exemplificam o chiste neste nível, atualizado através da linguagem verbal. Uma cena do filme “*Um Estranho no Ninho*”, mostra um jogo transmitido pela TV, que exemplifica um texto, onde a inconveniência se presentifica, porque o absurdo indica que a lógica foi desfeita, já que o horário e as normas da clínica impedem de os internos verem o jogo pela televisão. Então, McMurphy (Jack Nicholson) imagina a transmissão com tanta vibração, como se verdadeiramente o jogo estivesse sendo transmitido e captado no aparelho desligado. Assim, a fantasia se passa como realidade. A linguagem verbal propicia este tipo de chiste metonímico.

Usando a Mímica

A mímica seria um tipo de linguagem não verbal, cujos gestos significantes corresponderiam a um simulacro de realidade, embora arbitrários, mas motivados. A mímica, ligada ou associada ao ato de interpretar atitudes ou comportamentos é um meio (um sistema de signos tradutor de uma intencionalidade, logo haverá comunicação) e confundir-se-á com a pantomima. Toda sua configuração cênica será passível de uma “tradução” para outro código (logo, sistema simbólico substitutivo), principalmente para o código da língua. O chiste atualizado pela linguagem verbal será uma forma simples (popular) ou uma forma produzida, ligada às artes literárias. Já o chiste atualizado pela mímica será uma forma simples (popular) ou uma forma produzida, ligada às artes cênicas. Uma exemplificação nítida da mímica atualizando o chiste ocorre nos quadros publicitários, apresentados na televisão, de cunho comercial, apresentados pelo conhecido artista plástico, Juarez Machado, que, através do “*non sense*”, faz com que a fantasia se passe como realidade, num enquadramento metonímico do chiste, mais uma vez.

Usando a História em Quadrinhos

A História em Quadrinhos é um entrelugar, compreendendo a literatura, por sua narrativa; a pintura, por seus desenhos, e o cinema, pelo movimento das cenas e continuidade das imagens.

A História em Quadrinhos com todas as suas características formais, estáticas, por conseguinte, não é pertinente aos media eletrônicos. São

quadrinhos projetados no espaço-tempo gráfico das revistas e jornais. Contudo, um seu parente próximo, o “*cartoon*”, ilustra cenas na televisão, muitas irreverentes e humorísticas. Representam sempre uma forma satírica, cujas raízes são políticas, socioeconômicas e metalingüísticas.

Por outro lado, a televisão apropriou-se das principais perspectivas criativas dos quadrinhos que são os baldezinhos, a onomatopéia e o ritmo visual. Os baldezinhos são largamente usados nos comerciais e nas chamadas das programações das estações de TV. As onomatopéias, do mesmo modo, são utilizadas na publicidade, muitas vezes através de simples grafismo como também ao nível sonoro. Muitas personagens de programas humorísticos utilizam-se de onomatopéias sonoras que o *video-tape* ou a câmara lenta valorizam. Aliás, o congelamento da imagem da TV é, em última análise, uma apropriação, pela televisão, da morfologia característica dos Quadrinhos.

Finalmente, a TV, em seus diversos tipos de programas humorísticos ou de telejornalismo apropriou-se do código cinematográfico e veicula o desenho animado, que é o Quadrinho em plena animação, onde imperam a fantasia, o maravilhoso e o fantástico, ao nível do real.

Disposições mentais que geram o chiste.

Nem toda disposição mental propicia o aparecimento do gracejo e do humor. Contudo, algumas que geram o inusitado, que foge dos padrões impostos pelas regras sociais; tudo que está fora de uma lógica aparentemente dominante; tudo que não corresponde a uma resultante delimitada por causas e efeitos, por relações precisas de contiguidade entre elementos determinantes e determinados, tudo, insistimos, provoca um inevitável estado de espírito no sujeito, caracterizado por um vazio, capaz de marcar qualquer identidade. Surge, daí, o estado de graça (sem trocadilho): o riso.

O cômico

O cômico será a disposição mental que irá gerar o chiste. O cômico está ligado ao humor como riso, e se materializa quando é descoberto o espaço vazio, a fenda de qualquer identidade, ao questionarmos esta fenda que precisa ser corrigida, por se tratar de uma distorção de um comportamento social humano, pois não há comicidade fora do que é propriamente humano, segundo Bergson (5).

A zombaria

A zombaria é uma forma concreta e, de certa forma coletivizada ou individualizada do cômico, pois, também tenta “desfazer o repreensível a partir da insuficiência de uma identidade qualquer; ou tenta desfazer a insuficiência a partir dela mesma” (André Jolles, 1974, p. 211).

Assim sendo, a paródia, a ironia e diversos tipos de sátiras são

zombarias que se atualizam de inúmeras maneiras. Não seguimos totalmente a posição de André Jolles porque classificamos as formas de humor estudadas aqui, de acordo com dois tipos básicos de humor: humor como riso e humor como amor e dor.

CONCLUSÃO

Tentamos mostrar que o chiste, como forma simples é pancrônico. Servimo-nos de programas humorísticos na televisão e nas rádios dos anos 80, conforme dissemos no início dos trabalhos, para, por estarmos distantes daquela época, analisar os eventos comunicacionais de então com mais precisão, já os considerando como parte da história. Mostramos a atualização das duas formas distintas do chiste, que ora se apresentam como forma popular em mensagens redundantes, ora como forma não popular em mensagens raras. Apresentamos o humor como riso e como amor e dor. Caracterizamos, dentro de cada tipo de humor, as formas de chiste (populares e não populares), mostrando que elas se atualizam através da linguagem, da mímica e da História em Quadrinhos. Finalmente, a demanda do chiste, dentro da cultura de massa, foi apontada na televisão e no cinema, onde, basicamente, são consumidos por um público de repertório heterogêneo e, ingenuamente, engolem a “pílula dourada”, junto com uma ideologia, escamoteada pelas fontes geradoras das mensagens, que todas estas formas de humor trazem consigo.

NOTAS

1- COUTINHO, Edilberto (Org.). Oswald i de Andrade. *Cadernos de Poesia do Aluno Oswald* (Poesias Reunidas), São Paulo, Círculo do Livro, s/d.

2- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc. Editores, 1955, p.389.

3- AMBIGUIDADE. Na comunicação lingüística ocorre quando uma forma de expressão se presta a várias interpretações. É a Anfibologia da retórica grega. Ver: Mattoso Câmara Jr., *Dicionário de Linguística e Gramática*, Petrópolis, Vozes, 1977.

4- POLISSEMIA. É a propriedade da significação linguística de abarcar toda uma gama de significações. Ver: Mattoso Câmara Jr., *Op. Cit.*

5- CAPITULO I, O R i s o : E nsaio sobre a significação do cômico, HENRI BERGSON, ZAHAR EDITORES, RIO DE JANEIRO, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de

Janeiro, Zahar Editores, 1983.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*, Petrópolis, Vozes, 1999.

JOLLES, André. *Formas simples*. Rio de Janeiro, Cultrix, 1976.

MENDONÇA, Antônio Sérgio. *Lacan com Freud: A cultura e o mal-estar civilizatório*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud Editora, 2010.

MOLES, Abraham A. O Rádio e a Televisão a Serviço da Promoção Sociocultural, in *Linguagem da cultura de massas*, Novas Perspectivas em Comunicação, N.º 6, Petrópolis, Vozes, 1967.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. Campinas, SP, Mercado de Letras, 1998.

SINTAXE – NORMA E ESTILO

MANOEL P. RIBEIRO (UERJ, UNISUAM E ABRAFIL)

Resumo

Este ensaio visa a mostrar o valor contextual dos elementos sintáticos. O estudo de sintaxe não deve restringir-se apenas ao simplista “certo e errado” da maioria de nossas gramáticas escolares que, infelizmente, não privilegiaram o estudo de estilística, para o ensino fundamental e médio. Para Mattoso Câmara Jr., esse fato torna improdutivo o ensino, pois a grande maioria dos gramáticos só vê na sintaxe relações necessárias e cerradas. Observe-se, porém, a necessidade de se preservar a norma-padrão na escola, fato que vem provocando discussões radicais, pois alguns defendem o uso livre da expressão verbal. As boas gramáticas partem do ensino descritivo para o normativo, dentro do atual estágio da língua portuguesa no Brasil.

Palavras-chave - sintaxe – estilística – análise de discurso.

Introdução

Segundo Mattoso Camara Jr., “o sistema de ordenação dos elementos linguísticos na frase, ou sintaxe, é menos cerrado do que o das formas e o dos sons, pelo menos em um língua como a nossa” (1985: 64).

Isso se deve, logicamente, às diversas possibilidades de escolha que são, muitas vezes, numerosas, pois, diz o linguista, “o princípio intelectual diretor só se fixa realmente nuns poucos pontos essenciais” (1985: 64).

O autor se utiliza de uma nomenclatura do linguista Ries, que descreve dois pares opostos de relações sintáticas: 1) relação *necessária* em contraste com a *livre*; 2) relação *cerrada* em contraste com a *solta*. A primeira, por exemplo, se nota na concordância do adjetivo com o núcleo substantivo. É uma relação necessária, mas pode ser solta, já que o adjetivo pode estar, geralmente, antes ou depois do substantivo, ou pode referir-se a mais de um substantivo. Já a relação entre uma *preposição* e o *termo regido* é cerrada.

Um dos aspectos sintáticos de grande importância é o da colocação dos termos na frase. Devemos observar, para um efeito mais expressivo, a posição de certos termos na frase. Assim, quando se deseja expressar algo que se passa em nossa mente, empregamos dois elementos básicos:

1. o mecanismo de escolha e substituição dos termos (relacionamento paradigmático);

2. o arranjo ou combinação dos termos, dispostos linearmente, palavra por palavra (relacionamento sintagmático).

Os dois processos foram amplamente divulgados nos manuais, após o Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure. No processo sintagmático, o falante poderia utilizar outros arranjos para um efeito mais expressivo de nosso dizer. Assim, numa ordem “normal”, teríamos: “O rio certamente alagaria a cidade, *se a chuva aumentasse*”. Mas, ao utilizarmos os termos distribuídos de outra forma, provocamos um suspense na comunicação, que só se completa quando terminamos nossa fala. Assim, há um maior interesse maior quando topicalizamos a oração adverbial, deixando para o final a oração principal, como no exemplo: “*Se a chuva aumentasse*, o rio certamente alagaria a cidade”, em lugar de “O rio certamente alagaria a cidade, *se a chuva aumentasse*” (AZEREDO, 1997: 97).

Poderíamos, ainda, optar por uma terceira ordem, se iniciarmos a frase com um termo da oração principal (no caso, o sujeito “*o rio*”) e intercalarmos a oração adverbial, concluindo-se com o restante da oração principal. Neste caso, temos a *prótase atenuada*, recurso de suspense que torna ainda mais tensa a relação entre as duas partes do discurso: “O rio, *se a chuva aumentasse*, certamente alagaria a cidade”.

Observa-se, assim, que a escolha da posição da oração principal não é gratuita dentro do período, tampouco deve resultar de puro acaso, a menos que as ideias se encadeiem a esmo, niveladas no seu valor, como afirma Oton M. Garcia (1975: 42). Por isso, a colocação de termos ou orações nas extremidades do período traz maior relevo. É de boa escolha dizer primeiro o que seria a ideia secundária, no caso a oração adverbial, para complementar com a oração que mostra o fato primordial.

Para Oton M. Garcia (1975: 43), esse é um processo de correlação, ou seja, uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal sorte que a enunciação de uma chamada *prótase*, prepara a enunciação de outra, dita *apódose*. A primeira é *condicionante*, a segunda, *condicionada*.

A *oração subordinada condicional* é a condicionante típica: *Se a chuva aumentasse*, o rio certamente alagaria a cidade. Logicamente, o termo condicionante se aplica a outras subordinadas adverbiais ou aos adjuntos correspondentes.

O processo de correlação também ocorre nas orações coordenadas:

Não só (ou *não somente*) estudava, **como também** (*senão também, mas também*) trabalhava. Também se costuma usar **tanto ... como** (ou **quanto**): *Tanto* estudava *quanto* trabalhava. Essa coordenação é aditiva, a qual, geralmente, ocorre com o emprego do conectivo “e”. Note-se, no entanto, como se torna, estilisticamente, mais expressiva a construção com a correlação aditiva. Muitas vezes, um dos elementos dessa correlação não vem expresso. Não só trabalha *mas* (ou *senão* ou *como*) estuda. Aqui não se deve julgar que a oração iniciada pelo “mas” seja de caráter adversativo.

Esse processo sintático utilizado nos períodos com antecipação das orações adverbiais é denominado de **período tenso** ou **coeso**, pois traz maior interesse para a mensagem. Uma vez dita a **prótase** ou **condicionante**, prepara-se o ouvinte ou leitor para a conclusão (apódose ou condicionada). Há muitos exemplos em provérbios:

De hora em hora (condicionante), Deus melhora. Aqui, não se deve dizer “Deus melhora, de hora em hora”, pois se trata de uma frase cristalizada. Neste caso, não é apenas a mudança de ritmo que lhe retira o encantamento; é, principalmente, a ausência daquele vestígio de expectativa que desfigura e empalidece o enunciado.

Enunciada a primeira parte, fica-se na expectativa da conclusão. Em contraste, **sem prótase** ou **condicionante inicial**, tem-se o **período frouxo** ou **lasso**.

O período tenso, como nos ensina Othon M. Garcia (1975: 44), constitui o verdadeiro período no sentido clássico: **ambitus verborum**, ou seja, circuito de palavras encadeadas de tal forma, que o sentido só se completa no fim, quando “se fecha” o circuito.

Esta esplêndida lição do livro *Comunicação em prosa moderna* mostra o tratamento que o professor pode dar ao ensino de sintaxe, para o falante compreender que os conhecimentos de análise sintática não representam uma simples classificação de orações, mas que traduzem, quando bem encaminhados, para um uso mais consciente e mais expressivo dos elementos frasais.

Além da posição antecipada da oração adverbial (prótase), observe-se a possibilidade de outros empregos, como: 1. *Se não podes dizer a verdade*, é preferível que te cales; 2. *A não dizeres a verdade*, é preferível que te cales; 3. *Não dizendo a verdade*, nada conseguirás. Estes exemplos demonstram que o estudo de análise sintática é fundamental para o domínio do falante culto. Nos exemplos 2 e 3, temos orações reduzidas de infinitivo e gerúndio. O primeiro é um caso de oração desenvolvida, iniciado por uma conjunção condicional.

Não podemos deixar de mencionar um trabalho de Gladstone Chaves

de Melo: *Ensaio de estilística da língua portuguesa*, livro em que desenvolve os diversos elementos linguísticos que produzem um efeito expressivo no domínio da frase. Um dos aspectos que relaciona é o do “estilo” de colocação, “de acordo com a origem, a história, a tradição” (1976:203). Acrescenta outros fatores: “a necessidade de clareza, a eufonia, o desejo de pôr em destaque este ou aquele signo, a euritmia da prosa ou do verso” (1976: 204).

Muitas vezes, há, por interesse estilístico, a transgressão de uma norma gramatical, como salienta Nilce Sant’Anna Martins (1989: 130):

Os desvios da norma podem estar acima ou abaixo da competência média que a gramática estabelece: podem ser criações expressivas de artistas (inovações estilísticas) ou podem ser inadequações de falantes inaptos. Pode ainda suceder que o artista se valha destas inadequações para fins estilísticos.

À Estilística sintática interessa a consideração dessa norma – dos tipos de frase que se podem formar – e os desvios dela que constituem traços originais e expressivos.

Mattoso Câmara Jr. diz (1985: 71) que o ensino escolar procura firmar posição pelo construção lógica da frase, fato que ele considera útil, “como contribuição para dar ao espírito humano a objetividade intelectual e à sua linguagem a qualidade de informar plena e, nítida e conscienciosamente”. Complementa afirmando:

É preciso não esquecer, entretanto, que assim se contrariam tendências essenciais da alma e da faculdade linguística do homem, e que se faz imprescindível, pois, dar bastante eletricidade à disciplina da construção sintática para não deformar e mutilar a capacidade de uma expressão ampla através da formulação verbal (1985: 71).

Por outro lado, devemos observar o diferente tratamento que se dá ao estudo gramatical ou linguístico e o que se encontra na Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Para isso, começamos com a noção de *equivoco*: marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua. Este conceito surge da forma como a língua é concebida na Análise de Discurso (enquanto materialidade do discurso, sistema não homogêneo e aberto). Algumas de suas manifestações são as ***falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambiguidades***, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema.

Dizemos, com Pêcheux (1988), que todo enunciado pode tornar-se

outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um.

Vamos restringir algumas observações ao estudo das ambiguidades. Na ótica dos gerativistas, a ambiguidade é um problema que existe (e que aparece sobretudo nos exercícios acadêmicos) para ser “resolvido”, para ser “explicado”, para “ser desfeito”. É um problema, enfim, do qual se deve dar conta em um mundo lógico reduzido, tratado em termos semânticos (FERREIRA, 2000: 51). Em outros linguistas, esse ponto também é tratado como um fato negativo que deve ser descartado através de regras e processos de desambiguação. Há exceção apenas para a linguagem do humor e da poesia.

Alguns exemplos (FERREIRA: 2000: 51): Recebi um vaso da China. Os policiais assistiram ao assalto da viatura. Braço de homem cabeludo. Em cada exemplo, a ambiguidade decorre da estrutura sintagmática. Enfim, ocorre a possibilidade de, pelos menos, duas estruturas, ou seja, mais de uma interpretação semântica. Às vezes, o contexto pode solucionar os sentidos em suspenso, como em “A empregada doméstica virou um assado”. A hipótese mais provável é estar preparando um assado. Mas poderíamos também pensar na significação de ela se ter transformado em um assado.

Na explicação dos enunciados ambíguos, a língua, nessa perspectiva teórica, não aceita algo vago, opaco, incerto, nem admite que se digam duas coisas ao mesmo tempo, explica Ferreira (2000: 51). O que predomina é a regra da disjunção, da separação: ou digo isto ou aquilo. Para os linguistas, a ambiguidade deve ser eliminada, um imperativo da ordem, da coerção, do discernível.

Michel Pêcheux e Gadet analisam o fato de outra ótica diferente da de Chomsky. Para os analistas de discurso, Chomsky não remeteu a ambiguidade à significação. Para eles, o linguista americano desperdiçou suas melhores contradições, ao procurar evitá-las.

Na perspectiva dos linguistas, a ambiguidade constitui uma carência própria dos sistemas de uma língua, por isso procura-se verificar como eliminá-la, sem que se verifiquem os efeitos dela no discurso.

Os analistas de discurso vão rejeitar essa linha de abordagem, restrita a um enfoque linguístico ou pragmático. Haroche propõe um campo de articulação do linguístico com o extralinguístico. Haveria, assim, uma reflexão filosófica:

Esses dois elementos (que são ao mesmo tempo fenômenos linguísticos e lugares de questões filosóficas) pertencem à zona de articulação da linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos

[...] (Pêcheux, 1975: 91. *Apud* FERREIRA, 2000: 54).

Tenta-se, então, explorar toda a força do controle da ambiguidade e seu recalque (presente na ordem religiosa ou no aparelho jurídico), discutindo-se a exigência da transparência em certos funcionamentos gramaticais.

Ferreira (2000: 55) discute o discurso religioso sob duas óticas: a dos jesuítas e a dos jansenistas, que se estendeu do século XVI ao XVII, cujas concepções divergiam profundamente. Para os jesuítas haveria sempre necessidade de falar para se fazer entender, sem ambiguidades ou equívoco, tudo fácil e claro. Já os jansenistas julgavam ser a língua o meio pelo qual se exprime a imperfeição das ideias. Haveria uma relativa indeterminação tanto do sentido quanto das construções, pois a língua não descarta todas as ambiguidades (FERREIRA, 2000: 55).

A ambiguidade deriva não só da opacidade (aquilo que é hermético, contraditório, não evidente), mas também da transparência (o que é evidente, cristalino).

Os deslizamentos de sentido, os mal-entendidos, as falhas e as ambiguidades não são elementos perturbadores da comunicação, espécies de ruídos sobre a informação, mas, sim, parte integrante da comunicação humana, como salienta Culioli (1984: 99; *apud* Ferreira, 2000).

Segundo a analista de discurso Maria Cristina Leandro Ferreira, a “gramática escolar, no papel de guardiã da língua, vai investir na tarefa de garantir a compreensão” (2000: 66). Por isso, a gramática evita zonas de incertezas, perturbações, evitando-se a indeterminação e a ambiguidade. Há um postulado de pureza da língua como ideia essencial, com uma perfeita unidade entre ideias claras e completas e frases que as exprimem, já que a ordem social é garantida pela língua, com o apoio da gramática.

A visão dos analistas de discurso na linha de Pêcheux sustenta a tese oposta, com a existência de conflitos psíquicos e sociais, expressos por uma indeterminação latente. Na Análise de Discurso, a indeterminação é própria da língua. Liga-se à questão da não transparência (ou opacidade) do enunciado. Diz-se que a linguagem não é transparente, quando no circuito da comunicação de A para B não há garantia de que o significado seja único. O interlocutor recebe o enunciado conforme o seu imaginário. Assim, todo enunciado é passível de falha, de equívoco, jogo de sentido etc. Não haveria, para esses linguistas, uma comunicação perfeita. Para Maria Cristina Leandro Ferreira (2000: 66/7), “a prática da ambiguidade, como uma prática discursiva, supõe uma atividade transformadora, cujos efeitos vão se exercer nas relações sociais mediadas pela língua”. Algumas pesquisas linguísticas mais recentes já apontam para essa outra forma de análise.

Na atividade do falante, há margens de dúvidas, de indefinições que podem ser analisadas como formas de resistência, quando, por exemplo, se usa “mal a língua” ou quando ela é compreendida equivocadamente.

CONCLUSÃO

Enfim, são duas visões distintas dentro do vasto campo de estudos da linguagem. Sabemos que as duas teorias estabelecem um confronto, uma tensão. Na Análise de Discurso, fica-se distante de uma visão idealizada de sociedade. Para esse enfoque não se pode dar conta da língua de modo absoluto, pois ela foge ao controle e, muitas vezes, surpreende, embarça.

A noção de sentido marca a fronteira e interseção dos objetos da Linguística e da Análise de Discurso. A Linguística apresenta sentidos estabilizados, a língua como produto sedimentado. Na Análise de Discurso, há um trabalho do sentido sobre os sentidos, que trata a língua como processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe*. 4.^a ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CAMARA JR., J. MATTOSO. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco – a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- Gadet, Françoise & PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível – o discurso na história da linguística*. São Paulo: Pontes, 2004.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: Edusp, 1989.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

ATIVIDADES COM O TEXTO NA SALA DE AULA: SITUAÇÕES DIDÁTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO(UFPI)

Resumo: Neste texto comentamos sobre as alternativas metodológicas que se propõem para o ensino de leitura e compreensão de textos nas aulas de língua portuguesa. Conforme os Parâmetros curriculares nacionais, PCN (1988:22), o objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. A partir desse pressuposto, discutimos como as atividades didáticas com o texto ainda se pautam em níveis superficiais da leitura, sem ampliar a sua compreensão, sem articular o conteúdo do texto com as experiências dos leitores, com o estabelecimento de inferências (Koch (2005-2010); Van Dijck (1988) e outros) para a emissão de opinião a respeito do que leram. Desse modo, permitindo a realização de uma leitura significativa e produtiva.

Palavras-chave - Ensino de leitura - atividades didáticas com o texto - leitura produtiva.

Introdução:

Quando se define o texto como objeto de ensino nas aulas de língua portuguesa e, portanto, de aprendizagem (PCN, 1998:22) parte-se do pressuposto teórico de que todas comunicações realizadas, sejam orais e escritas, pelos alunos nos mais diversos contextos sociais formam o construto de conhecimento que será (re)pensado e (re)criado como fonte de aprendizado. Deste modo é importante refletir sobre a prática de ensino que considera essa visão nas conduções práticas de sala de aula na educação básica, a começar pelo trabalho com os materiais didáticos de língua portuguesa, em particular no ensino da leitura.

O significado dessa proposta de ensino para a Língua Portuguesa, por meio de textos, segundo os Parâmetros curriculares Nacionais ainda precisa ser bem compreendido pelos professores, a começar pelo conceito de texto assumido: a manifestação do discurso produzido nas interações, resultante das práticas orais e escritas com a linguagem, sendo entendido, pois, como uma sequência verbal unificada, com extensão variada e constituída por relações de sentido.

Muitos manuais de ensino de Língua Portuguesa quando tratam o texto ainda o apresentam como um produto pronto e acabado (Koch, 2005), um conceito de texto próximo de código a ser decifrado pelo leitor, aspecto que foi alvo de críticas no início dos anos 1980, as quais propulsionaram a proposta do documento oficial. Antes o texto era um expediente para ensinar valores morais e um pretexto para o treinamento de aspectos gramaticais” (PCN, 1998, p.18). Alguns manuais didáticos, em seção de exercícios que embora se denominassem, em geral, por *Compreensão, Interpretação, Entendimento* de texto ou títulos semelhantes, apresentavam atividades de cópia que não estimulavam a reflexão crítica (Marcuschi, 2001); e, conforme os PCN, “a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio” (PCN, 1998, p.19).

1. A atividade escolarizada de leitura

É comum que se proponham atividades para leitura de textos, na escola, de modo fragmentário com a escolha de partes de um livro, trechos de um texto ou, ainda, frases descontextualizadas, materiais que nem sempre são escolhas do professor, algumas atividades, podem ser indicações da equipe pedagógica; porém raras vezes, infelizmente, importa o nível literário e a qualidade de trabalho a ser desenvolvido com o texto. Em atividades mais tradicionais envolvendo a leitura na sala de aula, há o emprego de exercícios de “interpretação” oral, resumos, relatórios ou apenas um questionamento a fim de verificar **se o aluno leu** o livro e **não como** o livro foi lido pelo aluno. Assim há o abismo entre o que a escola visa e o que ela faz:

O problema é que atividades sugeridas indiferenciadamente para muitos milhares de alunos, distribuídas em pacotes endereçados a anônimos e despreparados professores, passam a representar a varinha de mágica que transformará crianças mal alfabetizadas e sem livros disponíveis em bons leitores. Favorecem ainda a crença de que sua realização operará o milagre de transformar os professores em orientadores de leitura, fazendo vista grossa à sua pouca familiaridade com livros, não questionando sua leitura quantitativa e qualitativamente muito pobre, deixando intocada sua estranheza face a práticas mais significativas da linguagem. Na rotina de tais atividades camuflam-se riscos sérios de alienação da leitura.

Nessa citação, Lajolo (2001) destaca que as atividades de leitura propostas na maioria das aulas de leitura se detêm ao que o texto diz, ao

invés de se aterem a **como** o texto diz (o que diz), sendo, portanto, atividades pseudopedagógicas.

A compreensão da leitura vai depender do conhecimento de mundo do ouvinte (ou leitor) e, principalmente, da relevância por ele atribuída à multiplicidade de sentidos de uma palavra. Então, para se extrair e ampliar sentido na linguagem é necessário o conhecimento de mundo.

O/A aluno/a atribui sentidos ao que está lendo, de acordo com o seu conhecimento de mundo. Mas na maioria dos estudos de textos feitos na escola, as respostas às perguntas realizadas para uma “interpretação” apresentam o ponto de vista do elaborador das perguntas ou do professor, desconsiderando o ponto de vista do aluno, seu conhecimento de mundo. Deste modo, quando o aluno dá a sua resposta, e ela se distancia da esperada pelo professor, ele não a analisa como uma possibilidade de leitura, e sim como diferente daquela “indicada” como resposta; portanto, “errada”, segundo seu ponto de vista. Para exemplificar, acompanhemos o material a seguir:

SANTINHO

Me lembro com clareza de todas as minhas professoras, mas me lembro de uma em particular. Ela se chamava Dona Ilka. Curioso: por que escrevi “Dona Ilka” e não Ilka? Talvez por medo de que ela se materializasse aqui ao meu lado e exigisse o “Dona”, onde se viu tratar professora pelo primeiro nome, menino? No meu tempo ainda não usava o “tia”! Elas podiam ser boas e até maternais, mas decididamente não eram nossas tias. A Dona Ilka não era maternal. Era uma mulher pequena com o perfil de passarinho. Um pequeno passarinho loiro. E uma fera. Eu era um aluno “bem-comportado”. Era vagabundo, não aprendia nada, vivia distraído. Mas comportado. Por isto até hoje faço verdadeiras faxinas na memória, procurando embaixo de tudo e em todos os nichos razão de ter sido, um dia, castigado pela Dona Ilka. Alguma eu devo ter feito mas não consigo lembrar o quê. O fato é que eu fui posto de castigo.

(*Santinho*. Luís Fernando Veríssimo. In: *Revista Nova Escola*. Setembro de 1989, Fundação Victor Civita, p.9)

Estudo do texto

1. Localize no texto: oral
 - a. O assunto do texto;
Relação professor/aluno.
 - b. O nome da professora de quem ele mais se recorda.

D. Ilka.

c. O tratamento pelo qual ela exigia ser tratada.

Ela exigia ser tratada por “Dona”.

2. Assinale as alternativas que explicam as frases.

a. “Elas poderiam ser boas e até maternais, mas decididamente não eram nossas tias”.

As professoras eram boas, mas tinham muitos sobrinhos na classe.

As professoras eram boas, mas não tinham relação de parentesco com os alunos.

As professoras eram boas, mas não queriam ser chamadas de tias.

b. “...até hoje faço verdadeiras faxinas na memória, procurando embaixo de tudo e em todos os nichos a razão de ter sido, um dia, castigado pela Dona Ilka”

“...até hoje vasculho na memória, procurando entender por que fui castigado pela Dona Ilka”

... até hoje não sei e não quero saber do motivo pelo qual fui castigado por Dona Ilka.

... hoje eu descobri por que fui castigado pela Dona Ilka.

3- Coloque um **P** nas características de Dona Ilka e um **A** nas características do aluno: bem-comportado / () muito boazinha / (A) vivia distraído

() muito alta / (A) vagabundo / (P) não era maternal

() loira / (P) pequena / (P) muito brava

4 - Responda:

a) Você tem alguma característica igual ao aluno do texto? Qual?

b) Qual o tratamento que você usa quando se dirige a sua professora?

Em vez de sugerirem possibilidades de leituras, as alternativas são ‘quase’ absurdas, sem apoio nas informações do texto, direcionam a interpretação aos extremos **CERTO/ERRADO**, onde deveriam apontar previsões de leituras e não exclusões, dando espaço para as respostas que o aluno obtém a partir das perguntas por ele feitas no momento da sua leitura. Isso nos leva a entender que podemos propor atividades com alternativas para o aluno, mas apresentando cada vez mais horizontes de leitura para o texto e

ainda permitindo espaço, uma alternativa com uma lacuna a ser preenchida, para que o aluno crie a sua resposta caso não encontre alguma alternativa que se adeque ao sentido que lhe mais convier. O texto está aberto a uma multiplicidade de sentidos, mas isso também não significa dizer que toda e qualquer significação se possa atribuir, porque existem as pistas linguísticas para delimitar e encaminhar o dizer na tessitura textual.

Na questão n.º2, letras **a** e **b**, o aluno tem diferentes possibilidades de alternativas **impostas** e ele deve optar por uma delas tendo uma **única** informação sobre determinada parte do texto. Agora, essa decisão, quase sempre, é influenciada pelo professor, a partir da resposta sugerida pelo autor do livro didático. E também se incluem na situação de limitação no levantamento de hipóteses sobre a leitura, marcando exclusões pela indução ao que está incoerente em relação ao texto.

O elaborador das questões de texto no livro marca um X em uma alternativa como sugestão de resposta e o professor a “sacramenta” como tal. Esquecendo-se de que o que se tem como fundo (o texto) apresenta sentidos diversos, de acordo com cada leitor. Nota-se a limitação de sentidos, com respostas instituídas, não possibilitando ao aluno desfrutar do conteúdo textual, construindo a sua experiência.

As questões feitas apresentam alternativas fechadas que não consideram os implícitos textuais, como o que está sendo dito no fragmento: “Elas podiam ser boas e **até** maternais, **mas decididamente** não eram nossas tias”, a palavra **decididamente** indicia uma informação que o aluno depreenderá a partir de outras no texto, em conjunto com aquelas que ele já possui, por exemplo:

- 1) que tio(a) é um grau de parentesco atribuído àquele (a) que é irmão (ã) de nosso pai ou mãe. (exterior ao texto)
- 2) aquele(a) que tem um tio(a) é deste(a) o(a) sobrinho.
- 3) que para ser professor(a) não precisa ser necessariamente tio(a)

E o fragmento **até maternais** implica um outro sentido que não é “explorado”: o porquê disso, acrescentando algo que justificasse a proximidade familiar que a professora tinha / (tem ?) . A forma como se fez a pergunta não possibilita questionamento algum, é apenas uma verificação se o aluno “decodificou” a estrutura aparente da linguagem, como se o que está por detrás dela – estrutura profunda -- não interessasse.

Deste modo, em relação às poucas alternativas dadas, pode-se dizer que essas informações podem ser medidas, estabelecem limites, mas não se

pode medir a compreensão das frases, pois compreender é *possibilidade de relacionar o que quer que estejamos observando no mundo a nossa volta, ao conhecimento, intenções e expectativas que já possuímos em nossas cabeças*. Sem compreender algo, não se pode reduzir as incertezas sobre o que está sendo perguntado. E se há relação com o que cada um observa, são aceitáveis os diferentes pontos de vista. Quando o enunciado do exercício apresenta: assinale as alternativas que explicam a frase..., se o aluno não a compreendeu, ele não vai marcar alguma alternativa, ou melhor, até marca, o que não significa que tenha “optado” por uma delas. Em virtude da não valorização do ponto de vista do aluno, ele mesmo acaba por se desvalorizar enquanto ser capaz de atribuir significados, de dar respostas, de opinar... Então, muitas vezes acata a resposta do professor que, em geral, acompanha a proposta do livro adotado. Ignora-se que o que se constitui em informação para uma pessoa não é para outra, já que a informação depende do conhecimento anterior da pessoa. Quando não há esse conhecimento anterior ou, pelo menos, uma forma de com ele estabelecer relações (informação velha x informação nova), não há compreensão, mas **ruídos**. E a leitura só se realiza como processo comunicativo havendo equilíbrio entre as informações velhas e novas.

Compreender algo não quer dizer tirar de todo as dúvidas, porque, à medida que se adquirem informações que reduzem as incertezas, ocorrem outras dúvidas que devem ser sanadas. E os mesmos sentidos extraídos de um texto, em um determinado momento de leitura, podem ser diferentes em outro momento. A compreensão não envolve necessariamente a assimilação de toda informação num texto, mas, sim, a capacidade de extrair algum sentido do que está sendo lido, enquanto formulam-se novas indagações acerca do que está sendo lido. Por isso, cada um tem um entendimento sobre o que leu. O professor quer que o aluno responda às suas questões sobre o texto, não se importando com as questões que o aluno fez pra si; desta maneira, as perguntas do professor funcionam como um ruído para o aluno.

Em suma, compreender é extrair sentido para constituir uma experiência. Dizer que a forma como se apresenta o estudo do texto aqui exposto auxilia na compreensão é desconsiderar muito do que até aqui foi apresentado. Um exemplo de como alguns dos enunciados da interpretação do texto: *SANTINHO* pede apenas informações referenciais, se encontra logo no início das questões, quando se pergunta o nome da professora que o personagem mais se recordava.

O que se poderia fazer para que o aluno, realmente, atribua um sentido

maior ao que lhe foi apresentado, é explorar o fato de que ele se recordava de todas as professoras, **mas** havia uma **forte lembrança** da professora Dona Ilka, proporcionando ao aluno compreender o porquê dessa predileção, como também o valor semântico do “Dona” associado ao nome Ilka.

O primeiro exercício de “*interpretação*” traz a ordem taxativa: **localize**. Nessa atividade o aluno apenas extrai uma informação do texto e o professor verifica **se** ele leu e não **como** leu, como se deu a compreensão. O mesmo acontece quando se pede para localizar o assunto do texto: se o professor só aceitar como resposta “*Relação professor/aluno*” ele estará desconsiderando, por exemplo, o tratamento que se dava à professora ou o aluno de comportamento dez e rendimento zero, ou seja, como se deu o entendimento do aluno, quais foram os seus passos de compreensão.

Compreender a leitura é também relacionar aquilo que se está lendo ao conhecimento anterior, às finalidades, incertezas e às questões feitas no momento da leitura. Quando se busca um conhecimento anterior, muito do que se está lendo, num dado momento, já se sabe, sendo portanto uma informação velha. Quando se depara novamente com essa informação velha, ela passa a ser redundante, pois já se tornou uma informação não visual, está na mente de quem a obteve. Somente com esse equilíbrio entre o velho e o novo a leitura se realiza com seu propósito comunicativo. O que o aluno enquanto leitor traz para o texto é bem mais importante do que ser capaz de “identificar” e recordar o conteúdo real do texto, entretanto, isso se estabelece com a compreensão, se o aluno não compreendeu, ele não vai estabelecer pontes com o seu real.

Ao observarmos perguntas como as da questão n.º 4 (alíneas a e b), verificamos que elas podem ser respondidas de forma automática, sem o aluno se questionar e buscar realmente um sentido para tal. Na alínea (a) a pergunta: “*Qual?*” já pressupõe que o leitor diga **sim** ao que foi perguntado anteriormente, evidenciando a busca de uma resposta pretendida por outro; não se sugere que elas não sejam feitas, muito pelo contrário, mas é preciso verificar o fato de se ter um trabalho anterior a elas, para possibilitar uma melhor compreensão do texto. Com uma análise do texto passo a passo, o professor facilitará a sua compreensão como um todo. O que se adquire com a leitura é mais do que acúmulo de conhecimentos e de informações, é a possibilidade de interações. Orlandi(1988) ressalta que há leituras previstas para um texto, **sim**, mas não é uma previsão absoluta, pois sempre são possíveis novas leituras dele. As leituras

previstas devem entrar como um dos componentes das condições de produção da leitura e não como o constituinte que a determina. Assim, o professor deve ajudar o seu aluno a construir suas leituras, sem limitá-las nem determinar significações, possibilitando-lhe a articulação com outras experiências para a atribuição de sentidos sem cercear a possibilidade de leituras futuras.

Embora tenhamos expostos esses argumentos, ressaltamos que com o Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), a realidade de exigência para a elaboração dos materiais didáticos mudou, conforme se expressa na redação do guia dos livros didáticos:

“(...) as atividades de leitura e compreensão de textos, de produção escrita e de produção e compreensão oral, [devem ser propostas] em situações contextualizadas (...) a seleção textual deve justificar-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar e não pela possibilidade de exploração de conteúdos curriculares; os pseudotextos, criados única e exclusivamente com objetivos didáticos, são inaceitáveis...” (Guia de livros didáticos: PNLD 2013: letramento e alfabetização e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012. 256 p.).

Como o PNLD avalia coleções, a listagem dos materiais de 2013 destaca muitas coleções de língua materna em que as atividades de exploração do texto não o tomam apenas como ponto de partida para uma discussão relativa ao tema, nem como simples pretexto para a abordagem de questões gramaticais ou de tópicos de interesse curricular, deixando o próprio processo de leitura de lado. Em outras palavras, isso significa que as coleções trazem atividades que mobilizam e/ou desenvolvem capacidades relacionadas à proficiência em leitura. Ainda que nem sempre haja o desejável equilíbrio na exploração dessas capacidades, o tratamento dado à leitura leva os alunos a ativarem conhecimentos prévios, formular e checar hipóteses de compreensão, localizar informações explícitas, articular partes do texto, fazer inferências, compreender o texto globalmente, emitir opinião a respeito do que leram.

O texto abordado em uma sala de aula de língua portuguesa, sob a perspectiva única e exclusivamente estrutural é visto como um depositário de informações ou como um conjunto de frases associadas para dar conta de um conteúdo específico o qual se espera que seja decodificado pelo leitor, cabendo ao leitor recuperar a informação exposta (explicitamente) no texto.

O papel do leitor sob essa perspectiva se limita a extrair informações: através do domínio do vocabulário, da identificação das sentenças, de uma leitura que identifique essa estrutura textual.

Exercícios de identificação e de extração de informações, que direcionam aos aspectos formais do texto, exigindo do aluno-leitor **reconhecimento e lembrança** têm a sua contribuição, mas não podemos parar neles, é importante que se proponham atividades que possam ampliar as competências dos leitores, desenvolvendo além das estruturas cognitivas e linguísticas, as estruturas culturais e afetivas, ampliando o nível de competência literal para as competências inferenciais e críticas.

Atividades como, por exemplo, localização de conteúdos no texto, reorganização desses conteúdos e/ou sua antecipação, etc. constituem passos para a compreensão leitora, mas o que faz a diferença em relação ao “fazer-se leitor” é solicitar a tomada de posição desse leitor acerca do tema proposto no texto. E esses passos, **seleção, reorganização, reconhecimento, lembrança, tomada de posição** são feitos pelo leitor quando ele lança hipóteses sobre o conteúdo do texto e, na sequência, toma decisões confirmando, rejeitando ou refinando suas respostas, na medida em que o texto avança.

Em geral, a sistematização de propostas para a verificação de leitura de textos integra questões que buscam identificar a ideia principal do texto; assinalar os detalhes específicos do enredo; listar alguns eventos da narrativa; estabelecer relações de causa e efeito e identificar informações objetivas no texto. Propostas dessa natureza podem contribuir para alguns aspectos do aprendizado, mas a compreensão se reduz à identificação de informações objetivas e superficiais, permeando o nível da literalidade. Devemos, então, ampliar as propostas didáticas de modo a permitir uma compreensão fundada, também, nos níveis inferenciais e críticos em que o leitor além de estabelecer as hipóteses e as relações necessárias para a construção de sentidos, ele seja autônomo para o estabelecimento de contrapontos, complementações, comparações; enfim, ele possa ampliar suas experiências se posicionando no texto, expondo suas impressões sobre a leitura. É importante ao professor conduzir sua prática para uma orientação leitora ensinando como o texto se constrói, permitindo o entendimento de que o texto não é um conjunto de frases, é constituído por uma estrutura aparente (superfície linguística) e uma estrutura profunda (rede de implícitos), em que o texto tem uma tessitura que expressa conteúdos a serem inferidos pelos diversos leitores, e que esses conteúdos implícitos no texto se dão a conhecer pelos leitores por meio de estratégias cognitivas encaminhadas por cada um deles, conforme seus conhecimentos: linguístico, textual e de mundo. Desse modo, cada leitor trará

à tarefa de leitura suas experiências, o que permite uma construção de sentidos conjunta com o texto e, ao mesmo tempo, uma negociação com o material linguístico disposto, pois o texto apresenta um discurso elaborado por um produtor que tem algo a comunicar.

Como conduzir o processo de compreensão leitora?

A leitura envolve mecanismos complexos na interação com o texto: o contato com a materialidade textual, que implica a identificação das sinalizações gráficas e suas múltiplas relações expressas pelos recursos linguísticos: os itens lexicais e seus entrelaces semânticos; os processos referenciais; enfim, todo um processamento que permitirá a reconstrução de um sentido em expectativa, projetado pelo produtor do texto.

Além desse processo integrando a materialidade textual, há os princípios formulados por cada leitor, a elaboração de modelos episódicos particulares que se realizam concomitantes à reconstrução das pistas textuais: a negociação do sentido, em que se percebem redes inferenciais geradas pelo texto, relação com outros textos, em que se faz necessária a inserção de informações extratextuais, antecipação de informações, etc.

Enfim, há a construção de um percurso leitor cujo trajeto se complementa pela reconstrução de um sentido dado parte pelo produtor do texto, parte pelos conjuntos significativos gerados pelo texto, parte pelas significações provenientes do contato com outros textos, pelas significações provenientes da inserção do texto em diversas circunstâncias e, mais, pela associação do leitor na sua destreza em suprir elementos que não são explicitados texto, antecipando fatos, conteúdos e atuando sobre eles em um momento particular de interação.

É importante que o aluno-leitor crie uma atitude de busca em relação ao texto em que se construa a coerência, o sentido, percebendo que as proposições textuais estão em função de um significado e, assim, devem ser interpretadas. Por essa razão, as escolhas linguísticas feitas por quem produziu o texto não são aleatórias, mas são aquelas que, na visão do autor/produtor, melhor garantem a coerência do discurso que ele, enquanto autor, objetiva comunicar, assegurando, portanto, seu projeto de dizer.

Desse modo, compete ao professor em contexto de ensino sensibilizar seus alunos para materialidade textual, que serve de suporte à reconstrução

do quadro referencial proposto pelo produtor, criando condições para que os alunos interajam com o texto. Esse quadro referencial diz respeito aos traços linguísticos que salientam, hierarquizam informações que se responsabilizam pela coesão do texto e funcionam no nível macroestrutural do texto, isto é, o conteúdo global do discurso, tanto no nível das relações explícitas quanto implícitas entre as proposições, significando, pois, a organização temática e a coerência global do discurso.

Para o desenvolvimento da compreensão leitora, é interessante que o professor proponha atividades que auxiliem o/a aluno/a no relacionamento de conteúdos do texto com conhecimentos prévios, que o/a ajudem a estabelecer objetivos próprios no processo de compreensão, de modo a engajar seus processos cognitivos. Ao ativar o conhecimento prévio indicando os objetivos de leitura, o aluno começa a aprender a adaptar suas estratégias de leitura e de abordagem ao texto, de acordo com seus próprios objetivos no momento da leitura.

1.2. O desenvolvimento da compreensão leitora:

A leitura e a compreensão de textos exigem competências do leitor para a realização de estratégias. Em contato com o texto, o leitor lança mão de estratégias cognitivas e metacognitivas (KATO, 1995). As estratégias cognitivas são aquelas operações inconscientes que o leitor realiza durante o ato da leitura, e as estratégias metacognitivas são operações em que o leitor se conscientiza dos procedimentos tomados para o seu entendimento, é um retorno que ele faz sobre suas estratégias leitoras, um procedimento de autorregulação das estratégias utilizadas.

Quanto às estratégias cognitivas reparemos que a percepção da sequência linear do texto, ao fazermos a leitura, e a concepção de uma ideia coerente são situações esperadas e pressupostas, sem que haja, necessariamente, da nossa parte enquanto leitores, um pensamento reflexivo sobre tais pressuposições. Assim, de modo automático, nós identificamos a ordem linear do texto, a ordem temporal dos eventos e, portanto, seu sentido global. Trata-se do que Kato denomina de *Princípio da Canonicidade ou da ordem natural e Princípio da coerência*, esses princípios regem não só o comportamento do leitor, mas também do produtor de textos. As estratégias metacognitivas requerem do leitor um retorno sobre sua ação leitora, seu aprendizado, em que, de algum modo, o leitor se interroga sobre sua tarefa enquanto leitor, os

usos e recursos empregados na dinâmica da aprendizagem leitora. O leitor toma consciência dos meios que emprega para atribuir significação e avaliá-los em relação ao texto, fazendo a autorregulação, que pode ser mais bem estabelecida com o auxílio dos pares como, por exemplo, o professor. Essas estratégias nos interessam, particularmente, devido ao aprendizado formal nas escolas, em virtude de sua natureza consciente.

O ponto de partida em se tratando de tarefas para o desenvolvimento da leitura é o estabelecimento de um objetivo explícito e, a partir disso, a monitoração da compreensão tendo em vista esse objetivo. Conforme Kato (1995) esses propósitos se desdobram em:

- * Explicitação dos objetivos da leitura;
- * Identificação de aspectos da mensagem que são importantes;
- * Alocamento de atenção em áreas que são importantes;
- * Monitoração do comportamento para ver se está ocorrendo compreensão;
- * Engajamento em revisão e autoindagação para ver se o objetivo está sendo atingido;
- * Tomada de ações corretivas quando são detectadas falhas na compreensão;

Recobramento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões.

- * **Estratégias cognitivas:**
- * Pressuponha que o texto apresente ordem canônica.
- * Pressuponha que o texto seja coerente.
- * **Estratégias metacognitivas:**
- * Explícite claramente seus objetivos para a leitura. Exemplos:
- * Procure o tema do texto.
- * Analise a consistência interna do texto.
- * Compare o que o texto diz com o que você sabe sobre o assunto e veja se as duas informações são coerentes, etc.

2. Monitore sua compreensão tendo em mente esses objetivos.

(KATO 1995)

Considerações finais:

O desenvolvimento da compreensão crítica do aluno-leitor integra uma das tarefas principais do professor, e nós sabemos que muitas vezes falta a esse profissional a formação adequada para que ele proceda tal como é devido;

principalmente, em relação às práticas de leitura e escrita.

Nas atividades didáticas em geral, quando há objetivos partilhados e o aluno identifica o propósito de sua realização, é certo que o desenvolvimento e o resultado ficam bem mais próximo do esperado em relação a um bom aprendizado.

Nesse processo o que se deve ajustar é a dinâmica do que o professor pode observar na ação do leitor no texto e auxiliar no processo da compreensão. Quando pensamos a ação do leitor no texto, há manifestações observáveis e não observáveis nesta tarefa. As manifestações não observáveis envolvem mecanismos de percepção, atenção e memória como, por exemplo, aqueles mecanismos que compreendem a leitura silenciosa do texto, momento em que o leitor, no seu ritmo próprio, dialoga com o material linguístico, realizando procedimentos de autoavaliação e de autorregulação que são importantes na leitura, pois possibilitam o vaivém que o conduzem à compreensão.

Mas há momentos em que o leitor observa a estrutura linguística e com seu conhecimento sobre a dinâmica da língua associa as sentenças estabelecendo a relação sintática e semântica nos segmentos textuais. E nesse processo poderemos avaliar o seu processamento leitor no texto. Nessa associação sintático-semântica no texto, o leitor ativa na memória representações para construir a leitura, a partir dos modelos da sua experiência cognitiva e social, trazendo para sua busca, também, conforme a necessidade na construção de sentidos no texto, outras representações: de eventos, de ações, de pessoas, relacionadas à situação de que trata o texto em geral.

No caso de uma atividade didática em que seja feita a leitura coletiva é importante que o professor tenha conhecimento desse processo, para que ele esteja preparado de modo a oferecer aos seus alunos conhecimentos extratextuais que lhes permitam o estabelecimento de inferências, ampliando as relações que cada leitor pode fazer no texto. Importará sempre saber qual o objetivo na condução da atividade que será proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal, [trad. francês. Maria Ermantina Galvão; revisão, Marina Appenzeller], 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.
- Barrett, T. C. (1976). Taxonomy of reading comprehension. In: T. C. Barrett (Ed.), Teaching reading in the middle class. MA: Addison-Wesley.

- CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAVALCANTI, Marilda do Couto. Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- Competências do ENEM 2009. Disponível em: <out. 2010. Portaria MEC/ INEP nº 122. – (Saeb e outros) Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/enade/default.asp>>. Acesso em 21 de junho de 2013.
- Kato, M. Estratégias em interpretação de textos e compreensão de textos, Cadernos PUC, 16, São Paulo, Editora EDUC- Cortez, 1983a, pp. 8-17.
- KATO, Mary Aizawa. Estratégias cognitivas e metacognitivas na aquisição da Leitura. In: O aprendizado da leitura São Paulo: Martins Fontes, 1995. 4 ed.
- KLEIMAN, Angela B. Leitura e interdisciplinaridade. Tecendo redes nos projetos da escola. Angela B. Kleiman, Silvia E. Moraes – Campinas. SP: Mercado de Letras, 1999 – (Coleção Ideias sobre Linguagem).
- LAJOLO, Marisa. Literatura; Leitores e Leitura. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- LARROSA, Jorge. A experiência da leitura, In: Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas, 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 97 – 146.
- LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 92p.
- MAINGUENEAU, Dominique. Diversas Competências, In: Análise de textos de comunicação, trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha, São Paulo, Cortez, 2001, p. 41-50.
- MARCUSCHI. Luis Antonio. Cognição, Linguagem e Práticas interacionais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARCUSCHI, Luis Antonio. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: Dionísio, Ângela; Bezerra, Maria Auxiliadora (org.) O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro
- MARCUSCHI. Luis Antonio. Perplexidades e Perspectivas da Linguística na virada do milênio. VI Semana de Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 10-12 de fevereiro de 2003.
- Smith, F. (1999). Leitura significativa (3ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura/ trad. Cláudia Schiling- 6.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Swaby, B. E. R. (1989). Diagnosis and correction of reading difficulties. Boston: Allyn and Bacon.
- VAN DIJK, T. Modelos na memória – o papel das representações da situação no processamento do discurso, In: Cognição, discurso e interação, São Paulo: Contexto, 3 ed., 2000, p. 158- 181.

O TARÔ NARRATIVO DE CALVINO NO *CASTELO DOS DESTINOS CRUZADOS* E NOS *BOSQUES DE ECO*

MARIA FATIMA MENEGAZZO NICODEM

(Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira)

MARISTELA ROSSO WALKER

(Professora da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta / Cruzeiro do Sul)

Resumo

Este trabalho volta-se à análise de *O castelo dos destinos cruzados*, de Ítalo Calvino, sob o foco da abordagem de Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Sobre o esoterismo do tarô de Marselha à mesa e, sobre a mística que perpassa as cartas do baralho que se espalham no “castelo”, paira a subjetividade do romancista (poeta), com seu repertório imaginativo, disseminado pelas várias histórias, cada uma comportando múltiplas interpretações, mesmo à luz do leitor-modelo de Eco.

Palavras-chave: Narrativa de ficção; Calvino; Eco.

“Estou cansado de ver O Sol permanecer no céu, não vejo a hora em que se desfará a sintaxe do Mundo” (Ítalo Calvino, 1994, p.147).

Ao decidir pela escritura de *O castelo dos destinos cruzados*, Calvino deixa explícito que a ideia de utilizar o tarô como máquina narrativa combinatória lhe veio de Paolo Fabbri que, num “Seminário Internacional sobre as estruturas do conto”, em julho de 1968 em Urbino, apresentou uma comunicação sobre “O conto da cartomancia e a linguagem dos emblemas”. Afirma Calvino, para justificar a própria obra, que a análise das funções narrativas das cartas de adivinhação tinha sido objeto de um primeiro estudo nos escritos de M.I. Lekomceva e B.Uспенky (russos, dedicados aos estudos semióticos). Calvino começa pelos tarôs de Marselha, procurando colocar as cartas de modo que se apresentassem como cenas sucessivas de um conto pictográfico. Quando as cartas colocadas ao acaso lhe davam uma história na qual reconhecia um sentido, punha-se a escrevê-la, acumulando um vasto material e grande parte de *O castelo dos destinos cruzados* que foi escrita nesta fase.

O que se faz neste ensaio é a análise desta obra de narrativa pictográfica e silenciosa de Calvino à luz de Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Nesta obra, ECO (1994, p.7), ao “entrar no bosque”, contingência que evoca Calvino em *Se um viajante numa noite de inverno*, para cotejar a presença do

leitor na história.

Em *O castelo dos destinos cruzados*, aqui transformado em objeto de análise, procurar-se-á a presença do leitor, um leitor modelo, na tentativa de transpor para este ensaio, sem pretensões, a mesma trajetória estudada e exposta por ECO (1994) em *Seis passeios...* para *Se um viajante...*

A propósito da mística semiótica taroniana, exemplarmente levada a termo nas narrativas de Calvino em seu *Castelo dos destinos cruzados*, para empreender a coesa tessitura que as atrela umas às outras, é possível pressupor-se para este conjunto de escritos, um leitor que adentra a história, fazendo-se observador, crítico e leitor ativo, uma vez que, a par desta última característica e, fazendo uso estratégico dela, se envolve ou se deixa envolver pelo texto, compactuando com o mesmo, a partir de suas experiências de mundo e das coisas, de suas expectativas como leitor e de sua visão consciencial do espaço e do tempo, para a construção de novos sentidos, novas interações e novas experiências que bem poderiam alterar a história. Mas é um “alterar” imaginativo, do ponto em que suas possíveis interferências poderiam causar, supostamente, novas trajetórias e novos desenlaces para cada uma das seis histórias traçadas pelo tarô de Calvino no *Castelo* sem, no entanto, extrapolar os limites do leitor-modelo proposto por Eco.

Como em *Se um viajante...* engendrado por Calvino nas andanças pelo bosque, o *Castelo dos destinos cruzados* situa-se igualmente no bosque, entrecortado por presenças e cenários paradoxais e contraditórios:

Em meio a um denso bosque, um castelo dava refúgio a quantos a noite houvesse surpreendido em viagem: cavaleiros e damas, cortejos reais e simples viandantes. [...] Experimentei, ao olhar em redor, uma sensação estranha, ou melhor, duas sensações distintas, que se confundiam na minha mente um tanto vacilante e conturbada pelo cansaço. Tinha a impressão de encontrar-me numa corte abastada, como não se poderia esperar de um castelo tão rústico e fora de mão; e isso não só pelas alfaías preciosas e o cinzelado da baixela, mas pela calma e abastança que reinava entre os comensais, todos de bela figura e vestidos com ataviada elegância. [...] ao mesmo tempo percebia uma espécie de desleixo e desordem, para não dizer mesmo de licenciosidade, como se tratasse não de uma mansão senhorial, mas de um albergue de estrada, onde pessoas, desconhecidas entre si e de condições sociais e países diferentes se encontrassem em convívio por uma noite e, nessa promiscuidade forçada, cada qual sentisse afrouxarem-se as regras a que estivesse preso no seu ambiente próprio, e, assim como alguém se resigna a modos de vida menos confortáveis, da mesma forma se entrega a costumes mais livres e diversos (CALVINO, 1991, p.11-12).

É neste cenário paradoxal que os visitantes, convivas e comensais, no salão nobre do castelo, se envolvem nas seis histórias em que Calvino nomeia

um narrador viajante, atraindo o leitor, de forma abrupta e eficaz a sentar-se à mesa para “ouvir” a narração silenciosa, imagética e figurativa de cada um dos personagens que ousam expressar suas vidas, utilizando a máscara taroniana mística para desvendarem suas vidas.

E são “seis” histórias no castelo do bosque de Calvino, como “seis” são os passeios pelos bosques da ficção de Eco.

Para melhor entender os movimentos que ocorrem na relação entre as seis histórias, tomamos Foucault (1999) para quem o ser da linguagem permite uma disposição narrativa com um jogo autorizado por esta, se reencontra com a experiência da linguagem.

Com efeito, esta existe primeiramente, em seu ser bruto e primitivo, sob a forma simples, material, de uma escrita, de um estigma sobre as coisas, de uma marca espalhada pelo mundo e que faz parte de suas indelévels figuras. Num sentido, essa camada da linguagem é única. Mas ela faz logo nascer duas outras formas de discurso que a vão enquadrar: acima dela, o comentário, que retoma os signos dados com um novo propósito e, abaixo, o texto, cujo comentário supõe a primazia oculta sob as marcas visíveis a todos (FOUCAULT, 1999, p.58).

Estas marcas se constituem nas figuras engendradas pelo tarô narrativo de Calvino.

Mas é ECO (1994, p.10) que ora nos cede parte da iluminação de seus “bosques”, porque no silêncio dos protagonistas de cada história, os mesmos se manifestam mais do que se fizessem ecoar suas vozes em alto e bom tom. É aqui que cabe perfeitamente a afirmação de ECO (p.10): “Às vezes, ao tentar falar demais, um autor pode se tornar mais engraçado que suas personagens”.

No entanto, Calvino não fala demais, nem o permite a seus personagens: o que fica mais evidente é a voz do silêncio de cada protagonista, numa mímica, ao colocar-se pela carta que escolhe para narrar suas aventuras, desventuras, agruras e trapalhadas.

O narrador que é o mesmo para todas as histórias, se posiciona ao perceber o silêncio sepulcral dos convivas à mesa:

Decidido a romper o que julgava fosse um torpor da língua após os cansaços da viagem, tentei desabafar-me numa exclamação eufórica como: [...] “bons ventos nos trazem!”, mas de minha boca não saiu um som que fosse. O tamborilar de colheres e o ruído das taças e das louças eram suficientes pra me convencer de que não havia ficado surdo: só me restava então supor que estava mudo. Minha impressão se confirmou ao ver que todos os comensais moviam os lábios em silêncio com ar graciosamente resignado: estava claro que a travessia do bosque havia custado a cada um de nós a perda da fala (CALVINO, 1991, p.13).

E ao tentar romper o silêncio, as histórias silenciosas, quase mágicas se iniciam com a primeira narrativa: a “História do ingrato punido”, com o protagonista tomando uma das cartas do maço que um dos castelões havia deitado à mesa. É um *Cavaleiro de copas*, cuja figura impressa, um moço rosado e louro, em pose de Rei Mago, dá a entender a semelhança com o moço que retirou a carta, confirmando que seria ele mesmo o protagonista da narrativa. É uma narrativa que, além de silenciosa, supõe uma velocidade ímpar e, sobre esta característica de Calvino em suas obras, ECO (1994, p.9), assim se pronuncia a partir de seus laços com o próprio Calvino: “esta apologia da rapidez não pretende negar os prazeres da demora.”

E como, segundo ECO (p.7), “... numa história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história”, a velocidade ou rapidez empreendidas na interação com a narrativa, dependem da atitude e das características individuais do leitor.

Sobre esta trajetória realizada pelo leitor sobre a narrativa que se lhe transforma em caminho, ECO (p.9) arrazoia:

Por enquanto, só quero dizer que qualquer narrativa de ficção é necessária e fatalmente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de acontecimentos e de personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo. Alude a ele e pede ao leitor que preencha toda uma série de lacunas. Afinal (como já escrevi), todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Que problema seria se um texto tivesse de dizer tudo que o receptor deve compreender – não terminaria nunca.

Mas voltemos às histórias de Calvino, no ponto em que o “ingrato punido”, representado pelo primeiro protagonista conviva do *Castelo*, arremata outras três cartas para compor a sequência de sua aventura pelo bosque: vem o *Rei de Ouros*, que o situa numa condição de abundância, inclinação ao luxo e à prodigalidade, como sendo filho desse rei representado pelo Arcano do Monarca; a expressão do narrador, sempre em silêncio, faz-se lutuosa, o que significa que o Rei havia falecido. A carta seguinte, o *Dez de Ouros*, dá a entender que o jovem príncipe, ora comensal do *Castelo*, havia herdado toda a fortuna do monarca. Por final, a terceira carta desta sequência, faz compreender, por um *Nove de Paus*, que o jovem filho embrenha-se pela vegetação de folhas e flores silvestre e seu espírito viajante o faz perder-se, entranhado no bosque.

A esta altura, o leitor preconizado por Eco, faria uma pausa, procurando apostar no que se sucede após estes episódios da vida do protagonista:

Num texto narrativo, o leitor é obrigado a optar o tempo todo. Na

verdade, essa obrigação de optar existe até mesmo no nível da frase individual – pelo menos sempre que esta contém um verbo transitivo. Quando a pessoa que fala está prestes a concluir uma frase, nós como leitores ou ouvintes fazemos uma aposta (embora inconscientemente): prevemos sua escolha ou nos perguntamos qual será sua escolha (pelo menos no caso de frases de impacto [...]) (ECO, 1994, p.12).

E a frase de impacto, no caso de Calvino nesta primeira história do *Castelo*, está no próprio título engendrado: “...o ingrato punido”.

Avoz(silenciosa)donarradorprosegue numagestualidadesignificativa, retirando a carta da *Força*, anunciando-lhes um encontro desagradável, já que a simbologia da imagem (um energúmeno armado), deixa antever suas más intenções devido à expressão brutal. E a carta do *Enforcado* confirma as tristes previsões, interferindo sombriamente nas feições do narrador que, desta feita, já dá a conhecer aos demais convivas e ao leitor, que é ele mesmo a vítima que o bandido havia espoliado em todos os seus haveres.

A esta etapa, pode-se aprofundar a análise para junto daquilo que ECO (1994, p.14) define como leitor-modelo de uma história, que não é o leitor empírico.

O leitor empírico é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriorizadas ou provocadas pelo próprio texto.

Leitor-modelo, então, é uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar. O leitor empírico é aquele que pode “ler” a obra de maneira errada, cometendo, inclusive equívocos, como o ilustrado por ECO (1994, p.15):

Após a publicação de meu segundo romance, *O pêndulo de Foucault*, um amigo de infância, que não vejo há anos, escreveu-me o seguinte: “Caro Umberto, não me lembro de ter lhe contado a história patética de meus tios, mas acho que foi uma grande indiscrição de sua parte usá-la em seu romance”. [...] em meu livro conto alguns episódios relacionados com um “tio Carlo” e uma “tia Catarina”, que vêm a ser os tios do protagonista, Jacopo Belpo, e que de fato existiram na vida real: com algumas alterações conto uma história de minha infância que envolve um tio e uma tia – os quais, no entanto, tinham outros nomes. Respondi a meu amigo dizendo que tio Carlo e tia Catarina eram parentes meus, não dele, e que portanto eu detinha o *copyright*; eu nem sabia que ele tinha tios e tias. Meu amigo pediu desculpas: ficou tão envolvido com a história que julgou reconhecer alguns incidentes ligados a seus

tios – o que não é impossível, pois em época de guerra (e a uma delas remontavam minhas lembranças) coisas parecidas acontecem com tios diferentes.

ECO (p.16) diz que o que aconteceu com seu amigo é que ele havia procurado no bosque uma coisa que estava em sua memória particular. Ao caminhar pelo bosque, pode-se muito bem utilizar cada experiência e cada descoberta para aprender mais sobre a vida, sobre o passado e o futuro.

E, caminhando *pelo bosque da narrativa como se estivéssemos em nosso jardim particular*, retornemos a Calvino, seu narrador e seu protagonista, na primeira história: eis que um *Ás de Copas* se faz presente, apresentando aos convivas do *Castelo* uma fonte que jorrava entre musgos floridos, farfalhar de asas e gorgolhar de águas de uma nascente... um homem deitado no chão mata a sede.

E, Calvino (1991, p.19), faz seu narrador repassar a simbologia da fonte:

...há fontes que [...] assim que delas se bebe provocam ainda mais sede, em vez de aplacá-la. Era previsível que entre os dois jovens (que ora se encontravam, ela filha humilde dos bosques), se acendesse [...] um sentimento que ia além da simples gratidão [...] ou compaixão [...] com a cumplicidade das sombras do bosque – num abraço sobre a erva do prado. Não à toa a carta que veio em seguida foi o *Dois de Copas* ornado da inscrição “meu amor” e florido de não-me-esqueças: indício mais do que provável de um encontro amoroso.

O que se observa na sequência é uma pausa; agora há um silêncio real dentro da narrativa silenciosa, fazendo entender ao leitor (que Eco define como modelo), que uma segunda parte da história estava prestes a começar, porque o cavaleiro foi embora, deixando a filha dos bosques ali mesmo onde ela lhe prestara auxílio e onde se haviam amado.

O narrador passa a dispor outras cartas numa nova fila (uma nova fase em sua vida?). Pousa duas cartas sobre a mesa: *A Imperatriz* e o *Oito de Copas*. A subida mudança de cenário é desconcertante. A solução não demora a impor-se: o cavaleiro havia encontrado aquilo que andava buscando – uma esposa de alta e opulenta linhagem. É a carta de *Copas* que sugere um banquete de núpcias, num cenário festivo, com uma mesa de tolha engrinaldada para os noivos.

Esta fase da história de Calvino solicita mais uma vez o encaixe do leitor-modelo de ECO (1994, p.16), que enceta:

Cabe, portanto, observar as regras do jogo, e o leitor-modelo é alguém que está ansioso para jogar. Meu amigo esqueceu as regras e sobrepôs suas próprias expectativas de leitor empírico às expectativas que o autor queria que um leitor-modelo tivesse. Naturalmente, o autor dispõe de

sinais de gênero específicos que pode usar a fim de orientar seu leitor-modelo, mas com frequência esses sinais podem ser ambíguos.

Porém, para quebrar esta possível ambiguidade em Calvino, o narrador, instituído por este, retira mais uma carta do tarô das histórias dos convivas e eis que se apresenta o *Cavaleiro de Espadas*, ou, na interpretação do leitor-modelo, um imprevisto. Uma surpresa em forma de mensageiro a cavalo havia irrompido em meio à festa, trazendo uma notícia inquietante. E, sai, empunhando armas e saltando à sela.

Todos esperavam uma outra carta, mais explicativa; e veio o *Sol*. O pintor havia representado o astro do dia nas mãos de uma criança que corre, ou mesmo que voa, por cima de uma paisagem vasta e variada. E a criança logo se faz literal: uma criança seminua havia sido vista correndo nas vizinhanças do castelo onde se celebravam as núpcias e era para seguir aquele pequeno que o esposo abandonara a mesa do banquete.

Neste ponto, é novamente possível vislumbrar o leitor-modelo de Eco, para quem ele “falava de leitores-modelo não só em relação a textos que estão abertos a múltiplos pontos de vista, mas também àqueles que prevêm um leitor muito obediente”. (ECO, 1994, p.23).

Prossegue Eco dizendo que há um leitor-modelo até para horários de trem e, de cada tipo de leitor-modelo, o texto espera um tipo diferente de cooperação. Para completar a definição, Eco cita Joyce para quem “um leitor ideal é aquele acometido de uma insônia ideal”; contudo, retorna, “devemos prestar atenção também nas instruções constantes nos horários de trem.

Sobre este leitor modelo, busca-se um equivalente em Foucault (1999) que permite entrar no entendimento de que a profunda interdependência da linguagem e do mundo se encontra desfeita, que o primado da escrita está suspenso, fazendo desaparecer a camada uniforme na qual se entrecruzavam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. Afirma Foucault que as coisas e as palavras vão separar-se. Isto parece evidente nas cartas do tarô de Ítalo Calvino em *Os castelos dos destinos cruzados*, porque as cartas são as coisas (o visto), mas sua simbologia (o lido), não raras vezes durante a narrativa, se desvincula do concreto, permitindo-se envolver pela abstração.

As coisas e as palavras vão separar-se. O olho será destinado a ver e somente a ver; o ouvido somente a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz. Imensa reorganização da cultura de que a idade clássica foi a primeira etapa, a mais importante talvez, posto ser ela a responsável pela nova disposição na qual estamos ainda presos – posto ser ela que nos separa de uma cultura onde a significação dos signos não existia, por ser absorvida na soberania do Semelhante; mas onde seu ser enigmático, monótono, obstinado, primitivo, cintilava numa dispersão infinita (FOUCAULT,

1999, p.63).

Retomando Calvino, com seu primeiro protagonista, o leitor-modelo, atento a instruções, a detalhes e à etiqueta própria a este tipo de leitor, vai presenciar a retirada da carta da *Justiça*, que passa a compreensão de que é chegada a hora da verdade, construída pelas atitudes dele; vida, abandono, mágoa, o filho (com a metáfora do “sol nas mãos” – na imagem da carta taroniana).

Os comensais faziam rostos interrogativos. E eis que da carta da *Justiça*: transparece uma mulher com a espada e a balança, um guerreiro a cavalo (ou uma amazona?) ao fundo, vestido de armadura, preparado para o ataque. A criança o faz chegar à mãe, a camponesa do idílio de outrora, transformada em soldadesca, leoa, amazona, disposta ao resgate. Pergunta o que ela quer dele e ela lhe responde: *justiça!*. Ao mesmo tempo, descobre que o pequeno que seguiu até a floresta era seu próprio filho, nascido daquele idílio único.

É um *Dois de Espadas* que faz o leitor consciente de que ali haverá um embate entre a amazona e o cavaleiro. Era chegada a hora de enfrentar a justiça (a balança). *Defende-te!* Aconselha ela brandindo a espada que farfalha entre as folhas e, agora, ele jaz em meio ao prado, ensanguentado.

ECO (1994, p.35), olharia para esta história, até o momento, dizendo que um dos mecanismos fundamentais de Calvino (como em *Sylvie*), baseia-se numa contínua alternância entre *flashbacks* e *flashwards* (o contrário de *flashbacks* – fato futuro inserido na estrutura cronológica da obra). Isto porque Calvino, no *Castelo*, com seu primeiro protagonista (e com os demais também), permite que o narrador analise o fato passado que interfere no seu presente, ao mesmo tempo que, com o uso do Tarô, remete ao futuro, num exercício constante de predição, durante a obra.

Quando nos inteiramos de uma história que se refere a um tempo narrativo (o tempo em que os fatos narrados ocorrem, o qual pode ser duas horas atrás ou mil anos atrás), o narrador (na primeira ou na terceira pessoa) e as personagens podem reportar-se a algo que aconteceu antes dos fatos narrados. Ou podem aludir a alguma coisa que, na época desses fatos, ainda estava por ocorrer e era esperada. Como diz Gérard Genette, um *flashback* parece reparar um esquecimento do autor, ao passo que um *flashforward* constitui uma manifestação de impaciência narrativa (ECO, 1994, p.36).

Isto considerado, na análise do possível leitor, encaminhamo-nos ao desfecho da primeira história – previsível, dir-se-ia –, o protagonista retira do maço a carta da *Papisa* – representada na narrativa por uma figura monacal que se prostra sobre o corpo do cavaleiro em agonia, para explicar-lhe que na

pessoa da jovem do passado, ofendera a deusa Cibele e, por isso, não lhe será concedida clemência.

Assim, a carta final – um *Oito de Espadas* – conscientiza o leitor que o cavaleiro será estraçalhado por Cibele.

Eco diria que Calvino, utilizando-se do narrador, descreveu fatos passados para justificar o desfecho presente. No entanto, se considerarmos ECO (1994, p.48), o protagonista desta história de Calvino faz, por meio das cartas do tarô uma reconstituição póstuma (porque, se foi estraçalhado...). Eco perguntaria: “o que se ganha com essa reconstituição?” E acrescenta:

Absolutamente nada, no caso de um leitor do primeiro nível. Esse leitor talvez consiga dissipar uma parte da névoa, mas perde o encanto de estar perdido. Já os leitores do segundo nível percebem que essas lembranças não têm uma ordem, são desvios repentinos no tempo e rápidos retornos ao presente histórico. [...] É como uma melodia, que o leitor pode apreciar primeiro pelos efeitos criados e depois por descobrir como uma série inesperada de intervalos pode produzir tais efeitos (ECO, 1994, p.55).

Para finalizar este ensaio, é possível afirmar que, degustando Calvino à luz de Eco, é nítida a precisão que se adquire, especialmente considerando ECO (1994, p.56), que em toda obra de ficção, o texto emite sinais de suspense, quase como e o discurso se tornasse mais lento, ou até parasse, como se o autor sugerisse: “agora tente *você* continuar...”

É no bosque narrativo de Calvino, em sua ficção, é possível fazer palpitar um outro bosque, aquele de Eco, metanarrativo e conceitual.

Quando falei em “passeios inferenciais”, quis dizer, nos termos de nossa metáfora silvestre, caminhadas imaginárias fora do bosque: a fim de prever o desenvolvimento de uma história, os leitores se voltam para sua própria experiência de vida ou seu conhecimento de outras histórias.

Neste ensaio, empreendeu-se a trajetória sobre uma das histórias, porque as demais são construídas seguindo idêntica metodologia, furtando-nos a repetir a análise, uma vez que varia a história, mas a formulação se mantém.

Aqui, onde a voz do narrador se cala, o autor quer que passemos o resto da vida imaginando o que aconteceu; e com medo de que ainda não tenhamos sucumbido ao desejo de saber o que jamais nos será revelado, o autor – não a voz do narrador – acrescenta uma nota final para explicar o sentido das cartas do Tarô de Marselha.

E as cartas, se quisermos, podem continuar a ser retiradas do maço no

Castelo de Calvino, à luz dos *passeios pelos bosques* de Eco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVINO, Ítalo. *O castelo dos destinos cruzados*. Tradução: Ivo Barroso, São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução: Hildegard Feist, São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel (1926-1984). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Col. Tópicos. Trad. Salma Tannus Muchail, 8 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÓS-CONCEITO LINGUÍSTICO E CORREÇÃO IDIOMÁTICA: A NORMA EM CURTO

TEREZINHA BITTENCOURT (UFF e ABRAFIL)

RESUMO: Este artigo tem por escopo discutir o conceito de correção idiomática, à luz da história dos acontecimentos políticos e sociais que, a partir dos anos sessenta do século passado, marcaram a nova orientação dos estudos linguísticos nas universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: correção idiomática, gramática normativa, ideologia.

A década de sessenta do século passado, no ocidente, foi marcada por movimentos sociais que se transformaram em verdadeiras rebeliões populares. Revendo-se a história dos fatos que marcaram esse período, tem-se a impressão de que os segmentos oprimidos da população resolveram manifestar-se e soltar sua voz num protesto que refletia todas as contradições e conflitos ocultos na prática autoritária a que estavam submetidos. Todos os valores, símbolos, ideologias tidos até então como modelos transmitidos de uma geração a outra num pacífico processo de conformada aceitação são postos em xeque. É uma época de iconoclastia: nenhuma ideia, nenhum discurso, nenhuma atitude são apresentados sem antes serem questionados.

Quem primeiro solta a voz, rompendo o silêncio num grito de protesto são os jovens. Irrompe, assim, uma série de manifestações estudantis em diferentes pontos do planeta, cada uma das quais representando reivindicações específicas em função das condições sociopolíticas em que ocorriam, mas unidas em torno de um ideal comum: o de mudar o curso da história, transgredindo o *status quo*, desobedecendo às regras estabelecidas, subvertendo as práticas sociais vigentes. Uma nova cosmovisão começava a delinear-se, dando diferentes contornos à realidade, sem que a práxis tradicional desaparecesse, gerando, assim, um confronto profundo entre os membros das duas gerações que procediam ao embate: a geração dos “velhos” e a geração dos jovens¹

Nesse contexto histórico cheio de conflitos e embates, era fatal que o linguista, não raro, acabasse por cair nas armadilhas, para as quais Eugenio Coseriu alerta o pesquisador. De fato, Coseriu (2001, p.17) adverte para o

1- É preciso destacar que juventude e velhice são dois conceitos relativos, uma vez que, para seu estabelecimento, nem sempre o fator “idade” é decisivo. Ainda que a canção de Marcos e Paulo Sérgio Valle alertasse, nos anos 60, para “não se acreditar em ninguém com mais de 30 anos”, para os jovens *prafrentexes* daquele período eram *coroas prastrasexes* ou “velhos”, efetivamente, todos os que, de alguma forma, representassem autoridade (pai, mãe, governo, patrão, reitor, diretor de escola, professor, militar e, como era de se esperar, o gramático.).

risco de se considerarem as línguas como entidades concretas, autônomas e independentes da atividade de fala, em virtude de tal concepção, além de não corresponder ao real linguístico, implicar uma série de perigos que podem conduzir o investigador a erros na análise do objeto. Entre os cinco “perigos” por ele arrolados, o que interessa mais de perto para a discussão do tema da correção, como procurarei mostrar depois, é aquele em que o mestre romeno trata da atitude do falante em relação à investigação levada a cabo pelo cientista. Diz ele:

Le danger que la conception naïve du langage, c’est-à-dire la conscience que les sujets parlants en tant que tels ont du langage, soit trop vite rejetée ou même ignorée. Or, si cette conception ne peut valoir comme une explication ou une interprétation du langage, elle doit cependant être considérée comme une condition importante et réelle de son fonctionnement, étant donné que le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs. Et, à cet égard, tout ce que le parlant naïf pense de sa langue est déterminant pour le fonctionnement de celle-ci: les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l’objet “langue” et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer. (Os grifos são meus.)

Se não é tarefa fácil, no âmbito de qualquer ciência, separar-se o sujeito da investigação do objeto investigado, atingir tal objetivo nas ciências da linguagem determina um empenho muito maior, já que ambos, objeto investigado e instrumento da investigação, são idênticos materialmente, assim como o sujeito cientista e o sujeito falante se consubstanciam numa única pessoa. Daí que, para o linguista, separar o *parlant naïf* que ele próprio é do observador dispensa um grande esforço de abstração, que, embora custoso, não pode deixar de ser perseguido e alcançado, sob pena de se distorcerem os fatos investigados.

Essa separação implica a distinção entre saber linguístico, concernente ao falante, e saber metalinguístico, atinente ao linguista. De um modo muito singelo e conciso, pode-se dizer que o primeiro diz respeito ao conjunto de regras e de unidades sógnicas que permite ao falante construir e interpretar textos numa língua determinada e o segundo, por seu turno, consiste na explicação desse conjunto de regras que compõe o saber linguístico do falante. Cabe, pois, ao linguista explicar não apenas as regras acionadas pelo falante para dizer algo, mas também *les opinions du sujet parlant à propos de la langue*.

As opiniões dos falantes, todavia, não têm sido, via de regra, levadas em consideração por alguns linguistas, quando tratam do espinhoso tema da correção idiomática. De fato, podem-se encontrar distorções conceituais e explicações falaciosas de toda ordem em muitos trabalhos que abordam o assunto, gerados pela desconformidade entre o que o falante sabe sobre sua língua e o que o linguista - que também é falante, e portanto, sujeito às mesmas coerções sociais - pensa acerca desse mesmo saber.

Bagno², estudioso que se tem dedicado ao tema da correção, permite perceber em seus textos a referida contradição. Ao comentar, por exemplo, a condenação do uso do gerúndio em determinada reportagem veiculada pela revista *Época*, cita uma canção popular portuguesa, em cuja letra se encontra a seguinte construção com o verbo *preferir*: “antes prefiro morrer/do que contigo viver”. A respeito da construção, condenada pelas regras da gramática normativa, diz o seguinte: “Aproveito para chamar a atenção para o *antes prefiro... do que*, indício de que os portugueses também ‘erram’ na hora de usar o verbo *preferir*... É claro que não erram coisa nenhuma, nem nós muito menos: simplesmente, lá como cá, o verbo passou por um processo de reanálise e teve sua referência alterada para melhor expressar a ideia de comparação.” (Bagno, 2009, p.45). Ainda que o linguista Bagno justifique a nova regência, argumentando em seu favor com o fato de “expressar melhor a ideia de comparação”, o falante Bagno prefere a regência tradicional àquela empregada hodiernamente pelos brasileiros, como comprova seu próprio texto: “Ao comentar a declaração do ex-ditador brasileiro João Batista Figueiredo de que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo,[...].” (Bagno, 2009, p.117). Igualmente, na tradução, também opta pela mesma regência: “...*a Priscianus scribo* deveria preferir-se *Priscianus scribit*” (Bagno, 2001, p.43).

Como se pode constatar, o que diz em suas reflexões, como linguista, não utiliza em seu próprio texto. Talvez tal comportamento seja resultado de que, enquanto falante, sabe que “num meio de ouvintes ou leitores cultos, pode prejudicar o prestígio do expositor” (Camara, 1985, p.129) revelar o desconhecimento de tais regras. E, por isso, há de se dar razão a Coseriu (2006, p.118) quando argumenta que

la gramática normativa, com sus defectos, tiene buenas razones de ser; y que el liberalismo lingüístico es una actitud no democrática y reaccionaria que obliga al hablante a quedarse aislado y sin poder participar en la cultura mayor de una comunidad : presenta como libertad el “hable como quiera que la cultura la hacemos nosotros”,

2- Cf. Bagno, M. (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001; Bagno, M. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 52ªed., São Paulo: Loyola, 2009. Todos os grifos são meus.

pero ellos mismos, los que presentan esta actitud como democrática, no hablan como aquellos cuyas libertades pretenden defender". (Os grifos são meus.)

Poderia enfileirar muitos outros exemplos dessa natureza, mas os que foram transcritos acima bastam para ilustrar o que quero comprovar, no tocante ao problema da correção: o conflito entre a atitude do falante quando produz seu discurso e a atitude do linguista quando reflete sobre a linguagem. Tal situação tem de ser compreendida no campo da ciência a fim de que possa ser superada, pois, além de revelar contradições, acarreta graves consequências para a política de idioma e, naturalmente, para o ensino de língua materna.

Não se trata de mero fruto do acaso essa polêmica em torno da correção idiomática ter retornado³ nos anos sessenta, pois foi nesse período, marcado pela iconoclastia e pelas "guerras culturais ideológicas do século XX" (Judt, 2011, p.27), que a linguística chegou às universidades brasileiras, apresentando um modelo de investigação da linguagem ainda desconhecido entre nós. Antes do advento da nova ciência, ou se estudava a língua sob a perspectiva da gramática normativa ou sob a perspectiva da filologia, ambas voltadas para a investigação do texto literário.

É preciso lembrar que combates dessa natureza não eram travados apenas no Brasil, dizendo respeito à vida universitária no ocidente de modo geral e, especialmente, na França (Judt, 2007; Dosse, 1993), que ainda não tinha perdido o lugar, para os Estados Unidos, de centro irradiador da cultura. As ideias discutidas pelos intelectuais franceses influenciavam fortemente o debate nas universidades brasileiras, porque, até aquele período, nosso modelo educacional tinha inspiração francesa. O tema da correção linguística, por seu turno, acabou por confundir-se com as discussões políticas travadas numa atmosfera de arrebatamento sectário, como ilustra a seguinte passagem: "Na sua conferência inaugural no Collège de France, Roland Barthes usou e abusou de suas técnicas para "liberar" pessoas e conceitos do poder, sob todas as suas formas; tudo o que controla, restringe e é, portanto, fascista; a destruição de normas linguísticas é, por analogia, um exercício liberador." (Judt, 2007, p.420. Os grifos são meus.)

3- Trata-se, a rigor, de um retorno à questão, pois ela já havia sido objeto de apaixonados debates, logo depois de nossa independência de Portugal, entre alguns escritores românticos, como José de Alencar e, na década de 20, entre os modernistas da primeira geração. Não por acaso ambos os períodos caracterizaram-se por mudanças políticas e sociais profundas. Vale lembrar ainda que, apesar de preconizarem a ruptura com a norma imposta por Portugal, tanto os escritores românticos quanto os modernistas só o faziam em suas reflexões, pois seus textos revelam obediência estrita às normas que combatiam. Seus personagens podiam "infringi-las", como o Macunaíma e o "mulato sabido", mas seus criadores, Mario e Oswald de Andrade, não.

A divisão ideológica, resultado da polarização política do pós-guerra, provocou o aparecimento de uma espécie de “ideocracia” (Aron, 1982, p.271), caracterizada por um maniqueísmo pueril, que punha em oposição duas categorias antagônicas, com fronteiras vagas e imprecisas, manifestadas, via de regra, pelas seguintes expressões: “povo”, “classe dominada”, “progressista”, de um lado, e “elite”, “classe dominante”, “conservador”, de outro. Essa dicotomia encontrou abrigo nas discussões acadêmicas, o que pode ser explicado pelo fato de o estudioso ser um cidadão comum e sofrer também as influências políticas do momento histórico de que faz parte. No entanto, se o emprego de tais termos – baseados em valores inteiramente impressionistas e subjetivos – pode encontrar sua justificativa nos efeitos retóricos perseguidos pelo discurso político, mostra-se inteiramente impróprio e inadequado no âmbito da ciência, onde o rigor exige metodologia clara e dados objetivos. Tais rótulos – sobre serem indefinidos, redutores, simplistas e mistificadores (mesmo no terreno da política) –, no campo científico, engessam as ideias, intimidam o pesquisador e distorcem o real linguístico. Ademais, seu emprego traduz ainda indisfarçável arrogância autoritária, pois pressupõe a certeza de um suposto conhecimento acerca do que seja melhor ou pior para o “povo” sem que este possa ser consultado, por se tratar de entidade abstrata, vaga, sem fronteiras definidas, quase sobrenatural.

Não resta dúvida de que, em qualquer sociedade, todos devem ser atraídos para o debate sobre a coisa pública, a fim de participar das decisões que terão reflexos na vida do país. No entanto, as posições políticas assumidas pelo cidadão não podem transformar-se em óbice para a reflexão crítica, sob pena de se fecharem os olhos às incoerências, aos equívocos e às contradições, sobretudo nas discussões que, de forma direta ou indireta, se refletem no trabalho científico. Por isso, a associação entre ciência e ideologia de qualquer natureza é, por princípio, espúria, devendo ser rejeitada e combatida. Quando tal associação é levada a cabo, habitualmente sob a égide de estados totalitários, produz resultados catastróficos para a pesquisa.

Os governos autoritários, para tentar legitimar seus atos discricionários, costumam convocar cientistas e intelectuais para a tarefa. Tal papel, em nome da ideologia, é muitas vezes aceito pelo pesquisador. Basta lembrar os fatos da história recente, como as brutais experiências com humanos feitas por cientistas alemães, em nome da ideologia nazista, para constatar as verdadeiras aberrações produzidas pelo infame casamento. Em nome da ideologia, na antiga União Soviética, por exemplo, N.J. Marr criou, tomando de empréstimo algumas categorias do pensamento marxista, doutrina linguística tão absurda e estapafúrdia que o próprio Stalin, a quem o estudioso queria bajar,

combateu-a, proibindo-a por determinação oficial do partido (Coseriu, 2004, p.38).

Os fundamentos da ciência e da ideologia apontam para direções distintas e perseguem objetivos diversos: a ideologia (e a religião) parte de crenças e crenças baseiam-se na fé que se manifesta no discurso de autoridade. Por isso, o verdadeiro crente, “quando diante de uma evidência empírica ou lógica que está em aparente contradição com as exigências da fé, não tem outra escolha sensata a não ser negar o que ele vê, ouve ou pensa”(Judt, 2007, p.214). A ciência, por seu turno, orientada pelos princípios da identidade e da não contradição, expressa-se pelo discurso da razão, e tem por escopo discutir postulados, testar experimentos e verificar hipóteses. A ideologia (e a religião) não está livre para divergir e menos ainda para contestar; a ciência, por seu lado, só pode ser levada a cabo onde há liberdade para questionar e discordar.

Em suma: enquanto a ideologia (e a religião) está sob o domínio do pensamento dogmático, a ciência, só pode estar – se não é farsa travestida de ciência - sob o controle do pensamento crítico e do ceticismo esclarecido. O comportamento do pesquisador tem de se guiar, pois, exclusivamente pela ética, o que implica excluir, por total incompatibilidade de fins, a ideologia (e a religião) do exame de seu objeto de estudo.

A linguística implantou-se nas universidades brasileiras nessa fase conturbada da história, cuja turbulência ainda foi mais aprofundada entre nós por causa do golpe militar de 1º de abril de 64. Por isso, não ficou imune, nem ela nem seus representantes, aos eventos políticos do período. Para impor-se como novo paradigma, a linguística precisava questionar o arcabouço teórico anterior, o que não podia ser feito sem embates, uma vez que havia, como era de se esperar, forte resistência por parte daqueles estudiosos habituados com o tipo de estudo já consagrado pela tradição.

Todos os que estudamos nos cursos de letras das universidades brasileiras nos anos sessenta e setenta tivemos oportunidade de assistir à e participar da celeuma entre o antigo e o novo modelo. Naturalmente que o primeiro era defendido, via de regra, pelos professores mais velhos e o segundo, pelos jovens docentes que iniciavam sua carreira universitária. Ambos os lados tentavam defender seus pontos de vista com muito ardor e com excesso de paixão, permitindo vislumbrar, numa visão retrospectiva, a confusão generalizada, funesta para a pesquisa, entre ciência e ideologia. Apenas à guisa de ilustração do panorama beligerante que caracterizou o período, transcrevo um pequeno fragmento do grande (e saudoso) filólogo Gladstone Chaves de Melo, representante dos docentes que pugnavam pela

manutenção do ensino nos moldes da tradição:

[...]Porque reacionário é quem reage. Reage às agressões; reage, principalmente, contra as ideias que combatem as que tem por certas. [...]

Atulham as cabeças dos alunos com uma série de nomes abstrusos, quase todos terminados em *-ema*, e ficam os pobres diabos tontos ou às vezes, empavonados, repetindo coisas que não entenderam, dadas por quem talvez não as tenha entendido, [...] Geralmente nada sabem de funções sintáticas, nem de concordância, nem de regência, nem de colocação, mas falam em *taxema*, *sintagma*, *sema*, *lexema* e *lexia*, para, afinal, não ficarmos só nas rimas. (Melo, 1978, p. 27-33)

A intensidade das emoções decorrente do partidário ideológico, porém, transformou-se em obstáculo para a percepção dos estudiosos de que os dois modelos de investigação não eram excludentes, encontrando ambos sua legitimidade em diferentes planos de análise do fenômeno linguístico. De fato, o exame da linguagem verbal pode ser feito, conforme estabelecem as regras da lógica, nas dimensões ôntica (“Que é /Como é a linguagem?”) e deôntica (“Como deve ser?”). Na primeira dimensão, encontram-se a linguística teórica (v.g. Que é morfema/oração?) e a linguística descritiva⁴ (v.g. Como se manifesta o morfema/a oração na língua X?) - ambas com objetivos estritamente científicos de teorização da linguagem e descrição dos idiomas, respectivamente - e, na segunda dimensão, encontra-se a gramática normativa, que não tem caráter científico e atende a objetivos eminentemente práticos.

Mas, ao fim e ao cabo, o novo paradigma trazido pela linguística se impôs nos cursos de letras. E a guerra declarada nos anos sessenta entre os modelos antigo e novo terminou na universidade (só na universidade) por falta de combatentes, uma vez que os representantes da antiga geração ou já se aposentaram ou já faleceram.

Todavia, apesar dos avanços alcançados nos planos da teorização linguística e da descrição idiomática, as aulas de língua portuguesa nas escolas revelam que os estudantes de letras assimilaram muito pouco ou de forma distorcida conceitos básicos da linguística. Os equívocos conceptuais e as confusões terminológicas, particularmente no que concerne à dimensão

4- A monumental obra de Maria Helena de Moura Neves (cf. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000) tem por escopo “prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua” (p.14) e leva a tarefa a cabo com maestria, procurando mostrar, embasada numa espantosa quantidade de variadas ocorrências retiradas de diferentes tipos de textos, “como está sendo usada [e não como deve ser usada] a língua portuguesa atualmente no Brasil (p.13)”. Encontra-se, pois, na dimensão ôntica e, não, na dimensão deôntica da linguagem.

deôntica da linguagem⁵, constituem - não obstante a distância que nos separa do período conturbado dos anos sessenta – consequência direta da polêmica instalada nas universidades e refletem, ainda, a fase de paixões ideológicas que polarizou as discussões do período.

Os problemas relativos à correção idiomática, de cujo exame o linguista não pode abster-se, têm sido expressos, por força de terem voltado à cena depois dos atribulados anos sessenta, pelo discurso ideológico, o que implica ser investigado sem a serenidade e a racionalidade exigidas pela ciência. Não se trata de tarefa fácil, é necessário reconhecer, já que, antes de tudo, o investigador deve assumir uma posição tanto quanto possível distante (e desapaixonada) do objeto submetido a exame. Ademais, uma vez que o objeto investigado nesse caso específico é a língua, objeto empírico-cultural que o falante conhece (é seu usuário), suas opiniões acerca desse objeto não podem ser desconsideradas pelo pesquisador, porque “les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l’objet ‘langue’ et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer”.

Se o falante reconhece o conceito de correção, o linguista, na condição de cientista, não está autorizado a condenar ou rejeitar ou repudiar *tout court*, suas opiniões, sejam tais opiniões expressas pelos jornalistas “da mídia reacionária”, pelos representantes das “classes dominantes”, pelo “senso comum”, pela “direita conservadora”, pela “esquerda progressista”, pelo “povo oprimido”, pela “elite opressora”, pois seu papel enquanto cientista, torno a destacar, consiste em explicar as razões pelas quais o falante, enquanto falante, age de tal e tal forma e, não, desprezar sua opinião por não se embasar nos “avanços da ciência da linguagem” (Bagno, 2009, p.138). O falante conhece sua língua como falante e, não, como linguista. Trata-se, a rigor, de contradição absurda pretender que se faz ciência sem ouvir o falante em todos os seus “vareios do dizer”, como diz nosso poeta Manoel de Barros. Essa situação perturbadora e confusa, com consequências graves para o usuário, já foi percebida e criticada por alguns estudiosos dedicados aos problemas relativos ao ensino de língua materna: “Simplesmente criticar como ‘das classes dominantes’ a linguagem que predomina nas escolas é uma atitude superficial. Há de ser aceito que o contrário é que poderia ser tachado de discriminatório, já que representaria negar aos alunos o ingresso nesse mundo ‘das classes dominantes’” (Neves, 2001, p.327).

O conceito de correção idiomática, na nossa tradição, inspirou-se no modelo estabelecido pela Antiguidade greco-latina, em especial na *Téchne*

5- Os documentos oficiais (PCN e OCN), por exemplo, confundem correção idiomática com adequação de linguagem.

grammatike, cuja autoria se atribui a Dionísio da Trácia. Todavia, é mister assinalar que, embora as regras de caráter normativo se manifestem de modo explícito e ordenado apenas nas sociedades letradas, uma vez que só a escrita goza das propriedades de fixar e registrar exigidas para as reflexões metalinguísticas mais acuradas (Auroux, 1992, p.18), a correção idiomática se encontra também entre povos ágrafos, como comprovam os trabalhos de Bloomfield com a comunidade indígena menomini dos Estados Unidos:

According to the scientists view of the matter, then, a small community of people speaking a uniform language, and above all, a community without schools or writing, would not distinguish “good” and “bad” language. When I first such studied such a community, I found, to my great surprise, that these distinctions were made, if perhaps less frequently than among us.

The Menomini Indians of Wisconsin, a compact tribe of some 1700 people, speak a language without dialectal differences and have no writing. Yet the Menomini will say that one person speaks well and another badly, that such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad, and another too much like a shaman’s preaching or archaic (“the way the old people talked”).(Bloomfield, 1970, p.152. Os grifos são meus.)

Quando faz considerações epilinguísticas⁶, o *parlant naif* se refere ao plano deôntico da linguagem, aquele no qual se manifesta o “dever ser”, decorrente da dimensão histórico-social das línguas e, não, ao plano ôntico que ele, enquanto falante, sequer conhece. Tais reflexões manifestam-se tanto em singelas perguntas e declarações como “*Imexível* existe em português?”; “such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad”; etc. quanto em considerações relativas ao ensino de língua.

Não se trata de mera casualidade serem justamente os jornalistas e os escritores, profissionais cujo instrumento de trabalho primordial é a língua escrita, aqueles que mais se têm pronunciado acerca da correção idiomática, como se pode constatar em diversas matérias publicadas em diferentes veículos da mídia

6- Estou tomando o termo “epilinguístico”, recentemente introduzido no vocabulário técnico, com o valor de “metalinguagem do *parlant naif*”. Trata-se, a rigor, de reflexões feitas sobre a linguagem ou opiniões fornecidas com base apenas no saber empírico que o falante tem dessa atividade, mas que ele não sabe explicar. Expressa-se, normalmente, em declarações simples a respeito da linguagem, tais como “Ele fala um bom português”; “O carioca usa muita gíria”; “O inglês fala enrolado” etc. Distingue-se, pois, do saber metalinguístico do linguista, que se encontra fundamentado num corpo de doutrina e que, por seu turno, visa a justificar tanto o saber empírico quanto o saber epilinguístico do falante, constituído por meras opiniões embasadas na simples observação.

imprensa⁷. Suas opiniões, sobretudo as dos jornalistas, por força das sanções a que se encontram expostos diariamente, se devem ao fato de eles se encontrarem em condições favoráveis que lhes permitem apresentá-las e discuti-las, a fim de que seus textos cumpram a finalidade comunicativa a que se destinam, seja tal finalidade de natureza predominantemente informativa ou expressivo-apelativa.

Ainda que na fala espontânea, sobretudo aquela do cotidiano, em que o falante produz textos simples, cuja finalidade está mais orientada para alcançar a satisfação de alguma necessidade imediata, também haja a manifestação do “dever ser” (dimensão deontica) da linguagem, é especialmente no texto escrito que tal comportamento se manifesta em sua plenitude. E não poderia ser de outra forma, pois a substância escrita apresenta características muito diferentes daquelas encontradas na fala.

Diferentemente da oralidade, na qual o eixo pessoa/tempo/espaço e a presença dos contextos facilitam a comunicação entre falante e ouvinte, na escrita, ao contrário, a situação enunciativa é bem mais complexa. Além de os entornos serem vagos e incertos ou mesmo desconhecidos do leitor, o escritor não está diante de seu leitor, que é sempre virtual em muitos casos (v.g. jornais, bulas de remédio, leis, textos científicos), e por isso não pode obter o *feedback* imediato, permitido pela atividade oral, a fim de desfazer qualquer possível interpretação equivocada. As regras prescritivas consistem, pois, - no texto escrito em especial - em recursos de que o escritor pode dispor para apresentar suas ideias com mais clareza, conforto e segurança, e acatá-las, como ensina Mattoso (1985) com sabedoria, “é seguir uma estrada batida e correr menos riscos...”

É inegável que se pode perfeitamente produzir um texto escrito sem o conhecimento das regras prescritivas, mas, para isso, é indispensável, ser “um bom condutor” nessa “estrada batida”. Caso contrário, correm-se riscos desnecessários, especialmente em alguns tipos de textos, de não se alcançar a dupla finalidade da linguagem, em virtude dos possíveis mal entendidos e ambiguidades. Corre-se, também, o risco de se receber a temida sanção social, aquela que se apresenta normalmente como a sombra de um censor (visível ou invisível) e da qual procurou precaver-se prudentemente Bagno, ao produzir seu texto, como ficou visto mais atrás.

Quando o falante, na infância, começa a adquirir um instrumento linguístico, não recebe instruções metalinguísticas para falar. O processo ocorre, como em qualquer outra atividade, no próprio exercício: ouvindo falar e falando. No processo de aquisição da escrita, todavia, a metalinguagem não só é indispensável – ainda que seja muito singela – mas também é a primeira

7- Affonso Romano de Sant’Anna, “Muletas de linguagem”, *Correio Braziliense*, 16/4/2006; João Ubaldino Ribeiro, “A decadentização da língua”, *O Globo*, 22/4/2007; Ferreira Gullar, “Quando o errado está certo” (Folha de São Paulo, 20/6/2010; Lya Luft, “Chancela para a ignorância”, *Veja*, 25/5/2011; Cora Rónai, “Educação Zero”, *O Globo*, 10/10/2013.

sistematicamente organizada que o falante conhece. Daí que, quando, na idade adulta, faz reflexões sobre a linguagem, estas invariavelmente se encontram voltadas para a escrita (Bloomfield, 1970, p.149), o que se pode comprovar com a confusão entre letra e som, com a tentativa de transpor para a fala sinais próprios da escrita e com os juízos de correção centrados na língua escrita. Também por essa mesma razão, o dicionário, que consiste num mero registro do léxico linguístico de uma determinada sincronia, na consciência do falante costuma apresentar-se como autoridade para dirimir dúvidas acerca do que “existe” ou “não existe” na língua.

Todavia, curiosamente, os dicionaristas nunca foram acusados de estar a serviço das “classes dominantes” e da “elite” por arrolarem as palavras com seus valores semânticos e respectivas grafias padronizadas “impostas” a todos. Os gramáticos do passado, ao contrário, cujo único propósito era atender às expectativas do falante no que respeita à dimensão deôntica da linguagem, sofreram, injustamente, sentença condenatória, sem direito à apelação, não obstante suas preciosas lições ainda sejam seguidas à risca por muitos. De fato, antes de deitar ao fogo purificador a obra desses estudiosos, no auto de fé epistemológico iniciado nos anos sessenta, cada um, por precaução, tratou de guardar, para seu próprio consumo, um exemplarzinho de compêndio gramatical...

Pode-se até aceitar (parcialmente) que “a gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral”(2009, p.74), conforme afirma Bagno em tom de acusação. Mas o faz deliberadamente porque visa, em primeiro lugar, à língua escrita e a escolha desse objeto de investigação é tão legítima quanto a opção feita pela língua oral, objeto privilegiado pela linguística.

Os gramáticos, seguindo uma tradição ininterrupta de estudos que começa na Antiguidade, dispensavam tratamento especial à língua escrita, constituindo o *corpus* com o qual trabalhavam com os textos retirados de obras literárias de autores consagrados do passado. Cumpre destacar que, ao contrário do que diz o discurso ideológico, tais autores não poderiam (como mostram suas biografias) pertencer às “classes dominantes ultraconservadoras”, - se o critério utilizado para o estabelecimento das famigeradas classes é econômico - pela simples razão de que faziam parte das camadas médias da população. É possível afirmar, sem arriscar-se a ser prontamente contestado pela história, que Camões, Vieira, Alencar, Machado de Assis, Drummond, para citar apenas alguns dos autores que com frequência aparecem nos *corpora* das gramáticas normativas, representem a “elite econômica” do país? Tamanho absurdo é evidente para todos os que se deixam guiar pelo bom senso. Por outro lado, se, nesse caso, o termo “elite” se refere a uma plêiade de intelectuais que souberam com maestria ímpar – reconhecida, ainda que de forma tácita, pelos usuários da língua - utilizar-se dos recursos que o sistema idiomático encerra, creio que a comunidade lusófona se sente muito

bem representada, uma vez que continua a considerá-los modelos, uma espécie de ideal de perfeição linguística.

Ressalte-se também que, diferentemente dos linguistas da atualidade que contam com um aparato tecnológico cada vez mais sofisticado para servir às suas finalidades (gravador, computador etc) e com financiamento para suas pesquisas concedido pelas agências governamentais (Capes, CNPq etc), os filólogos e gramáticos, durante largo tempo, só puderam valer-se da produção escrita e de seus próprios recursos financeiros. De fato, não se pode perder de vista as dificuldades de toda ordem em que trabalhavam tais estudiosos, impostas tanto pela distância que separava o Brasil dos principais centros culturais, dificultando assim a aquisição de obras atualizadas, quanto pela ausência absoluta de qualquer estímulo à pesquisa. A precariedade, todavia, das condições em que trabalhavam não se transformou em escolho para nos legarem uma obra de altíssima qualidade, na qual importantes conceitos da linguística moderna – v.g. variação, mudança – já recebiam rigoroso tratamento, como se pode constatar em muitos de seus textos⁸.

Cumpre ainda lembrar que, se antes de 1960 a maioria dos europeus jamais havia frequentado uma escola e menos ainda uma universidade (Judt, 2008, p.398; Hobsbawn, 1995, p.290; Aron, 1982, p.302), no Brasil, a situação educacional era ainda muito pior, pois, além de o índice de analfabetismo ser escandaloso, o número de cursos universitários era absolutamente inexpressivo. Não havia, portanto, é importante assinalar, antes dos anos sessenta, a classe social designada genericamente de “estudante universitário”, tal como hoje a conhecemos. Devido às grandes dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria da população até a década de 50 – não se pode perder de vista as duas grandes guerras e o trágico período da chamada “Grande Depressão” que martirizaram o século passado - mesmo o jovem da classe média era obrigado a ingressar, recém saído da infância, no mercado de trabalho, uma vez que seus ganhos eram indispensáveis para compor o orçamento familiar (Judt, 2008, p.354).

Ora, se não existiam estudantes de nível superior no ocidente industrializado e rico, no Brasil - país cujo sistema educacional dispensa qualquer

8- Said Ali (*Investigações filológicas*. 3ªed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006), por exemplo, mostra com admirável argúcia as transformações sofridas, ao longo do tempo, pelo sistema pronominal e fornece ainda explicações preciosas para alguns usos que contrariavam as regras estabelecidas pela gramática normativa. Tanto Said Ali quanto outros estudiosos do passado, como Souza da Silveira, Carlos de Laet, Mario Barreto, Antenor Nascente, Augusto Magne, Gladstone Chaves de Melo (e ainda há outros importantes nomes que me escapam) foram responsáveis pela formação de grande parte da intelectualidade brasileira. Nunca é demais lembrar que eles não contavam com apoio governamental de espécie alguma, retirando dos poucos proventos que sua profissão de professor, advogado ou jornalista permitia os recursos de que necessitavam para suas pesquisas. É fácil perceber a distância que os separa, pelo menos do ponto de vista econômico, das “elites” e das “classes dominantes”.

comentário em matéria de atraso e de carência –, os detentores de diploma de nível superior formavam um segmento insignificante. Daí que a acusação feita aos gramáticos de tomarem um *corpus* artificial, produzido por escritores para fins estéticos, em vez de se basearem em textos produzidos por falantes “cultos” (=com 3º grau), tarefa que se levou a cabo posteriormente com o projeto NURC, baseia-se em falsos argumentos, ou melhor, em argumentos que não se sustentam na realidade, se considerados à luz das condições históricas do período no qual foram elaborados tais *corpora*. De fato, os gramáticos não poderiam usar um *corpus* retirado de uma classe que ainda não se havia constituído, ou melhor, que sequer existia como classe.

O projeto da Norma Urbana Culta (NURC), cujas ocorrências se valem dos textos produzidos oralmente por falantes com nível superior completo, não por acaso só foi criado por volta de 1970. A rigor, só a partir de então começou-se a constituir um segmento estável formado por cidadãos com curso universitário completo que pudessem funcionar como informantes, a fim de permitir ao linguista responder à pergunta “Como falam os brasileiros “cultos” (= com nível de escolaridade de 3º grau) dos principais centros urbanos do país?”

Tal questão, importantíssima para a ciência, por permitir, com base numa metodologia rigorosa, a investigação de dados controlados, concerne à dimensão ôntica da linguagem (descrição idiomática) e, não, à prescrição das regras utilizadas no agir verbal. Entretanto, revela, ainda que de maneira disfarçada ou não deliberada, a preocupação com o plano deôntico, o que fica evidente na escolha do adjetivo “culto” que integra o nome do projeto. Era de se esperar que isso ocorresse, pois o linguista é falante e enquanto tal também conhece a necessidade das regras referentes ao plano do “dever ser”, exigidas por qualquer instituição social. E a língua, como já ensinava Saussure, também é uma instituição social, seguramente a mais importante de todas por ser condição e fundamento das demais.

Uma vez que o modelo dos gramáticos havia sido condenado, era mister estabelecer-se outro alternativo, fundamentado nos pressupostos da novel ciência. O modelo apresentado serviu aos propósitos do linguista, mas não, aos do falante. De fato, o projeto NURC não responde à pergunta do falante “Como deve ser?” - a única que, a rigor, o sujeito falante faz - e, cumpre destacar, nem se propõe a fazê-lo, pois tem por escopo fornecer dados, com base nos quais o cientista possa descrever os fatos linguísticos. Por isso mesmo, seus consulentes são os linguistas e, não, os falantes, que continuam à procura incessante de quem lhes possa responder, por exemplo, se “É *presidente* ou *presidenta*?”. E ainda que o linguista pondere, declarando que “tanto faz, pois ambas as unidades pertencem ao sistema da língua, ao lado de *infanta*, *gerente*, *amante* etc, servindo, portanto, a igual propósito comunicativo”, o falante não ficará satisfeito e replicará com outra

pergunta “Mas qual é o certo?” Porque, para ele, *parlant naïf*, a língua se apresenta, em sua consciência, homogênea, atemporal, estática, uniforme e identificada sempre com a variante prestigiada pela comunidade. E ele está sempre disposto a adotar os modos linguísticos dos sujeitos a quem atribui “superioridade cultural”, como comprova o conhecido fenômeno da hipercorreção, esteja ou não esta suposta “superioridade” baseada apenas em falsas impressões. Naturalmente que o cientista sabe (ou deve saber) que o prestígio, sendo aleatório, é fruto do acaso. Trata-se, como argumenta Coseriu (1979, p.77) “do prestígio de um sujeito em face de outros sujeitos, ou de uma comunidade em face de outra comunidade”.

Na verdade, essa atitude não se restringe à linguagem, estendendo-se a qualquer instituição social: vestuário, esporte, música, dança, arquitetura, artes plásticas, literatura etc. A comunidade atribui prestígio, baseada em diferentes razões, a determinados representantes de cada atividade cultural, de tal modo que eles passam a ser considerados modelos a serem seguidos pelos demais membros, constituindo-se em verdadeiras autoridades (o substantivo “autoridade” não deve ser confundido com o adjetivo “autoritário”) em seus respectivos setores. Se a comunidade adota esses modelos, o faz não por imposição das “classes dominantes” às “classes dominadas”, mas porque os valoriza, entendendo que, naquela área específica, seu(s) criador(es) tem(têm) competência para tanto. Não ocorre assim, por exemplo, no futebol, atividade na qual alguns jogadores são escolhidos para constituir a seleção (a escolha do termo “seleção”, aliás, demonstra de modo eloquente o fato), justamente por se lhes atribuir “superioridade” no trato com a bola? Por que, então, cumpre perguntar, seria diferente com a linguagem, se o instrumento comunicativo também se consubstancia como instituição social? É inteiramente justificável que, tal como ocorre com as demais atividades sociais, os falantes busquem, entre aqueles que dedicam seu exercício profissional a estudar a língua – gramáticos, filólogos, linguistas – as regras para pautar seu comportamento verbal. Os gramáticos, por seu turno, ao tempo em que desempenhavam o papel que hoje cabe (ou deveria caber) aos linguistas (na área da linguística aplicada que trata das políticas de idiomas), guiaram-se pela segura estrada longamente percorrida pela tradição grega, tomando como modelo para o estabelecimento de regras o texto literário.

O *parlant naïf*, em seu agir verbal, está voltado exclusivamente para o funcionamento do instrumento linguístico de que se vale para atender a sua finalidade comunicativa imediata. Por tal razão, não costuma fazer reflexões metalinguísticas, a não ser quando ocorre o inesperado, o inabitual, o anormal, no sentido atribuído por Coseriu (1979; 2004) ao termo. Sua consciência de sujeito histórico manifesta-se tão somente no sentido de querer “falar como outros, isto é, como já se falou de acordo com a tradição” (Coseriu, 1979, p.65). O linguista, por seu turno, sabe que a língua não existe concretamente, porquanto é apenas

um sistema e, como tal, fruto de uma abstração, só se manifestando em uma de suas múltiplas variantes em cada ato de fala. De modo que, para o linguista, “os menino saiu” ou “os meninos saíram” são apenas duas construções que realizam duas diferentes variantes do português. Mas ele também sabe que a comunidade elege, com base em critérios extralinguísticos, uma dessas normas, em detrimento da outra, a fim de realizar seu ideal de perfeição linguística.

A ciência não pode, portanto, desconsiderar a dimensão deontica da linguagem, como tem ocorrido. Essa advertência, aliás, foi feita há bastante tempo por um dos maiores nomes da sociolinguística, ao alertar que “this dimension of functional superiority and inferiority is usually disregarded by linguists, but it is an essential part of the sociolinguist’s concern”. (Haugen, 1982, p.103) A prova incontestável dessa recusa em reconhecer tal dimensão se revela, entre nós, na terminologia ambígua utilizada para referir-se à variante de prestígio: “norma culta”, “norma gramatical”, “norma prescritiva”, “norma exemplar”, “norma padrão” etc, sem que se tenha clareza a respeito do valor significativo das expressões. Em decorrência dessa confusa situação, exige-se do falante escolarizado o conhecimento da norma de prestígio, sem que se conheça o que se encontra nela abrigado e ainda sem que se saiba com segurança quem por ela responde.

Justamente por não ter atendido às expectativas dos falantes nessa dimensão – expectativas atendidas outrora pelos gramáticos/filólogos – a linguística deixou um lugar vago que tem sido preenchido, improvisadamente, isto é, sem basear-se nos dados de que a ciência da linguagem dispõe atualmente, por aqueles que, dentro da comunidade, por força de suas atividades profissionais, mais necessitam das regras relativas a tal dimensão: os jornalistas. A recusa de tratar dos problemas de linguagem relativos à referida dimensão é que tem determinado a publicação de “manuais de estilo” e o ressurgimento dos antigos “consultórios gramaticais” por alguns veículos de imprensa do país. E se “fazem sucesso entre os leigos”, como denuncia Bagno (2009, p.197) é porque os “leigos” - que são leigos em linguística, mas não em linguagem, já que são falantes - lhes atribuem autoridade. É sempre bom lembrar que são justamente os “leigos” a única razão de ser da linguística, já que “le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs”.

É mister salientar, ainda, que a norma linguística, como qualquer instituição social, não se impõe ao falante, que dela tão somente dispõe – se quiser acatá-la (e sempre quer, conhecendo-a ou não, por força da dimensão de alteridade da linguagem) – para manifestar-se. Seu caráter de obrigatoriedade deve ser entendido, como ensina Coseriu (1979, p.42), como “empenho ou compromisso contraído”, ou ainda, como “obrigação livremente consentida”, pois, “quien es sujeto de una actividad libre acepta, al mismo tiempo, ciertas normas

de esta actividad, normas que son su deber ser” (Coseriu, 2006, p.114). Trata-se, destarte, de uma espécie de contrato social cujas regras são aceitas e adotadas pela comunidade. Claro está que tais regras, por dizerem respeito à língua, que é um objeto histórico – e, portanto, algo que se faz e se refaz continuamente na própria atividade - são sempre mutáveis, refletindo apenas um momento do conjunto de hábitos linguísticos que caracterizam o falar da comunidade.

Barros (1981, p.94-95), fundamentando-se na distinção entre sistema e norma apresentada por Coseriu, estabelece importante distinção entre norma social, norma padrão e norma prescritiva. Consoante seu entendimento, a primeira corresponde ao “como se diz”, a segunda, ao “como se diz melhor ou preferencialmente” e a terceira, por fim, diz respeito ao “como se deve dizer”. Naturalmente que, por serem tais normas espécies do mesmo gênero, isto é, da língua a partir da qual são feitas tais formalizações, há muito mais coincidência que divergência entre as três. E mais: uma norma acaba por fornecer elementos para a outra, havendo permanente trânsito entre os modos de dizer.

A norma não está *oculta*, como diz Bagno, tanto que ele a emprega com frequência em seus próprios textos. Ela está **em curto**, ou, para empregar uma antiga e bem humorada epígrafe d’O Pasquim, jornal que funcionou como porta-voz dos jovens dos anos sessenta, a norma está “mais pra epa que pra oba”. Porque os linguistas – ainda como consequência do que ocorreu nas universidades no passado recente - têm-se recusado a tratar da dimensão deontica da linguagem. Talvez até por temor de serem estigmatizados, como ocorreu com os gramáticos do passado, com aquela fiera de elogios já conhecidos (“elitistas”, “conservadores”, “autoritários”...). Todavia, os linguistas não podem abrir mão de uma função que lhes pertence de direito. Cabe a eles traçar com clareza as diretrizes fundamentais para uma política precisa e definida do idioma, que será útil a toda a comunidade. E já não é sem tempo.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *O espectador engajado: entrevistas com Jean-Louis Missika e Dominique Wolton*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- BARROS, Luiz Martins Monteiro de & BITTENCOURT, Terezinha. Expressão oral e escrita: o pensamento de Mattoso Camara Jr. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.5, 2008, p. 154-163.
- BARROS, Luiz Martins, Monteiro de. *Princípios e métodos estruturais aplicados ao sistema verbal do português*. 1981 – 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- BLOOMFIELD, Leonard. *Literate and illiterate speech*. In: HOCKETT, C.F. (Ed.). *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1970, p.149-152.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMARA, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral & escrita*. 8ªed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- COSERIU, Eugenio & Lamas, Óscar Loureda. *Lenguaje y discurso*. Navarra: Eunsa, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. 2ª reimpr., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- COSERIU, Eugenio. *L'homme et son langage*. Louvain: Peeters, 2001.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, vol. 1: uma história dos costumes. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HAUGEN, E. "Dialect, language, nation". *Sociolinguistics: selected readings* edited by J.B. Pride and Janet Holmes. New York: Penguin, 1972.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914:1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUDT, Tony. *O século XX esquecido: lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- JUDT, Tony. *Passado imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Humanitas, 2006.
- MELO, Gladstone Chaves de. O cultivo da língua literária. *Linguagem*. Niterói, n.1,1978, p. 27-43.
- NEVES, Maria Helena de Moura. "Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema". In Urbano *et al. Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIADORIM – A REINVENÇÃO DE DOM QUIXOTE DE LA MANCHA (INVERSÕES FICCIONAIS DO MITO DA TÁVOLA REDONDA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS)

WANDER LOURENÇO (UNESA)

Resumo: Este artigo irá desdobrar-se em proposições hermenêuticas, que surgirão das perspectivas de análise crítica de *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Por este viés, abordar-se-á a prefiguração de Reinaldo/Diadorim, jagunço do bando de Joca Ramiro – assassinado à traição pelo seu lugar-tenente, o pactário Hermógenes –, em diálogo com uma revisão estética proposta pelo viés da Modernidade, com a publicação da obra de ficção que, decerto, desaguaria nas páginas do romance-epopeia situado nos Gerais roseanos.

Palavras-Chave: sertão – pacto demoníaco – homossexualidade – prostituição.

“Não queria compor outro Quixote – o que é fácil –, mas o Quixote. Inútil acrescentar que nunca enfrentou uma transição mecânica do original; não se propunha a copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir algumas páginas que coincidissem – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes.”¹

Este artigo irá desdobrar-se em duas proposições hermenêuticas: Parte I: Reinaldo – o Galaaz pós-medieval de La Mancha; Parte II: Diadorim – Donzela-guerreira ou Cavaleiro-jagunço? As denominadas partes I e II surgirão das perspectivas de análise crítica entre as narrativas dos séculos XVII e XX, respectivamente, *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, e *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Por este viés, abordar-se-á a prefiguração de Reinaldo/Diadorim, jagunço do bando de Joca Ramiro – espécie de chefe político assassinado à traição pelo seu lugar-tenente, o pactário Hermógenes –, em diálogo com a travessia pós-trovadoresca do esquelético fidalgo cinquentenário e andarilho. Destarte, este estudo se desenvolverá, no âmbito da autocriação artística das concepções literárias proporcionadas por Cervantes e Rosa, restabelecendo uma revisão estética pelo viés da Modernidade com a publicação da obra-símbolo do romancero espanhol, no tocante ao percurso da prosa de ficção ocidental

1- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005, p.57.

que, decerto, desaguaria nas páginas do romance-epopeia situado nos Gerais roseanos – *Grande sertão: veredas*.

Em *Grande sertão*, quanto à efabulação em meio ao projeto de vingança pelo assassinio do líder atraído, Joca Ramiro, a narração desvenda-se sorratamente pelas reminiscências de Riobaldo/Tatarana/Urutu Branco, impulsionada pela emblemática (in)existência do Diabo e pelo mistério da sexualidade de Reinaldo/Diadorim. Esta enigmática figura hermafrodita vem a ser detentora segredos e revelações implícitas: a filiação por parte do pai-ídolo; e o segredo de sexualidade encoberto pela alcunha (Diadorim) subsequente à identificação nominal do jagunço Reinaldo, que desaguaria na constatação do corpo virgem e nu sobre a mesa, após o embate com o *judas* pactário Hermógenes: “Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível (...) Uivei. Diadorim era uma mulher. Diadorim era uma mulher como o sol não acende a água do rio Urucuia, como eu soluzei meu desespero.” (ROSA, 1994, p.380)

Em *Mimesis*, no capítulo denominado “A Dulcinea encantada”, Erich Auerbach enfatizaria que, em *Dom Quixote*, o sentimento de idealização amorosa nutrido por sua musa inspiradora é verdadeiro e profundo, de vez que a aldeã de Toboso, Aldanza Lourenço, é realmente senhora de sua fértil imaginação; e o esquálido fidalgo estaria mesmo imbuído de uma missão considerada como o mais alto dever de um cavaleiro andante portador de fidelidade, idealismo e sacrifício humano:

(...) Havia, ao que se crê, numa povoação próxima da sua, uma jovem lavadora de muito bom parecer, de quem ele, tempos atrás, estivera enamorado, embora, segundo se acredite, ela jamais o tenha sabido ou disso se dado conta. Chamava-se Aldonsa Lourenço, e foi esta que lhe pareceu merecer o título de senhora dos seus pensamentos. (CERVANTES, 2005, p. 50)

Na obra roseana, Reinaldo/Diadorim se equiparara ao Cavaleiro pós-medieval de La Mancha, quando inversamente perfaz a aventureira travessia

com os mesmos instrumentos bélicos de tal modo adaptados ao jaguncismo que, conquanto não a subjuguem ao sarcasmo deflagrado pela leitura exacerbada das novelas de cavalaria ou dos registros ficcionais românticos qual Ema Bovary, assaz contribuem para a composição por sobre a qual se dá a movimentação deste ser-signo, híbrido de Dom Quixote e Dulcineia del Toboso ou Dos-Porcos – tal a indicação local do nascituro de Maria Deodorina da Fé Bettencourt Marins, na ambiência das proposições de caráter homoafetivo.²

Ao passo que, em *Dom Quixote*, o subterfúgio se alicerçaria no âmbito da escritura desestabilizadora dos manuscritos árabes; e, conseqüentemente, da onisciência discursiva trovadoresco-medieval, que abarca o arcaizante palavrear do jagunço-orador Riobaldo-Tatarana, vem à tona por múltiplas reminiscências de paixões e combates, que esbarrariam involuntariamente no tácito pacto das Veredas Mortas e no segredo de sexualidade de Reinaldo/Diadorim. Este entrave demoníaco da comercialização de sua alma impeliria a narração a um assombroso questionamento, a respeito da existência desse fazendeiro-herói com reumatismos que, ainda quando não se anunciasse, impulsiona, transformando-o, à condição de imprevisível desafiador de toda uma dogmática do jaguncismo, sob a égide do mítico demônio das Veredas Mortas. Ao morrer em duelo, homem a homem, a punhal, juntamente com o *judas* Hermógenes, o intrépido Reinaldo desmistificaria a árdua imagem de feroz guerreiro recriada por sobre Maria Diadorim, conforme palimpsestos de si, para elevar-se à condição mítica de um corpo de mulher ensanguentado, sob impacto de uma surpreendente revelação trágica. De outra feita, consumada a vingança pela morte de Joca Ramiro, a expensas de sua própria vida, Reinaldo/Diadorim, no mesmo instante em que impulsionaria o amor de Riobaldo por Otacília, o perseguiria como uma atormentada recordação calcada no âmbito de uma suposta homossexualidade³.

O Cavaleiro-jagunço, qual Dulcineia encoberta pela tesoura de
 2- No ensaio que será apresentado ao Departamento de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa como requisito ao Pós-Doutorado, a esta interpretação ou alusão à exegese proposta pelo estudo em questão serão inseridos os estudos de ordem crítico-literário-filosófica de autoria de Aristóteles, com sua *Ética a Nicômaco*; O banquete, de Platão, as *Contribuições à psicologia do amor*, de Sigmund Freud, entre outros, contribuindo como arcabouço teórico do objeto de pesquisa.

3- O crítico literário Manoel Cavalcanti Proença, em seu ensaio “Don Riobaldo do Urucuaia, Cavaleiro dos Campos Gerais”, bem observaria que a paixão do personagem-narrador por Diadorim não se parece, no seu primitivismo, com o refinamento de romancistas europeus lavrando no lusco-fusco do homossexualismo. Antes nos recorda processo muito ao gosto do povo – de dar aparência de imoralidade a fatos comuns – explorado, principalmente, nas adivinhas como a da agulha, do macarrão, dos olhos, ou de João e Maria. (PROENÇA, 1991, p.318)

prata e um colete de couro, propõe-se a um possível desvendar do segredo de sua andrógina sexualidade, desde quando faz menção à ‘*apelidação*’ – Diadorim –, ressaltando que deste jeito Riobaldo o/a chamaria quando se lhe encontrassem a sós; ou então na ocasião narrativa em que instaura a proibição ao companheiro de jagunçagem, em relação ao convívio feminino. Tal desvendamento de identidade vem à tona ainda quando Reinaldo lhe faz a promessa de que, ao cumprir a vingança do assassinio paterno, revelaria algo possivelmente referente à sua dúvida e reticente existência: “(...) Riobaldo, o cumprir de nossa vingança vem perto... Daí, quando tudo tiver repago e refeito, um segredo, uma coisa, vou contar a você...” (ROSA, 1994, p.324) Entretanto, o episódio da prometida revelação de amor de Reinaldo/Diadorim vem a ser impossibilitada pelo próprio ódio, que a/o impele, juntamente com os ‘urutus-brancos’, ao desafio aos *cujos judas dos hermógenes*, que, ‘*a frio*’, a ferro e faca, ‘*deseembainham*’ instrumentos de uma guerra por se findar a golpe de dor e tragédia para Riobaldo, no Paredão⁴.

A grande diferença da enigmática figura Reinaldo/Diadorim, de Guimarães Rosa, e do fantasmagórico fidalgo Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes, para as outras antológicas concepções heroicas da literatura universal, entre as quais o Fausto, de Goethe; o Hamlet, de Shakespeare; e o Raskólnikov, de Dostoiévski, vem a ser que tanto o andrógino jagunço quanto o Cavaleiro da Triste Figura, assim alcunhado por seu fiel escudeiro Sancho Pança, se libertaram dos grilhões estéticos proposição artístico-literária ao desacorrentaram-se da onisciente pena do prosador espanhol do século XVII, Miguel de Cervantes; e também do mítico-regionalista dos Gerais mineiros do século XX, João Rosa, consoante ao autor se referia Manuelzão⁵, para fazerem-se palimpsestos de si mesmos, or designação da fértil e prodigiosa imaginação ou da imposição de disfarce masculino propositada pelo jaguncismo. Tal

4- O crítico literário Antonio Candido, em seu ensaio “O homem dos avessos”, bem observa que ao perpassar “rios, ribeiros, caminhos, palmeiras e flores; barro, areia na chuva ou no vento, de noite ou de dia, ao calor e ao frio”, assim como o Liso do Suquarão, surge-nos a planície do Tamanduá-tão, que se estende ao pé dos morros, como uma espécie de cenário ideal, pronto e delimitado, para o grande combate. (CANDIDO, 1991, p.297)

5- A personagem Manuelzão sofreria um processo de auto-criação inverso ao de Reinaldo / Diadorim, ao sofrer uma espécie de seqüestro da ficção que lhe toma a possibilidade de perpetuar-se ser humano, quando no livro « Uma estória de Amor », um das novelas de Corpo de Baile, desta maneira passa a figurar: « Por mesmos, ele Manuelzão não tinha se casado. Macaco não tem dois gostos: assoviar e pular de galho... Pegara o agrado de mulheres acontecidas, para o consumo do corpo: esta-aquí, você ali, maria-hoje-em-dia – eram gado sem marca, como as gariobas, sem dono, do cerrado. (...) Ele nunca se descuidara de não gostar demais delas. Isto é, às vezes tinha gostado. Tinha até chorado, lágrimas, dessas que violão toca. » (ROSA, 1994, p.569)

fato se constata quando estes emblemáticos seres fictícios transformam as singulares trajetórias alçadas a condição de criaturas refletidas no espelho de suas recriações mitológicas:

- Eia, cavaleiros que seguís e militais sob as bandeiras do valoroso imperador Pantolim do Braço Arremangado! Segui-me todos e vereis quão facilmente o vingarei de seu inimigo Alifanfarrão da Trapobana! Dizendo isso, irrompeu pelo meio do esquadrão ovino e começou a lanceá-las com tanta coragem e denodo, como se deveras alanceasse os seus mortais inimigos. Os pastores e criadores que vinham como rebanho gritavam-lhe que não fizesse aquilo; porém, vendo que ele não atendia, empunharam as fundas e se puseram a saudar-lhe os ouvidos com pedras grandes como punhos. Sem se importar com as pedradas, dom Quixote corria daqui para ali, dizendo:
- Onde estás, soberbo Alifanfarrão? Vem a mim, que sou apenas um cavaleiro sozinho, que deseja provar, de homem para homem as tuas forças, e tirar-te a vida, em castigo das penas que dás ao valoroso Pentapolim Garamanta. (CERVANTES, 2005, p.165).

Essas concepções literárias, Dom Quixote e o Menino/Reinaldo/Diadorim, seriam provenientes da procriação das personagens em diálogo com a tradição ocidental, às margens das ignotas circunstâncias da narração, enigmaticamente se embalsamariam de Cavaleiro Andante pós-medieval-moderno, assim como o jagunço belo-feroz d’Os Porcos. No entanto, em Cervantes, a questão crucial fora que tal libertação embrionária no âmbito da autoficção literária per si ocorrera pelo viés do ato da Leitura, cujas incursões impulsionariam o intelectual andarilho da província de La Mancha, entusiasta dos registros de cavalaria trovadorescos, a resgatar inspiração das páginas medievais o ofício do Rei Arthur e a sua Távola Redonda. Atitude esta caracterizadora de afamado e inconstante desvario deste senhor esguio de aproximadamente cinquenta anos de idade, que culminaria na comicidade explicitada pelo aclamado episódio do enfrentamento dos moinhos de vento confundidos com gigantes inimigos.

Em *Mitos do individualismo moderno*, Ian Watt recapitularia, em “Fausto, Dom Quixote e Dom Juan: três indivíduos semelhantes?”, que um fato surpreendente vem a ser a ausência de mulheres tais como Afrodite, Eva, Maria, Beatriz ou Joana D’Arc, no panteão ocidental da mitologia. Consoante as palavras de Watt, esta comprovação demonstraria um forte grau de misoginia na formação da cultura moderna, em latente contraste com a concepção

do pensamento pré-renascentista. O teórico Ian Watt afiançaria ainda que, na mitologia do Fausto, a princípio, a palavra ‘*danação*’ não o aterroriza; todavia, Mefistófeles lhe chama atenção para o fato de que o inferno não vem a ser uma ‘*fábula*’, acrescentando que ao elucidar o enigma deve-se atentar para a analogia em torno deste outro tríptico metafísico – Destino/Danação/Salvação. A transformação de caráter, inexplicavelmente após o advento do pacto demoníaco das Veredas Mortas, induziria o jagunço-orador Riobaldo-Tatarana a desconfiar da conduta e fidedignidade de seu ídolo Zé Bebelo que, ao retornar ao território de Joca Ramiro, ciente do assassinio à traição cometido por Hermógenes e Ricardão, destronara o jagunço-chefe Marcelino Pampa para, em seguida, comandar a condução da vingança arquitetada por Reinaldo/Diadorim contra os ditos hermógenes judas inimigos.

Isto se prefigura no intuito de se desestabilizar os percursos literários, que norteavam o ideário estético intrínseco a toda prosa de ficção produzida na Europa e, de um modo geral, no Ocidente, na Idade Média. No Brasil contemporâneo de Rosa, a insubordinação da adaptação da imagem da donzela-guerreira medieval fora atirada a um inconcebível patamar de associação entre ambas as personagens provindas das novelas de cavalaria.

Esta estúrdia aproximação entre a donzela-guerreira e a experiência da narração roseana se justificaria no instante em que houvesse a cumplicidade com tradição crítica, a respeito de que o valente Reinaldo encobrisse a face da mulher que se disfarça de homem para guerrear ou avalizar a sobrevivência sertaneja. Mas o fato é que no bojo desta tal constatação ainda se infiltraria a réstia de um outro questionamento: a tradição crítico-literária, que se habituara à reprodução simplista e redundante referente ao fato de que Reinaldo, representaria um nítido diálogo com os registros medievais de cavalaria, possibilitando a elucidação referente

ao mistério deste Menino/Maria Diadorim? *O Grande sertão: veredas* que, no intuito de compor a sua propagada odisséia do século XX, em verdade, irá propor uma nítida desestabilização deste discurso equivocado ao inserir uma sutil indagação no âmbito da sexualidade no ambíguo movimento deste emblemático ser apaixonado por Riobaldo-Tatarana, salvaguardando a emblemática imagem de Reinaldo/Diadorim. A questão vem a ser que entre ambos há uma dúvida que paira sobre a decantada virgindade da guerreira, instigantemente contemporizada: o surgimento de um outro parentesco com uma figura já falecida, denominada o moço-tio Leopoldo.

No ensaio “Literatura e Filosofia – Grande sertão: veredas”, Benedito Nunes anunciara que o mito de referência da obra literária – o pacto com o Diabo nas Veredas Tortas –, surge ao leitor conjugado a outro mito de origem,

o do Andrógino platônico, de difusa procedência, representativo de unidade alicerçada na coincidência dos opostos, o masculino e o feminino⁶, em diálogo com a Diotima d'*O banquete*:

Esse mito tem por função calcar a projeção mediadora de Diadorim na figura arquetípica, estudado por Jung e Kerényi, da Criança Primordial, dotada de equívocos poderes; ora benéfica ora maléfica, podendo ser a fonte do Bem e do Mal. Pois Diadorim não é o Menino, assim expressamente chamado, maiusculamente grafado, o Menino com a sua fluvial fluidez, imagem do rio a que se identifica, e introdutor de Riobaldo no conhecimento do mundo, no apreço da individualidade das coisas, de sua beleza – o Menino que lhe transforma a existência? [...] É graças a esse mito da Criança Primordial, colocado ao encontro do anterior, relativa ao demônio, que se produzem aquelas duas mediações entrelaçadas, através de Diadorim – a do personagem consigo mesmo e com os seus dois amores. (NUNES, 2002, p.211).

Em *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*, Marshall Berman preponderaria que, no século XX, os intelectuais do Terceiro Mundo, portadores de cultura de vanguarda em sociedades atrasadas, experimentaram a cisão fáustica goetheana com invulgar intensidade. Esta '*experimentação*' intelectual, sobretudo, alicerçada na angústia interior do doutor-pactário, registra o crítico, culminaria na inspiração das visões, ações e criações revolucionárias; e, não obstante, frequentemente a aflição agônica de Fausto tenha conduzido apenas às sombrias alamedas da futilidade e do desespero. Ao fundir o mito fáustico com o andrógino platônico aliado ao Menino Primordial, o *Grande sertão* decerto não se enquadraria nos patamares posições de uma releitura fútil e desesperada por parte de seu autor. Quiçá, por ocasião do binômio Menino Primordial/Reinaldo/Diadorim posicionar-se num âmbito de '*amor-neblina*' de um jagunço-orador, o tecer literário abarcaria as margens afluentes da tradição europeia por intermédio da dramaturgia de Goethe, da psicanálise de Jung e da filosofia de Platão/Aristóteles, aliando-se ainda a narrativa épica de Homero, conforme sublinharia a tradição crítica, e aos registros medievais das novelas de cavalaria de origem franco-portuguesa.

O psicanalista Jung, segundo consta no *Dicionário de Termos Literários*, distinguiria ainda como principais arquétipos a sombra, o velho

6- Em Platão, ainda sobre o discurso de Aristófanes, no *Banquete*, observa-se ainda a procedência destes seres andróginos detentores de quatro mãos e idêntico número de pernas, dois rostos perfeitamente iguais dispostos em sentido contrário, com quatro orelhas, como todos os homens, com a diferença de que os seus dois órgãos genitais seriam um de origem masculina e outro, feminina. (PLATÃO, 2001, pgs.43-4)

sábio e o herói-criança, a mãe (“Mãe Primordial” / “Mãe Terra”), a virgem, a *anima* (o feminino do homem) e o *animus* (o masculino da mulher). Estes e outros arquétipos – imagens primordiais como o paraíso perdido, os irmãos inimigos, o círculo, a rosa, a serpente, a *femme fatale*, o herói e o anti-herói, o mágico e o alquimista – permaneceriam sempre intactos e inalteráveis qualquer que fosse o tratamento narrativo ou mesmo poético que sofressem. No bojo de tais bifurcações, as reminiscências do jagunço-orador provenientes das *sertanejas* Minas Gerais recorrentemente se registrariam acompanhadas de interrogações ou reticências referentes a Reinaldo/Diadorim. Por conseguinte, Riobaldo não sucumbiria ao destino ou realidade do próprio *Fausto* de Goethe, ou mesmo do compositor Adrian da obra literária *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, posto que haja todo um processo dialógico, não só com a literatura pré-romântica ou do século XX na Alemanha; mas sim com todo o percurso da ficção europeia em assonância com a trajetória do romance brasileiro, explicitamente anunciado pela narração do *Grande sertão*.

Se, no *Fausto*, de Goethe, assombra-lhe a figura do Demo que impulsiona a personagem ao suicídio por intermédio de múltiplas agonias e tormentas conjugadas na derradeira frase do espírito do Mal: “*És meu.*”, nota-se que Em *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, a morte imposta pelo Demo não se apropria do protagonista-amante, mas de outro ‘Menino’, personagem secundário, o bem querido filho de sua única irmã, concedendo ao também pactário compositor Andrian Leverkühn um alento luciférico ao artista: a inspiração da triunfal composição, com todas as suas retribuições, desígnios e responsabilidades espirituais. Em *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, observa-se o seguinte fragmento textual: “‘Velai comigo!’ Na sua cantata, Adrian bem podia transportar a angustiada palavra do Homem-Deus para o plano mais viril, altivo, solitário do ‘Dormi em paz e não vos deixei perturbar!’ do seu Fausto; mas apesar disso, resta o elemento humano, a instintiva ânsia por conseguir, a não ser a ajuda, pelo menos a companhia de seus semelhantes (...)”, que corroboraria com a assertiva apresentada a respeito das conseqüências do fástico pacto luciférico.

Nesta narração calcada nos mitos do pacto com o Demônio/Amor e da Androginia, conforme sinalizaria Benedito Nunes, o desenlace fatal desaguaria na morte do jagunço de corpo-fechado Reinaldo/Diadorim, propositado por outra figura comprometida com o comércio da alma com o cujo-demônio – o Hermógenes. Nota-se que, pelas vertentes e digressões inseridas no *Grande sertão*, os trípticos de paixão nutridos por Otacília/Diadorim/Nhorinhá que, consoante Benedito Nunes, se entrelaçam, também as tais orações a Deus e ao hóspede-senhor-ouvinte entranham-se em uníssono

discurso, que artesanalmente se tece na concepção estético-barroquizante. Na tessitura assombreada pelas recordações de seus dois pactos – o de homossexual Amor proibido e o do imperceptível Diabo transformador –, para o narrador não haveria de fato razão palpável para que se assinasse com a alma o trato demoníaco das Veredas Mortas. A não ser pelo sentimento de paixão ressentido por Reinaldo que, voluntária e silenciosamente, o impeliria por sobre patamares psíquicos tão longínquos de seu ser-espírito, arraigado de alusões a Nossa Senhora da Abadia, quanto à asserção diabólica no âmbito adverso à sua sexualidade e religiosidade. Por esta razão, a imagem de Otacília reporta o jagunço-narrador à Virgem Mãe Santíssima, com uma nitidez sem neblinas, enquanto que em relação a Diadorim a narração engendra-se o hibridismo do sacrossanto e o demoníaco.

O que realmente consegue capturar as expectativas de leitura de maneira mais enfática vem a ser a revelação do segredo ou enigma de Diadorim, que não esbarraria, a princípio, no desvendar de sua emblemática sexualidade associada ao maligno ser-símbolo. O desenlace amoroso entre Riobaldo e Diadorim, poder-se-ia pressupor que um terceiro elemento prejudicado exemplificado por Freud seria, sem sombra de dúvida, a figura paterna onipresente, que o impede de cumprir a sua sina e paixão. Em seu “O amor é conflito incurável”, Jean Paul Sartre prepondera que a sujeição do sujeito amado, em algumas ocasiões, chega de fato a tal ponto que faz esvair-se ao efeito do amante; e que também o objetivo da paixão é superado e o outro fica sozinho se transforma num autômato – sem raciocínio ou vontade própria. E isto não poderia acontecer, complementa Sartre, de tal forma que o amante não deseje a amada como se fosse possuir um objeto, visto que pretende um tipo especial de apropriação: a posse de uma liberdade como liberdade, conforme se constata no binômio Riobaldo-Reinaldo. Porém, o filósofo faria ainda algumas ressalvas pertinentes ao relacionamento humano calcado num Amor contrário aos padrões de arbitrariedade e a opressão e, ao fim, instigante e fatalmente indagaria: “Mas, por outro lado, não pode ficar satisfeito com aquela forma eminente de liberdade que é o compromisso livre e voluntário. Quem ficaria satisfeito com um amor que se entregasse por mera fidelidade ao compromisso assumido?” (SATRE, 2004, pgs.174-5)

A paixão marginal e ilícita vivenciada pelos dois ferozes jagunços se pautaria em alicerces múltiplos que não conduziriam a constatação propostas pelas idéias libertárias sartrianas, num patamar idêntico ao de Dom Quixote e Dulcineia del Toboso. Em primeiro lugar, porque ambas as personagens se interpunham por intermédio de intromissões no passado, por vezes invisível e inexistente. E, no tocante ao caso do irmão de Joca Ramiro, o Leopoldo por

quem Reinaldo sofrera demasiadamente, segundo um companheiro d'armas, jagunço sem identificação nominal, também no presente, quando Riobaldo é flagrado em satisfatórios gozo e alegria, após a afável companhia de Nhorinhá e a proibição de frequência dos catres femininos alheios; e, enfim, no futuro, com a constante ameaça do *'compromisso assumido'*, da palavra empenhada em noivado com Otacília. Diante destes contratempos idílico-amorosos, Reinaldo se refaz, tomando fôlego para o combate derradeiro com os *hermógenes-ricardões* e a revelação de sua sexualidade, enquanto Riobaldo se exaspera, acossa o destino, espragueja: quer em razão do pacto com o demônio nas Veredas Mortas; quer por causa da austeridade e rispidez do amante nos últimos instantes da até então amigável convivência.

Por tamanhos meandros reflexivos, o sentimento que lhe advém ao espírito vem a ser o de ingratidão para com Reinaldo, pois que, no bojo do processo de metaforização, o jagunço-narrador reataria o vínculo da amizade extraviada por sobre os seus remorsos; e pelo *'gosto de amor que era impossível'*. Observa-se, desta feita, que ao sentimento de legitimidade máscula que o autoriza a prosseguir honrado chefe de jagunço – o compromisso de noivado com Otacília se insere a adjetivação *'legal'* e *'intrujã'*. O que corroboraria com a tese de que o providencial e efêmero restabelecimento de sua dúvida de sexualidade, desembainhada da esdrúxula mácula em sua trajetória guerreira, dissolve-se perante a *'impossível'* paixão homossexual que pode até vir a ser compassada no contexto da ilegalidade, mas que abarcaria múltiplos significados na absorvência daquele desejo de Amor proibido. Ainda de acordo com Freud, no amor normal, o valor da mulher é aferido por sua integridade sexual, e é reduzido em vista de qualquer aproximação com a característica de se assemelhar à prostituta, de tal modo que os homens que considerarem estas cortesãs como objetos amorosos do mais alto valor constituiriam acentuado desvio da normalidade.

Ocorre que a prefiguração de insólitos jagunços marginalizados, à qual foram aferidos os amantes Riobaldo e Reinaldo, logo a princípio, já os apartaria desta auréola de legalidade inserida nos padrões e normas sociais vigentes. E ainda que o jagunço-narrador confessasse a sua paixão por Nhorinhá, de modo a complementar o tríptico amoroso ao lado de Diadorim e Otacília, estas, por sinal, representadas nas páginas das reminiscências por brandos mecanismos da recordação por uma única ocasião de encontro, não poderiam alcançar o enleio *'tramadamente'* de paixão absoluta, não verbal entre Riobaldo-Tatarana e Reinaldo-Diadorim. A presença dominante desta prefiguração enigmática acobertada pela indumentária masculina e armamentos bélicos;

e, muito principalmente, pelas atitudes guerreiras, demarca o direcionamento da narração desde a primeira aparição sob aparência daquele Menino às margens do rio De-Janeiro, até o derradeiro episódio do duelo do Paredão com o Hermógenes. Em *Grande sertão*, há uma espécie de transferência de culpabilidade ou responsabilidade no processo de inversão vivenciado pela personagem Menino/Reinaldo/Diadorim, pelos desvãos memoriais da negação ou adiamento da revelação do segredo de sexualidade.

A partir da data determinada na certidão de seu '*batistério*', localizada na matriz de Itacambira, de fato, seria a única indicação cronológica inserida na narração. Nota-se ainda a imprecisão intencional na menção ao ano de '*1800 e tantos*', de modo que faça crer ao leitor o caráter de não aceitação cronológica no transcorrer da estória narrada. E isto se caracteriza quando se observa o vácuo de tempo frestado desde a primeira ocasião de encontro de Riobaldo/Diadorim, aproximadamente aos quatorze anos de idade, até o episódio da deserção daquele tal '*Professor*', sob o comando de Zé Bebelo, o que culminaria na reaproximação das personagens já homens feitos diante da chefia de Medeiro Vaz: "O que entendi em mim: direito como se, no reencontro aquela hora com aquele Menino-Moço, eu tivesse acertado de encontrar, para o todo sempre, as regências de uma alguma a minha família." (ROSA, 1994, p.93)

As reminiscências do fazendeiro-orador a partir do reencontro com o 'Menino-Moço', daquele instante até a conclusão do projeto de vingança pelo assassinio de Joca Ramiro, não sofreriam a demarcação de datas episódicas. E irrompendo-se pela imprecisão delineada pela não linearidade da narração, a paixão de Riobaldo e Reinaldo permearia, salvo engano, aproximadamente uma década – da primeira visão do Menino pitando cigarro ao corpo de mulher, estendido sobre a estupefação de seu Amor, que inclusive confessara ter renegado por toda a vida aquela ilícita paixão proibida. E por uma constatação, é que a enigmática figura hermafrodita vem a ser desmistificada por intermédio da descoberta de um cadáver sem as suas habituais vestes – e, posteriormente, da identificação nominal Maria (Diadorim) da Fé Bettancourt Marins, imaginariamente uma Dulcineia em trajes de Dom Quixote de La Mancha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARROYO, Leonardo. *De Quelemém a Riobaldo. Folha da Tarde*, São Paulo, 21 abr. 1963.
- _____. *Riobaldo e Fausto*. *Folha da Tarde*, São Paulo, 27 dez. 1964.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo. Editora Perspectiva, 2002.
- CÂNDIDO, Antônio. *O sertão e o mundo. Diálogo*, São Paulo (8): 5-18, nov. 1957
- _____. *Jagunços mineiros de Cláudio e Guimarães Rosa*. In: *Vários escritos*. São Paulo. Duas Cidades, 1970, p. 133-60.
- CERVANTES, Miguel de. *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2005.
- FREUD, Sigmund. *Contribuições à psicologia do amor*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte I e II. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. São Paulo: Dom Quixote, 2010.
- NUNES, Benedito Nunes. *Crivo de papel*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1998.
- PLATÃO. *O banquete – apologia de Sócrates*. Pará: Editora Universitária, 2001.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Trilhas no Grande sertão*. Rio de Janeiro, Serv. Documentação MEC, 1958.
- ROSA, Guimarães. *Ficção Completa (Vol. I e II)*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- SARTRE, Jean Paul. *O amor segundo os filósofos*. Organização de Maurizio Schoepflin. Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*; tradução, Mario Pontes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

MANIFESTO MARTÍN FIERRO X MANIFESTO ANTROPÓFAGO: REFLEXÕES SOBRE O LOCALISMO E O COSMOPOLITISMO

YVONÉLIO NERY FERREIRA¹

MARILIA SIMARI CROZARA²

Resumo

A contribuição mais importante de Oliverio Gironde no que diz respeito à produção artística argentina é, sem dúvida, a que se encontra entre os irreverentes, arrogantes, contundentes e humorados preceitos de “una nueva sensibilidad y nueva comprensión”, propostos no Manifesto de *Martín Fierro*. Essa assertiva torna imprescindível refletir sobre a questão das vanguardas europeias e em que medida elas influenciaram a literatura hispano-americana. Assim, realizaremos notas a respeito do ultraísmo e da tensão nacionalismo x cosmopolitismo, para, enfim, realizar uma leitura do manifesto supracitado. Esse fato viabilizará compreender o motivo pelo qual tal manifestação artística foi comparada à produção artístico-literária existente no Brasil de 1922, especificamente, quanto ao Manifesto antropófago, de Oswald de Andrade.

Palavras-chave: Localismo. Cosmopolitismo. Manifesto Martín Fierro. Manifesto antropófago.

ABSTRACT

**MARTÍN FIERRO MANIFEST X ANTHROPHAGUS MANIFEST:
A REFLECTION OF LOCALISM X COSMOPOLITANISM**

The most important contribution of Oliverio Gironde to Argentinian artistic production is, without any doubt, the one that is among the irreverent, haughty, scathing and tempered precept about “una nueva sensibilidad y nueva comprensión”, proposed on *Martín Fierro* Manifest. This statement makes indispensable to think over European Vanguards and about in which way they affected Hispanic American Literature. Therefore, some notes will be done about ultraism and about the tension between nationalism x cosmopolitism,

1-Professor de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre, *Campus* Floresta, Centro Multidisciplinar, Cruzeiro do Sul – Acre. Doutorando em Literatura – UFSC. yvonery@hotmail.com

2-Mestre em Linguística - UFU. mariliasz@yahoo.com.br

in order to perform a reading about the aforementioned manifest. This fact will enable to understand the reason why such artistic manifestation was compared with literary artistic production in Brazil in 1922, specifically about Anthrophagus Manifest by Oswald de Andrade.

Key Words:

Localism. Cosmopolitanism. Martín Fierro Manifest. Anthrophagus Manifest.

A contribuição mais importante de Oliverio Gironde, no que diz respeito à produção artística argentina é, sem dúvida, a que se encontra entre os irreverentes, arrogantes, contundentes e humorados preceitos de *una nueva sensibilidad y nueva comprensión*, propostos no Manifesto de *Martín Fierro*. Essa assertiva torna imprescindível refletir sobre a questão das Vanguardas Europeias e em que medida elas influenciaram a literatura hispano-americana. Assim, realizaremos notas a respeito do ultraísmo e da tensão nacionalismo x cosmopolitismo, para, enfim, realizar uma leitura do manifesto supracitado. Esse fato viabilizará compreender o motivo pelo qual tal manifestação artística foi comparada à produção artístico-literária existente no Brasil de 1922, especificamente, quanto ao *Manifesto antropófago*, de Oswald de Andrade.

Na segunda metade do século XIX, surge um grupo de pensadores imbuídos do intuito de resgatar a individualidade do sujeito como consequência dos problemas advindos da Revolução Industrial e da onda cientificista. Influenciados por teóricos como Arthur Schopenhauer (1813)³, Eduard Von Hartmann (1870)⁴ e Henri Bergson (1896)⁵ os pensadores finiseculares, chamados de decadentistas, passaram a apontar o homem de seu tempo não

3- O filósofo alemão, autor de *O mundo como vontade e como representação*, desmistifica o esforço, a luta e desestimula a ideia de competição, que representava a base ideológica da Revolução industrial e do Positivismo, introduzindo no pensamento da época um pessimismo, um culto à dor.

4- Em sua *Filosofia do inconsciente* (1870), esse contemporâneo de Schopenhauer, observa que os fenômenos analisados pelo prisma do inconsciente possuem sua única explicação verdadeira.

5- Bergson aponta a desvalorização da inteligência, que exhibe imperícia ao atingir o ser vivo, em prol da intuição. O filósofo alemão, autor de *O mundo como vontade e como representação*, desmistifica o esforço, a luta e desestimula a ideia de competição, que representava a base ideológica da Revolução industrial e do Positivismo, introduzindo no pensamento da época um pessimismo, um culto à dor.

Em sua *Filosofia do inconsciente* (1870), esse contemporâneo de Schopenhauer, observa que os fenômenos analisados pelo prisma do inconsciente possuem sua única explicação verdadeira.

Bergson aponta a desvalorização da inteligência, que exhibe imperícia ao atingir o ser vivo, em prol da

mais como um ser guiado pela razão, mas como um sujeito marcado pela incompletude de definições advindas do momento histórico, que passa a questionar a constituição cartesiana do próprio indivíduo.

Um dos maiores poetas e pensadores do século XIX, Charles Baudelaire, em um ensaio intitulado “O pintor da vida moderna” (1995), ponderou sobre o homem a partir do conceito de modernidade. Para ele, o homem de seu tempo é um solitário, dotado de uma imaginação ativa, sempre “viajando por meio do *grande deserto de homens*” (BAUDELAIRE, 1995, p. 859). Pensando nisso, o poeta francês afirma que o homem moderno possui um objetivo elevado e menos efêmero frente às circunstâncias.

A partir das proposições apresentadas por Baudelaire, observa-se a base do sujeito do século XX – o homem que passa por um intenso processo de despersonalização, de fragmentação e de inquietude diante de um mundo caótico.

Como já se sabe, o fim do século XIX configurou-se como um momento de questionamentos da herança deixada pela Revolução Industrial e pelo Capitalismo. Essas incertezas levaram ao sentimento decadentista e ao movimento simbolista, de caráter individualista. Historicamente, diversos problemas territoriais, decorrentes do neocolonialismo marcaram o fim do século XIX e o início do século XX. Era um momento de intolerância, de incapacidade de aceitação de diferenças, algo que, entre diversos outros fatores poderia ser considerado um dos motores que levaram à Primeira Guerra Mundial.

As duas grandes guerras conduziram o homem a uma postura de questionamento de si perante o mundo. Esse mundo, não mais iria formar um indivíduo único, mas, sim, um indivíduo múltiplo, esfacelado. As bases que sustentavam a individualidade do sujeito – algo já questionado no fim do século XIX como se viu em Baudelaire – agora se romperam, pois o sujeito passa a viver em um ambiente conturbado, incerto, que despersonaliza e fragmenta sua identidade.

Por volta dos anos 1920, uma série de mudanças históricas desencadeou diferentes mudanças no paradigma das manifestações culturais humanas. A despeito da “arte pela arte” e, ainda, considerando a extensão de sentido político do termo vanguarda, poderemos dizer que diferentes manifestos ‘pulularam’ no mundo ocidental como reação à Primeira Guerra Mundial, inclusive na América Latina.

Profundamente inseridas nesse ambiente conturbado europeu, surgem as chamadas Vanguardas Europeias, movimentos artísticos interessados em questionar a herança cultural adquirida dos séculos anteriores. Ancoradas em

posturas inovadoras, elaboravam novos olhares estéticos e culturais perante o mundo em constante transformação. *Ismos*, sobre os quais Schwartz (2008) elucida que:

[por uma parte] (...) o **expressionismo** alemão e o **surrealismo** francês, (...) têm como denominador comum a preocupação social. Porém, enquanto o expressionismo é uma reação aos horrores da Primeira Guerra, o surrealismo aponta para a utopia da transformação do homem através da liberação das forças do inconsciente. (...) Por outra parte, o **futurismo** toma a dianteira de todos os *ismos* com violenta reação contra a burguesia da época, contra a arte museológica, contra qualquer parâmetro passadista. A tentativa de abolição do tempo e da distância aproxima o futurismo italiano do simultaneísmo e do multiperspectivismo propostos pelos **cubistas** da década de 1910. Já o **dadaísmo**, também uma reação à Primeira Guerra, atua de maneira diferente: pelo niilismo, pelo humor, pela auto-irrisão, e pela autodestruição (SCHWARTZ, 2008, p. 52).⁶ As Vanguardas Europeias já demonstravam, em suas bases ideológicas e estéticas, uma busca pelo ilogismo, como no Cubismo. Esse movimento apresentava relações entre formas geométricas em suas telas, para que as imagens fragmentadas pudessem ser interpretadas a partir de diferentes escopos. Esses movimentos do início do século XX representam apenas um exemplo perante o quadro de modificações que levaria às características denominadas pós-modernas após as décadas de 1950 e 1960.

Notoriamente, o principal ponto de inflexão na Literatura Argentina será elaborado pela noção de modernidade e de futurismo, ecoados nas linhas poéticas desse momento. No que respeita à primeira reflexão, referimo-nos ao pensador da modernidade Charles Baudelaire, quando ilumina o mundo ocidental dizendo que o momento histórico em questão é organizado considerando “o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo, a outra, o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 1863 *apud* HARVEY, 2003, p. 21).

A euforia econômica, industrial e tecnológica vivida por uma sociedade burguesa em construção na chamada *Belle Époque* (1870-1914) se fez sentir nas inseguranças e conflitos baudelairianos. No meio de uma multidão cada vez mais numerosa, entre carruagens em alta velocidade e em uma metrópole em eterna reconstrução, o poeta sentia-se na obrigação de refletir sobre o espírito e a forma desses novos tempos, que ele sintetiza na palavra modernidade. O saldo dessa reflexão pode ser observado em seus ensaios, além de a maioria de

6- Negritos nossos.

seus textos poéticos retratarem essa realidade.

Ao falar da modernidade de Baudelaire, não nos referimos apenas a indicação dos conflitos da convivência urbana. Além de apontar, Baudelaire estava introduzindo uma nova forma de participação na sociedade e uma reflexão concernente às noções estéticas existentes, tão presente na vida intelectual do século XX, e da qual (até) hoje, fazemos questão de nos alienar quotidianamente a partir de uma janela colorida.

Nesse sentido, pensar em modernidade implica a presença de diferentes sentidos no texto literário e sua irônica escritura plurissignificativa.

O eterno e o etéreo se conjugam a fim de traspasarem as ambiguidades que maquinam o texto. Certamente, observa-se a modernidade como a destruição criativa em que os rumores da tradição aparecem consoante possibilidade atual e revolucionária de criação estética.

Nessa direção, o Futurismo de Marinetti foi um divisor de águas para a poesia Argentina. Ser indiferente às propostas dessa vanguarda foi impossível aos intelectuais da época, fato que viabilizou o desentranhamento de várias leituras a respeito da retórica ao futuro, à máquina, à dinâmica cidadina, enfim, ao caos em que se constrói a cultura moderna. Nas palavras do idealizador do Manifesto Futurista, publicado em 20 de fevereiro de 1909 no jornal francês *Le Figaro*: “a literatura exaltou até hoje a imobilidade pensativa, o êxtase, o sono. Nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco.

É do bojo dessas reações que militará Jorge Luis Borges, o primeiro a desestabilizar os parâmetros estético-literários argentinos por meio do **ultraísmo**, *a priori* elaborado por Rafael Cansinos-Asséns, em meados do ano de 1918. Borges procurou sintetizar a atitude ultraísta sugerida por Cassinos e aplicada nas revistas espanholas *Cervantes* e *Grecia* em quatro princípios diretores. Com efeito, pontuamos que essa nova estética buscou a

- 1.º Redução da lírica ao seu elemento primordial: a metáfora.
- 2.º Supressão das frases de recheio, dos nexos e dos adjetivos inúteis.
- 3.º Abolição dos trabalhos ornamentais, do confessionalismo, da circunstanciação, das prédicas e da nebulosidade rebuscada.
- 4.º Síntese de duas ou mais imagens em uma, ampliando desse modo a sua faculdade de sugestão. (BORGES *apud* SCHWARTZ, 2008, p. 136)

Essa iniciativa permitirá o surgimento de manifestos veiculados por outras revistas ‘marginais’, tais como *Prisma*, *Proa* (primeira e segunda fases), e a *Martín Fierro*, ícone dos manifestos literários argentinos, dirigida por Evar

Méndez e idealizada Oliverio Gironde.

Matizada entre o cosmopolitismo e o nacionalismo, essa revista lançou impactantes artigos sobre pintura, cinema, música e o conhecido *Manifiesto de Martín Fierro*, além de objetivar a veiculação da poesia futurista. Assim, o grupo de poetas da Rua Florida foi o primeiro a exaltar o ecumenismo oferecido pela força maquinal, reforçando que “MARTIN FIERRO” sabe que “todo es nuevo bajo el sol” si todo se mira con unas pupilas actuales y se expresa con un acento contemporáneo.

“MARTIN FIERRO”, se encuentra, por eso, más a gusto, en un transatlántico moderno que en un palacio renacentista y sostiene que un buen Hispano-Suiza es una OBRA DE ARTE muchísimo más perfecta que una silla de manos de la época de Luis XV.

As críticas irônicas e bem-humoradas em destaque são características da revista em que encontramos as noções balizadas em Charles Baudelaire ao pensar o mundo moderno circundante. Olhar o espaço em organização depende das condições históricas e ideológicas que o fundamentam. Com efeito, nota-se a elaboração dos dizeres do poeta francês na retórica *martinfierrista*: tradição (*una silla de manos de la época de Luis XV*) e novidade (*un buen Hispano-Suiza*) se conjugam a fim de trazer uma reflexão sobre o cosmopolitismo, um dos pensamentos significativos desse contexto histórico mundial incorporados por Buenos Aires, a “Paris latino-americana”.

Veiculadora de um cosmopolitismo fundado nas percepções de Larbaud, Apollinaire e Marinetti, pode entendê-lo, sinteticamente, como a maneira universalizante de as palavras representarem o sentimento do homem moderno no mundo. É como se os diferentes grupos sociais construíssem relações atemporais e desprovidas de fronteiras culturais. Assim, a inovação fica inteiramente a cargo do artista que repensa/exalta a urbanização, a tecnologia e a velocidade, alimentadoras da metrópole argentina no século XX.

Essa ode ao contemporâneo trouxe a polêmica antológica entre o grupo Florida e o Boedo a respeito do nacionalismo, umas das questões significativas para o continente latino-americano. A esse respeito, pontuamos o fragmento do *Manifiesto de Martín Fierro* ao enunciar que

“MARTIN FIERRO” cree en la importancia del aporte intelectual de América, previo tijeretazo a todo cordón umbilical. Acentuar y generalizar, a las demás manifestaciones intelectuales, el movimiento de independencia iniciado, en el idioma, por Rubén Darío, no significa, empero, que habremos de renunciar ni mucho menos finjamos

desconocer que todas las mañanas nos servimos de un dentífrico sueco, de unas toallas de Francia y de un jabón inglés.

“MARTIN FIERRO” tiene fe en nuestra fonética, en nuestra visión, en nuestros modales, en nuestro oído, en nuestra capacidad digestiva y de asimilación.

A alteridade entre cosmopolitismo e nacionalismo faz com que os modernistas argentinos reajam às investidas do grupo Boedo, preocupados com uma literatura socializante e vinculados à estética do realismo-naturalismo tendo como paradigmas Zola, Barbusse, Rolland, Dostoiévski, Tolstói, Gorki e a revista *Clarté*. Indubitavelmente, os *martinfierristas* visualizam a argentinidade sobre outro prisma. O deboche evidencia uma necessidade de ser moderno, entretanto esclarece a importância que há em ser, acima de tudo, gaúcho, argentino.

Da mesma forma que Oliverio Gironde propiciou o repensar das artes argentinas em seu *Manifiesto de Martín Fierro*, Oswald de Andrade o fez no Brasil por meio do *Manifiesto Antropófago*. Assim, ao passo que Oswald defendeu a deglutição da cultura alheia em prol da nacional, Gironde incitou um rompimento na identidade hispano-americana, separando a argentina das demais. Por fim, buscou ainda mostrar que se valer das conquistas europeias e norte-americanas não significa um retrocesso, mas, sim, uma forma de usufruir dessas conquistas em favor do próprio bem-estar argentino.

Em virtude disso, são elucidativas essas palavras de Mariátegui quando afirma que “(...) por estes caminhos cosmopolitas e ecumênicos, de que tanto nos criticam, vamos nos aproximando cada vez mais de nós mesmos.” (MARIÁTEGUI *apud* SCHWARTZ, 2008, p. 544). Desde então, tem sido unânime a posição da crítica ao afirmar o caráter verdadeiramente transformador e “vanguardista” desse movimento que, na década de 1920, alcançou um nível de inovação literária capaz de atrair a atenção de grandes poetas e ser o divisor de águas da produção artística argentina. Portanto, diz-se que as reflexões ocorridas no *Manifiesto de Martín Fierro* resultaram em contribuições determinantes a fim de se ponderar a identidade argentina no mundo moderno em construção.

Em contraposição ao localismo observado no manifesto argentino, temos o cosmopolitismo proposto por Oswald de Andrade em seu *Manifiesto antropófago*, lido em 1928 para seus amigos na casa de Mário de Andrade e publicado na Revista de Antropofagia. Para uma observação das ideias propostas por Oswald, partamos da primeira frase do manifesto que diz: “Só a

ANTROPOFAGIA nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Pensar estes três aspectos com base em um viés antropofágico, como o proposto pelo escritor modernista, é refletir a dialética contida em todo o manifesto, como tentativa da reinvenção cultural baseada na reinvenção de si. Pressupõe-se a digestão dos conflitos internos do homem ante as matizes do mundo exterior, de forma livre, sem culpa, traços de nostalgia ou busca de valores perdidos no passado.

O manifesto de Oswald apresenta em seu cerne um constante pulsar de vozes que plurissignificam e reinventam a cultura a partir de um processo intertextual. Não há mais um centro regulador, mas ideias que se espalham, refletindo e refratando a essência do conceito da antropofagia oswaldiana. É a teoria do conflito calcado nas nuances do legado patriarcal e religioso imposto pelo Estado durante a colonização na forma de salvação das almas cristãs a partir da catequese, ainda refletida na atualidade, e a herança patriarcal remota, que liga o homem à terra, antes da chegada do colonizador: “Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará”.

Segundo Leyla Perrone-Moisés (1990, p. 95):

A Antropofagia é antes de tudo o desejo do Outro, a abertura e a receptividade para o alheio, desembocando na devoração e na absorção da alteridade. A devoração proposta por Oswald, contrariamente ao que alguns afirmam, é uma devoração crítica, que está bem clara na metáfora da Antropofagia. Os índios, ponto de partida dessa metáfora, não devoravam qualquer um de qualquer forma. Os candidatos à devoração, antes de serem ingeridos, tinham de dar provas de determinadas qualidades, já que os índios acreditavam adquirir as qualidades do devorado (PERRONE-MOISÉS, 1990, p. 95).

Um exemplo de tal conduta pode ser observado no poema *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias. Após ser capturado por índios Timbiras, *I-Juca-Pirama*, da tribo Tupi, é levado à aldeia onde passará pelo ritual de morte, antropofágico. Após ser preparado, tendo a cabeça raspada e o corpo tingido, ele é levado para o meio do terreiro em que deverá cantar seus feitos de bravura – canto de morte. Durante esse momento, após ter relatado vários atos de coragem, *I-Juca-Pirama* chora e pede para não ser morto, pois necessita cuidar do pai doente que não tem ninguém além do filho. Em virtude disso, os timbiras soltam o índio tupi e o mandam embora, já que seu choro é sinal de fraqueza e, ao comer a carne de um fraco, eles assimilariam tal característica.

Aliando essa noção de antropofagia expressa no poema de Gonçalves

Dias e aquela apresentada por Oswald de Andrade em seu manifesto, observamos que devorar é forma de aproximação dos homens com seus deuses, forma de contato com o imaginário presentificado e reinventado no ato de deglutição. Para os índios, é modo de trazer o passado e a cultura dos ancestrais que também praticaram tal rito e veem nele sua manutenção e renovação. Para o modernista, no dizer de Perrone-Moisés (1990);

A antropofagia oswaldiana é um projeto filosófico e cultural de vasto alcance embora não sistemático, um projeto constituído mais de sugestões sibilinas e contundentes do que de um discurso propriamente teórico. Nessas sugestões, as questões literárias, embora predominantes, não são exclusivas (PERRONE-MOISÉS, 1990, p. 96).

Nesse aspecto, ao lermos atentamente o manifesto, temos o uso do termo antropófago de forma emocional, exortativa ou, ainda, referencial, podendo também compreendê-lo no sentido etnográfico e histórico, na busca de uma identidade baseada nos valores nacionais e culturais. Entre os elementos identitários, a língua brasileira se configura como representação nacional calcada na síntese de expressões regionais da oralidade brasileira, já abordada por outros anteriores a Oswald, como Monteiro Lobato e posteriores, como Guimarães Rosa, tendo maior reconhecimento na década de 1960, com o Tropicalismo, apenas para citar um movimento entre outros.

Como podemos observar, tanto o *Manifesto de Martín Fierro*, de Oliverio Girondo, quanto o *Manifesto antropófago*, de Oswald de Andrade, apresentam propostas semelhantes, mas sob perspectivas diferentes. O argentino, a partir do localismo em face ao cosmopolitismo, pretende um corte significativo nas influências hispânicas; já o paulistano propõe a deglutição da cultura do outro e a abertura e receptividade para o alheio. Apesar das diferentes abordagens, o que devemos compreender é o fato de ambos buscarem entendimento e valorização cultural nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003. 352p.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Flores na escrivaninha*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2008. 736p.

RESENHA

MANOEL P. RIBEIRO

PROENÇA FILHO, Domício. *Nova ortografia da língua portuguesa - Manual de Consulta*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

Domício Proença Filho é ensaísta, crítico literário, poeta, ficcionista e professor. Este prolífico escritor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filologia, tem em seu currículo um invejável número de realizações. Na literatura brasileira, não há quem não conheça seu livro *Estilos de época na Literatura*.

Na poesia, começou com *O Cerco Agreste* (1979 até chegar a *O risco do jogo* (Prumo, 2013). Na ficção, *Breves Estórias de Vera Cruz das Almas* (1991, 1.º lugar na categoria conto) até *Os Deuses, menos o pai* (2000). Organizou obras, foi consultor editorial e cultural. Como pesquisador, desenvolveu os Projetos Pós-modernismo e Literatura e Manifestações da poesia brasileira. Exerceu várias funções como administrador educacional, principalmente na Universidade Federal Fluminense. É Consultor *ad hoc* do CNPq, da CAPES e do CEPEG/UFRJ. Recebeu várias distinções comunitárias.

Como autor de livros didáticos, salientamos *Comunicação em Português*, quatro volumes, com os três primeiros em colaboração com Maria Helena Marques, e *Português e Literatura*, destinado à 1.ª série do então segundo grau de ensino.

No estudo de nossa ortografia, o professor Domício já havia publicado *Nova ortografia da língua portuguesa – Guia prático e Por dentro das palavras da língua portuguesa*.

Agora, o autor nos contempla com *Nova Ortografia da língua Portuguesa – Manual de consulta*. Este livro enriquece a bibliografia dos manuais esclarecedores do novo acordo ortográfico de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. Diz o escritor:

Objetiva facilitar, em função desse texto regulador, a sua familiaridade com os vocábulos que passaram a ter grafia nova e com o uso ou não do hífen nos compostos, nas locuções, nas palavras formadas por derivação e recomposição.

Sem dúvida, em nosso sistema ortográfico, a principal dificuldade residia e ainda persiste, em parte, no emprego do hífen. O acordo de 1943 nos impôs regras que traziam grande dificuldade de memorização. Isso foi sensivelmente atenuado na reforma ortográfica de 1990. Daí a preocupação do Mestre Domício em esclarecer esse item do novo acordo. O tema ainda requer amplo debate nacional, a fim de que determinadas regras sejam simplificadas, não necessitando o falante de língua portuguesa de apelar para uma excessiva memorização.

Vejam-se alguns exemplos do *Manual de Consulta*. Logo de início, o autor apresenta o prefixo **ab-**: “Escrevem-se COM hífen as palavras cuja formação integra, se o segundo elemento começa pela letra **r**”. Adiante cita *ab-rupto* e *abrupto*. Como este verbete, em 1943, foi grafado, no PVOLP, sem hífen, no novo VOLP, em sua 5.^a edição, agasalhou as duas formas. A divisão silábica e a pronúncia são, portanto, diferentes: 1. ab-rupto; 2. a-brup-to.

Em diversos verbetes, procura dar o significado do composto: **mão-fechada**, sovina, avarento; **mão de vaca** – sovina, logro. Aqui o composto perdeu o hífen por haver palavra de ligação (preposição de); **mão-de-vaca** – termo da botânica. A reforma manteve, nos compostos referentes à zoologia e à botânica, o hífen. É uma dificuldade que o usuário terá de enfrentar, havendo necessidade de se saber o valor significativo de cada composto, como é o caso de **não-me-toques** (nome de planta), em oposição a **não me toques** (melindres). **Pau de virar tripa**, s.m. vara usada para virar as tripas dos animais para as secar; indivíduo alto e magricela; **pau-de-vintém** (termo da botânica).

Enfim, esse ponto da reforma requer consulta constante aos manuais de ortografia, ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da ABL, e aos grandes dicionários de língua portuguesa, máxime o do Instituto Antônio Houaiss, dirigido exemplarmente pelo lexicógrafo Mauro de Salles Villar.

O professor Domício esclarece todos os itens que sofreram alterações:

1. alfabeto, agora incluindo definitivamente o k, w e o y.
2. “consoantes finais b, c, d, g e t mantêm-se quer sejam, quem não sejam pronunciadas, nos nomes de pessoas e de lugares de tradição

bíblica, consagrados pelo uso, como Bensabat, David, Gad, Gog, Isaac, Jacob, Job, Josafat, Magog, Moab”. Em *Cid*, o *d* é sempre pronunciado. Em *Madrid e Vallolid*, o *d* ora é pronunciado, ora não. Em *Calecut* ou *Calicut*, o *t* sempre se pronuncia.

3. descrição das sequências consonânticas *cc*, *cç*, *ct*, *pc*, *pt*;

4. uso de maiúsculas e minúsculas;

5. acentuação gráfica: examina todos os casos em que se necessita de acento agudo e circunflexo.

Termina com o emprego do hífen, caso já analisado acima, em que descreve todas as alterações da reforma ortográfica.

Voltando à parte inicial (Apresentação), o Dr. Domício Proença Filho desenvolve os vários itens de que tratará, especificando todas as alterações em relação às normas ortográficas, esclarecimentos sobre as “opções relacionadas com a realidade linguística brasileira”, registros de vocábulos com alteração de grafia, termos de uso comum, variantes consagradas pelo uso, “prefixo e elementos de composição”, palavras e locuções cuja grafia, sem regulamentação explícita, mas que decorrem de interpretação das normas da reforma, locuções sem hífen, expressões latinas, lista de palavras formadas por sufixação.

Enfim, o título já determina a importância da obra: é um excelente manual de consulta.

Todo estudioso que lida com as palavras sempre dependerá da consulta aos vários compêndios de utilidade imediata, quando começa a escrever um texto. O apelo a dicionários de sinônimos e antônimos, a manuais de ortografia e às grandes obras de lexicografia torna-se indispensável aos que procuram o melhor caminho para expressar suas mensagens.

O livro do Mestre Domício será, *ipso facto*, um auxiliar seguro para todos quantos buscam um texto expressivo, sem descuidar da ortografia.

MEMÓRIA

Notícia publicada em *O Globo*, 7/12/2001

GLADSTONE CHAVES DE MELLO

Membro da Academia Brasileira de Filologia, o professor e filólogo Gladstone Chaves de Mello foi colaborador de jornais e revistas do Rio de Janeiro, vereador e deputado estadual. Lecionou na Universidade de Coimbra, em Portugal, na PUC/ Rio, na UFRJ e na UFF. Nos últimos anos, passou a integrar a diretoria do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

O professor foi autor de títulos como — *A língua do Brasil*, — *Dicionários portugueses*, — *Alencar e a língua brasileira* e — *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*. Também escreveu edições de textos críticos e comentados, como — *Iracema*, de José de Alencar, — *Alphonsus de Guimarães – Poesia* e — *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

Gladstone morreu sexta-feira, aos 84 anos, de insuficiência respiratória. Ele deixa sete filhos e quinze netos.

HOMILIA DA SANTA MISSA DE CORPO PRESENTE DE GLADSTONE CHAVES DE MELO

Homília da Santa Missa de corpo presente em sufrágio da alma de Gladstone Chaves de Mello. Cemitério de São João Batista, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2001, solenidade da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria. Pronunciada pelo RPD Justino de Almeida Bueno, OSB, monge beneditino do Mosteiro de São Bento.

* 12/06/1917

† 7/12/2001

“Combati o bom combate, terminei minha carreira, guardei a fé.”

(S. Paulo)

Caríssimos familiares de Gladstone,

Caros fiéis,

Acabamos de ouvir o Santo Evangelho, que nos convida a fazer

uma profissão de fé na ressurreição da carne. De fato, crer em Jesus é crer na ressurreição. Nossa fé tem seu fundamento na resposta que damos à pergunta feita por Jesus a Marta: *Crês isto?* Nossa vida cristã, sua coerência e autenticidade, dependem do modo que vamos, passo a passo, dia a dia, respondendo a essa pergunta. Nossa fidelidade a Deus e à vocação que Ele nos deu no batismo nos faz crescer e amadurecer na busca de uma resposta total, radical, de plena confiança e entrega à vontade de Deus: *Sim, eu creio que meu irmão viverá.*

Essa fé – e a certeza de que foi essa a resposta de Gladstone – nos reúne aqui, em torno do seu corpo que piedosamente sepultamos. Mais do que ninguém, ele merece ser chamado de *fiel*. Sim, ele foi fiel cristão, fiel a Deus, fiel à Igreja, fiel ao homem, fiel a si mesmo.

Fiel a Deus – Gladstone foi um homem temente a Deus, foi um homem que amou a Deus sobre todas as coisas. Isso o fez direcionar a vida para o céu, o fez viver entre as coisas que passam, colocando o coração nas coisas que não passam. Todos os seus trabalhos, suas funções, seus cargos tinham um fim último, um objetivo, uma meta: o céu. Gladstone foi um homem cheio daquela nostalgia do paraíso que ardeu no coração de tantos santos. Com a sua sede de eternidade, tudo que fazia era para agradar a Deus. Foi um homem de Deus e para Deus, um *Vir Dei*.

Fiel à Igreja – Ele amou a Igreja como a uma Mãe. A Ela serviu de muitas formas. Por Ela deixou-se formar e alimentar pela Palavra e pela Eucaristia. Na Igreja e para Ela Gladstone produziu frutos de fé, de sabedoria e de amor. Sua obediência às autoridades eclesiais e fidelidade à doutrina tradicional da Igreja contribuíram para que ele adquirisse aquela humildade que, no dizer de nosso Pai São Bento, o monge deixa transparecer no próprio corpo. Gladstone foi um *Vir Ecclesiae*.

Fiel ao Homem – Gladstone nunca entendeu a vida do céu separada da vida na terra. Ele percebeu que, somente à medida que amamos a vida aqui é que podemos aspirar à vida do céu. Nas palavras do Beato Josemaria Escrivã *a felicidade do céu é para os que sabem ser felizes na terra* (Forja 1005). Gladstone foi um homem feliz, pois sua vida foi viva, foi mais vida, foi compreensão do humano naquilo que de fundamental ele tem: o amor e a dor. Tal qual Jesus, antes de morrer no corpo, ele morreu na alma, pelos outros, servindo, dando-se, colocando-se à disposição e ao serviço daqueles que precisavam ou solicitavam seu auxílio. Na sua simplicidade e retidão, Gladstone enxergou a grandeza da vida terrena, isto é, o seu objetivo: ser uma preparação para o céu. Ele foi um homem santo, um *Vir Iustus*.

Fiel a si mesmo – Gladstone foi fiel a si mesmo. Não se fazendo o centro de tudo, não erigindo o egoísmo travestido de autorrealização, de autoestima e outros slogans tão a gosto da superficialidade dessa nossa decadente sociedade dita moderna, mas envelhecida no pecado. Gladstone foi fiel a si mesmo, à vocação que Deus lhe deu, descobrindo na vida e a vontade de Deus e cumprindo-a, a todo custo, a custo mesmo de sofrimentos e incompreensões. Se, como diz Thibon, *nada poderá florescer no céu, se não tiver, ao menos, germinado na Terra (L'échelle de Jacob, p. 121)*, podemos imaginar a abundância da colheita que será feita diante de Deus por esse *Vir Fidelis*.

Na solenidade da Imaculada Conceição da Virgem Maria, um verdadeiro carinho de Deus para com esse filho tão devoto da Mãe do Céu, celebramos essa Missa de corpo presente. Preservada do pecado, a Virgem é, para nós, um espelho de justiça, de santidade. Todos somos chamados à glória do céu, à participação na Igreja do céu, a cantar junto dela, ao redor do trono de Deus, o aleluia sem fim com os bem-aventurados. Que a intercessão materna da Virgem dê a Gladstone a graça dessa alegria sem fim.

Caros fiéis, tal foi a vida de Gladstone, tal foi sua morte. Sem alardes, silenciosa, só, como um monge, o homem indiviso, o só com o Só. Ninguém lembra, pensa em agradecer pelo seu passado ao leito ressecado de um rio. A simplicidade, a nobreza de caráter, a fé e o amor de uma vida escondida com Cristo em Deus não tem valor para os holofotes do mundo. Mas, na luz de Deus, na qual pedimos que Gladstone esteja agora, nós sabemos, como dizem as Escrituras: *os que ensinaram a muitos a justiça serão como estrelas no firmamento*.

Que, tal qual a estrela de Belém, que guiou os magos até Jesus, não nos deixando enganar pelos Herodes da vida, sigamos o exemplo dessa estrela-Gladstone, que, com sua vida de fé, brilha no firmamento da Igreja Triunfante, indicando-nos o caminho para chegarmos a Jesus. Que Deus conceda a Gladstone o descanso eterno, para que ele passe o seu céu fazendo o bem sobre a terra.

JOSÉ DE ALENCAR – O POLÍTICO

FRANCISCO AGENOR DA SILVA RIBEIRO¹

(ABRAFIL)

Dizia José de Alencar que nas veias da família Alencar corria o sangue da política. Tal afirmação é verdadeira, pois desde os fins do século XVII que vemos os Alencares às voltas com a política na vasta região do Cariri, no coração do Nordeste. Capitaneou a política, nos primeiros assomos, a matriarca do Crato – D. Bárbara de Alencar, que foi a mãe do Senador José Martiniano Pereira de Alencar, Padre Carlos Augusto Perereira de Alencar e do herói da Confederação do Equador Tristão de Alencar Araripe, que foi executado e exposto às aves carnívoras para devorar seu corpo inerte, preso ao tronco de uma árvore.

A heroína, avó de José de Alencar, colocou dois filhos para estudar no remado, exercendo sua influência política em toda a região, como uma Mulher forte e destemida, capaz de liderar as populações daquela região interiorana.

Em Pernambuco, por influência da Maçonaria, com a Loja Maçônica no Engenho Itambé, dirigida pelo Dr. Arruda Câmara e seu irmão, na Veneza Brasileira, as ideias liberais da Revolução Francesa e a repercussão da independência das colônias inglesas eclodiram na chamada Revolução de 1817, com o bafejo das ideias pregadas pelo bispo e reitor do Seminário de Olinda, que tão grande influência exerceu naquele movimento.

Era seminarista, naquele grande educandário, o jovem cearense José Martiniano Pereira de Alencar, já na categoria de diácono. Impelido pelo irresistível sentimento político de libertação, deixou o Seminário e partiu para o Crato para tomar parte na pregação das ideias e implantação da nova ordem política em sua pátria.

Lá encontrou toda a família engajada no movimento insurrecional que se alastrava pela vasta região do alto sertão da chapada do Araripe e do Vale do Cariri. Chega o Diácono Martiniano de Alencar ao sítio de sua genitora Bárbara de Alencar, em 29 de abril de 1817. Reúnem-se os patriotas na residência de seu padrinho Padre Miguel da Silva Saldanha, onde se lê o Manifesto PRECISO diante de D. Bárbara de Alencar, seus filhos Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Tristão Pereira de Alencar, e, depois, Tristão de Alencar

1- Este artigo foi proposto por **Antônio Nunes Malveira** em homenagem a **Francisco Agenor Ribeiro da Silva**, confrade da ABRAFIL, já falecido.

Araripe, Leonel Pereira de Alencar e João Gonçalves, Inácio Tavares Gondim e Frei Francisco de Santana Pessoa. Conhecido o Manifesto, foi marcado o dia 3 de maio, por ser o dia considerado do descobrimento do Brasil, para o lançamento. Foi rezada missa e, lido o PRECIOSO pelo Diácono Martiniano de Alencar, fez este um vibrante discurso, concitando os patriotas à luta para libertar o Brasil das peias de Portugal, tornando-o uma República. Realizou-se uma sessão solene no Senado da Câmara do Crato com a participação da população entusiasta.

Na manhã do dia 11 de maio de 1817, o Capitão-Mor Pereira Filgueiras, com ordens do Governador da Província – Manuel Inácio de Sampaio, chega à vila e, aos vivas à Monarquia, retira a bandeira republicana e hasteia a bandeira real, e prende os conspiradores diácono José Martiniano de Alencar, Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Tristão Pereira de Alencar, o Major José Francisco Gouveia Ferraz, Inácio Tavares, Benevides e frei Francisco de Santana Pessoa. Como o Capitão-Mor Filgueiras era compadre de C. Bárbara de Alencar, aconselhou-a a fugir da sua Fazenda Cipó para a sua propriedade do Rio do Peixe. Esta respondeu: “Prefiro seguir a sorte ingrata dos meus filhos a receber favores do tirano”. No dia 13 de maio é encarcerada e sequestraram-lhe os bens. Ficaram todos na cadeira local.

No calabouço de Fortaleza permaneceram os revolucionários, até quando foram transferidos para Pernambuco, onde foram confinados na fortaleza das Cinco Pontas, enquanto eram executados os Padres Miguel Joaquim de Almeida e Castro e Miguelinho.

Sob grilhões, seguem os Alencares de Recife para Salvador, onde vão reunir-se ao culto Desembargador Antônio Carlos Ribeiro Machado de Andrade e Silva, de cuja amizade vai o Padre Martiniano desfrutar por toda a vida, inclusive na fundação do Clube da Maioridade do Príncipe, que se elevou à categoria de Imperador do Brasil aos 15 anos incompletos.

Anulado o inquérito, voltam os indiciados para Fortaleza, quando vai ser eleito Deputado às Cortes de Lisboa, representando o Brasil, o padre José Martiniano de Alencar, cuja atuação varonil ao lado de tantos brasileiros corajosos e patriotas valeu a reação violenta lusitana, levando-os a fugir para a Inglaterra donde embarcaram para o Brasil. Proclamada a Independência do Brasil, convocou D. Pedro I eleição para compor a Assembleia Nacional constituinte que se reuniu em 1823.

Dada a grande resistência ao Poder Pessoal do monarca, resolveu este dissolvê-la e prender seus mais irredutíveis adversários, dentre eles os irmãos Andradas, livrou-se da punição o Padre Alencar, dado seu espírito conciliador no seio da Constituinte.

Volta mais tarde como Deputado, quando vai nascer seu primogênito José Martiniano Pereira de Alencar Júnior, em 1.º de maio de 1829 em Mecejana, nas cercanias de Fortaleza. Veio à luz num lar onde só se respirava e só se falava em política

Em 1832 seu pai foi escolhido Senador Vitalício do Império. De 1834 a 1837 foi Presidente da Província do Ceará. Em julho de 1840 funda em sua casa o Clube da Maioridade, sendo Antônio Carlos Presidente e ele Secretário. Em 1840, volta a presidir o governo do Ceará.

Seu filho primogênito, desde criança, começou a ouvir tratar de política, e foi crescendo, dominado pela ideia de bem servir à pátria como fazia seu venerando pai. Fez seus estudos básicos no Rio de Janeiro, e, depois seguiu para São Paulo para fazer os preparatórios. Durante os estudos preparatórios dedicou-se, de corpo e alma, à literatura Francesa, principalmente Lamartine, Chateaubriand e Victor Hugo, formando sua cultura à somba do bom gosto e do liberalismo franceses. Mesmo assim, em política, Alencar mais tarde preferiu seguir as concepções de liberdade e de política dos ingleses em toda sua vida de homem público.

Formou-se em direito em São Paulo, embora tenha feito o terceiro ano jurídico em Olinda. De retorno ao Rio de Janeiro, vai Alencar trabalhar como advogado no Escritório de Advocacia do renomado causídico Doutor Caetano Alberto Soares, nascido na Ilha da Madeira, formado em Coimbra e advogado dos negócios da Coroa Imperial. Alencar se mostra um dedicado causídico, cujas teses defendidas se encontram enfeixadas nos seus trabalhos inéditos.

Processos Perante o Júri e Questões Forenses.

Sentindo necessidade de comunicação com o público na sociedade e na política, passou Alencar a escrever **Ao Correr da Pena** no rodapé do “Correio Mercantil”, de propriedade do Senador e poeta Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Em 1855 passou a colaborar com os folhetins **Ao Correr da Pena** no “Diário do Rio de Janeiro”.

Em setembro de 1856 começa a escrever no setor de interesse político com a publicação de um esboço biográfico do velho Marquês do Paraná. É nomeado, sem saber, pelo Conselheiro Nabuco de Araújo para o cargo de Diretor da Segunda Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Em maio do mesmo ano é promovido a Consultor dos Negócios da Justiça, passando à categoria de Conselheiro do estado.

Em 15 de março de 1860, falece o Senador Alencar e abre-se o caminho político para o filho lhe suceder na representação parlamentar provincial, ao que tanto aspirava o jovem escritor. Embora o grande escritor fizesse um juízo um tanto desairoso da política partidária, como se vê nesta sua declaração: “A política em nosso país tem sido, em toda a parte, uma cortesã”. Quando recebe na alcova os Péricles e os Sócrates, torna-se Aspásia; entrega-se aos gladiadores e servos, cai na messalina; mesmo assim, ele diz: “O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o político”. “Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do Estado coisa tão importante e grave que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios de religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos da nossa história”.

Já em 22 de abril de 1859, Alencar escreve ao seu conterrâneo e grande amigo Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil sobre a política do Ceará e suas pretensões de suceder a seu venerando pai, já velho e doente. A certa altura da missiva diz: “Tive há quinze dias uma conferência com o Francisco Otaviano a respeito do modo de assegurarmos ao Ceará um órgão na imprensa da Corte; convencionamos que o “Diário Mercantil” publicaria regularmente uma correspondência escrita por você e quando fosse necessário, artigos de redação sobre a política provincial. Conto ir em novembro deste ano visitá-lo e lá conversaremos sobre o que devemos fazer para as eleições, a fim de que não haja hesitações nas vésperas. Nesta data escrevo ao Leopoldo, de Inhamuns, dizendo que você e o Araripe julgam conveniente a minha candidatura por aquele círculo e pedindo-lhe que me declare com franqueza sua opinião”.

Resoluto na participação na vida política de sua terra natal, escreve Alencar outra carta, em 5 de junho de 1859, ao Senador Pompeu, em que analisa o quadro político do Ceará e do Brasil com a preocupação de dotar o Parlamento de homens dignos e capazes de bem servir à pátria e engrandecer

o império do Brasil .

Descendia de família de liberais exaltados, porém seu patriotismo o freava na medida do bom senso. Nesta última correspondência com o venerando Senador Pompeu, pondera Alencar todos os inconvenientes dos liberais que procuram instabilizar as instituições e termina se definindo pelo Partido Conservador, dominado por seu profundo sentimento patriótico de bem servir ao Brasil.

Foi um conservador no estilo inglês. Defendia as ideias mais avançadas, mas se batia pela conservação dos grandes valores da pátria. Era o velho lema da Inglaterra “Envolver conservando”.

Comentava o missivista os danos praticados pelos liberais nos seus destemperos à política do Ceará e à política do império com as flutuações de gabinetes e as insatisfações de suas ambições desmedidas.

Declara Alencar seu vivo interesse em dedicar-se de corpo e alma à vida política como paixão dominante na família Alencar, e diz ao seu amigo e correligionário Senador Pompeu: “A política é uma religião em minha família”. Alencar desenvolveu rica correspondência política com chefes políticos do interior do Ceará, principalmente de Inhamuns e Crato.

Em 15 de março de 1860 faleceu o Senador Alencar, e seu filho Alencar se sentiu com o dever de ser o sucessor de seu venerando pai na política cearense. Foi assim que, após o infausto, moveu os cordéis para acionar os chefes políticos da Província para tratar de sua eleição como deputado à Assembleia Geral. Partiu para o Ceará, em novembro do mesmo ano, para articular os eleitores que deviam sufragar seu nome. Eleito deputado, voltou para a corte no afã de bem representar sua terra natal.

Mal ingressou no recinto da Assembleia, assomou à tribuna para fazer seu primeiro discurso sem ter o trato da oratória parlamentar. Como escritor, era grandemente festejado e admirado, mas, como estreante, foi um verdadeiro fracasso na tribuna, quando foi crivado de apartes e de chacotas. Alencar não se abateu com o fracasso. Como intelectual cioso de seu extraordinário valor cultural, preparou-se e retornou a mesma tribuna para uma admirável exibição de competência e eloquência parlamentar.

Doravante foi um vitorioso na carreira política. Teceu os mais acirrados debates com os senadores e conselheiros do império e com deputados, quando fizera parte do Ministério do Gabinete Itaboraí, como Ministro da Justiça, como veremos.

Nesta legislatura volta à tribuna algumas vezes, para exercitar-se na arte da oratória parlamentar que passa a dominar admiravelmente. Em 13 de maio de 1863, é dissolvida a Câmara dos deputados e Alencar se volta para suas atividades de escritor prolífero que tanto enriqueceu a Literatura Brasileira.

Compõe o **Perfil de Mulher**, a poesia **A Vida**, o poema nacional **Os Filhos de Tupã** e lança o primeiro volume das **Minas de Prata**. No ano de 1864, adoeceu e, a conselhos médicos, recolheu-se ao Hotel Bennett, na Tijuca, parando por algum tempo de escrever. Ai conheceu D. Georgiana Cochrane, filha do Dr. Thomaz Cochrane e neta do célebre Almirante Cochrane, com a qual veio a casar-se.

Em 1865 retoma a correspondência política com seu primo e grande amigo Domingos Jaguaribe, o Barão de Jaguaribe, para retomar as articulações políticas, pois continuava pensando em ser continuador de seu venerando pai, como Senador pela província do Ceará. De volta às lides políticas, inicia a publicação das **Cartas de Erasmo**, dirigidas ao Imperador sobre vários assuntos políticos, que tem início em 17 de novembro de 1865. Em 3, 9, 20, 25 e 31 de dezembro, publicou cartas ao imperador, batendo-se pelo Poder Moderador. O Monarca deu resposta por meio de *Scaligero*, pseudônimo do Dr. Eduardo de Sá Pereira, para rebater as críticas às **Cartas de Erasmo ao Imperador**.

Alencar, como se fora Erasmo, publica **Carta Sobre a Crise Financeira**, dirigida ao Visconde de Itaboraí, e outra **Carta ao Marquês de Olinda**. De fins de julho aos começos de agosto de 1886, Alencar lança outras **Cartas de Erasmo**, dirigidas **Ao Povo**, versando sobre os mais variados assuntos políticos. Em 24 de junho de 1867, Alencar volta a publicar uma nova série de emancipação. Fê-lo em 15, 20 e 26 de julho, e depois continuou, em 20 e 23 de setembro, dissertando sobre donativo imperial e a guerra do Paraguai. Por seus relevantes serviços prestados às Letras, foi Alencar agraciado com a comenda do Oficialato da Ordem da Rosa, que ele, em declaração ao “Jornal do Comércio”, preferiu recusar. E, em 15 de julho de 1868, Alencar recebeu em sua casa a visita do Barão de Muritiba e do

Conselheiro Paulino de Sousa que levavam a incumbência de convidá-lo, em nome do chefe do gabinete – Visconde de Itaboraí – para exercer o cargo de ministro da justiça. Alencar aceitou-o após muito relutar e ponderar. Em 16 de julho, toma posse do gabinete Itaboraí e vão todos ao palácio de São Cristóvão para os cumprimentos ao Monarca. À medida que iam chegando, os ministros tinham que entrar numa fila para o beija-mão do imperador. Alencar passou direto, quando o assessor diplomático o chamou, dizendo:

“ministro Alencar, tem que entrar na fila para beijar a mão do imperador”. No que atrevidamente respondeu o ministro recém-nomeado: “Que o diabo leve para o inferno quem inventou fila, e eu não beijo mão de homem”; e foi direto para o Salão do Trono.

Alencar era um intelectual de profundo sentimento de liberdade nos limites da razão e do bom senso, sem as perturbações dos impulsos do sentimentalismo turbador do raciocínio, que nada constrói; muito pelo contrário, por vezes destrói. Era Alencar profundo amante da liberdade e por isso foi romântico, mas tinha a noção exata de que o progresso só se constrói com a inteligência a serviço do raciocínio e da razão – guia seguro das ações humanas individuais e coletivas. Seguiu Alencar a esteira do pensamento inglês, progredindo e conservando o que fora construído. Assim fora, no império o partido conservador a que ele pertenceu. Todas as reformas liberais, realizadas no seio do império foram propostas pelo partido conservador. Tinha a sabedoria de arrebatrar as bandeiras empunhadas pelos liberais e as punha em prática. Isto deu o equilíbrio durante todo o Império como o fiel da balança do Poder Moderador, sabiamente manejada pelo Monarca.

Em 9 de agosto, Alencar assume a tribuna do parlamento para defender o gabinete contra os ataques ferrenhos dos terríveis adversários, dentre eles o inclemente e impiedoso Senador e Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, Teófilo Otoni, Saraiva, Gaspar da Silveira Martins e tantos outros que não poupavam o Gabinete e muito menos a arrogância do jovem escritor José de Alencar. O Conselheiro Zacarias, baiano inteligente e culto, sempre atento a tudo, nada deixava passar sem a intervenção do seu impiedoso escalpelo. Criticava Alencar desde sua expressão física mirrada, que ele chamava de fanadinho, até, às vezes, sua linguagem rica em termos do falar dominante.

Procurava corrigir a pronúncia e, certa vez, se deu mal, quando Alencar citava o jornal inglês “Pall Mall Gazette” e pronunciou Pél Mél

Gazete, Zacarias fez imediatamente a corrigenda, dizendo: Vossa Excelência sabe que em inglês o a seguido de dois l tem o valor de ó, e Alencar retrucou, apontando a fonte correta, e dizendo que se tratava de uma exceção, pois a expressão veio do Francês e assim é pronunciada. No dia seguinte Zacarias, ao ingressar no recinto, foi dizendo: já sei que está com a razão, mas eu não daria por menos, tendo uma professora de inglês em casa. Referia-se à esposa de Alencar que era inglesa.

Em 6 de setembro de 1869, faz Alencar, em nome do Gabinete Itaboraí, longo e enérgico discurso contra os ataques solertes dos liberais, desferidos pelo Conselheiro Zacarias e seus áulicos, no qual o orador e escritor se houve com admirável competência oratória que surpreendeu os mais ousados adversários políticos. Começou por defender-se dos ataques pessoais mesquinhos e ergueu-se na superioridade oratória para dar quinau nos mais ousados aparteadores, chefiados pelo irreverente e presunçoso Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Começa Alencar: “Sr. Presidente, começarei pelo menos importante, por minha pessoa; tratarei depois dos negócios públicos. Não seria capaz de trazer assunto das discussões desta Casa para a minha pessoa. O meu eu – diz um escritor – palavra tão pequena e que tanto mal produz, ao que se pode acrescentar: quanto tempo consome”. Mas os nobres Senadores que em tomado parte neste debate impuseram-me essa tarefa ingrata e difícil de falar de mim. Mal pensava eu, vindo a esta casa, discutir o Orçamento da Repartição a meu cargo, que teria de ver os ilustres chefes da oposição, que supunha empregados em profundas elucubrações e altos pensamentos do governo, ocupados a fazerem o meu retrato a tirarem-me o croquis (para o Sr. Zacarias). Não é inglês desta vez, é francês. V.Ex.^a se recorda, Sr. Presidente, deste trabalho artístico dos ilustres oradores. Já, há tempos, o nobre senador pela Bahia tinha feito um esboço geral do meu físico; cada um dos outros nobres senadores que se lhe seguiram nos últimos dias concorreu com o seu contingente, para que a pintura fosse completa; minha infância, minha idade, minha saúde, meus hábitos higiênicos, as minhas obras literárias e até minha atitude foram aqui descritas e comentadas. Releve-me V. Ex.^a, Sr. Presidente, que eu procure corrigir os aleijões que me emprestaram os nobres Senadores e restituir minha efigie ao seu natural. A minha infância, Senhores, foi liberal, é verdade, conforme fosse o nobre Senador pela Bahia; foi liberal como é hoje a idade da razão. Hoje, porém compreendo melhor a liberdade do que então a compreendia. O sentimento não mudou, mas a razão se esclareceu. Outrora,

liberdade para mim era o entusiasmo popular, a eletricidade da multidão; hoje, porém, considero como o verdadeiro cunho da liberdade a felicidade calma, tranquila do povo, a manifestação vivaz e enérgica da opinião pública. Li, em um escritor muito notável, que ultimamente foi aqui citado, Erskine May, estas palavras: O espírito conservador é o estado normal da maior parte dos homens que chegam aos 50 anos; é o estado produzido não pela experiência ou pela filosofia, mas por um temperamento natural da velhice.

Alencar desenvolve sua tese de político conservador, ao mesmo tempo aberto às ideias liberais e democráticas que foram pregadas por tanto tempo por seu venerando pai, o Senador Alencar, que fundou o Clube da Maioridade e defendeu, como fizera seu filho, a emancipação dos escravos pelo processo gradativo.

Em 14 de junho de 1869 escreve uma carta ao chefe do gabinete, Visconde de Itaboraá, para dizer-lhe que pretendia candidatar-se na vaga de Senador pelo Ceará, pois era seu maior desejo ocupar o lugar que fora honradamente exercido pelo seu venerando pai. Na sessão de 9 de agosto do mesmo ano, na Câmara, defende brilhantemente o Gabinete com um admirável e aplaudidíssimo discurso que o consagrou no domínio da oratória parlamentar.

A 12 de dezembro se candidata a senador contra a vontade do Imperador e é eleito em primeiro lugar, mas fora preterido pelo Monarca que tinha o poder de escolha. Profundamente magoado, Alencar procura Imperador para saber as razões por que fora preterido; e a Majestade respondeu que Alencar ainda era muito moço. Em face da resposta, o Ministro desafortadamente respondeu: “Se é por questão de idade Vossa Majestade não devia ter aceito o Trono”. Alencar já havia pedido demissão do cargo de Ministro. Tal fato levou o Imperador a dizer, quando lhe levaram a notícia da morte do Alencar, em 12 de dezembro de 1877: Disse-lhe o áulico: “Majestade, acaba de falecer o Ministro Alencar”. E o imperador respondeu: “Um moço muito inteligente, mais muito desafortado”. Agora, apenas como Deputado, em 14 de maio de 1870 debate a questão de elemento servil, como defensor da abolição gradual. Em primeiro de junho faz suas defesas das acusações que lhe são feitas de quando exercia as funções de Ministro da Justiça no Gabinete Itaboraá. A 4 do mesmo mês explica as razões por que deixou o Ministério de 16 de julho de 1868. Vários outros discursos fez Alencar até os últimos dias de sua tormentosa vida. Deles vou destacar a Reforma Eleitoral que ele expôs

e debateu amplamente com o fogoso orador gaúcho Gaspar da Silveira Martins, Araújo Góis Júnior, Florêncio de Abreu, Paulino de Souza, Pinheiro Guimarães, Martinho de Campos, Pereira da Silva, e tantos outros. Alencar defendeu sua tese em vários discursos em vários dias seguidos na Câmara. Alguns trechos da Reforma Eleitoral de Alencar. Sistema Representativo – 1869. O sistema, cujos principais lineamentos foram neste livro esboçados, não somente realiza em sua plenitude a verdadeira representação democrática. A essa grande virtude, acrescem os efeitos salutares que dele resultam em prol da razão e da justiça.

Não basta ao poder que seja legítimo e emane da soberania popular; é indispensável também que se inspire nos preceitos e normas da lei racional, e tenha a lustração necessária ao manejo dos negócios públicos e altas questões de Estado. O governo de todos e por todos fora para a sociedade uma conquista mesquinha e inglória, se ele a submetesse à direção dos espíritos medíocres ou incultos. A lógica social não consente em tal anomalia; o direito carece, para desenvolver-se e atingir seu esplendor, da inteligência que fecunda.

O novo sistema eleitoral cabalmente melhor que nenhum outro vê essa necessidade da democracia; ele realiza o governo de todos, pelos homens superiores, escolhidos por todos; em outros termos, extrai da soberania bruta a essência pura, e afirma a influência legítima da virtude e talento. São as mediocridades ou as inteligências pervertidas que na atualidade melhor servem aos partidos; e por isso as que mais segura e rapidamente se elevam às posições eminentes. Estas sabem amoldar-se a todos os manejos; insinuam-se no espírito das massas flutuantes; atraem as ambições a quem animam com o exemplo de sua fácil ascensão: descem ao nível dos preconceitos e rotinas; pactuam com toda a resistência; encolhem-se a qualquer aspereza; realizam, enfim, esse fenômeno admirável da elasticidade política, que tem feito e há de fazer tantos estadistas.

Os partidos ambiciosos de governo continuarão a existir; mas a par deles se formarão os partidos de ideias, hoje impossíveis; as propagandas em prol de um melhoramento social; as seitas reformistas que preparam os elementos das revoluções humanitárias. As grandes almas, hoje condenadas em política à ambição do poder, como único meio de realizar suas ideias e exercer na sociedade uma legítima influência, acharão nesses partidos de propaganda, destinados unicamente a fazer triunfar a verdade, um nobre emprego às suas altas faculdades e campo às expansões de sua vitalidade.

De seu alto, os partidos nascentes, sentindo a necessidade imprescindível de aumentar suas forças pela inteligência para resistir às opiniões mais fortes, serão forçados a confiar nos seus chefes naturais e legítimos. Seu programa será subjugar o número à razão, o fato ao direito.

SÍLVIO ELIA: UM SENTIDO MORAL DA VIDA² **RUI DA FONSECA ELIA**

Uma vez mais o **Liceu Literário Português** abre suas portas para homenagear Sílvio Elia, meu pai, no transcurso do centenário do seu nascimento, ocorrido no último 4 de julho. Antes deste nosso breve depoimento pessoal, cabe-me agradecer ao do Dr. Francisco Gomes da Costa, Presidente desse egrégio Liceu, templo da lusofonia, que tanto apreço mereceu de meu pai, por mais essa fidalga iniciativa, o que faço também em nome de meus irmãos.

Agradeço também a todos que tornaram possível a realização dessa Jornada cultural, o que faço na pessoa do Professor Ricardo Cavaliere, Coordenador do evento.

Na sequência dos generosos eventos promovidos pelo Liceu Literário Português e pela Academia Brasileira de Filologia, alusivos à data, três dos meus sete irmãos, cada qual sob o seu viés, já deixaram suas recordações do inesquecível pai, avô, bisavô e marido exemplar.

No que tange à obra de Sílvio Elia, o professor e amigo Carlos Eduardo Falcão Uchoa, recapitulou, em primorosa síntese, a trajetória acadêmica e intelectual do homenageado, por ocasião da cerimônia alusiva a seu centenário, realizada em julho, no Liceu Literário Português, sede das Laranjeiras. Por seu turno, na homenagem prestada pela Academia Brasileira de Filologia, as qualidades humanas de meu pai foram ressaltadas, uma vez mais, pela generosidade fraterna da professora Hilma Ranauro.

Cumprime-me desta feita, acedendo a gentil convite do professor Ivanildo Bechara, feito à minha irmã Maria Cristina e a mim transferido por delegação da convidada, registrar um depoimento pessoal de filho, o que pretendo fazer em breves palavras, que desde já esclareço tratar-se de impressões muito pessoais.

Diante do amplo espectro de matizes de uma personalidade invulgar, determinada, discreta, e, sobretudo, precocemente amadurecida e culta, sobre a qual tanto já foi dito pelos irmãos e pelos amigos do coração, escolhi abordar um aspecto fundamental de seu caráter, que para mim pareceu ter sido o farol balizador da sua produção cultural e de todo o seu agir neste mundo, qual seja, a busca do sentido moral da existência.

Mas qual seria a gênese desse sentido moral de vida?

Creio que partiu do próprio berço. Com efeito, meu pai era filho de

2- Texto lido no Liceu Literário Português, em 21.11.2013, que acrescentamos às homenagens prestadas a Sílvio Elia pela Academia Brasileira de Filologia, consignadas em assembleia geral de agosto de 2013 e na revista XIII, dedicadas ao excepcional Mestre.

um modesto imigrante italiano, oriundo da pequenina cidade calabresa de São Francisco de Paula e que, ao Brasil chegando ainda adolescente, aprendeu e exerceu com altivez e por toda vida a profissão de alfaiate, o que lhe bastou para prover o sustento e uma digna educação a seus quatro filhos. A mãe, uma discreta brasileira, natural das Alagoas, cedo lhe transmitiu a sua religiosidade, de inspiração cristã e católica.

Posteriormente, conforme depoimento à professora Hilma Ranauro³, o fortalecimento de sua fé recebeu importantes influxos das aulas de História da Civilização, no Colégio Pedro II, proferidas por Jônatas Serrano, a quem meu pai se referiu como um erudito e humanista, o qual, no seu dizer, “buscava o sentido ético da vida e, por isso mesmo, é que, acertadamente, a fazia deslocar-se em torno do Cristianismo”.⁴

Socorro-me da parábola do pequenino grão de mostarda - que segundo os santos apóstolos é a menor das sementes, mas que, encontrando terreno fértil torna-se uma imensa e frondosa árvore, plena de ramificações – para dizer que estou convicto de que a semente lançada por minha avó encontrou no generoso coração de meu pai aquele terreno fértil, próprio dos homens de boa-vontade.

Os bons frutos chegaram cedo. Com efeito, na sua vigorosa obra de estreia – *O Problema da Língua Brasileira* (1940) – com prefácio de Nelson Roméro, o então professor auxiliar de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia - Sílvio Elia - com apenas 26 anos, já pai de dois filhos, mereceu o Prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, na categoria Ensaio e Erudição. Naquele trabalho, onde sólidos argumentos científicos demonstram ser a Língua Portuguesa, em sua essência, a Língua do Brasil, já despontava não só um sério estudioso e pesquisador da Ciência da Linguagem, mas, também, um arguto filósofo. Vale dizer, um estudioso permanentemente preocupado em perquirir a natureza essencial da própria ciência, sobretudo das Ciências Sociais, ou seja, descobrir os atributos que estão subjacentes a todas as elucubrações científicas, e que, livres de determinismos, fazem da ciência uma obra criativa do espírito humano.

O livro, em preto de reconhecimento, foi dedicado aos pais, nos seguintes dizeres: “A MEUS PAIS, Luciano Elia e Paulina Pacheco Elia, meus primeiros mestres”. Dezenas de anos depois, quando do falecimento de minha mãe, no ano de 2004, no penoso desmonte da casa de Teresópolis - o “refúgio para a poesia”- como uma vez escreveu papai, encontrei um velho exemplar

3- RANAURO, Hilma. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro* – 1997, p.39

4- RANAURO. Op cit, p. 39

do livro de estreia, com data de 20/9/1940, com a dedicatória, escrita à velha e saudosa caneta-tinteiro: “À minha diletta esposa, Maria José, ofereço este livro, que talvez não existisse sem ela ...”. Todos seus demais livros foram dedicados aos filhos. Narro estes fatos para ressaltar, uma vez mais, o grande amor e prioridade que papai dedicava à família.

A este ponto, valho-me da preciosa resenha de sua vida, com o qual nos brindou a professora Hilma Ranauro, através da sua *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro* – 1997, para deixar registrado, com as próprias palavras do nosso homenageado, o que me parece ter sido o farol balizador de sua caminhada terrena, o que lhe deu o mais amplo sentido moral da vida.

As palavras que se seguem foram extraídas do discurso de sua posse na cátedra de Latim no Colégio Pedro II, em 1964, quando, então com 24 anos, tive eu o privilégio de assistir. Sílvio Elia, reportando-se ao nascimento do Menino-Deus, refere-se “àquele pequeno e grandioso evento da obscura Galileia”, para lembrar “que episódios tão modestos em sua origem não podiam produzir a repercussão universal que tiveram se não houvesse a insuflá-los a força irresistível do sobrenatural”.

E lamentando ainda, no mesmo discurso, a perda dos valores cristãos pelo homem moderno, sobretudo, pelo jovem moderno, afirmou, comentando os estrondosos impactos que tiveram no mundo, àquela época (anos sessenta), as primeiras vitórias da tecnologia aeroespacial, afirma:

O astronauta, eis o herói moderno; a Ciência eis a nova Religião. Somente um acontecimento fez e faz do homem velho um novo. Mas para produzi-lo foi preciso um Deus e não um Herói. Chama-se **Cristianismo**, o qual, na expressão bíblica, renovou a face da Terra. Fora daí, com dialética ou sem dialética, o que temos é a economia fechada da natureza, onde nada se cria, tudo se transforma. Para darmos um sentido a essa transformação somente uma abertura para o **Alto**, um “élan” espiritual, capaz de romper o círculo da sociedade fechada e deixar entrar à larga o sopro que redime retempera. Isto é, a força sobrenatural do **Espírito**. (grifos nossos).

Com efeito, impulsionado por uma crença em algo superior à própria matéria, na composição essencial da natureza humana, meu pai foi sempre um preocupado em situar seus estudos linguísticos e filológicos sob uma moldura de um humanismo onde o grande protagonista foi sempre o espírito humano, de indiscutível inspiração cristã.

Nesse rumo, ouçamos o que diz nas primeiras linhas de uma outra relevante obra - “*A Unidade Linguística do Brasil*” – 1979, recordando que o homem é o motor da História:

Nem Vênus, nem Marte, nem qualquer outro planeta de nosso encurtado sistema solar certamente tem História. É que, como não pertence à Natura, a História há de se capitular entre os fenômenos da Cultura. Acontece, porém, que o homem também se filia à Natura, é ele próprio, de certo modo, um produto da natureza, que não lhe esgota a essência, [...], há de se colocar no ponto de interseção entre a Natura e a Cultura, e é esta que assume aquela.

Dessa forma, afirmando não poder dizer se houve salto qualitativo entre uma e outra, leciona que o que especifica a Cultura em oposição à Natura é o elemento liberdade, é dizer, “onde não existe liberdade faz-se apenas História Natural; a verdadeira história é sempre História Cultural⁵⁷”.

E conclui:

Vê-se, pois que o problema central das Ciências Humanas, dentre os quais se coloca a Linguística, é o da definição da liberdade. [...] Ou o homem é livre ou não é, nada adianta declará-lo livre [...], e, ao mesmo tempo, procurar agrilhoá-lo a tendências ancestrais, a reações bioquímicas, a estruturas sociais. Portanto, se a liberdade existe, não é ela um produto da natureza, pois esta se caracteriza exatamente por aderir o mundo da não liberdade, do determinismo, da eterna quietude. A decantada solução dialética, de fato, nada resolve [...]. O materialismo dialético, p. ex. , é da mesma cepa do materialismo mecanicista, ou que outro nome tenha. Ou se parte da matéria ou se aceita algo acima da matéria. Há que se partir de um domínio supramaterial, que os grandes filósofos de todos os tempos sempre denominaram Espírito.

E assim, emoldurando toda sua vigorosa produção cultural, seja no campo da Linguística, da Filologia ou da Língua Portuguesa, vamos encontrar em Sílvio Elia uma visão filosófica que refutou o relativismo, o materialismo e o determinismo histórico. Realidade esta que pode ser identificada em todos os seus escritos. Basta percorrer as linhas de suas obras mais extensas, desde o citado livro inaugural, *O Problema da Língua Brasileira*, passando por *Sociolinguística, Preparação à Linguística Românica, Orientações da*

5- Elia, Sílvio. *A unidade Linguística do Brasil*. Padrão –Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1979, p.11.

Linguística Moderna ou A Unidade Linguística Brasileira – apenas para citar alguns expressivos exemplos - até chegar à obra derradeira, *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, publicada *post mortem*, graças ao incansável e amoroso esforço de minha inesquecível mãe, Maria José, a sua Maizé - como papai chamava a mulher da sua vida - ajudada por minhas irmãs Maria Cristina e Maria Sílvia.

Creio que sua crença na primazia do espírito sobre a matéria; na existência de um valor supramaterial a guiar a boa produção cultural da humanidade; no atributo essencial da liberdade; enfim, na permanente preocupação com tudo que se relacionasse com a dignidade da pessoa humana formou o substrato moral, certamente alicerçado nos princípios do Cristianismo, que deu sentido, não apenas à sua produção cultural, mas a todo o seu agir nesta caminhada terrena.

Muito obrigado.

21/11/2013

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O PROF. GLADSTONE CHAVES DE MELO

PROF. DR. CASTELAR DE CARVALHO (UFRJ e ABRAFIL)

Com base nas obras do Prof. Gladstone C. de Melo, montamos a entrevista abaixo. As respostas representam uma síntese do pensamento linguístico do saudoso mestre.

1) O léxico do português do Brasil apresenta características específicas que o distinguem, em diversos pontos, do vocabulário empregado em Portugal. Na sua opinião, quais os traços definidores do português do Brasil?

“Parece-me que se pode classificar em seis grandes grupos a quase totalidade dos brasileirismos vocabulares: tupinismos; africanismos; vozes ameríndias e hispano-americanas; formações e derivações brasileiras; brasileirismos quanto à significação e arcaísmos”. (*A língua do Brasil*. 4. ed. RJ: Padrão, 1981. p. 149)

2) No capítulo VIII do livro *A língua do Brasil*, o Sr. usa a expressão “língua portuguesa com estilo brasileiro”. Poderia explicitar o seu pensamento a respeito do assunto?

“Depõe altamente a favor da minha tese – “língua portuguesa com estilo brasileiro” – o fato de se encontrarem justamente no vocabulário as mais incontestáveis e maiores diferenças entre o português europeu e o americano. (...). O vocabulário (nomes e verbos) constitui num idioma o que se chama *nomenclatura*, ao passo que o que traça a fisionomia de uma língua é a *estrutura*. (...). Ora, aplicando estas considerações ao idioma nacional do Brasil, verificamos que os morfemas dos nossos vocábulo são os mesmos da língua de Portugal. (...). Logo, no que tange aos morfemas, a língua continua portuguesa aqui no Brasil, tendo-se apenas enriquecido com a aquisição de novos elementos de *nomenclatura*”. (*Ob. cit.*, pp. 145-147)

3) Na condição de estudioso da Estilística, como o Sr. caracteriza a relação existente entre esta disciplina e a Gramática?

“Eu diria que a Gramática faz a anatomia da língua. E a Estilística fará sua fisiologia, se conseguir levar a bom termo a tarefa que se impôs. Não se contenta em sistematizar fatos, quer estudar as funções, os valores, mas as funções ou valores expressivos e impressivos, ligados a esta ou àquela forma, a esta ou àquela combinação, a este ou àquele sintagma, a esta ou àquela sequência sonora, a este ou àquele ritmo. (...). Entendo eu que a Estilística, uma vez constituída, será disciplina paralela à Gramática, situável na Linguística sincrônica”. (*Ensaio de estilística da língua portuguesa*. RJ: Padrão, 1976. pp. 29-30)

4) Em termos didáticos, como o Sr. encara a diferença existente entre a Filologia e a Linguística?

“A Filologia *lato sensu* é o estudo científico de uma forma de língua atestada por documentos. Além disso, cumpre ressaltar que a Filologia é uma ciência aplicada, dado que o seu escopo, a sua finalidade específica é fixar, interpretar e comentar os textos. (...). A Linguística, porém, é uma ciência especulativa. O seu objeto formal é a língua em si mesma, a língua como fato social da linguagem. Não a língua A ou B, mas o *fenômeno-língua*, uma vez que busca o geral”. (*Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 6. ed. RJ: Ao Livro Técnico, 1981. pp. 7-9)

5) Seu livro *Alencar e a “língua brasileira”* apresenta o romancista José de Alencar como pioneiro no uso literário do português do Brasil, sem deixar de ser um “cultor e artífice da língua”. O Sr. poderia fazer uma síntese de seus pontos de vista a respeito do assunto?

“É bem de notar que nem uma vez [Alencar] falou em “língua brasileira”; sempre se refere à “língua portuguesa”. Fala, sim, em “dialecto brasileiro” e em “abrasileiramento” da língua portuguesa. Reagiu, e quase sempre com assaz de razão, contra o purismo exagerado, contra a caturrice gramatical, contra a superstição do classicismo. Foi ele combatido por um grupo de censores. Contra esses espíritos tacanhos, animados alguns de má vontade, voltou-se Alencar. (...). Afirmou convictamente que a língua não poderia ficar estacionada e que era mister procurar ajustá-la, como instrumento dócil, à manifestação dos novos gostos, das novas instituições, das novas condições de vida. Não

pretendeu criar nenhuma “língua brasileira”. (*Alencar e a “língua brasileira”*. 3. ed. RJ: Conselho Federal de Cultura, 1972. pp. 23-24)

NOTICIÁRIO

EVENTO DA ABRAFIL EM 17, 18 E 19.7.2013, NA UERJ

Pelo segundo ano consecutivo, sob a coordenação do Prof. Manoel P. Ribeiro, que organizou e planejou todo o evento, realizaram-se, na UERJ, os II ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA, com dez palestras. O trabalho do professor Amós Coelho da Silva foi ponto importante, cuidando da parte administrativa, requisitando monitores de Latim e assistindo a todo o evento. O Presidente Antônio Martins de Araújo compareceu assiduamente e participou de várias palestras. Os trabalhos foram iniciados às 14,00 horas, terminando às 18,00.

Houve um interesse incomum dos inscritos, fato que motivou a impossibilidade de intervalos entre as palestras.

Cada participante recebeu um certificado de presença, elaborado pelo Prof. Manoel P. Ribeiro.

PROGRAMAÇÃO

Dia 17.7.2013

14,00 h: Dr. EVANILDO BECHARA: ABL, UERJ, UFF, LICEU LITERÁRIO e ABRAFIL- SILVA RAMOS – MESTRE INCOMPARÁVEL DA LÍNGUA//15,15 h: Dr.^a LUIZA LEITE BRUNO LOBO: UERJ, UFRJ e ABRAFIL - LITERATURA E HISTÓRIA//16,30 h: Dr. CLAUDIO CEZAR HENRIQUES: UERJ, UNESA E ABRAFIL, e Dr. JOSÉ CARLOS AZEREDO: UFRJ e UERJ. TEXTO, SINTAXE E ESTILO: APLICAÇÕES PARA O ENSINO

18.7.2013

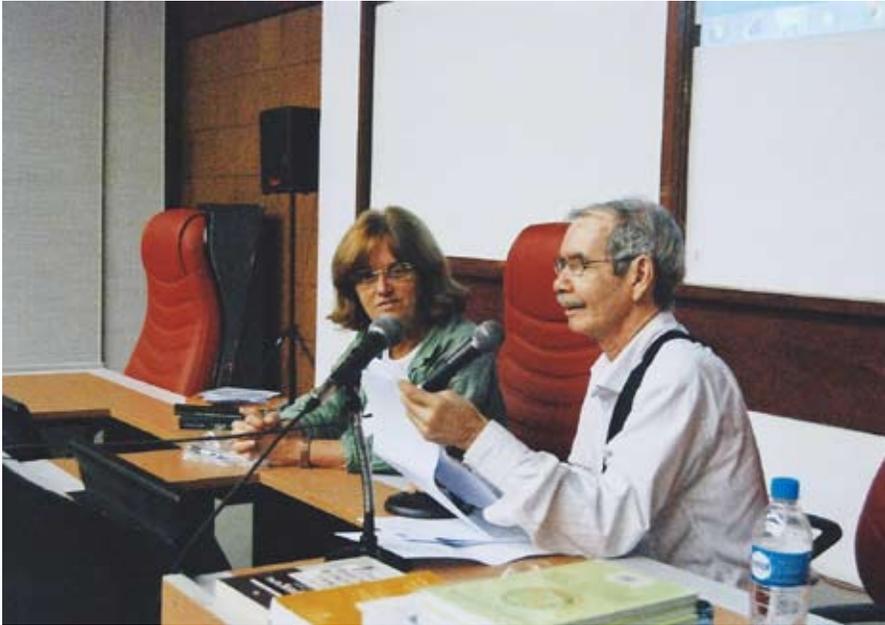
14 h: Dr. DEONÍSIO DA SILVA: UNESA e ABRAFIL - DE ONDE VÊM AS PALAVRAS – Entrevista//15,15 h: Dr.^a TEREZINHA MARIA F. PASSOS BITTENCOURT: UFF e ABRAFIL - NORMACULTA E INCLUSÃO SOCIAL //16,30 h: Dr. AGOSTINHO DIAS CARNEIRO: UFRJ - O DETETIVE DO TEXTO

19.7.2013

14,00 h: Dr. GILBERTO MENDONÇA TELES: PUC e ABRAFIL - O PRIVILÉGIO BRASILEIRO DE LER DRUMMOND // 15,15 h: DR. CASTELAR DE CARVALHO: UFRJ e ABRAFIL - LÍNGUA E ESTILO EM NOEL ROSA //16,30 h: WALMÍRIO MACEDO: UFF e ABRAFIL – REFLEXÕES SOBRE O ADVÉRBIO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA



Em 17.7.2013, na abertura do evento II ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA da ABRAFIL, os professores Evanildo Bechara e Antônio Martins de Araújo.



Os acadêmicos Francisco Venceslau dos Santos e Luiza Lobo.



Claudio Cezar Henriques, José Carlos Azeredo e Antônio Martins de Araújo.



O Prof. Cláudio Cezar Henriques ministra sua palestra na UERJ.



O Prof. Manoel P. Ribeiro entrevista o Mestre Deonísio da Silva. À esquerda, o Prof. Agostinho Dias Carneiro.



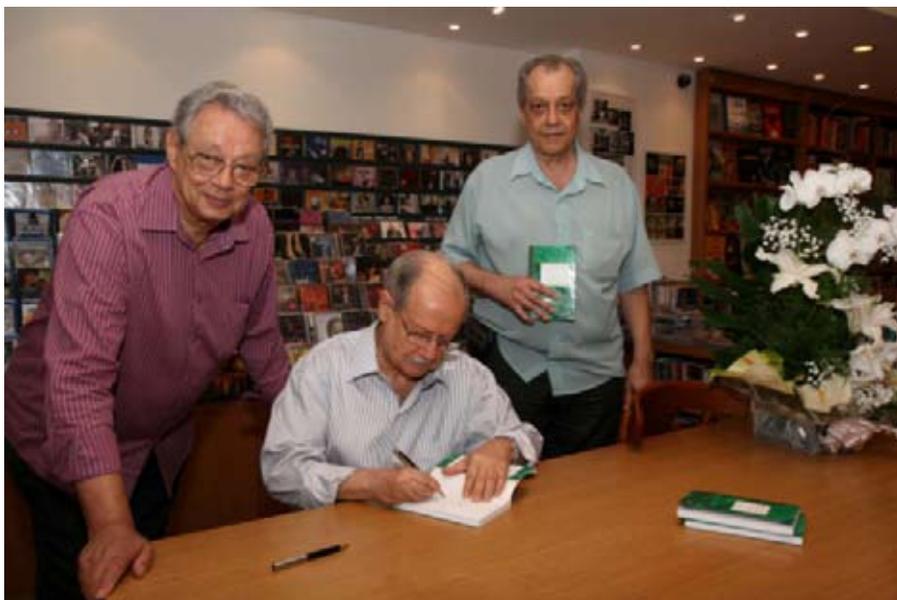
A professora Terezinha Bittencourt ministra palestra na UERJ, pela ABRAFIL. À mesa, os professores Amós Coêlho da Silva e Antônio Martins de Araújo.



Antônio M. de Araújo e Manoel P. Ribeiro assistem à palestra do Mestre Walmírio Macedo.

LANÇAMENTO DO LIVRO A VIDA E O TEMPO EM TOM DE CONVERSA

Em 6.11.2013, na livraria BLOOKS, em Botafogo, foi lançado, pela editora Lexikon, o livro de crônicas A VIDA E O TEMPO em tom de conversa, do confrade Carlos Eduardo Falcão Uchôa, com grande presença de colegas e amigos. Os professores Amós, Manoel e Terezinha Bittencourt, entre outros acadêmicos, ressaltaram a importância da obra do ilustre Mestre.



Manoel P. Ribeiro e Amós Coêlho da Silva no lançamento do livro do Prof. UCHÔA

JORNADA SÍLVIO ELIA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS

O Liceu Literário Português, em 21.11.2013, promoveu o evento *Jornada Sílvio Elia de Estudos Linguísticos*, ainda em homenagem ao centenário de nascimento do extraordinário Mestre. Participaram, sob a coordenação do acadêmico Ricardo Stavola Cavaliere (UFF e ABRAFIL):

1. 8h30min - Abertura – Dr. Francisco Gomes da Costa, Presidente do Liceu. Rui da Fonseca Elia, representante da família de Sílvio Elia.

9h - Mesa 1: Castelar de Carvalho: *O pensamento linguístico de Sílvio Elia*;

Edila Vianna (UFF/ABRAFIL): *Variacionismo em português*; Neusa Bastos (PUC/SP e Mackenzie/SP): *Unidade na diversidade: a lusofonia em questão*. Mediador: Nilda Cabral (UFF e ABRAFIL).

10h45min - Mesa 2 - Hilma Ranauro (UFF e ABRAFIL): *Silvio Elia: normas e usos da língua, da língua oral à língua escrita*; Marli Quadros Leite (USDP – São Carlos): *A contribuição de Silvio Elia para a formação do pensamento crítico sobre o Português do Brasil*; Carlos Assunção (Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro): *Contato interlinguístico no Oriente: a produção metalinguística participada pela língua portuguesa*. Mediador: Ricardo Cavaliere.

14h - Mesa 3 - André Valente (UERJ e Liceu Literário Português): *A língua portuguesa no mundo e o português do Brasil*; Cláudio Henrique (UERJ e ABRAFIL): *Demagogia linguística nas provas do Enem*; José Carlos de Azeredo (UFRJ e UERJ): *Em busca da vogal temática: verbos problemáticos*. Mediador: Rita de Cássia Mérida (Rede Estadual de Ensino e Liceu Literário Português).

15h45min - Mesa 4: Rosalvo do Valle (UFF, ABRAFIL e Liceu Literário Português): *Silvio Elia latinista*; Walmírio Macedo (UFF e ABRAFIL): *Silvio Elia, o linguista e o gramático, a humilde sabedoria - um testemunho de uma convivência*; Evanildo Bechara (UFF, UERJ e ABRAFIL): *Silvio Elia romanista*. Mediador: Ricardo Cavaliere.

Neste número, reproduzimos a íntegra da mensagem de Rui da Fonseca Elia, filho de Silvio Elia.

LANÇAMENTO DE LIVRO

Em 9.12.2013, na Livraria Argumento, realizou-se o lançamento do livro ***O risco do jogo***, do confrade Domício Proença Filho, pela editora Prumo. No prefácio, Alfredo Bosi afirma: “O nome de Domício Proença Filho está justamente associado, no espírito das pessoas cultas, à compreensão e ao ensino idôneo de literatura”.

Neste número, leia-se, ainda, a resenha sobre outra importante obra do ilustre Mestre Domício. Nossa homenagem ao professor que nos brinda com amplos estudos de língua e literatura brasileiras. Parabéns!

PRÊMIO LITERÁRIO NACIONAL PEN CLUBE DO BRASIL 2013

Nossa ilustre acadêmica LUIZA LOBO recebeu o prêmio de narrativa pelo romance *Terras proibidas – A saga do café no Vale do Paraíba do Sul*, publicado pela Editora Rocco. Luiza Lobo tem cinco livros de contos editados, é ensaísta, tradutora e professora de literatura da UFRJ e de várias universidades estrangeiras.

ACADÊMICA LUIZA LOBO MINISTRA CURSO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

O curso é de *Nova História e Literatura Brasileira*. O objetivo é estudar a Escola dos Anais iniciada na França em 1929, com a revista *Annales*, e depois desenvolvida, na sua terceira fase, na chamada *Nova História*, por Le Goff e Braudel. Esta pretende analisar a história na visão dos vencidos, história oral, e outras minorias. Com este instrumental, nossa acadêmica realizará estudos sobre as obras literárias de Ana Miranda, Antônio Torres e, ainda, o livro ensaístico *As barbas do Imperador* de Nova História de Lilia Schwarc. A disciplina de pós-graduação será ministrada no *spring semester* de 2014, semestre de primavera, de 21 de janeiro a 15 de maio de 2014, na universidade de Massachusetts, em Amherst.

FOTOS DE EVENTOS NA ABRAFIL COM GLADSTONE CHAVES DE MELO



Na ABRAFIL, Gladstone Chaves de Melo, Antônio José Chediak e Leodegário A. de Azevedo Filho.



Professores Bechara, Gladstone, Cláudio e Leodegário, em 16.5.1999.



Gladstone Chaves de Melo palestra na ABRAFIL.



Em sessão da Academia Brasileira de Filologia, Antônio Nunes Malveira e Gladstone Chaves de Melo, em 14.3.1999.



Na UERJ, Campus do Maracanã, em pé: Manoel P. Ribeiro, Antônio Martins de Araújo; sentados: Antônio Geraldo da Cunha, Gladstone Chaves de Melo e Horácio Rolim de Freitas.



Gladstone, Chediak e Agenor Ribeiro.



Gladstone Chaves de Melo e Manoel P. Ribeiro, em 12.9.1999, quando a Academia homenageou o extraordinário Mestre.



Em primeiro plano: Gladstone Chaves de Melo, José Geraldo Paredes e Francisco Agenor em sessão da ABRAFIL.



Da esquerda para a direita: Gladstone, Maximiano, Paredes e Claudio Cezar.



Agenor Ribeiro, Adriano da Gama Kury, Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva.



Gladstone Chaves de Melo em sessão solene na Academia Brasileira de Filologia, juntamente com grande número de confrades.

DIAGRAMAÇÃO:
DANILO VILLELA
danilo_villela@yahoo.com.br
98149-5478



Tel: 2290-1121 - 9997-2541